

# Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia



Comparando Regulações de Negócios para Empresas Nacionais em **25** Cidades na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia com outras **186** Economias

© 2018 International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank  
1818 H Street NW, Washington DC 20433  
Telefone: 202-473-1000; Internet: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

Alguns direitos reservados  
1 2 3 4 19 18 17 16

Este trabalho foi realizado pelo pessoal do Banco Mundial, com contribuições externas. Os resultados, interpretações, e conclusões expressas neste trabalho não reflectem, necessariamente, as opiniões do Banco Mundial, do seu Conselho de Administração e Administradores Executivos, ou os governos que eles representam. O Banco Mundial não garante a exactidão dos dados incluídos neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer dos mapas não implicam qualquer tipo de juízo por parte do Banco Mundial relativamente ao estatuto legal de qualquer território ou a aprovação ou aceitação dessas fronteiras. Todos os mapas incluídos neste relatório foram elaborados pela Cartography Unit do Grupo do Banco Mundial.

Nada neste relatório constituirá ou será considerado como uma limitação ou renúncia aos privilégios e imunidades do Banco Mundial, as quais estão especificamente reservadas.

#### Direitos e Autorizações



Este trabalho está disponível ao abrigo da licença Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO) <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo>. Ao abrigo da licença Creative Commons Attribution, é possível copiar, distribuir, transmitir, e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, sob estas condições:

**Atribuição**—Queira citar o trabalho da seguinte forma: World Bank. 2018. *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*. Washington, DC: World Bank. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

**Traduções**—Se realizar uma tradução deste trabalho, queira juntar a seguinte isenção de responsabilidade à atribuição: *Esta tradução não foi elaborada pelo Banco Mundial e não deve ser considerada com uma tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo ou erros desta tradução.*

**Adaptação**—Se proceder a uma adaptação deste trabalho queira juntar a seguinte isenção de responsabilidade à atribuição: *Esta é uma adaptação de um trabalho original do Banco Mundial. Os pontos de vista e opiniões expressas nesta adaptação são da exclusiva responsabilidade do autor ou autores da adaptação e não foram aprovados pelo Banco Mundial.*

**Conteúdo de terceiros**—O Banco Mundial não é necessariamente proprietário de cada componente do conteúdo deste trabalho. Portanto o Banco Mundial não garante que a utilização de qualquer componente individual de terceiros ou parte destes contidos neste trabalho não infringem os direitos desses terceiros. O risco de reclamações resultantes dessas infracções é único e exclusivamente da sua responsabilidade. Se pretender reutilizar um componente deste trabalho, é da sua responsabilidade determinar se será necessária uma autorização para a referida reutilização e obter autorização do titular do direito de autor. São exemplos de componentes, sem estarem limitados a estes, quadros, figuras ou imagens.

Todas as questões acerca de direitos e licenças devem ser dirigidas a World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2625; e-mail: [pubrights@worldbank.org](mailto:pubrights@worldbank.org).

- © Foto na página 1: Kletr/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.
- © Foto na página 19: Northfoto/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.
- © Foto na página 48: Kaprik/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.
- © Foto na página 61: Oscity/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.
- © Foto na página 75: Fotokon/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.
- © Foto na página 89: DeymosHR/Shutterstock.com. Utilizada com autorização; requer nova autorização para ser reutilizada.

# Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia



*Comparando Regulações de Negócios em Empresas  
Nacionais em 25 Cidades na Croácia, República Checa,  
Portugal e Eslováquia com outras 186 Economias*

# Recursos no website *Doing Business*

## **Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia**

<http://www.doingbusiness.org/EU2>

## **Características actuais**

Notícias acerca do projecto *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org>

## **Classificações**

Qual a classificação das economias—entre 1 e 190  
<http://www.doingbusiness.org/rankings>

## **Dados**

Todos os dados das 190 economias—classificações por tópico, indicadores, listas de procedimentos regulamentares e detalhes subjacentes aos indicadores  
<http://www.doingbusiness.org/data>

## **Relatórios**

Acesso ao relatório *Doing Business* bem como aos relatórios subnacionais e regionais, estudos de caso e economia personalizada e perfis regionais  
<http://www.doingbusiness.org/reports>

## **Metodologia**

As metodologias e artigos académicos subjacentes a *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org/methodology>

## **Investigação**

Resumos de trabalhos acerca de tópicos e questões de política relacionadas com *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org/research>

## **Reformas Doing Business**

Breves resumos de reformas de regulamentação empresarial DB2018 e listas de reformas desde DB2006  
<http://www.doingbusiness.org/Reforms>

## **Projectos subnacionalismo e regionais**

Diferenças em regulamentos empresariais a nível subnacional e regional  
<http://www.doingbusiness.org/Subnational>

## **Dados históricos**

Conjuntos de dados personalizados desde DB2004  
<http://www.doingbusiness.org/custom-query>

## **Biblioteca Jurídica**

Recolha online de leis e regulamentos empresariais relacionados com negócios  
<http://www.doingbusiness.org/Law-library>

## **Dados empresariais**

Dados acerca da densidade de novos negócios (número de novas empresas registadas por 1,000 pessoas em idade activa) para 136 economias  
<http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/entrepreneurship>

## **Distância até à fronteira**

Dados para comparar 190 economias, até à fronteira, em termos de práticas regulatórias e um calculador da distância até à fronteira  
<http://www.doingbusiness.org/data/distance-to-frontier>

## **Informações acerca de boas práticas**

Mostra onde foram adoptadas as várias boas práticas identificadas por *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org/data/good-practice>

# Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia

DE RELANCE

O mais recente relatório subnacional da série *Doing Business* na União Europeia

Relatório completo: [www.doingbusiness.org/EU2](http://www.doingbusiness.org/EU2)

**D**oing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia centram-se nos regulamentos empresariais e sua aplicação em cinco áreas de *Doing Business*. Vai para além de Zagreb, Praga, Lisboa e Bratislava para comparar mais 21 cidades.

Este relatório contém dados referentes a 15 de Fevereiro de 2018 e inclui comparações com outras economias com base em dados do *Doing Business 2018: Reformar para Criar Emprego*.

O *Doing Business* mede aspectos de regulamentação que permitem ou impedem os empresários de começar, operar ou expandir um negócio - e disponibiliza recomendações e boas práticas para melhorar o ambiente empresarial.

## Cinco conjuntos de indicadores *Doing Business* abrangendo áreas de jurisdição ou prática locais



### Abertura de empresas

Regista os procedimentos, tempo, custo e entrada de capital mínimo necessário para permitir que uma empresa nacional de responsabilidade limitada de pequena ou média dimensão opere formalmente; inclui uma dimensão de género para criar responsabilidades por quaisquer práticas discriminatórias de género.



### Obtenção de eletricidade

Regista os procedimentos, tempo e custo para uma empresa obter uma ligação comercial eléctrica permanente para um armazém normalizado; avalia a fiabilidade do fornecimento de electricidade e a transparência das tarifas.



### Obtenção de alvarás de construção

Regista os procedimentos, tempo e custo necessário para uma empresa nacional de pequena ou média dimensão obter as autorizações necessárias para construir um armazém comercial e ligá-lo à rede de abastecimento de água e esgotos; avalia o controlo de qualidade e mecanismos de segurança no sistema de autorizações de construção.



### Registo de propriedades

Regista os procedimentos, tempo e custo necessários para transferir um título de propriedade de uma empresa nacional para outra para que o utilizador possa utilizar a propriedade para expandir o seu negócio, utilizá-lo como garantia ou, se necessário, vendê-lo; avalia a qualidade do sistema de administração de terras; inclui uma dimensão de género para criar responsabilidades por quaisquer práticas discriminatórias de género.



### Execução de contratos

Regista os procedimentos, tempo e custo necessário para resolver um litígio comercial recorrendo a um tribunal local de primeira instância, que ouve os argumentos acerca dos méritos do caso e nomeia um perito para dar um parecer acerca da qualidade dos bens em disputa; avalia a existência de boas práticas no sistema judicial.

25  
citeis

**CROÁCIA:** Osijek, Rijeka, Split, Varazdin, Zagreb

**REPÚBLICA CHECA:** Brno, Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen, Praga, Usti nad Labem

**PORTUGAL:** Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada, Porto

**ESLOVÁQUIA:** Bratislava, Kosice, Presov, Trnava, Zilina

## Vantagens e limitações da metodologia *Doing Business*

### Centra-se na lei e na prática

Torna os indicadores "accionáveis" porque a lei é o que os responsáveis políticos podem mudar.

### Utilização de cenários personalizados

Permite a comparabilidade em todos os locais, mas reduz o âmbito dos dados.

### Confiança nos peritos inquiridos

Reflecte o conhecimento dos que têm mais experiência.

### Centra-se no sector nacional e formal

Toma em atenção o sector formal, em que as empresas são mais produtivas, mas não reflecte o sector informal nem as empresas estrangeiras.

## *Doing Business* não abrangem:

- ✗ Segurança
- ✗ Dimensão do mercado
- ✗ Estabilidade macroeconómica
- ✗ Estado do sistema financeiro
- ✗ Prevalência do suborno e corrupção
- ✗ Nível de formação e competências da mão-de-obra

Uma colaboração do World Bank Group Global Indicators Group e escritórios nacionais do Banco Mundial com a Agency for Investments and Competitiveness, sob os auspícios do Ministério da Economia, Empreendedorismo e Ofícios da Croácia; o Ministério do Comércio de Indústria da República Checa; o Ministério da Presidência e Modernização Administrativa de Portugal; e o Ministério da Economia e Ministério das Finanças da Eslováquia. Financiado pela Comissão Europeia, Direcção Geral da Política Regional e Urbana.

# Índice

<b>Prefácio</b>	<b>vii</b>
<b>Visão Geral</b>	<b>1</b>
Quais foram as principais conclusões?	2
O que se segue?	10
<hr/>	
<b>Abertura de empresas</b>	<b>19</b>
Como funciona o processo de abertura de empresas nos quatro Estados membros?	20
O que pode ser melhorado?	27
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	<b>34</b>
Como funciona o licenciamento de construção nos quatro Estados membros?	35
O que pode ser melhorado?	42
<b>Obtenção de eletricidade</b>	<b>48</b>
Como funciona a obtenção de electricidade nos quatro Estados membros?	49
O que pode ser melhorado?	57
<b>Registo de propriedades</b>	<b>61</b>
Como funciona o registo de propriedades nos quatro Estados membros?	63
O que pode ser melhorado?	70
<b>Execução de contratos</b>	<b>75</b>
Como funciona a execução de contratos nos quatro Estados membros?	77
O que pode ser melhorado?	85
<hr/>	
<b>Sobre o <i>Doing Business</i> e <i>Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia</i></b>	<b>89</b>
<b>Notas sobre os dados</b>	<b>103</b>
<b>Instantâneos das cidades</b>	<b>128</b>
<b>Instantâneos dos indicadores</b>	<b>133</b>
<b>Detalhes dos indicadores</b>	<b>138</b>
Abertura de empresas	138
Obtenção de alvarás de construção	139
Obtenção de eletricidade	145
Registo de propriedades	149
Execução de contratos	152
<hr/>	
<b>Agradecimentos</b>	<b>155</b>
<hr/>	
<b>Caixas</b>	
1.1 O que mede o projecto <i>Doing Business</i> na União Europeia?	2
1.2 Como tem funcionado a aprendizagem cooperativa noutros Estados membros?	11
1.3 SIMPLEX: combinar <i>e-government</i> (governo electrónico) e iniciativas para reduzir a burocracia em Portugal	14

---

2.1	Como a redução dos requisitos capital mínimo teve um impacto positivo na República Checa	30
2.2	Lançamento de uma plataforma para prestar serviços de <i>e-government</i> na Eslováquia	32
2.3	<i>E-government</i> na República Checa: utilizar as bases de dados para melhorar as comunicações comerciais	33
5.1	Optar por registos de propriedade electrónicos-um exemplo da UE de boas práticas na Dinamarca	73
6.1	Uma nova era para a função do cumprimento judicial em Portugal	82
6.2	Arquivo electrónico em todos os tribunais croatas	84





# Prefácio

A política de coesão, a principal política de investimento da União Europeia, tem um maior impacto nas regiões com um bom ambiente empresarial. Os relatórios do projecto *Doing Business* mostram, contudo, que subsistem diferenças substanciais no ambiente empresarial entre e dentro dos Estados membros. Em regiões em que as empresas se deparam com custos mais altos e esperas mais longas, as estratégias de desenvolvimento regional terão dificuldade em motivar mais empreendedorismo e investimentos. Sem mais investimentos e start-ups (novas empresas), o efeito multiplicador das políticas de desenvolvimento regional ficará limitado.

A política de coesão investe a maior parte dos fundos em regiões e países que tendem a ter um ambiente empresarial menos favorável. Como resultado, será essencial reduzir os atrasos e custos suportados pelas empresas para ajudar essas regiões e países a acompanhar o resto da UE. Tanto o 7º Relatório de Coesão<sup>1</sup> e o Relatório da CE sobre Competitividade em regiões de baixo rendimento e baixo crescimento<sup>2</sup> salientaram a necessidade de melhorar a administração pública e utilizar procedimentos mais transparentes e eficientes.

Regozijamo-nos por termos unido os nossos esforços aos do Banco Mundial e os governos da Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia para realizarmos este estudo em 25 cidades – focando-nos no sistema regulamentar, a natureza da gestão empresarial e eficiência da burocracia. Melhorar a facilidade de fazer negócios é particularmente importante para pequenas e médias empresas, porque estas, frequentemente, têm falta de recursos para tratar destas exigências administrativas rapidamente.

Este relatório é o segundo numa série de relatórios acerca dos Estados Membros a nível subnacional financiados pela Direcção Geral para a Política Regional e Urbana. O primeiro relatório, publicado em 2017, abrangia a Bulgária, Hungria e Roménia. O objectivo é continuar esta série até que todos os estados membros com, pelo menos, 4 milhões de habitantes tenham sido abrangidos.

São de salientar alguns dos resultados deste relatório.

- Os quatro países beneficiariam em reduzir a complexidade processual. A maior parte das cidades comparadas neste relatório têm pro
- cessos para abrir uma empresa e obter alvarás de construção mais complexas do que a média da UE.
- Entre os países comparados Portugal tem o desempenho mais homogéneo entre as suas cidades, indicando uma implementação relativamente consistente dos regulamentos em todo o país. Pelo contrário, a República Checa e a Croácia registam as diferenças subnacionais mais acentuadas.
- É mais fácil abrir empresas nas cidades mais pequenas da Croácia, enquanto que na República Checa as maiores cidades, Praga e Brno têm melhores desempenhos do que as mais pequenas. De facto, Praga é a única que aparece em primeiro lugar no seu país. Bratislava, Lisboa e Zagreb surgem atrás da maioria das cidades mais pequenas nos seus respectivos países.
- As maiores diferenças dentro de cada país surgem nas áreas relacionadas com a obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade e execução de contratos. Por exemplo, para Obtenção de eletricidade Zilina

na Eslováquia apresenta melhores resultados do que a Áustria— suficientemente altos para surgir entre os 10 melhores Estados membros da UE. Entretanto, Trnava, outra cidade da Eslováquia, apresenta resultados abaixo da média da UE.

- Em virtude de a classificação global do projecto *Doing Business* se basear no desempenho das cidades capitais, melhorias em Zagreb e Bratislava implicariam uma classificação mais elevada da Croácia e da Eslováquia respectivamente. Se Zagreb reproduzisse os melhores desempenhos registados nas cinco cidades nas cinco áreas que estão a ser avaliadas, a Croácia surgiria na 40ª posição entre as 190 economias em termos de facilidade de fazer negócios — 11 posições acima da sua classificação actual de acordo com o projecto *Doing Business 2018*. De forma semelhante, se Bratislava adoptasse todas as boas práticas verificadas na Eslováquia, surgiria na 30ª posição na classificação global das 190 economias em termos da facilidade de fazer negócios — 9 posições acima da actual posição da Eslováquia de acordo com o projecto *Doing Business 2018*.

Esperamos que este relatório possa ajudar os Estados membros, regiões e cidades a identificar os seus principais obstáculos e encontrar as boas práticas tendentes a melhorar os seus ambientes de negócios.

**Marc Lemaitre,**

Director Geral para a Política Regional e Urbana, Comissão Europeia

<sup>1</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/en/information/cohesion-report/](http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/cohesion-report/)

<sup>2</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/en/information/publications/reports/2017/competitiveness-in-low-income-and-low-growth-regions-the-lagging-regions-report](http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/reports/2017/competitiveness-in-low-income-and-low-growth-regions-the-lagging-regions-report)





# Visão Geral

## PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- O desempenho varia substancialmente entre as cidades comparadas na Croácia e na República Checa: em ambos os países aquelas classificações na parte superior e inferior são separados por quase seis pontos na pontuação da distância até a fronteira - uma medida que mostra a distância de cada cidade melhores práticas globais em termos absolutos.
- Portugal mostra o desempenho mais homogêneo entre as cidades referenciadas, com a menor diferença (menos de dois pontos) na pontuação da distância até a fronteira - sugerindo implementação consistente de regulamentos em todo o país.
- Em média, as diferenças mais acentuadas de desempenho dentro de cada país estão nas áreas de obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade e execução de contratos.
- Todos os quatro países se beneficiariam da redução da complexidade processual. A maioria das cidades referenciadas neste relatório tem processos para iniciar um negócio e lidar com alvarás de construção que são mais complexas do que a média dos estados-membros da União Europeia.
- Praga é a única capital no topo da classificação entre as cidades de seu país. Bratislava, Lisboa e Zagreb ficam atrás da maioria das cidades menores dentro de seus países.
- Autoridades reformistas podem fazer melhorias tangíveis, reproduzindo boas práticas em outras cidades em seu país. Adotando todas as boas práticas encontradas a nível subnacional, todos os quatro estados membros se aproximariam substancialmente da fronteira das melhores práticas regulatórias. Para a Croácia, isso significaria um salto de 11 lugares - e para a Eslováquia, nove lugares - da classificação global do *Doing Business* de 190 economias.

**A**lcançar uma maior coesão económica e social encontra-se entre os objetivos principais da União Europeia. Isto requer uma redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões da EU, ajudando aqueles com mais dificuldades a melhorar os seus índices de desenvolvimento. Mas as políticas de desenvolvimento económico apenas conseguem dar bons resultados num ambiente favorável ao investimento. Criar igualdade de condições para todos os agentes económicos é fundamental para garantir que os empresários com boas ideias e energia possam iniciar e desenvolver negócios, gerando emprego. Isto é particularmente importante no caso das pequenas e médias empresas, que representam mais de 98% de todos os negócios da EU e cerca de dois terços dos empregos do setor privado em setores não bancários, dando emprego a 93 milhões de pessoas.<sup>1</sup>

Uma regulamentação empresarial que seja clara, simples e coerente poderá proporcionar as regras estáveis e previsíveis de que essas empresas precisam para funcionar de forma eficaz, incentivando o crescimento a longo prazo e um

desenvolvimento económico sustentável. Por outro lado, uma regulamentação excessiva pode restringir a capacidade das empresas alcançarem a dimensão mínima necessária para poderem ser competitivas – diminuindo, assim, as suas hipóteses de se tornarem mais produtivas, de poderem operar a nível internacional e de atrair investimento estrangeiro.

## QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Os resultados deste estudo revelam uma variação substancial na regulamentação empresarial entre os quatro países objeto do mesmo, e mesmo entre diferentes cidades do mesmo país. Estas diferenças são importantes. As conclusões de um estudo recente do Banco Mundial mostraram que as empresas localizadas em regiões com um ambiente de negócios mais favorável revelam um desempenho mais forte a nível de vendas, de criação de emprego e de crescimento da produtividade, bem como a nível de investimentos.<sup>2</sup>

Muitos dos aspetos da regulamentação empresarial analisados neste relatório

são legislados a nível nacional. Mas a forma como os regulamentos são implementados pode variar substancialmente segundo as cidades e as regiões (caixa 1.1). Além disso, para além do quadro legislativo nacional, as autoridades locais podem também estabelecer os seus próprios regulamentos, políticas e incentivos, levando a variações por vezes importantes na facilidade para fazer negócios. As diferenças em termos de desempenho regulatório entre zonas do mesmo país podem ajudar os responsáveis políticos a identificar oportunidades para melhorar os procedimentos administrativos e fortalecer a capacidade das instituições locais.

Entre os quatro países objeto do estudo, Portugal é aquele que mostra uma maior homogeneidade a nível de desempenho entre todas as cidades estudadas, revelando menores diferenças na medida da distância até à fronteira – que mostra a distância a que uma cidade se encontra das melhores práticas mundiais em termos absolutos, fornecendo igualmente a base para a classificação. A República Checa e a Croácia apresentam as maiores diferenças a nível subnacional.

### CAIXA 1.1 O que mede o *Doing Business* na União Europeia?

O *Doing Business* analisa as regulamentações aplicáveis a PME nacionais em 190 economias. Na sua publicação anual, cada economia é representada pela sua maior cidade comercial.<sup>a</sup> A nível subnacional, os relatórios do *Doing Business* retratam um quadro mais variável, já que muitas regulamentações e medidas administrativas são implementadas ou determinadas pelas autoridades locais. A coordenação entre todos os níveis do setor público e das instituições é essencial para reduzir a carga regulatória das empresas.

Este estudo é o mais recente de uma série de estudos destinados a estender o exercício de aferição a cidades secundárias dos estados membros da UE, de modo a proporcionar uma representação mais completa do atual ambiente regulador e de negócios.<sup>b</sup> Esta edição abrange 25 cidades da Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia.<sup>c</sup> Esses quatro países compartilham um potencial significativo de crescimento, um forte interesse na convergência com o resto da UE e uma concentração na melhoria do clima de investimento e no incentivo do crescimento do setor privado. O foco consiste em conjuntos de indicadores que meçam a complexidade e o custo dos procedimentos regulatórios, bem como a importância das instituições jurídicas nas cinco fases da vida de uma PME nacional: abertura da empresa, obtenção dos alvarás de construção, obtenção de eletricidade, realização do registo de propriedade e execução de contratos através de um tribunal local.

a. Onze economias com uma população de mais de 100 milhões em 2013 (Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Federação Russa e Estados Unidos) também estão representadas pela sua segunda maior cidade de negócios. Os dados que dizem respeito a estas 11 economias baseiam-se na média ponderada em função da população, relativa às duas maiores cidades de negócios.

b. Estudos prévios incluem o *Doing Business in the European Union 2017: Bulgaria, Hungary and Romania* (Washington, DC: Banco Mundial, 2017), o *Doing Business in Poland 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015), o *Doing Business in Spain 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015) e o *Doing Business in Italy 2013* (Washington, DC: Banco Mundial, 2013), do Banco Mundial.

c. Osijek, Rijeka, Split, Varazdin e Zagreb na Croácia; Brno, Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen, Praga e Usti nad Labem na República Checa; Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto em Portugal; Bratislava, Kosice, Presov, Trnava e Zilina na Eslováquia.

Além disso, enquanto Bratislava, Lisboa e Zagreb ficam atrás da maioria das cidades mais pequenas nos seus respetivos países, Praga fica no topo entre as cidades checas. E, em média, as diferenças mais marcantes de desempenho dentro de cada país registam-se na obtenção de alvarás de construção, na obtenção de eletricidade e na execução de contratos.

### Como varia o desempenho subnacional na Croácia?

No conjunto das cinco áreas regulatórias medidas, Varazdin é a cidade onde é mais fácil fazer negócios e Split aquela onde é menos (quadro 1.1). Visto de forma isolada, a classificação das cinco cidades estudadas na Croácia pode mostrar resultados inesperados. Tal como acontece noutras economias mundiais, certas cidades que parecem menos dinâmicas podem apresentar uma classificação surpreendentemente alta, ao passo que os maiores centros de negócios parecem ficar para trás. A razão é que o *Doing Business* não mede todos os aspetos do ambiente de negócios importantes para as empresas ou os investidores - nem mede todos os fatores que afetam a competitividade.<sup>3</sup>

Uma observação mais atenta das classificações revela várias conclusões. Primeiro, não existe nenhuma cidade que se destaque nas cinco áreas medidas. Abrir uma empresa é mais fácil em Split, onde

a maioria das sociedades anónimas são criadas recorrendo aos serviços do HITRO. HR (ou “ponto de acesso único”)—de facto, Split é a cidade mais dinâmica neste sentido.<sup>4</sup> No entanto, obter alvarás de construção é mais fácil em Varazdin. Esta cidade também lidera na área de obtenção de eletricidade, graças a um fornecimento de energia mais fiável, com interrupções de serviço mais curtas e menos frequentes do que as outras cidades, e tempos de espera relativamente curtos para novas ligações. Osijek se destaca por seu desempenho nas áreas de registo de propriedade e execução de contratos - talvez de maneira previsível, dado o menor número de casos no cartório de registo de imóveis locais e os menores atrasos em seus tribunais. Mas estar na vanguarda da reforma regulatória - como o piloto introduzido em fevereiro de 2017 de novos softwares que permitem a submissão on-line de pedidos de transferência de propriedade por profissionais jurídicos certificados - é outro fator por trás do melhor desempenho da Osijek. Rijeka, vice-campeã em quatro áreas, fica atrás apenas na execução de contratos.

Em segundo lugar, existem diferenças substanciais no desempenho regulatório entre as cinco cidades. As múltiplas reformas regulatórias realizadas ao longo dos anos originaram incoerências na forma como a regulamentação é implementada

a nível local. Além disso, nalgumas zonas, a irregularidade do volume de transações parece afetar o seu desempenho. Em Split, por exemplo, a enorme carga de trabalho do departamento de construção origina tempos de espera, para obter um alvará de construção, três vezes superiores à média das outras cidades: ou seja, três meses em vez de um.

Mas nem todas as cidades com volumes de transações maiores têm dificuldades. Zagreb realiza transferências de propriedade um mês mais depressa do que Split, apesar de registar uma carga de trabalho quatro vezes maior.<sup>5</sup> Uma boa gestão, uma equipe com uma boa formação e procedimentos internos eficientes podem aliviar bastante os problemas associados a volumes maiores, sem necessariamente exigir recursos adicionais. Outros estados membros da UE também oferecem bons exemplos. Na Polónia, por exemplo, a duração dos processos judiciais na movimentada corte regional de Cracóvia é de menos de um ano - seis meses mais rápido do que em Gdansk ou Varsóvia.<sup>6</sup> Os juizes em Cracóvia seguem as melhores práticas nacionais e empregam a gestão de casos ativa, que consiste em utilizar da forma mais eficaz possível as disposições do Código de Processo Civil para adiantar as provas e definir um calendário das audiências e atos processuais, sempre que possível.

QUADRO 1.1 As cidades menores da Croácia superam seus pares maiores nas cinco áreas regulatórias medidas

Cidade	População	Classificação agregada (1–5) <sup>a</sup>	Medida DAF média (0–100) <sup>a</sup>	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)
Varazdin	46.946	1	75,89	4	85,38	1	66,20	1	84,29	3	74,07	3	69,49
Osijek	105.921	2	75,68	3	85,50	2	61,10	4	81,70	1	75,86	1	74,24
Rijeka	121.975	3	74,45	2	87,59	2	61,10	2	82,87	2	75,02	4	65,67
Zagreb	801.349	4	72,47	5	82,49	4	54,77	5	80,43	3	74,07	2	70,60
Split	173.109	5	70,50	1	89,55	5	43,67	3	82,66	5	71,08	5	65,56

Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat para todas as cidades exceto Varazdin (Instituto de Estatística da Croácia).

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo “Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*.” Os dados relativos a Zagreb foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das cinco cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes do quadro.

Em terceiro lugar, as maiores lacunas a nível de desempenho dentro da Croácia foram observadas relativamente aos alvarás de construção, à execução de contratos e à abertura de empresas (figura 1.1). Por exemplo, o processo de licenciamento de um simples armazém leva 112 dias em Varazdin e custa 5,3% do valor do mesmo - metade do tempo que leva em Split, a um terço do custo. Entre os motivos por trás destas diferenças, encontram-se a pesada carga de trabalho do departamento de construção de Split, as altas contribuições obrigatórias para as infraestruturas municipais e outros requisitos municipais adicionais, tais como os relacionados com a inspeção

do trabalho e as autorizações do departamento de recolha de resíduos. Com uma medida de distância até à fronteira na obtenção de alvarás de construção de 43,67, Split tem um desempenho tão baixo quanto as economias classificadas entre as 10% mais inferiores do mundo. Por outro lado, a pontuação de Varazdin de 66,20 situa-se acima da média global.

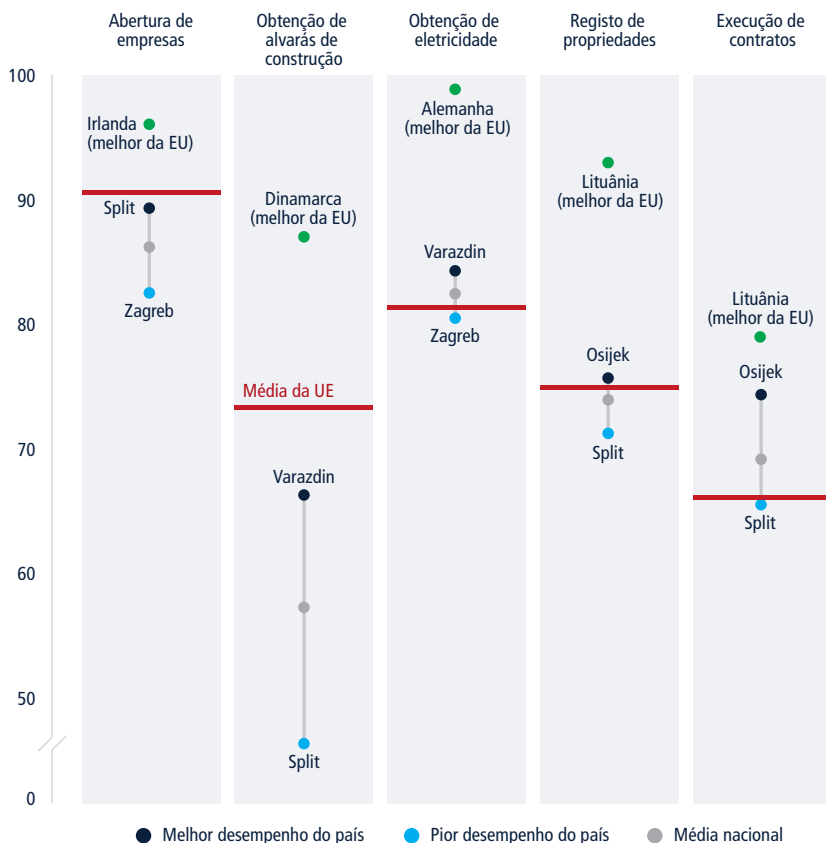
Na execução de contratos, a classificação DAF de Osijek (74,24) classificaria a cidade perto do topo dos estados membros da UE, depois da Lituânia, da Áustria e da Estónia. Enquanto isso, a classificação de Split (65,56) está abaixo da média da UE. Isto não é surpreendente, pois os

casos no tribunal de comércio de Split costumam requerer mais audiências para serem resolvidos. Os adiamentos e os reagendamentos aumentam os atrasos. Os pareceres dos peritos também demoram mais tempo, já que frequentemente enviam os seus relatórios fora de prazo. Como resultado, a resolução de um litígio comercial, bem como a execução da sentença levam quase 11 meses mais em Split do que em Osijek, pelo que o atraso é quase duas vezes maior (15,9% dos casos têm mais de três anos, contra 8,7% em Osijek).<sup>7</sup>

Diferenças semelhantes surgem na abertura de empresas devido às diferenças na forma como estas se registam. Em Split, mais da metade das novas empresas de responsabilidade limitada são estabelecidas usando os serviços da HITRO.HR - e o start-up requer seis procedimentos e seis dias. Em Zagreb, por outro lado, a maioria dos novos negócios é registrada em pessoa no tribunal.<sup>8</sup> Isso leva oito procedimentos e mais de três semanas.

FIGURA 1.1 Na Croácia, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de alvarás de construção, na execução de contratos e na abertura de empresas

Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do Doing Business. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da Croácia baseiam-se em dados relativos às cinco cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 estados membros da UE.

### Como varia o desempenho subnacional na República Checa?

Entre as sete cidades estudadas na República Checa, Praga, Brno e Ostrava - as três maiores cidades do país - são aquelas em que é mais fácil fazer negócios nas cinco áreas medidas. Praga ocupa o primeiro lugar em duas áreas (obtenção de eletricidade e execução de contratos), enquanto Brno ocupa o primeiro lugar na obtenção de alvarás de construção e Ostrava no registo de propriedades. Isto demonstra o potencial das grandes cidades para alcançar eficiência e qualidade regulatória, ao capitalizar nas economias de escala e investir na modernização administrativa.

A República Checa apresenta as maiores diferenças subnacionais ao nível agregado entre os quatro estados membros abrangidos por este estudo. Praga, com a distância até à fronteira mais alta relativamente entre as sete cidades, e Liberec com a mais baixa, estão separadas por quase seis pontos (quadro 1.2).

**QUADRO 1.2** Nas cinco áreas medidas, fazer negócios é mais fácil nas maiores cidades da República Checa

Cidade	População	Classificação agregada (1–7) <sup>a</sup>	Medida DAF média (0–100) <sup>a</sup>	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1–7)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–7)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–7)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–7)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–7)	Med. DAF (0–100)
Praga	1.267.449	1	74,24	7	83,55	5	56,17	1	95,35	6	79,74	1	56,38
Brno	377.028	2	72,88	4	84,55	1	57,90	2	89,92	2	80,10	7	51,95
Ostrava	292.681	3	69,67	3	85,31	3	56,89	3	69,89	1	80,22	3	56,05
Plzen	169.858	4	69,13	4	84,55	6	55,38	4	69,67	6	79,74	2	56,32
Usti nad Labem	93.248	5	69,11	1	85,56	2	57,24	5	67,70	2	80,10	5	54,96
Olomouc	100.154	6	68,54	1	85,56	7	54,45	6	67,09	4	79,98	4	55,64
Liberec	103.288	7	68,28	2	84,55	4	56,67	7	66,32	4	79,98	6	53,86

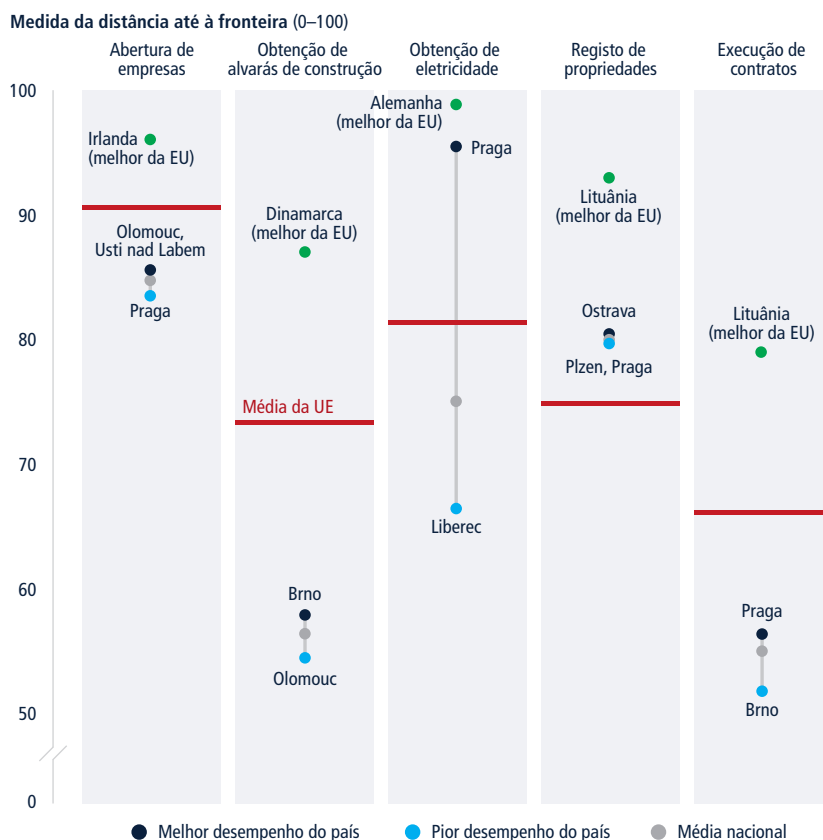
Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat.

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Praga foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das sete cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes do quadro.

A maior variação reside na obtenção de eletricidade (figura 1.2). Isto prende-se sobretudo com as diferenças no tipo de ligação mais provável a ser contratada para um novo armazém, como o do estudo de caso do *Doing Business*. Em cinco das sete cidades estudadas, um espaço como este é geralmente ligado à rede de média tensão e exige um processo que envolve mais tempo e custos do que a média da UE. Realizar todo o processo de ligação pode durar quase oito meses (tal como em Usti nad Labem). Tais atrasos são sobretudo devidos ao tempo gasto na obtenção das múltiplas autorizações municipais necessárias. Além disso, o empreendedor tem de cobrir os custos iniciais, inclusive a compra de uma subestação, o que pode representar até 283,2% do rendimento per capita (tal como em Ostrava). Somente em Brno e Praga é que é provável que um espaço deste tipo seja ligado à rede de baixa tensão. Isso faz uma grande diferença: em Praga, todo o processo pode ser concluído em dois meses, por 25,9% do rendimento per capita.

Podemos observar, igualmente, diferenças apreciáveis no país a nível da abertura de empresas, da obtenção de alvarás de construção e da execução de contratos, três áreas em que as cidades checas ficam atrás dos seus pares da UE.

**FIGURA 1.2** Na República Checa, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade


Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da República Checa baseiam-se em dados relativos às sete cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 estados membros da UE.

Efetivamente, nestas três áreas, mesmo o melhor desempenho entre as cidades checas apresenta uma distância até à fronteira mais baixa do que a média da UE.

As diferenças entre as cidades checas na facilidade em abrir uma empresa prendem-se igualmente com a questão do tempo. O registo fiscal é o elemento que está na base destas variações. Registrar a empresa para efeitos de declaração do imposto sobre o rendimento costuma demorar entre um a cinco dias, mas para a declaração do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), os requerentes podem ter de esperar entre dez dias em Olomouc e Usti nad Labem, e 18 dias em Praga, onde os volumes de aplicação são mais elevados. Todas as cidades exigem os mesmos oito procedimentos para se abrir uma empresa; entre os estados membros da UE, apenas a Alemanha exige um número maior (nove).

O processo de obtenção dos alvarás de construção requer 20 ou 21 procedimentos, variando de acordo com a cidade, sendo o procedimento adicional uma reunião informativa que os investidores normalmente solicitam ao departamento municipal de meio ambiente para

esclarecer os possíveis requisitos de avaliação de impacto ambiental. O número de aprovações de pré-construção requeridas na República Checa, 13 em média, é o mais alto entre os estados membros da UE. Isto causa atrasos substanciais. Em Olomouc, onde o processo é mais lento, obter um alvará de construção leva nove meses. O processo é mais rápido em Brno, graças a uma comunicação mais eficiente entre o município e incorporadores, assim como um processamento mais rápido para obter a autorização de zoneamento e completar as aprovações necessárias para construir. Além disso, a companhia de abastecimento de água em Brno leva menos tempo para identificar potenciais pontos de conexão porque tem mapas de infra-estrutura mais atualizados do que das outras cidades.

A cidade em que a execução de um contrato demora menos tempo é Praga, com mais de 22 meses — superior à média da UE. Em Brno, o mesmo processo requer mais de 5 meses adicionais. Mas mesmo em Praga, o processo demora mais tempo do que a média da UE. E entre os estados membros da UE, apenas o Reino Unido apresenta um custo mais alto na execução de contratos do que as cidades checas.

No registo de propriedades, pelo contrário, as cidades checas mostram resultados homogéneos - e todas apresentam uma distância até à fronteira mais alta do que a média da UE. Os resultados variam apenas no tempo que leva todo o processo, o que depende sobretudo da eficiência da divisão de registo cadastral local: o tempo necessário para registar uma transferência de propriedade como a do estudo de caso do *Doing Business* varia entre 23,5 dias (em Ostrava) e 27,5 dias (em Plzen e Praga).

### Como varia o desempenho subnacional em Portugal?

No total das cinco áreas regulatórias medidas, Ponta Delgada e Évora lideram as oito cidades estudadas em Portugal, enquanto Braga e Faro ocupam os últimos lugares. Mas as diferenças em termos de desempenho global são menos pronunciadas em Portugal do que nos outros três estados membros, sugerindo uma implementação relativamente coerente dos regulamentos em todo o país. De facto, a medida da distância até à fronteira global difere em apenas 1,81 pontos entre Ponta Delgada e Braga (quadro 1.3).

**QUADRO 1.3** As diferenças no desempenho agregado são mínimas em Portugal - com menos de dois pontos entre as cidades mais altas e as mais baixas

Cidade	População	Classificação agregada (1-8) <sup>a</sup>	Medida DAF média (0-100) <sup>a</sup>	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1-8)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-8)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-8)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-8)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-8)	Med. DAF (0-100)
Ponta Delgada	68.352	1	80,37	1	90,88	2	73,59	3	85,12	1	79,43	4	72,82
Évora	56.596	2	80,20	1	90,88	3	73,53	5	84,19	5	79,19	3	73,23
Funchal	104.813	3	80,18	1	90,88	6	72,83	4	84,96	1	79,43	4	72,82
Coimbra	134.348	4	79,59	1	90,88	8	65,93	1	87,49	6	79,07	1	74,60
Porto	948.613	5	79,51	1	90,88	1	74,04	6	82,71	7	78,59	7	71,32
Lisboa	1.842.352	6	79,34	1	90,88	5	73,10	2	86,45	8	78,35	8	67,91
Faro	61.073	7	78,97	1	90,88	4	73,42	8	78,83	1	79,43	6	72,28
Braga	181.182	8	78,56	1	90,88	7	66,58	7	82,27	4	79,31	2	73,78

Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat para todas as cidades exceto Évora (INE)

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Lisboa foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das oito cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes do quadro.



No entanto, existem diferenças e nenhuma cidade se destaca nas cinco áreas. O Porto ocupa o primeiro lugar na obtenção de alvarás de construção, mas próximo do último lugar no registo de propriedades e na execução de contratos. Coimbra lidera na obtenção de eletricidade e na execução de contratos, mas fica para trás na obtenção de alvarás de construção. Faro, juntamente com o Funchal e Ponta Delgada, lidera a classificação no registo de propriedades, mas ocupa a última posição na obtenção de eletricidade.

O desempenho das cidades portuguesas varia mais na área da obtenção de eletricidade e na obtenção dos alvarás de construção (figura 1.3). Nestas duas áreas, algumas cidades ultrapassam a média da UE, ao passo que outras ficam para trás. No entanto, nas áreas de abertura de empresas, execução de contratos e registo de propriedades, as oito cidades superam a média da UE.

As diferenças nas pontuações relativas à obtenção de alvarás de construção refletem principalmente variações a nível do tempo necessário para se obter todas as aprovações necessárias para a construção e o início do funcionamento de um armazém comercial. Enquanto este processo demora pouco mais de cinco meses no Porto, demora quase nove meses em Coimbra. Tal decorre de um processamento mais lento dos casos nos gabinetes municipais: a aprovação de projetos arquitetónicos pode levar até seis meses em Coimbra. Estes atrasos estão relacionados com a existência de regulamentos de concessão de autorização locais mais complicados (como por ex., planos de urbanização), que requerem esforços adicionais em termos da sua harmonização com as regulamentações nacionais de construção. Mas devem-se, igualmente, a ineficiências nos municípios.

O processo de obtenção de eletricidade é mais ágil em Coimbra e Ponta Delgada. Nestas cidades, os clientes têm de passar por quatro procedimentos, em vez dos

seis necessários em Braga, Faro e Porto. Em Coimbra, a filial local da empresa de eletricidade nacional implementou um sistema de georreferenciamento que eliminou a necessidade de uma visita ao local para determinar o custo da ligação. E em Ponta Delgada os clientes não precisam de obter uma certificação para poder instalar a cablagem interna do edifício; em vez disso, podem apresentar um termo de responsabilidade assinado pelo seu técnico de instalação.

O Funchal tem o processo mais rápido de obtenção de uma ligação nova (50 dias). A empresa de eletricidade analisa os requerimentos de uma forma

relativamente rápida. E os clientes podem simplesmente enviar uma notificação a comunicar que a instalação interna se encontra concluída - em vez de terem de chamar uma empresa especializada para realizar a inspeção da instalação interna, tal como é exigido no Portugal continental.

Entre as cidades portuguesas, Coimbra e Braga são as mais rápidas na execução de contratos, graças ao facto de registarem prazos judiciais mais curtos na nomeação de testemunhas periciais, na obtenção e apreciação dos seus relatórios e na marcação das datas das audiências. Lisboa e Porto são casos especiais, com áreas

**FIGURA 1.3** Em Portugal, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade e na obtenção de alvarás de construção



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias de Portugal baseiam-se em dados relativos às oito cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 estados membros da UE.

metropolitanas que juntas representam mais de metade da população portuguesa. Os tribunais destas cidades gerem um grande número de casos, muitos deles casos comerciais complexos que levam mais tempo a serem resolvidos. De uma forma global, Portugal destaca-se pelos baixos custos iniciais de execução: para iniciar os procedimentos de execução, o credor deve apenas antecipar 0,5% do montante do crédito (menos de 200 euros no caso estudado pelo *Doing Business*).

Dos cinco processos regulatórios medidos, o registo de propriedades e a abertura de uma empresa são os mais standardizados em Portugal. Nas oito cidades, registar uma propriedade exige um único procedimento, tornando Portugal num dos quatro únicos países do mundo onde apenas é necessária uma única interação. Em Faro, Funchal e Ponta Delgada, este procedimento pode ser realizado sem marcação e em poucas horas num balcão local da Casa Pronta. Nas outras cidades, geralmente é necessário fazer um agendamento por telefone primeiro e depois esperar até 8 dias, como no Porto, ou 10 dias, como em Lisboa.

Portugal possui também um balcão único de ponta e uma plataforma eletrónica para o arranque das empresas (ver caixa

1.3 abaixo). Os empresários podem registar uma empresa, obter os respetivos números de identificação fiscal e de segurança social, e declarar o início da atividade num único ponto de contato numa ou duas horas. Toda a informação é automaticamente partilhada entre os organismos públicos envolvidos. Efetivamente, o registo de uma empresa pode ser feito de forma imediata, embora em Lisboa e Porto possa ser necessário fazer um agendamento prévio.

### Como varia o desempenho subnacional na Eslováquia?

É importante para os empresários eslovacos decidir onde irão estabelecer os seus negócios, tendo em conta os obstáculos regulatórios que poderão ter de enfrentar. É mais fácil abrir uma empresa em Presov ou Zilina, onde as transações com a autoridade tributária para obter um formulário de impostos em atraso e realizar o registo do IVA levam 8 dias - uma semana menos do que em Bratislava. O licenciamento para construção é mais eficiente em Presov, graças sobretudo a um processo mais simplificado na obtenção das licenças de implantação e construção e a uma menor espera pela ligação ao serviço de águas e esgotos. Zilina lidera na área da obtenção de eletricidade, com um procedimento de instalação mais rápido e mais barato. Trnava destaca-se pelo seu desempenho

no registo de propriedades, que leva menos de uma semana - três vezes mais rápido do que em Bratislava ou Presov. E o tribunal distrital de Kosice supera os seus pares com processos e julgamentos mais rápidos.

Bratislava fica atrás da maioria das cidades eslovacas mais pequenas na maioria das áreas medidas (quadro 1.4). Este resultado pode ser atribuído em parte a uma maior procura de serviços empresariais na capital. Por exemplo, Bratislava assiste a mais pedidos de licenciamento para abertura de novas atividades do que as outras quatro cidades eslovacas juntas.<sup>9</sup> Mas algumas cidades registam um melhor desempenho na gestão de volumes maiores de transações. Praga lidera a classificação das sete cidades checas, demonstrando o seu potencial para lidar de forma eficiente com a alta procura de serviços empresariais.

A maior variação no desempenho regulatório entre as cidades eslovacas regista-se nas áreas da obtenção de eletricidade e de alvarás de construção (figura 1.4). Tal não é surpreendente, já que existem diferentes empresas de serviços públicos a operar em diferentes partes do país, e muitos dos requisitos para a obtenção de alvarás de construção encontram-se sob controlo municipal. Os pormenores acerca destas disparidades

QUADRO 1.4 Com exceção de Bratislava, todas as cidades da Eslováquia estão no topo em pelo menos uma área

Cidade	População	Classificação agregada (1-5) <sup>a</sup>	Medida DAF média (0-100) <sup>a</sup>	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)
Presov	89.618	1	78,78	1	84,73	1	62,91	2	86,27	4	90,17	2	69,81
Kosice	239.141	2	78,19	4	83,72	3	60,74	3	85,29	2	91,24	1	69,95
Zilina	81.041	3	77,82	1	84,73	5	57,90	1	88,41	3	91,00	4	67,08
Trnava	65.536	4	76,96	3	83,98	2	61,39	5	80,07	1	91,48	3	67,90
Bratislava	425.923	5	76,16	5	81,97	4	59,33	4	83,19	4	90,17	5	66,12

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Bratislava foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das cinco cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes do quadro.

**FIGURA 1.4** Na Eslováquia, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade e na obtenção dos alvarás de construção



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da Eslováquia baseiam-se em dados relativos às cinco cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 estados membros da UE.

de desempenho são úteis para fins de políticas públicas, pois apontam para áreas onde se poderiam operar melhorias sem grandes mudanças legislativas.

Por exemplo, a distância até à fronteira na obtenção de eletricidade difere em mais de 8 pontos entre as cidades com maior e menor classificação. A pontuação de Zilina (88,41) é melhor do que a da Áustria - na verdade, é suficientemente alta para a colocar entre as 10 melhores dos estados membros da UE. Enquanto isso, Trnava regista um desempenho abaixo da média da UE. Esta variação decorre principalmente das diferenças nos processos internos das empresas

de serviços públicos e na sua disponibilidade ou capacidade para realizar instalações em novos edifícios. Em Kosice, Presov e Zilina, onde é mais provável que um estabelecimento comercial como o do estudo de caso do *Doing Business* seja ligado à rede de baixa tensão, os tempos de espera são mais curtos e o processo é menos oneroso. Em Bratislava e Trnava, pelo contrário, é mais provável que o estabelecimento obtenha uma ligação de uma subestação privada a um custo de cerca de 28.000 euros. Assim, enquanto a obtenção de eletricidade leva 56 dias e custa 55,2% do rendimento per capita em Zilina, leva mais um mês

e custa mais de quatro vezes mais em Bratislava e Trnava.

As medidas DAF respeitantes à obtenção de alvarás de construção revelam uma variação quase tão grande. Mas nesse ponto Zilina, com uma pontuação inferior a 58,00 tem um desempenho tão fraco quanto as economias classificadas no percentil 20, entre as economias com pior desempenho a nível global, abaixo de todos os estados membros da UE - enquanto a Presov tem um desempenho melhor do que todas as cidades da Croácia, e a República Checa (exceto Varazdin). Esta variação decorre principalmente das diferenças na eficiência dos departamentos de construção no que respeita à emissão de alvarás de construção, bem como das divisões de registo cadastral locais relativamente ao registo de novos edifícios. A obtenção das licenças de implantação e construção para um estabelecimento simples leva 120 dias em Presov e 135 em Kosice, mas 170 em Bratislava.

Mesmo o melhor desempenho entre as cidades eslovacas em termos de obtenção de alvarás de construção não chega perto da média da UE. O processo é consideravelmente mais oneroso, em média, na Eslováquia do que na maioria dos outros estados membros da UE, em grande parte devido aos longos tempos de espera pelas autorizações que os construtores devem obter. Mesmo em Presov, que regista o processo de licenciamento mais rápido entre as cinco cidades analisadas, um empresário tem de esperar dois meses e meio mais do que a média da UE e seis meses mais do que os estados membros da UE com processos mais rápidos (Dinamarca e Finlândia).

Mas todas as cidades eslovacas, à exceção da Trnava, superam a média da UE na área da obtenção de eletricidade - e as cinco superam a média da UE no registo de propriedades e execução de contratos. Todas as cidades beneficiam do baixo custo de transferência de propriedades da Eslováquia - a mais baixa da UE, apenas 272 euros, calculada para

o estudo de caso do *Doing Business* - e do seu forte desempenho a nível de administração fundiária, em que todas as propriedades privadas, por pequenas que sejam, se encontram formalmente registadas e devidamente traçadas. Em termos mundiais, apenas um quinto das economias cobre todas as terras privadas, tanto no que se refere aos seus registos fundiários, como aos seus mapas cadastrais. Na área da execução de contratos, as cinco cidades destacam-se pelos seus baixos custos iniciais, e pelas suas altas pontuações no índice relativo à qualidade dos processos judiciais - com uma pontuação mais de dois pontos acima da média da UE.

## O QUE SE SEGUE?

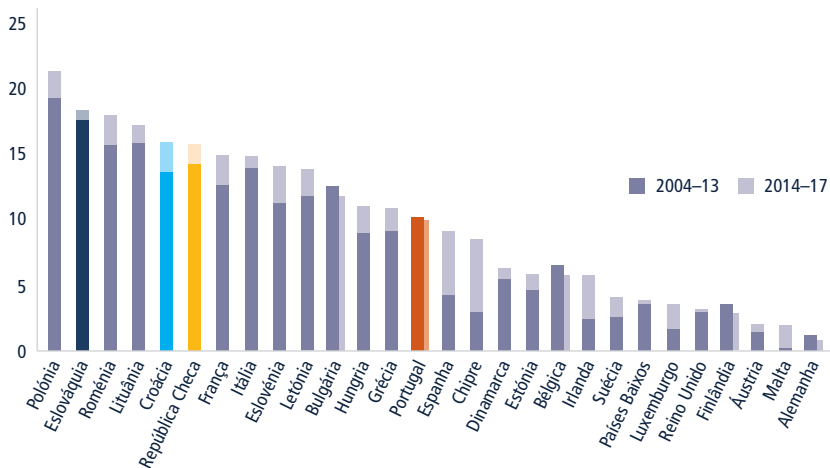
Desenvolver um ambiente de negócios favorável, propício à criação e ao crescimento de empresas, tem sido um objetivo nos quatro estados membros da UE referenciados neste estudo. Eslováquia e Croácia estão entre os cinco estados membros da UE que fizeram os maiores progressos em fechar a lacuna com as melhores práticas globais de regulamentação de negócios nos últimos 14 anos (figura 1.5). E tanto Portugal como a República Checa ultrapassaram a média da UE na facilidade de fazer negócios. No entanto, desafios permanecem para os quatro países.

As conclusões deste estudo fornecem aos responsáveis políticos a diferentes níveis - europeu, nacional e local - importantes elementos acerca das suas escolhas estratégicas na promoção de um ambiente regulatório mais favorável ao desenvolvimento e crescimento das suas regiões. Eliminar trâmites administrativos desnecessários e melhorar a eficácia da burocracia pode reduzir o custo do negócio para as empresas locais, aumentando a sua eficiência e capacidade de competir no estrangeiro.

A análise do presente relatório acerca do ambiente regulatório da Croácia,

FIGURA 1.5 A Eslováquia e a Croácia estão entre os cinco estados membros da UE que mais avançam no sentido de reduzir a lacuna com as melhores práticas globais em regulação de negócios

Melhoria na medida da distância até à fronteira



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma economia se encontra do melhor desempenho de qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. Uma classificação mais alta indica uma maior eficiência e qualidade regulatória. As barras verticais da figura mostram apenas a medida da melhoria, não a medida da distância até à fronteira total. Devido às grandes mudanças realizadas na metodologia do *Doing Business* entre 2013 e 2014, as melhorias foram medidas em dois períodos separados, 2004-13 e 2014-17. Os dados relativos ao Chipre estão incompletos, pois só foi adicionado à amostra *Doing Business* em 2008, bem como os relativos a Malta, que foi adicionada em 2013.

República Checa, Portugal e Eslováquia aponta para possíveis melhorias (veja quadro 1A.1 no final do capítulo). Algumas recomendações aplicam-se aos quatro países, outras a apenas um ou dois. Poderão realizar-se melhorias por vezes olhando para exemplos dentro de um mesmo país, outras vezes reproduzindo as boas práticas mundiais ou da UE.

De facto, um modo eficaz de evoluir é promover a troca de informações e experiências entre as cidades, permitindo que as de pior desempenho aprendam com as mais bem classificadas. Reproduzir os procedimentos mais eficientes desenvolvidos por outras cidades dentro de um mesmo país poderia representar ganhos significativos em termos de eficiência, sem necessidade de se operar grandes mudanças legislativas. A experiência de outros estados membros com análises regulatórias subnacionais semelhantes mostra que tais melhorias podem ser implementadas de forma relativamente rápida, inclusive no âmbito dos programas da política de coesão da UE (caixa 1.2).<sup>10</sup>

## Como melhorar a facilidade para fazer negócios na Croácia?

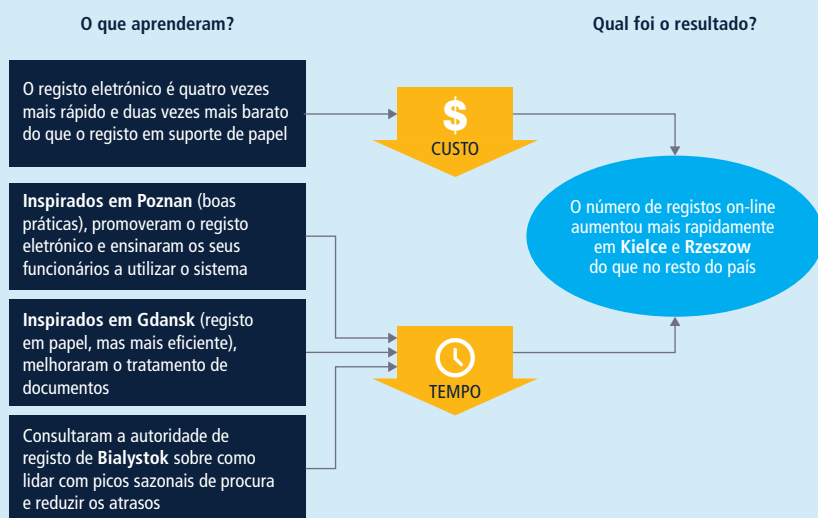
A Croácia avançou bastante no sentido de eliminar a lacuna relativamente às melhores práticas globais em termos de regulamentação empresarial. No entanto, ainda poderia ir mais longe para aliviar a carga regulatória das empresas e alinhar os procedimentos regulatórios com as boas práticas identificadas noutros estados membros da UE.

Para facilitar a abertura de uma empresa ou a transferência de propriedades, a Croácia poderia seguir o exemplo de Portugal e tornar o uso de notários facultativo para as empresas que utilizem estatutos ou escrituras standard. Isto representaria poupanças significativas para os empreendedores, que atualmente têm custos equivalentes a 7,3% do rendimento per capita para abrir uma empresa - mais do que o dobro da média da UE, que é de 3,4%. A Croácia poderia também tornar o arranque mais fácil a longo prazo, reagrupando todas as plataformas eletrónicas utilizadas para as diferentes

## CAIXA 1.2 Como funcionou a aprendizagem inter pares noutros estados membros da UE?

No âmbito da iniciativa “regiões atrasadas” da Comissão Europeia na Polónia, lançada em junho de 2015, foram realizados esforços para identificar e resolver os obstáculos ao crescimento nas regiões menos desenvolvidas. Uma questão que se tornou evidente - com base nos resultados da avaliação subnacional do *Doing Business* - foi a variação da eficácia no registo de empresas. O governo polaco, em parceria com a Comissão Europeia e o Banco Mundial, elaborou um plano de ação para ajudar as duas cidades com pior desempenho a adotarem as práticas dos seus pares com melhores classificações para tornar o processo de registo mais eficiente (ver figura). Inspiradas em Poznan - a cidade com maior aderência ao sistema de registo comercial online -, Kielce e Rzeszow embarcaram numa campanha promocional para dar a conhecer melhor ao público este sistema e deram formação ao pessoal dos registos acerca da sua utilização.

### O que aprenderam as cidades polacas com um registo comercial menos eficiente com as melhores práticas dos seus pares?



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Da mesma forma, existe um programa específico da política de coesão que tem como alvo a reforma judicial na Itália, onde as diferenças no desempenho judiciário são espantosas, com as regiões mais atrasadas em pior situação. A duração dos litígios comerciais nos tribunais italianos pode variar entre pouco mais de dois anos em Turim e cinco anos e meio em Bari.<sup>b</sup>

a. *Poland Catching-Up Regions* (Washington, DC: Banco Mundial, 2017), do Banco Mundial.

b. *Doing Business in Italy 2013* (Washington, DC: Banco Mundial, 2013), do Banco Mundial.

etapas num único sistema de registo de empresas on-line.

Para melhorar o processo de obtenção de alvarás de construção, a Croácia poderia introduzir um sistema de inspeção baseado numa avaliação de risco e um regime de seguro obrigatório para os profissionais da construção. Também poderia agrupar as pré-aprovações de construção, introduzindo um mecanismo de guichet único e considerando a possibilidade de reduzir as taxas de desenvolvimento de

infraestruturas, distribuindo os custos de desenvolvimento por uma base mais ampla de investidores existentes e potenciais, tal como fez a Nova Zelândia.

Para ajudar a melhorar a fiabilidade do abastecimento de eletricidade em todo o país, a Croácia poderia exigir que as empresas de serviços públicos compensassem os clientes ou pagassem uma multa quando as interrupções excedessem um certo limite. E poderia facilitar a obtenção de eletricidade implementando

sistemas de tecnologia da informação que permitissem apresentar projetos on-line, rastrear as candidaturas e digitalizar documentação. A filial local em Varazdin da empresa pública de eletricidade oferece o exemplo mais avançado em toda a Croácia, ao utilizar a tecnologia para facilitar as interações com os requerentes e a organização do trabalho administrativo.

Para reduzir os tempos de processamento das transações imobiliárias e ajudar a dar prioridade a estas tarefas nas

conservatórias, a Croácia poderia seguir o exemplo de Portugal e da Eslováquia, introduzindo um procedimento acelerado formal por um custo adicional. Poderia também melhorar a qualidade da administração fundiária, fazendo com que o registo e o cadastro predial estivessem associados ao mesmo número de identificação para cada propriedade e introduzindo um mecanismo específico para resolver os litígios sobre terras de forma eficiente.

Há também espaço para melhorias na área da execução de contratos. Para além de avaliar a eficácia dos tribunais com vista a reduzir os atrasos, a Croácia poderia considerar a melhoria do seu procedimento de resolução de pequenos litígios e acrescentar mais ferramentas de aceleração dos procedimentos, introduzindo, por exemplo, regimes probatórios menos formais e limitando o número de peritos que pudessem testemunhar.

As cidades croatas poderiam obter ganhos importantes em termos de competitividade se reproduzisse os bons desempenhos de outras zonas do país. E como Zagreb representa a Croácia na

classificação global do *Doing Business*, as melhorias nesta cidade refletir-se-iam na classificação do país. Se Zagreb reproduzisse os melhores desempenhos registados entre as cinco cidades aferidas nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de electricidade, registo de propriedades e execução de contratos, a Croácia subiria para 40 na classificação global das 190 economias na facilidade para fazer negócios - 11 lugares acima da classificação atual, segundo o *Doing Business 2018* (figura 1.6).

Que mudanças regulatórias em Zagreb poderiam ajudar a impulsionar esse salto na classificação geral da Croácia? Se aprendesse, por exemplo, com Varazdin a reduzir o tempo e o custo necessários para obter alvarás de construção, a Croácia melhoraria a DAF em mais de 11 pontos, subindo quase 20 posições na classificação (de 126 para 107) e superando a Espanha. Aprender com Split o modo de incentivar a utilização maciça dos serviços de registo de empresas do HITRO.HR, melhoraria a DAF da Croácia no que toca à abertura de empresas em mais de sete pontos e a sua classificação

correspondente em 22 posições, passando de 87 para 65. Da mesma forma, se aprendesse a tornar o processo de ligação à electricidade tão eficiente como o de Osijek e o abastecimento elétrico tão fiável como os de Varazdin, Rijeka ou Split, melhoraria a sua DAF em termos de obtenção de electricidade em mais de quatro pontos. Quanto à execução de contratos, se alcançasse os melhores desempenhos observados entre as cinco cidades em termos de tempo, custo e qualidade, aumentaria em quase quatro pontos a DAF do país, permitindo que saltasse 12 posições na classificação, passando de 23 para 11.

### Como melhorar a facilidade para fazer negócios na República Checa?

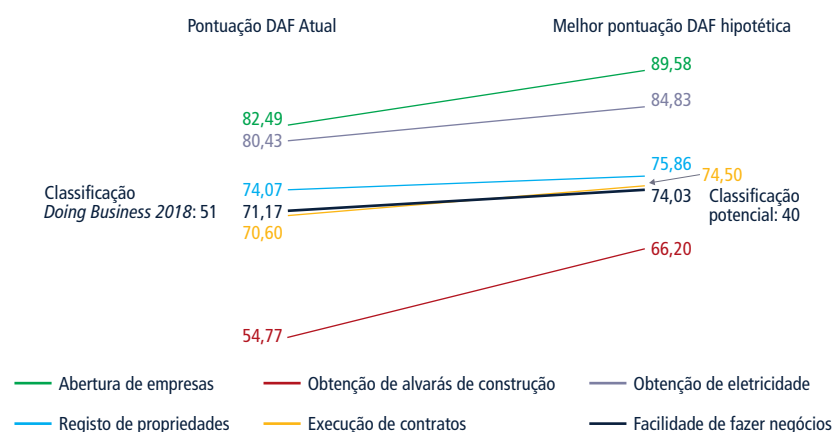
Dos quatro estados membros, a República Checa é a única em que a capital lidera as cidades referenciadas no desempenho agregado nas cinco áreas regulatórias analisadas. De facto, enquanto a distância total em Praga à fronteira para essas cinco áreas ultrapassa a média da UE, as outras seis cidades comparadas ficam atrás da média. Assim, as outras cidades da República Checa poderiam obter ganhos importantes em competitividade, reproduzindo boas práticas já encontradas em Praga.

Um bom lugar para começar é na área de obtenção de electricidade: Praga tem um dos processos de conexão mais eficientes da UE e do mundo. Conseguir uma nova conexão na capital leva apenas dois meses, um quarto do tempo necessário em Usti nad Labem - e custa 25,9% da renda per capita, mais de um décimo do que em Ostrava. Da mesma forma, as cidades checas poderiam buscar a eficiência do judiciário de Praga, que alcança os melhores tempos na execução de contratos, apesar das cargas de trabalho mais pesadas. O gerenciamento ativo de casos - incluindo o estabelecimento de prazos realistas para os principais eventos judiciais - ajuda a manter os casos em andamento e evita o uso de adiamentos.

Praga não é a única cidade checa que oferece lições de qualidade e eficiência

FIGURA 1.6 Se todas as boas práticas locais fossem adotadas, a Croácia saltaria 11 lugares - a 40 - na classificação global sobre a facilidade de fazer negócios

Medida da distância até à fronteira (0-100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, a Croácia é representada por Zagreb, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as cinco cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

regulatória. Brno, a segunda maior cidade do país, também oferece bons exemplos. Através de uma comunicação mais eficiente com investidores e outras partes interessadas, além de mapas de infra-estrutura mais atualizados para identificar pontos de conexão para concessionárias, Brno torna mais fácil lidar com licenças de construção e consumir menos tempo do que as outras cidades tchecas. Construtores em Brno podem completar o processo de licenciamento seis semanas mais rápido do que os de Olomouc, que não tem esses elementos.

Embora a República Checa já implemente muitas boas práticas, conforme documentado neste relatório, ainda existem aspetos em que o país poderia melhorar na maioria das áreas medidas, se quiser estar ao nível dos melhores desempenhos da UE. Para acelerar o processo de abertura de empresas, por exemplo, o país poderia seguir o exemplo da Croácia ou de Portugal, onde o registo para efeitos de pagamento do IVA consiste numa simples notificação. A médio prazo, poderia considerar realizar o registo do IVA e do IRS juntamente com o registo inicial da empresa junto do órgão jurisdicional competente – tal como fez a Hungria. A República Checa poderia, também, simplificar e acelerar a obtenção dos alvarás de construção, juntando as pré-aprovações de construção num mecanismo de guichê único. E, a longo prazo, poderia melhorar ainda mais a sua eficiência, introduzindo um balcão único eletrónico, em que todas as agências pudessem analisar os pedidos de licenciamento online.

Para agilizar a obtenção de eletricidade, quando são necessárias ligações mais complicadas – como as da rede de média tensão – a República Checa poderia simplificar o processo de obtenção das autorizações municipais necessárias. Para isso, o país poderia basear-se no exemplo da Lituânia: neste país, os requerentes enviam um único formulário ao município, que então recolhe as autorizações dos diferentes departamentos

em seu nome. Para facilitar o registo de propriedades, a República Checa poderia considerar a introdução de uma opção para acelerar a transferência de propriedades. Atualmente, o processo de registo de propriedades é atrasado por um prazo de suspensão de 20 dias, que começa após a receção de um pedido. Durante este período de 20 dias, não é possível fazer nada com o pedido nem realizar qualquer registo.

### Como melhorar a facilidade para fazer negócios em Portugal?

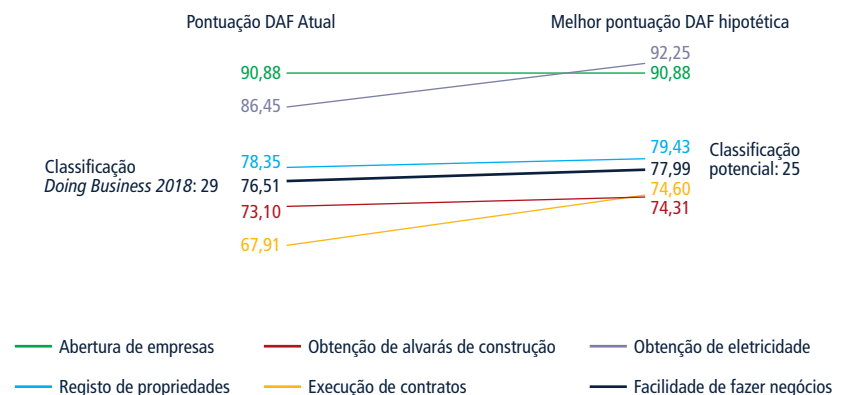
O esforço de reforma regulatória de Portugal nos últimos anos tem sido notável: o país implementou mais de 1.000 medidas de simplificação administrativa e governo eletrónico entre 2006 e 2011 sob seu programa SIMPLEX (caixa 1.3).<sup>11</sup> E o país tem sistemas de classe mundial para abrir uma empresa e registrar propriedades. Mas a variação subnacional no desempenho em lidar com licenças de construção, obtenção de eletricidade e cumprimento de contratos sugere que as cidades poderiam obter ganhos importantes em competitividade nessas áreas, replicando as boas práticas dentro do país.

Como Lisboa representa Portugal na avaliação comparativa global do *Doing Business*, as melhorias nesta cidade reflectir-se-iam na pontuação da distância até a fronteira do país e na sua classificação. Se Lisboa adotasse todas as boas práticas já existentes nas oito cidades analisadas, Portugal subiria para 25 na classificação global de 190 economias na facilidade de fazer negócios – quatro lugares acima da classificação atual de acordo com *Doing Business 2018* e à frente da Espanha e da Polónia (figura 1.7). De facto, a distância de Portugal à fronteira para a execução de contratos melhoraria em quase sete pontos, e sua pontuação em obtenção de eletricidade em quase seis pontos.

O potencial de melhoria vai além de Lisboa para outras cidades também. As cidades portuguesas poderiam facilitar a execução de contratos seguindo o exemplo de Coimbra e Braga, aquelas com o processo mais rápido entre as cidades comparadas do país. Coimbra e Braga registam os menores atrasos na nomeação de peritos e na obtenção de comentários sobre as suas opiniões,

FIGURA 1.7 Adoptar todas as boas práticas locais impulsionaria a classificação global de Portugal sobre a facilidade de fazer negócios em quatro lugares – para 25

#### Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, Portugal é representado por Lisboa, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as oito cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

### CAIXA 1.3 SIMPLEX: iniciativas que combinam o e-government com a redução da burocracia em Portugal

Antes de 2006, abrir uma empresa em Portugal significava visitar várias repartições públicas, realizar 11 procedimentos, preencher 20 formulários, esperar cerca de dois meses e meio e pagar o equivalente a 13,5% do rendimento per capita.<sup>a</sup> Tudo isto mudou em 2006, quando o governo lançou o programa SIMPLEX, com o objetivo de modernizar a administração pública e reduzir a burocracia, bem como os custos de conformidade. O programa tem sido amplamente reconhecido por ter transformado o setor público e a sua prestação de serviços, ganhando elogios internacionais em todo o processo.<sup>b</sup>

Entre as primeiras iniciativas encontrava-se o programa Empresa na Hora, que implementou um balcão único para o registo de empresas. O programa introduziu estatutos de sociedade pré-aprovados, criou listas de nomes de empresas pré-aprovados e eliminou formalidades desatualizadas, tais como o registo da contabilidade das empresas. Hoje em dia, todas as informações fornecidas por um empreendedor são automaticamente compartilhadas pelos organismos públicos envolvidos - e o empreendedor recebe o número de identificação fiscal da sua empresa, o número de segurança social, bem como o registo comercial no espaço de uma hora, por 360 euros.

Outra destas iniciativas, implementada em 2007, foi o programa Casa Pronta, que permite às pessoas realizar uma transferência de propriedade através de um único procedimento. Todas as diligências necessárias - incluindo a verificação da existência de eventuais ónus ou encargos que incidam sobre a propriedade - são atualmente feitas num só guichet, num único passo. Da mesma forma, a iniciativa Licenciamento Zero implica que o dono de um restaurante em Lisboa já não precisa de ir 11 vezes a quatro organismos diferentes para licenciar a sua empresa. Realizar um requerimento através de um único ponto de contato eletrónico é suficiente.

A par da simplificação vieram os serviços eletrónicos. Mas o portal de registo de empresas on-line era acessível inicialmente apenas a advogados e notários com certificação digital. Em 2009, o acesso foi estendido ao público. Hoje em dia, os empresários podem usar o seu Cartão do Cidadão - um cartão de identificação que permite aos cidadãos identificar-se facilmente ao utilizar serviços públicos on-line, bem como assinar documentos de forma eletrónica - para aceder ao portal e registar uma empresa a partir dos seus escritórios. Além disso, a utilização dos serviços on-line eliminou a necessidade de emitir documentos em papel. As empresas têm acesso permanente a certificados atualizados no portal de negócios.

A criação de um setor público mais sensível às exigências públicas requereu um forte compromisso político. Uma das chaves para o sucesso do programa foi o facto de se encontrar sob a liderança direta do primeiro-ministro.<sup>c</sup> Outra foi o facto de envolver funcionários de nível médio, para estes que se pudessem apropriar da reforma. Para garantir uma implementação constante, foi criada uma rede de pontos focais SIMPLEX com um representante de cada ministério, realizando-se avaliações de progresso quinzenalmente.

Dez anos após as primeiras medidas do SIMPLEX, o programa foi reiniciado com uma abordagem mais colaborativa. No SIMPLEX+, os utilizadores orientam as principais áreas de ação, incentivados por consultas públicas, passeios por todo o país, um blog e uma página de Facebook, para além de cerimónias de entrega de prémios para as melhores ideias. O público pode acompanhar todas as iniciativas e o seu impacto em <http://www.simplex.pt>.

O programa SIMPLEX+ 2016 incluiu 255 medidas destinadas a reduzir redundâncias e a eliminar a necessidade de preencher formulários - incluindo os formulários do imposto sobre o rendimento. Em 2017, a autoridade tributária começou a fornecer cálculos automáticos do imposto sobre o rendimento pessoal de cerca de um milhão de contribuintes. Os contribuintes apenas necessitam de verificar se as declarações provisórias constantes do portal do Ministério das Finanças estão conformes à sua situação. Um acordo de partilha de dados entre as entidades públicas torna desnecessário arquivar informações já disponíveis para a Administração.

Apesar dos programas SIMPLEX terem sido bem-sucedidos, a simplificação dos procedimentos gerou também um maior volume de transações. Mas para garantir a sua sustentabilidade, as agências devem avaliar cuidadosamente os seus recursos. Consideremos o exemplo dos balcões da Casa Pronta, onde as pessoas costumavam ser atendidas sem marcação. Agora, alguns dos balcões locais estão lotados, tal como os de Lisboa, obrigando os utilizadores a, por vezes, terem de marcar um agendamento com 10 a 15 dias de antecedência. Esperas como estas anulam em parte o objetivo da simplificação regulatória.

a. Base de dados do *Doing Business*.

b. OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), *Simplificar a Vida dos Cidadãos e das Empresas em Portugal: Simplificação Administrativa e E-government* (Paris: OCDE, 2008). A Comissão Europeia atribuiu ao programa o Prémio European Enterprise na categoria de redução da burocracia em 2016.

c. Programa SIMPLEX+ 2016. Apresentação disponível em: [www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf](http://www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf)



bem como nas esperas mais curtas para obter datas de audiência. Coimbra também segue uma boa prática na ligação eléctrica, processo que outras cidades poderiam replicar: graças ao uso de um sistema de georreferenciamento por parte da companhia eléctrica, não é mais necessária uma visita ao local para preparar uma estimativa do custo de conexão. Além disso, as cidades de Portugal continental poderiam seguir o exemplo do Funchal e de Ponta Delgada, onde o certificado de fiação interna foi substituído por uma notificação através da qual os técnicos assumem a responsabilidade. Para facilitar a construção, as cidades portuguesas poderiam introduzir sistemas de licenciamento eletrónico e diretrizes de processo semelhantes às adotadas no Porto. E eles poderiam introduzir regras do silêncio como consentimento para reduzir o tempo necessário para obter aprovações de projetos arquitetónicos.

Outros estados membros da UE oferecem bons exemplos de formas de melhorar ainda mais o ambiente empresarial. Para simplificar o arranque de uma empresa, Portugal poderia eliminar as notificações exigidas no início de uma relação laboral, seguindo o exemplo da Dinamarca - que pressupõe simplesmente que uma empresa se tornou empregadora quando esta comunica um pagamento salarial pela primeira vez. As empresas poderiam, também, ter a possibilidade de enviar informações sobre os contratos dos seus funcionários aquando da sua constituição - como está a ser feito em Espanha, através da plataforma on-line CIRCE. Para agilizar o registo de propriedades, as autoridades portuguesas poderiam avaliar a viabilidade de reduzir os custos de registo de propriedades (7,3%), que incluem os impostos da transferência de propriedades (atualmente de 6,5% do valor da propriedade). Os valores destes impostos colocam Portugal entre os seis estados membros da UE com mais custos no registo de propriedades. Além disso, Portugal poderia melhorar a fiabilidade

da infraestrutura do registos prediais, unificando as bases de dados onde são guardadas as informações registadas pelas conservatórias do registo predial e pelos serviços de cadastro.

Para melhorar a eficácia na execução de contratos, Portugal poderia continuar o seu trabalho para reduzir os atrasos nos processos de execução civil e aumentar a eficiência dos mesmos. Os processos simples, conduzidos exclusivamente por oficiais de justiça, são relativamente ágeis. A revisão do regime regulador que rege os agentes de execução fortaleceu a supervisão, tendo simultaneamente proporcionado uma maior autonomia na condução dos processos de execução. Portugal também modificou o seu regime de taxas para melhorar os incentivos nas deduções à coleta. Todas estas medidas aumentaram a eficácia do processo de execução. Mas ainda mais se poderia fazer para melhorar o desempenho dos tribunais. Embora os casos em atraso tenham diminuído nos últimos quatro anos, centenas de milhares de processos ainda estão pendentes.

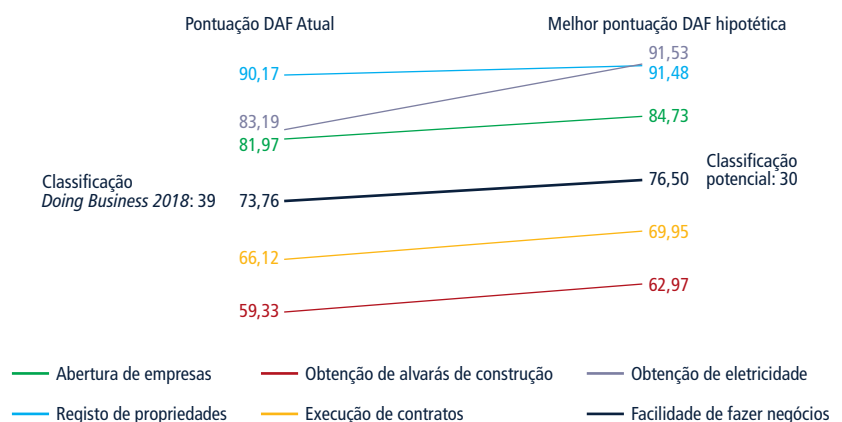
## Como melhorar a facilidade para fazer negócios na Eslováquia?

A Eslováquia tem um historial de êxito no que toca a seguir o exemplo de outros países da EU, apoiando-se em estudos como o do *Doing Business* para melhorar o seu quadro regulatório. Agora é o momento de olhar também para dentro. As suas cidades poderiam aumentar bastante a sua competitividade, se introduzissem as melhorias que já foram implementadas com sucesso noutras cidades do país. Efetivamente, se uma determinada cidade adotasse todas as boas práticas encontradas nas cinco cidades analisadas nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos, tal cidade situar-se-ia em 30º lugar na classificação global das 190 economias na facilidade para fazer negócios - nove lugares acima da classificação atual da Eslováquia, segundo o *Doing Business 2018* (figura 1.8).

E se essa hipotética cidade representasse a Eslováquia no estudo comparativo

**FIGURA 1.8** Adotar todas as boas práticas locais impulsionaria a Eslováquia a saltar nove lugares na classificação global sobre a facilidade de fazer negócios - para 30

Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, a Eslováquia é representada por Bratislava, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as cinco cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

global, tais mudanças ver-se-iam refletidas em pontuações e classificações mais altas. Na execução de contratos, por exemplo, reduzir o tempo necessário para 635 dias, como em Kosice, aumentaria em quase quatro pontos a DAF da Eslováquia, colocando o país entre os 30 melhores do mundo na facilidade para executar contratos. Da mesma forma, se tornassem o processo de ligação à eletricidade tão eficiente como em Zilina e o seu fornecimento tão fiável como em Bratislava, Kosice e Presov melhorariam a DAF da Eslováquia na obtenção de eletricidade em mais de oito pontos, colocando o país entre os 15 melhores do mundo. Outras cidades poderiam seguir o exemplo de Zilina, em que a empresa de abastecimento introduziu uma série de medidas para aumentar a sua eficiência, tendo, por exemplo, eliminado a documentação de aprovação do projeto. Em vez disso, fornece especificações técnicas mais detalhadas antecipadamente, de modo a que estas sejam mais claras para os responsáveis pela conceção dos projetos. Também substituiu o relatório de conclusão do projeto por uma declaração por meio da qual o investidor confirma que a ligação externa foi montada de acordo com as especificações técnicas.

Mas a adoção das boas práticas existentes noutras cidades da Eslováquia continuaria a deixar o país para trás em relação à maioria dos estados membros da UE na abertura de empresas. O mesmo se aplica no que se refere à obtenção dos alvarás de construção. Olhar além-fronteiras e inspirar-se nos exemplos da EU, ou inclusive nas boas práticas mundiais, seria outra forma de aumentar a competitividade.

Para facilitar o arranque das empresas, a Eslováquia poderia seguir o exemplo da República Checa, onde o requisito de capital mínimo é de 1 coroa checa, um valor simbólico, ou o de Portugal, onde este é de apenas 5 euros. Atualmente, os empresários eslovacos têm de depositar 2.500 euros de capital social mínimo - como parcela do rendimento

per capita (17,2%), um montante que se encontra entre os mais elevados da UE. A Eslováquia também poderia considerar reunir o registo do IVA e o do imposto sobre o rendimento de sociedades no balcão único do Gabinete de Licenciamento Comercial. Isto seguiria o exemplo da Hungria, onde o registo do IVA consiste numa simples notificação feita aquando do processo de constituição da empresa.

A Eslováquia poderia agilizar o processo de obtenção dos alvarás de construção, reforçando o papel dos profissionais certificados do setor privado no processo de emissão de licenças, reunindo os procedimentos das pré-aprovações de construção num só e introduzindo um sistema de licenciamento eletrónico. Para agilizar a execução de contratos, a Eslováquia poderia aliviar a carga dos tribunais incentivando a resolução alternativa dos litígios, por exemplo, ampliando os tipos de casos que pudessem ser submetidos a arbitragem e reforçando a validade das cláusulas de arbitragem. E para facilitar o registo de propriedades, a Eslováquia poderia informatizar totalmente o processo de transferência de propriedades.

## NOTAS

1. Patrice Muller, Jenna Julius, Daniel Herr, Laura Koch, Viktoriya Peycheva e Sean McKiernan, *Annual Report on European SMEs 2016/2017: Focus on Self-Employment*, relatório elaborado para a Comissão Europeia (Bruxelas, 2017), [https://ec.europa.eu/growth/smes/business-friendly-environment/performance-review-2016\\_en](https://ec.europa.eu/growth/smes/business-friendly-environment/performance-review-2016_en).
2. Thomas Farole, Issam Hallak, Peter Harasztosi and Shawn Tan, "Business Environment and Firm Performance in European Lagging Regions," Policy Research Working Paper 8281 (World Bank, Washington, DC, 2017).
3. Ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*."
4. Os dados incluem todas as sociedades anónimas criadas entre julho e dezembro de 2017. As estatísticas foram fornecidas pelo Ministério da Justiça da Croácia.
5. "Relatórios sobre as Atividades das Conservatórias do Registo Predial", Ministério da Justiça da Croácia, consultado a 18 de abril de 2018: <https://pravosudje.gov.hr/strategije-planovi-i-izvjesca/6346>.
6. *Doing Business in Poland 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015), do Banco Mundial.
7. Total englobando todos os casos no tribunal comercial de Rijeka e Osijek em 2017. Dados fornecidos pelo Ministério da Justiça.
8. Os dados incluem todas as sociedades anónimas criadas entre julho e dezembro de 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministério da Justiça da Croácia.
9. Os dados incluem todas as sociedades anónimas registadas em 2016 e nos primeiros seis meses de 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministério do Interior da República Eslovaca.
10. A política de coesão é a estratégia da União Europeia para promover e apoiar o "desenvolvimento harmonioso global" dos seus estados membros e regiões. Enquadrada no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (artigo 174<sup>o</sup>), a política de coesão da UE visa reforçar a coesão económica e social, reduzindo as disparidades a nível de desenvolvimento das regiões. A política centra-se em áreas-chave que ajudarão a UE a fazer face aos desafios do século XXI e a permanecer mundialmente competitiva.
11. Programa SIMPLEX+ 2016. Apresentação disponível em: [www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf](http://www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf).

QUADRO 1A.1 Oportunidades potenciais de melhoria nos quatro estados membros

Área regulatória	Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia	Reformas recomendadas	Ministérios e agências relevantes <sup>a</sup>	
						Nível nacional	Nível local
Abertura de empresas		•		•	Simplificar o registo para efeitos de pagamento de IVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério da justiça (Croácia, República Checa, Eslováquia)</li> <li>Autoridade tributária (todos os quatro países)</li> <li>Ministério do interior (República Checa, Eslováquia)</li> <li>Agência de Estatística do Estado (Croácia)</li> <li>Segurança social, pensão ou administração de saúde (todos os quatro países)</li> <li>Agência Financeira (FINA) (Croácia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tribunais comerciais locais, regionais ou distritais (Croácia, República Checa, Eslováquia)</li> <li>Escritórios de licenciamento comercial (República Checa, Eslováquia)</li> <li>Escritórios FINA, HITRO.HR (Croácia)</li> </ul>
	•			•	Reduzir ou eliminar o requisito de capital social mínimo para as sociedades anónimas		
		•		•	Analisar se determinados requisitos podem ser eliminados para empresas de pequeno e médio porte		
	•	•			Tornar o envolvimento de terceiros opcional		
	•				Tornar a reserva de denominação social da empresa mais transparente e regulamentada		
			•		Simplificar as notificações de início de relação laboral		
	•	•		•	Integrar os procedimentos de pós-registo no processo de constituição da empresa		
Obtenção de alvarás de construção	•	•	•	•	Introduzir ou melhorar os sistemas de licenciamento eletrónico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério da construção ou planeamento urbano (todos os quatro países)</li> <li>Autoridade do Cadastro (todos os quatro países)</li> <li>Hrvatske Vode (Croácia)</li> <li>Autoridade Fiscal (Portugal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Municípios e escritórios de construção ou planeamento físico (todos os quatro países)</li> <li>Empresas de saneamento básico locais (Croácia, República Checa, Eslováquia)</li> </ul>
	•	•	•	•	Esclarecer e comunicar melhor as diretrizes e requisitos necessários para a obtenção de alvarás de construção		
	•	•	•	•	Introduzir requisitos obrigatórios de seguro para cobrir defeitos estruturais		
		•	•	•	Agilizar os procedimentos de registo de imóveis, melhorando os canais de comunicação entre os organismos públicos		
	•	•		•	Agrupar as pré-aprovações de construção num único mecanismo		
		•		•	Melhorar a qualidade dos conhecimentos especializados em matéria de regulamentação, em colaboração com o setor privado		
	•				Estudar formas de reduzir a carga dos empreendedores a nível do desenvolvimento de infraestruturas		
		•			Agilizar o processo de obtenção da licença de utilização		
Obtenção de eletricidade		•		•	Agilizar a obtenção de licenças municipais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agência reguladora nacional de energia (todos os quatro países)</li> <li>Empresa nacional de rede elétrica HEP (Croácia)</li> <li>Direcção Geral de Energia e Geologia (Portugal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Municípios (todos os quatro países)</li> <li>Empresas de instalação elétrica autorizadas (todos os quatro países)</li> <li>Associações profissionais de engenheiros e electricistas (todos os quatro países)</li> <li>Utilidades de distribuição local (República Checa, Portugal, Eslováquia)</li> <li>Direcção Regional de Energia (Portugal)</li> <li>Direcção Regional da Economia e Transportes (Portugal)</li> </ul>
	•	•	•	•	Agilizar o processo de obtenção de uma licença de escavação		
	•				Melhorar a fiabilidade do fornecimento de eletricidade		
	•	•		•	Reduzir os custos iniciais para a obtenção de uma nova ligação		
				•	Eliminar a aprovação do projeto, fornecendo requisitos técnicos detalhados antecipadamente		
			•		Substituir o certificado de instalação elétrica interna por uma autocertificação de conformidade		
			•		Eliminar a necessidade de uma visita ao local para determinar as especificações técnicas e o custo da ligação		

QUADRO 1A.1 Oportunidades potenciais de melhoria nos quatro estados membros (continuado)

Área regulatória	Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia	Reformas recomendadas	Ministérios e agências relevantes <sup>a</sup>	
						Nível nacional	Nível local
Registo de propriedades	•	•			Introduzir um procedimento de registo acelerado junto da Conservatória do Registo Predial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Justiça (Croácia)</li> <li>• Autoridade do Cadastro (República Checa, Eslováquia)</li> <li>• Instituto dos Registos e Notariado (Portugal)</li> <li>• Autoridade fiscal (Croácia, Portugal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tribunais municipais (Croácia)</li> <li>• Escritórios de registo de terras (Croácia, República Checa, Eslováquia)</li> </ul>
	•				Atualizar informações fiscais locais e nacionais internamente, ligando os sistemas entre as instituições		
			•		Avaliar a viabilidade de reduzir os impostos sobre a transferência de propriedades		
	•	•		•	Introduzir contratos padronizados para transferências de propriedade e considerar tornar o recurso a advogados ou notários opcional		
	•	•	•	•	Criar uma plataforma eletrónica para transferências de propriedade		
Execução de contratos	•	•	•	•	Continuar a avaliar os procedimentos judiciais internos com vista a reduzir o tempo e os atrasos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da justiça (todos os quatro países)</li> <li>• Judiciário (todos os quatro países)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tribunais municipais e comerciais locais (Croácia)</li> <li>• Tribunais distritais (República Checa, Eslováquia)</li> <li>• Tribunais de primeira instância (Portugal)</li> </ul>
	•	•	•	•	Promover a resolução alternativa de litígios		
	•	•	•	•	Estabelecer limites legais para a concessão de adiamentos		
	•	•			Melhorar ou introduzir procedimentos acelerados para pequenos litígios		

Nota: Todas as reformas recomendadas encontram-se detalhadas na secção "O que pode ser melhorado?" do capítulo correspondente.

a. A lista inclui os principais ministérios e agências relevantes para cada área regulatória, mas outros também podem estar implicados.



# Abertura de empresas

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- A facilidade de abrir uma empresa varia substancialmente entre as cidades comparadas na Croácia, República Checa e Eslováquia, mas não surgem variações em desempenho entre as cidades em Portugal.
- Se a Croácia fosse representada por Split em vez de Zagreb na classificação global do projecto *Doing Business*, em termos da facilidade de abertura de uma empresa, a Croácia subiria 22 lugares, passando de 87 para 65. Em Split mais de metade das novas empresas de responsabilidade limitada são criadas por meio de um serviço governamental que simplifica o processo. Em Zagreb a maioria dos fundadores das empresas opta por registar os seus negócios pessoalmente no tribunal.
- Abrir uma empresa na República Checa ou na Eslováquia pode levar apenas um pouco mais de duas semanas (por exemplo em Olomouc, Presov e Zilina) até quase um mês (como em Praga e Bratislava). A variação é devida, principalmente, a diferenças de eficiência entre as repartições regionais da autoridade fiscal na emissão do número de identificação para efeitos do imposto sobre o valor acrescentado.
- Os quatro países implementaram sistemas de arquivo electrónicos para o registo de empresas. Mas à excepção de Portugal, o processo não pode ser concluído totalmente online— porque os fundadores das empresas têm de entregar ou levantar diversos documentos em papel.

**E**ach os anos milhões de empresários em toda a União Europeia criam novas empresas. Estes empreendimentos podem variar entre uma empresa de tijolos no Porto ou uma pequena livraria em Plzen com menos de 15 colaboradores até uma empresa marítima em Split com mais de 100 colaboradores ou uma empresa de informática em Kosice com um volume de negócios superior a 20 milhões de euros por ano. Pequenas e médias empresas como estas constituem 9 de 10 empresas e criam dois em cada três empregos na UE.<sup>1</sup> Todo este empreendedorismo ajuda a economia da UE a crescer, criando empregos e alavancando a inovação. Naturalmente, fomentar o empreendedorismo e criar um ambiente empresarial favorável para estas potências económicas tem sido o objectivo essencial de muitos dos estados membros da UE.

Simplificar as formalidades de arranque, muitas vezes os primeiros regulamentos governamentais que as empresas têm que cumprir, tem estado na vanguarda destes

esforços. O projecto *Doing Business* registou nada menos do que 66 reformas realizadas pelos estados membros da UE para facilitar este arranque de empresas (start-up) nos últimos 10 anos.<sup>2</sup> De facto, todos os estados membros, à excepção de dois, implementaram pelo menos uma destas reformas nesse período.<sup>3</sup> Os resultados a nível do país mostram a importância destes esforços. Em Portugal as reformas de registo de empresas reduziram o tempo e o custo de formalização de uma empresa, implicando um aumento no número de novas empresas (start-ups) em 17% e no número de novos empregos criados mensalmente por 100.000 habitantes em 7. Além disso, as reformas criaram um ambiente mais inclusivo para candidatos a empresários: depois de serem implementadas as novas empresas eram mais provavelmente detidas por mulheres, e tendiam a ser mais pequenas e dirigidas por empresários com menos experiência e formação.<sup>4</sup> Os resultados a nível regional na Itália registam provas semelhantes: as províncias cujo processo de criação de empresas é mais longo têm taxas mais

baixas de abertura de empresas do que as que têm um processo mais simplificado.<sup>5</sup>

## COMO FUNCIONA O PROCESSO DE ABERTURA DE EMPRESAS NOS QUATRO ESTADOS MEMBROS?

Os quatro países abrangidos por este estudo têm um processo de abertura mais complexo do que a média da UE (figura 2.1). Criar uma empresa envolve oito procedimentos na República Checa, Eslováquia e na maioria das cidades comparadas na Croácia, sete em Rijeka (Croácia) e seis em Portugal e Split (Croácia). A média na UE são cinco procedimentos. A Bélgica, a Estónia, a Finlândia a Irlanda e a Suécia regulam os arranques das duas empresas com apenas três procedimentos.

O processo para a criação de empresas é relativamente lento, mas barato na República Checa e na Eslováquia. Em Portugal o processo é rápido e relativamente barato. Na Croácia o quadro é mais misto. O arranque das empresas (start-up) leva menos de uma semana em todas as empresas comparadas em Portugal e em Split (Croácia). Em Zagreb (Croácia) e em todas as cidades comparadas na República Checa e Eslováquia o processo leva quase três semanas em média. Entre os estados membros apenas a Polónia, a Bulgária e a Áustria impõem uma espera mais prolongada aos empresários.

A média dos custos para a abertura de empresas na Croácia, a 7,3% do rendimento per capita, é sete vezes superior à média a República Checa e Eslováquia e mais do que duas vezes superior à média da UE de 3,4%—um número que inclui os melhores executantes tais como a Eslovénia (sem custos) e a Irlanda (0,2%). Cerca de 90% do custo na Croácia representa despesas notariais para a redacção da escritura da empresa e preparação de outros documentos constituintes. Além disso, os empresários

### O QUE MEDE A ABERTURA DE EMPRESAS?

O projeto *Doing Business* regista todos os procedimentos oficiais exigidos, ou normalmente utilizados na prática, para um empresário criar e operar formalmente uma empresa comercial ou industrial, bem como o tempo e custo para concluir estes procedimentos e o requisito de capital mínimo realizado (ver figura). Para tornar os dados comparáveis entre localizações, o projeto *Doing Business* utiliza uma empresa de responsabilidade limitada padronizada, 100% nacional, com cinco proprietários, com capital mínimo realizado equivalente a 10 vezes o rendimento per capita, desenvolve atividades industriais ou comerciais em geral e emprega entre 10 e 50 pessoas no primeiro mês da sua atividade.

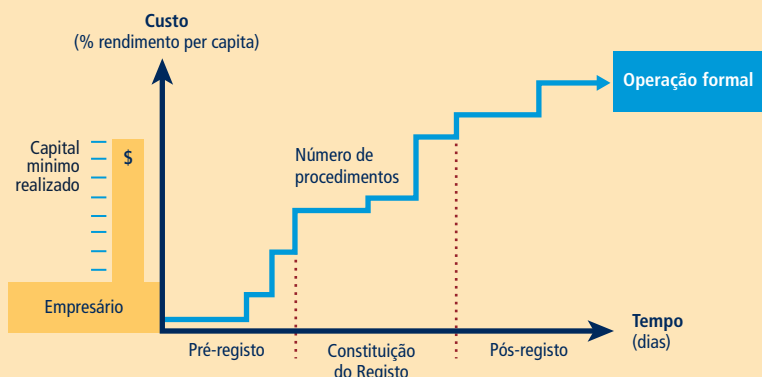


FIGURA 2.1 Nas 25 cidades o processo de arranque de uma empresa nova é mais complexo que a média da UE — mas em alguns deles é também mais rápido ou menos dispendioso



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: As médias da UE são baseadas em dados de nível económico para os 28 estados membros da UE.

a. Há mais três estados membros que não têm requisitos de capital mínimo realizado: Chipre, Holanda e o Reino Unido. E outros cinco têm um requisito de menos de 0,1% de rendimento per capita: Bulgária, França, Grécia, Itália e Letónia.

na Eslováquia têm que proceder a um depósito de 2.500 euros, e os da Croácia 10.000 HRK (1,344 euros), como capital realizado mínimo. Na República Checa é exigida uma importância simbólica (1 CZK). Em Portugal não é exigido o pagamento de como capital realizado mínimo.

Um inventário das formalidades de abertura e passos processuais que as empresas têm que cumprir nos quatro países revela que Portugal conseguiu simplificar e integrar a maioria destes procedimentos num balcão único (quadro 2.1). No

entanto o seu processo de arranque ainda requer três notificações diferentes do início de uma relação laboral (ver formalidade 13 no quadro 2.1). Em três dos quatro países o registo para imposto sobre rendimento empresarial (ver formalidade 6 no quadro 2.1) está integrado no registo comercial.

Contudo, na República Checa as empresas devem proceder a um registo distinto para este efeito. Na Eslováquia os fundadores das empresas têm que obter um certificado de liquidação do imposto

antes de requererem o registo da empresa. E na Croácia, país no qual foi recentemente abolido, por lei, o selo da empresa a maioria das empresas recentemente constituídas encomendam um porque, na prática, ainda existe a necessidade de um selo. Nos quatro países os registos de empresa e fiscal podem requeridos electronicamente, por meio de assinaturas electrónicas, identificação electrónica (e-ID) ou caixas de correio electrónico.

Contudo, na Croácia os requerimentos electrónicos devem ser seguidos por

**QUADRO 2.1** Portugal simplificou e integrou a maioria das formalidades para abertura de empresas e passos processuais num balcão único

Formalidades	Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia
1. Verificação do nome	Sim, com reserva feita, na maioria dos casos	Sim	Incluído em 5	Sim
2. Registo notarial dos documentos	Sim	Sim	n.a.	Sim (ou certificação na conservatória do registo comercial)
3. . Liquidação do imposto pelos fundadores da empresa	n.a.	n.a.	n.a.	Sim
4. Licenciamento comercial	n.a.	Sim	n.a.	Sim
5. Registo comercial	Sim	Sim	Sim	Incluído em 4
6. Registo fiscal	Incluído em 5	Sim	Incluído em 5	Incluído em 4
7. Registo de IVA	Sim (notificação)	Incluído em 6	Sim (por defeito)	Sim
8. Abertura de conta bancária	Sim	Sim	Sim	Sim
9. Selo da empresa	Sim <sup>a</sup>	n.a.	n.a.	n.a.
10. Registo estatístico	Sim <sup>a</sup>	n.a.	Incluído em 5	n.a.
11. Registo na Segurança Social ou Fundo de Pensões	Sim	Sim	Incluído em 5	Sim
12. Registo no Fundo de Seguro de Doença	Incluído em 11	Sim	n.a.	Sim
13. Registo de funcionários	Incluído em 11	Incluído em 11 e 12	Três notificações distintas <sup>b</sup>	Incluído em 11 e 12

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: n.a. = não aplicável.

a. Se for feito usando HITRO.HR ("ponto único de acesso"), o procedimento pode ser incluído no procedimento 5: registo comercial.

b. Para a segurança social, indemnização por acidente de trabalhador e fundos de indemnização de mão-de-obra (FCT e FGCT).

uma apresentação de documentos em papel. No final do processo de registo a maioria das empresas na Croácia, República Checa e Eslováquia recebem cópias impressas dos seus documentos de registo empresarial a fiscal, de que eles necessitam para futuras interações com entidades públicas e privadas. Em Portugal não há emissão de documentos físicos. As empresas recebem um código (renovável mediante uma taxa) para aceder aos seus documentos de registo online. O uso de intermediários (notários, advogados, contabilistas) no processo de constituição das empresas varia substancialmente entre os quatro países. Na Croácia e na República Checa as empresas têm que recorrer aos serviços de um notário para a redacção e certificação dos documentos da empresa. Não existem estes requisitos em Portugal, onde os documentos de constituição de empresas padronizados estão disponíveis ao público. Na Eslováquia as assinaturas podem ser reconhecidas tanto por um notário como por um conservador do registo civil.

Em Portugal um contabilista certificado deve preencher o processo de registo fiscal para uma empresa recentemente constituída. A Croácia é o único país entre os quatro que restringe o acesso ao seu sistema de registo comercial online (a notários e funcionários do balcão único). Na República Checa os notários têm acesso privilegiado ao sistema de registo comercial online—o registo online usando uma escritura notarial simplificada é a forma mais rápida, levando apenas um dia—mas o público também pode aceder e utilizar a plataforma electrónica.

A maioria dos procedimentos comparados podem estar concluídos num curto espaço de tempo (entre um e três dias), conforme o cumprimento uniforme dos prazos regulamentares em todas as cidades em cada um dos países. Constitui uma excepção o registo do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na República Checa e Eslováquia: os requerimentos são avaliados em termos de risco, para avaliar a capacidade dos requerentes e a intenção de desenvolver actividades

sujeitas a IVA—um procedimento que pode levar entre um a três semanas. Em contrapartida, na Croácia registo para efeitos do IVA constitui uma simples notificação e em Portugal as empresas são registadas em termos do IVA por defeito.<sup>6</sup>

Entre as 25 cidades comparadas neste estudo, criar uma empresa é mais fácil nas oito cidades portuguesas e mais difícil em Praga (República Checa), Zagreb (Croácia) e Bratislava (Eslováquia) (quadro 2.2). Não há variações de desempenho entre as cidades comparadas em Portugal. Mas há diferenças substanciais entre as cidades comparadas dos outros países. Na República Checa e na Eslováquia as variações são devidas às diferenças em eficiência entre as repartições regionais da autoridade fiscal na emissão de números de identificação fiscal e de IVA. Na Croácia são devidas às diferenças no registo das empresas. Em Split e Rijeka, as cidades com melhor desempenho do país, mais de metade das empresas procedem aos seus registos



QUADRO 2.2 Abrir uma empresa na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia—onde é mais fácil?

Cidade (País)	Posição	Pontuação Distância até à fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do rendimento per capita)	Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)
Braga (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Coimbra (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Évora (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Faro (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Funchal (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Lisboa (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Ponta Delgada (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Porto (Portugal)	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Split (Croácia)	9	89,55	6	6	7,4	12,5
Rijeka (Croácia)	10	87,59	7	8	7,4	12,5
Olomouc (República Checa)	11	85,56	8	16,5	1,0	0,0
Usti nad Labem (República Checa)	11	85,56	8	16,5	1,0	0,0
Osijek (Croácia)	13	85,50	8	10,5	7,3	12,5
Varazdin (Croácia)	14	85,38	8	11	7,3	12,5
Ostrava (República Checa)	15	85,31	8	17,5	1,0	0,0
Presov (Eslováquia)	16	84,73	8	15,5	1,1	17,2
Zilina (Eslováquia)	16	84,73	8	15,5	1,1	17,2
Brno (República Checa)	18	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Liberec (República Checa)	18	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Plzen (República Checa)	18	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Trnava (Eslováquia)	21	83,98	8	18,5	1,1	17,2
Kosice (Eslováquia)	22	83,72	8	19,5	1,1	17,2
Praga (República Checa)	23	83,55	8	24,5	1,0	0,0
Zagreb (Croácia)	24	82,49	8	22,5	7,2	12,5
Bratislava (Eslováquia)	25	81,97	8	26,5	1,1	17,2

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: As classificações baseiam-se na pontuação distância média até à fronteira para os procedimentos, tempo, custo e capital mínimo realizado associados ao processo de constituição de uma nova empresa. A pontuação da distância até à fronteira é normalizada num intervalo entre 0 e 100, em que 100 representa a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta a pontuação melhor). Para mais detalhes veja-se o capítulo "Acerca de *Doing Business* o *Doing Business* na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia." Os dados de Bratislava, Lisboa, Praga e Zagreb foram revistos após a publicação do *Doing Business* 2018. O conjunto completo de dados pode encontrar-se no website do projecto *Doing Business* website em <http://www.doingbusiness.org>. Na Croácia os dados para o registo comercial em Split e Rijeka foram recolhidos usando os serviços HITRO.HR. Os dados de Zagreb recolhem registos pessoais em tribunal, enquanto os dados para Osijek e Varazdin recolhem dados de registo electrónico.

por meio de um serviço governamental que assume diversas formalidades em seu nome, com o objectivo de oferecer um arranque mais simples e mais rápido; nas outras cidades menos de metade das empresas segue o mesmo método.

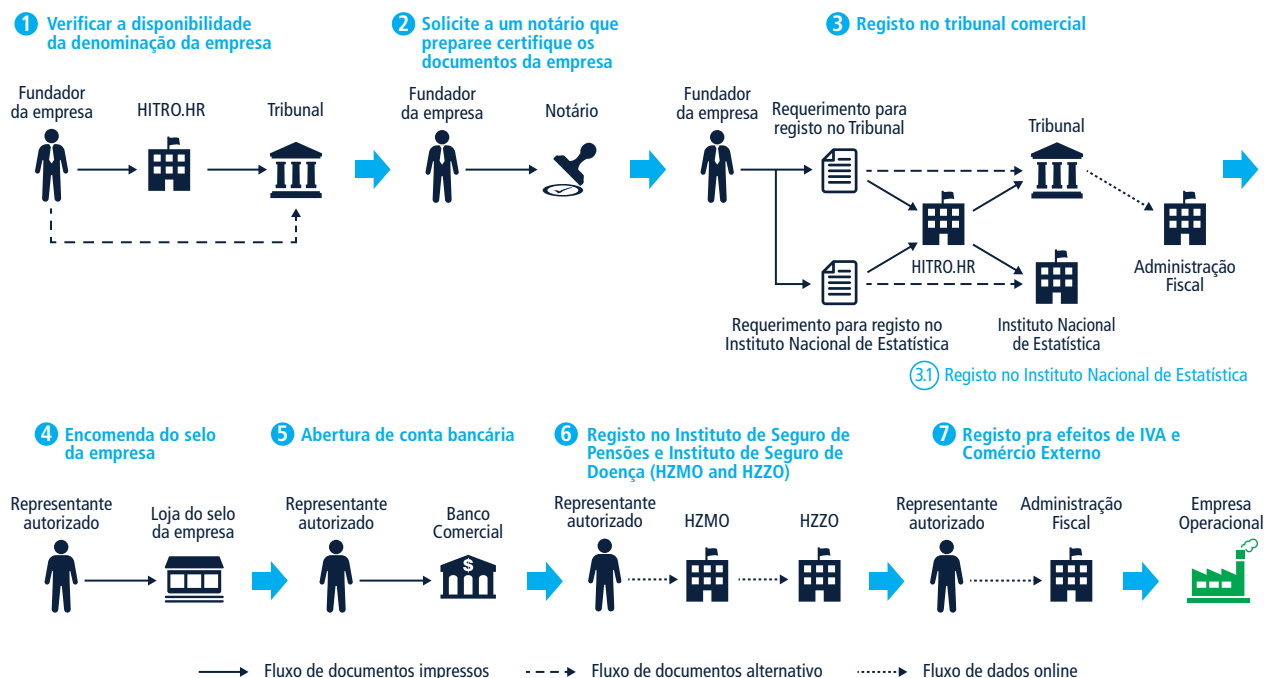
### Como varia o processo na Croácia?

O registo comercial na Croácia envolve múltiplas agências e intermediários—o

registo do tribunal, notários, bancos comerciais, HITRO.HR (ponto único de acesso), o Instituto Nacional de Estatística, a Administração Fiscal, Instituto para o Seguro de Pensões e o Instituto de Seguro na Doença (figura 2.2). Os empresários croatas têm diversas opções para registar uma nova empresa. Podem usar HITRO.HR, um serviço governamental disponível em todas

as maiores cidades croatas em balcões estabelecidos em gabinetes da *Financial Agency* (FINA), uma entidade pública que oferece intermediação financeira e serviços de informática. Podem ainda recorrer a um notário para concluir o processo em seu nome. Ou podem ainda tratar directamente com o registo dos tribunais. Os requerimentos podem ser apresentados electronicamente através

FIGURA 2.2 O registo comercial na Croácia implica múltiplas agências e intermediários



Fonte: "Summary Note—Policy Options for Reforming the Business Entry Regime" (World Bank Group, Washington, DC, October 2017).

de um sistema de registo comercial online só acessível a notários ou funcionários da HITRO.HR. Qualquer que seja a opção escolhida pelos empresários, os documentos de constituição da empresa devem ser reconhecidos notarialmente e os documentos comprovativos entregues em cópias impressas ao registo dos tribunais.

Entre as cinco cidades estudadas, Zagreb é a única na qual a maioria das empresas de responsabilidade limitada não são constituídas utilizando o serviço de registo comercial online<sup>7</sup>—embora o registo presencial nos tribunais seja mais demorado (14 dias comparado com 3 dias em média para o registo online). O arranque de empresas em Zagreb requer oito procedimentos e mais do que três semanas.

O serviço HITRO.HR é utilizado para constituir metade ou mais das empresas de responsabilidade limitada em Split e Rijeka, sendo mais fácil constituir uma

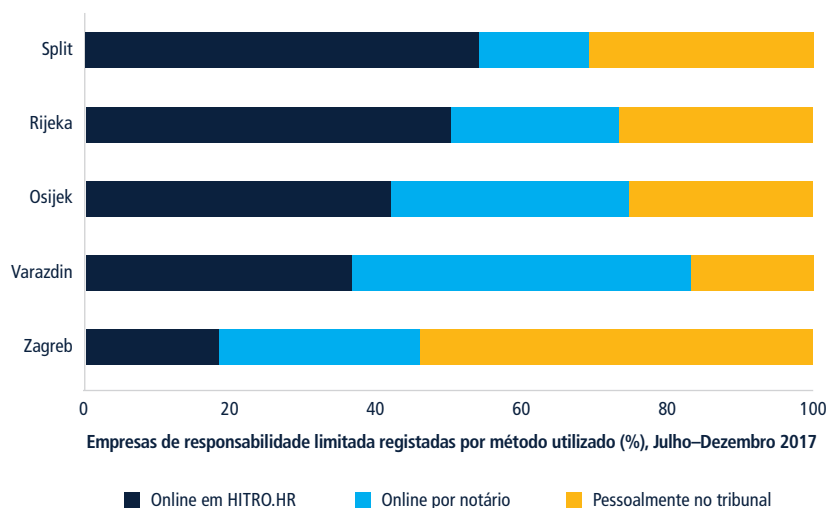
empresa nessas cidades. A utilização destes serviços é mais baixa nas outras três cidades (figura 2.3). Quando os empresários usam o serviço HITRO.HR, os seus funcionários podem concluir o registo com o Instituto Nacional de Estatística em seu nome sem necessidade de um requerimento distinto, eliminando assim um procedimento do processo se arranque. Além disso, em Split a maioria dos requerentes encomenda, também, um selo da empresa nos serviços HITRO. HR— que, por seu lado, contratou os serviços de um fabricante de selos local— evitando assim mais uma visita a um fornecedor privado.

Como os dados para Split ilustram, a conclusão de um processo de arranque de uma empresa por meio dos serviços HITRO. HR exige apenas seis procedimentos e seis dias. De facto, se Split representasse a Croácia em vez de Zagreb na classificação global do projecto *Doing Business* em termos da facilidade

para abrir uma empresa, o país saltaria 22 lugares, de 87 para 65.

Subsistem ameaças que podem limitar a utilização dos serviços HITRO.HR. Os funcionários HITRO.HR podem prestar assistência aos empresários desempenhando alguns dos passos necessários para concluir o registo de uma empresa, mas têm autoridade limitada noutros aspectos. Por exemplo, o serviço HITRO.HR não tem autoridade para tratar dos registos em nome dos seus clientes em algumas das agências envolvidas, tais como a Administração Fiscal e os Institutos de Seguro de Pensões e de Seguro de Doença. O requisito da preparação e certificação dos estatutos da empresa por um notário também pode reduzir o interesse dos serviços HITRO.HR's para os empresários, que optam muitas vezes em concluir o processo de registo da empresa recorrendo aos serviços notariais. Outra diferença entre as cidades deriva do poder discricionário dos juizes no processo de registo, o que conduz a diferenças nas práticas.

**FIGURA 2.3** O serviço HITRO.HR é utilizado para registar metade ou mais das novas empresas de responsabilidade limitada em Split e Rijeka



Fonte: Dados estatísticos fornecidos pelo Ministério de Justiça da Croácia.

Por exemplo no processo de escolha da denominação da empresa. A disponibilidade de denominação de uma empresa pode ser verificada online sem custos. Mas por falta de directivas claras para denominações de empresas e o exercício do poder discricionário, mais de 30% dos requerimentos de denominações de empresas estão a ser rejeitadas em Zagreb— embora as taxas de rejeição sejam mais baixas noutras áreas do país.<sup>8</sup> Para evitar rejeições e a necessidade de refazer a documentação da empresa, a maioria dos empresários que pretendem constituir uma nova empresa de responsabilidade limitada em Zagreb ou Osijek optam por reservar uma denominação para a empresa antes de procederem à constituição. Os tribunais podem levar entre dois a cinco dias para chegar a uma decisão acerca da denominação de uma empresa. Em Varazdin, onde as taxas de rejeição são mais baixas, a denominação de uma empresa é antecipadamente reservada para apenas um quinto das novas empresas constituídas.<sup>9</sup>

Há ainda outra diferença entre as cidades em termos do tempo que leva a obter a decisão final do tribunal acerca do registo

da empresa. O tribunal é obrigado, por lei, a proceder ao registo da empresa em 24 horas se o requerimento for apresentado electronicamente (ou no prazo de 15 dias se for apresentado pessoalmente). Mas o requerimento electrónico precisa de ser seguido pela apresentação dos documentos originais em cópia impressa. Após a recepção dos documentos impressos, o tribunal delibera e apresenta a sua decisão final— que a empresa deve ter em cópia impressa para futuras interações com agências públicas e privadas (tais como a Administração Fiscal, o Instituto

Nacional de Estatística. A decisão final do tribunal pode levar entre um dia em Split até 4 dias em Varazdin.<sup>10</sup>

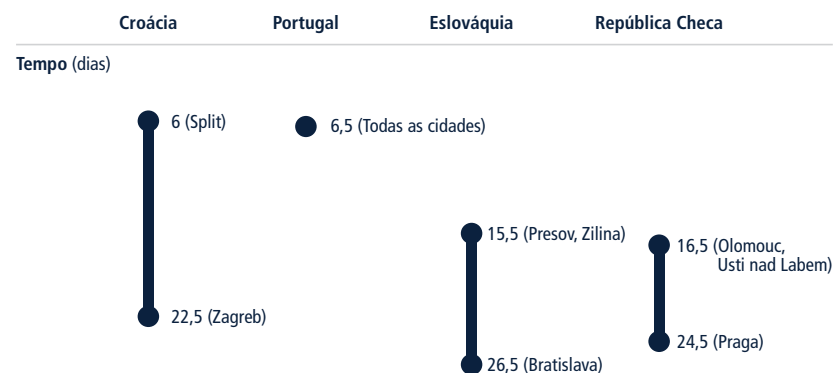
O custo para abrir uma empresa na Croácia varia entre 7,2% do rendimento per capita em Zagreb até 7,4% em Split e Rijeka. A diferença resulta das taxas dos serviços HITRO. HR. Mesmo não usando os serviços HITRO.HR para o registo da empresa, os empresários fora de Zagreb têm que se dirigir aos serviços HITRO. HR para requererem um número estatístico porque o Instituto Nacional de Estatística não tem agências fora da capital.<sup>11</sup>

### Como varia o processo na República Checa?

Na República Checa, constituir uma empresa nas sete cidades estudadas envolve cumprir os mesmos oito procedimentos, a um custo de 1% do rendimento per capita. O processo é quase um mês mais demorado na capital. Leva oito dias menos em Olomouc e Usti nad Labem (figura 2.4).

O primeiro passo é recorrer a um notário pois todas as empresas de responsabilidade limitada devem ser registadas por meio de uma escritura notarial. Para casos simples os honorários do notário para preparar a escritura são CZK 2,000 (78,83 euros). Para empresas com estruturas mais complexas os honorários do

**FIGURA 2.4** O tempo necessário para constituir uma empresa varia substancialmente entre as cidades na Croácia, República Checa e Eslováquia



Fonte: base de dados do Doing Business.

notário são calculados como percentagem do capital de abertura. Os notários têm também autoridade legal para registarem uma empresa directamente numa conservatória de registo comercial, sem necessidade de haver um seguimento ou verificação realizados por funcionários do tribunal. Se a empresa for registada online por um notário evita a necessidade de pagar custas judiciais de CZK 6,000 (236,50 euros) — os notários cobra honorários de CZK 1,300 (51,24 euros) e garante que o processo está concluído no mesmo dia.

O principal factor que introduz diferenças no tempo nestas sete cidades é o processo de registo fiscal. O registo para efeitos de Imposto de Rendimento leva geralmente entre um a cinco dias. Mas os requerentes podem ter que esperar 10 dias para se registarem tanto para efeitos de imposto sobre o rendimento como para o IVA em Olomouc e Usti nad Labem — e 18 dias em Praga, onde os volumes dos requerimentos são mais elevados. A autoridade fiscal realiza uma avaliação dos bens e instalações e planos de negócios da empresa e, se necessário, dá início a uma audiência de registo para garantir que os fundadores da empresa não têm um historial que possa levantar questões quanto ao seu risco.

Uma empresa que desenvolva actividades comerciais ou industriais também tem que ter a sua actividade registada. O Gabinete de Licenciamento Comercial deve concluir o processo de registo no prazo de cinco dias úteis e tipicamente fá-lo em um dia (como em Ostrava) ou dois, por uma taxa de CZK 1.000 (39,42 euros). As novas empresas constituídas devem também proceder ao seu registo para efeitos de segurança social e Seguro de doença.

Os empresários podem requerer vários destes registos, simultaneamente, utilizando os serviços postos à sua disposição nos (Czech Points) Pontos Checos (centros de arquivo integrados para agências públicas, situados nas estações de correio em todo o país). Mas a maioria

prefere apresentar os requerimentos separadamente em cada uma das agências. Os funcionários dos Pontos Checos podem não estar familiarizados com as leis e regulamentos acerca dos registos e prestar orientação insuficiente acerca dos requerimentos. Além disso, apresentar os requerimentos através dos Pontos Checos envolve uma taxa adicional, e os documentos são enviados para as agências relevantes por correio normal, por isso os requerimentos conjuntos não poupam nem tempo nem dinheiro.

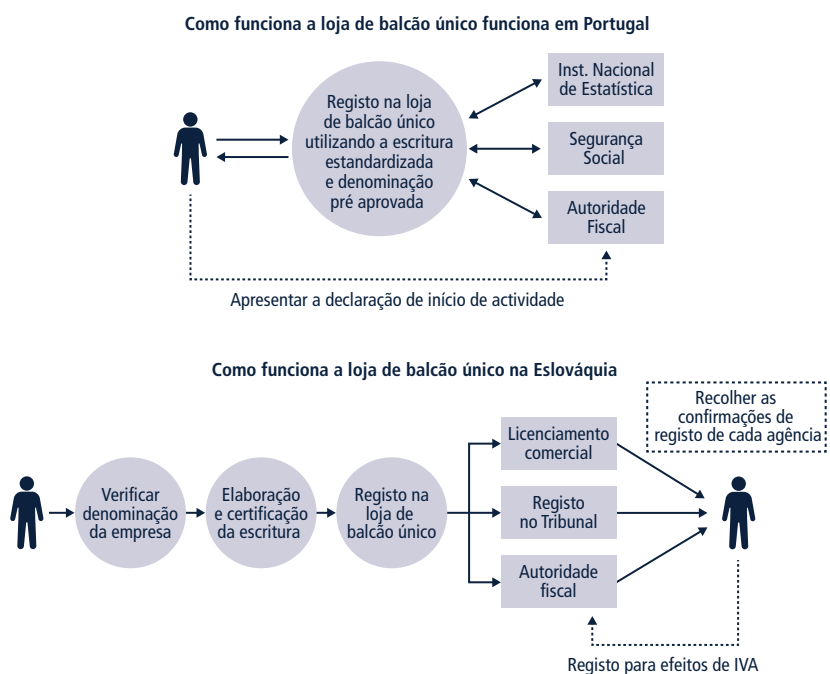
### Como varia o processo em Portugal?

Portugal possui um dos processos de abertura de empresas mais rápido na UE. Dispõe de uma base de dados centralizada de registo comercial e permite que uma empresa possa ser constituída em qualquer parte do país independentemente de onde está baseada. Nas oito cidades estudadas, constituir uma empresa envolve concluir os mesmos seis procedimentos, o que leva cerca de uma semana

e custa 360 euros (o equivalente a 2,1% do rendimento per capita). A maioria dos procedimentos podem ser concluídos no local, embora em Lisboa e no Porto possa ser necessário marcar antecipadamente uma entrevista no balcão único — Empresa na Hora (*on-the-spot firm*).<sup>12</sup> Os controlos são realizados posteriormente. Os seis procedimentos consistem em registar a empresa no balcão único (figura 2.5), abrir uma conta bancária, informar a autoridade fiscal do início da actividade e proceder ao registo dos colaboradores em três entidades diferentes — segurança social, Seguro de Acidentes de Trabalho e Fundos de Indemnização de Mão-de-obra (FCT e FGCT).

O processo nem sempre foi tão simples. O registo de uma empresa requeria, anteriormente, a visita a várias agências públicas diferentes, concluir 11 procedimentos, preencher 20 formulários e documentos, aguardar cerca de dois meses e meio e o pagamento de uma importância equivalente a 13.5% do rendimento per

FIGURA 2.5 Como se comparam as lojas de balcão único em Portugal e na Eslováquia?



capita<sup>13</sup>. Esta situação alterou-se em 2006, quando o governo implementou o programa da Empresa na Hora como parte de uma iniciativa mais ampla de simplificação administrativa e *e-governement* (SIMPLEX). O programa introduziu estatutos da empresa pré aprovados (o que eliminou a obrigação legal de entregar escrituras públicas ou actos notariais), reduzindo substancialmente as despesas administrativas, criou listas pré aprovadas de denominações de empresas e eliminou formalidades obsoletas tal como registar os livros das empresas. Actualmente, utilizando uma denominação comercial pré aprovada e estatutos de sociedade standardizados, um empresário pode constituir uma empresa num ponto de contacto único em uma ou duas horas. Todas as informações são automaticamente partilhadas entre as agências públicas envolvidas (conservatória, segurança social, autoridade fiscal).

Além disso, o registo das empresas passou a ser feito online—graças à introdução de um novo documento de identificação que permite que os cidadãos se identifiquem ao usar serviços públicos online bem como assinar documentos electronicamente. Advogados, notários e cidadãos normais podem aceder ao portal da Empresa Online e realizar o processo do registo da empresa sem saírem dos seus escritórios ou trocar qualquer tipo de documentos impressos. Além disso, a Empresa Online proporciona às empresas acesso permanente para actualização de certificados e outros documentos da empresa, eliminando a necessidade de documentos impressos. Sempre que uma empresa privada ou pública solicitar esses documentos à empresa, a empresa pode simplesmente enviar um código permitindo o acesso aos documentos.

### Como varia o processo na Eslováquia?

Abrir uma empresa na Eslováquia em qualquer ponto do país requer os mesmos oito procedimentos e as mesmas despesas, equivalentes a 1,1% do rendimento per capita. No entanto o tempo que o

processo demora varia substancialmente nas cinco cidades comparadas—variando entre duas semanas em Presov e Zilina e quase quatro semanas em Bratislava (ver figura 2.4).

As autoridades devem registar uma empresa no prazo de dois dias. Mas os prazos para os registos fiscais são muito mais longos, com 30 dias para o registo de para efeitos de imposto de rendimento e 21 dias para o registo para efeitos do IVA.

O registo para efeitos do IVA requer que os fundadores das empresas prestem uma quantidade substancial de informações (tais como plano de negócio, detalhes acerca do activo da empresa e prova da adequação das instalações registadas à actividade comercial). A autoridade fiscal avalia estas informações para determinar se o requerente cumpre todos os critérios do registo para efeitos de IVA. O objectivo é evitar a fraude fiscal garantindo que os fundadores da empresa não têm um historial que possa levantar questões acerca do seu risco. Se a autoridade fiscal considerar que um requerimento pode ser arriscado, pode exigir uma garantia financeira como cobertura de riscos futuros relacionados com o IVA. O registo para efeitos de IVA é mais rápido em Zilina, onde as empresas consideradas de baixo risco podem fazer o registo em cinco dias. Em Bratislava, onde se registam os maiores volumes de requerimentos o processo demora cerca de 10 dias.

Antes do registo de uma empresa, é necessário fazer uma visita à autoridade fiscal para obter uma confirmação por escrito de que os fundadores da empresa não integram a lista dos devedores ao fisco. Para obter esta confirmação são necessários dois dias em Presov e cinco dias em Bratislava.

Alguns destes processos de registo foram integrados. Por exemplo, os fundadores das empresas podem apresentar requerimentos de registo para efeitos de imposto sobre o rendimento ao mesmo tempo que o registo

comercial no balcão único instalado no Gabinete de Licenciamento Comercial (dependente do Ministério do Interior). Mas o certificado de liquidação do imposto, o registo para efeitos do IVA—assumidos voluntariamente por muitas empresas no momento do arranque<sup>14</sup>—e o registo dos colaboradores para efeitos da segurança social e seguro de saúde continuam a ser procedimentos distintos.<sup>15</sup> E embora o processo dos requerimentos seja conjunto, cada uma das autoridades—fiscais, tribunais e de licenciamento—comunicam os resultados individualmente ao requerente (ver figura 2.5).

Para além de uma pequena importância para certificação das assinaturas nos documentos da empresa, as autoridades cobram taxas para registo comercial: 150 euro se o requerimento for apresentado online e o dobro dessa quantia se for apresentado pessoalmente. Não são cobradas taxas para os outros procedimentos.

## O QUE PODE SER MELHORADO?

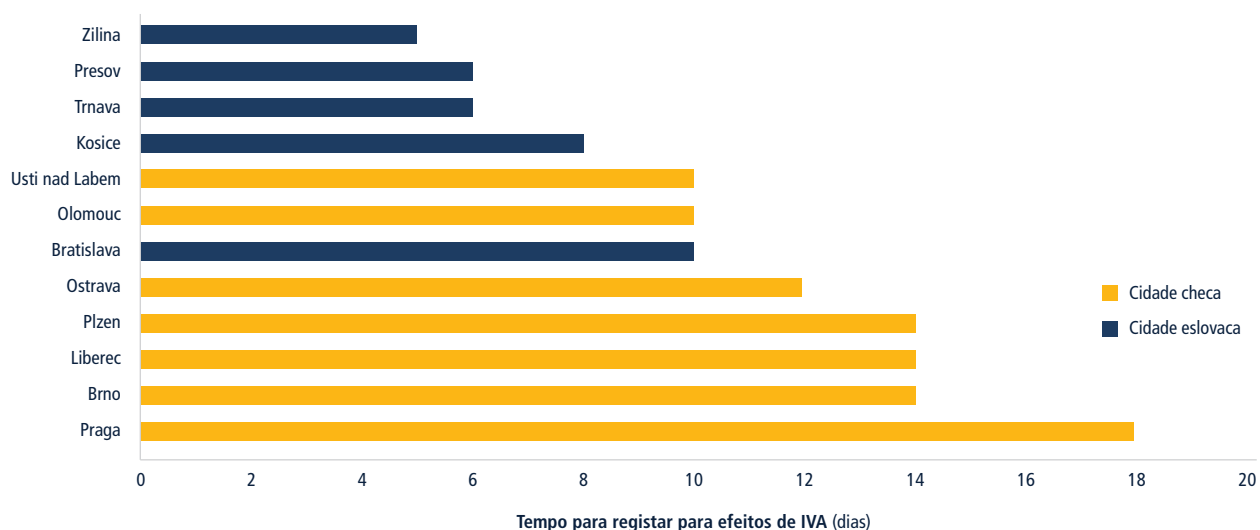
A análise realizada neste capítulo quanto ao processo de constituição de uma empresa nos quatro membros da UE aponta para diversas áreas de possível melhoria. A maioria das recomendações aplicam-se à Croácia, República Checa e Eslováquia. Portugal já dispõe de um balcão único e plataforma electrónica de vanguarda para ajudar à abertura de empresas (ver caixa 1.1 na revisão). No futuro é necessário continuar a realizar uma adequada atribuição de recursos para acompanhar outras economias líderes na medida em que estas continuem a melhorar esta área.

### Simplificar o registo para efeitos de IVA

#### REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA

Na República Checa e na Eslováquia obter um número para efeitos de IVA demora entre uma a três semanas (figura 2.6). E

FIGURA 2.6 O registo para efeito de IVA é um processo moroso nas cidades da República Checa e Eslováquia



Fonte: base de dados do Doing Business.

isto porque os funcionários das repartições das Finanças realizam uma avaliação rigorosa dos fundadores da empresa, instalações e actividade comercial declarada para reduzir o risco de não cumprimento e alegações de fraude.

Simplificando as avaliações de risco no ponto de registo permitiria uma reafecção de recursos utilizada para esta actividade para outras acções de conformidade. O registo para efeitos de IVA pode ser realizado em paralelo com o registo para efeitos de imposto sobre as sociedades, sendo os dois registos sincronizados como parte do registo inicial da empresa no tribunal. Desta forma eliminar-se-ia a necessidade de um registo separado para efeitos de IVA, reduzindo a carga tanto sobre os contribuintes como sobre a autoridade fiscal.

Este tipo de abordagem é já utilizado na Hungria, onde o registo para efeitos de IVA pode ser declarado durante o processo de constituição da empresa no Tribunal de Registo. Realizar os três registos leva apenas um ou dois dias. Em Portugal todas as empresas são registadas para efeitos de IVA na altura da sua constituição, sendo as empresas de menor dimensão isentas do pagamento

do IVA, declarando que o seu volume de negócios fica abaixo de um determinado patamar. Na Croácia, embora o registo para efeitos de IVA continue a ser um processo separado, obter uma decisão acerca do registo demora apenas um ou dois dias. Após o registo, podem ser feitas averiguações para avaliar a veracidade das informações prestadas.

Outros países também servem de exemplo. Na Lituânia os fundadores de uma nova empresa podem fazer o registo para efeitos de IVA online em três ou mesmo menos dias com o registo no *Register of Legal Entities*. Da mesma forma na Letónia a lei do IVA em vigor desde 2013 permite proceder ao arquivo dos requerimentos de registo da empresa e para efeitos de IVA na Conservatória de Registo Comercial e o processo pode estar concluído em três dias.

### **Reduzir ou eliminar o requisito de capital mínimo realizado para empresas de responsabilidade limitada**

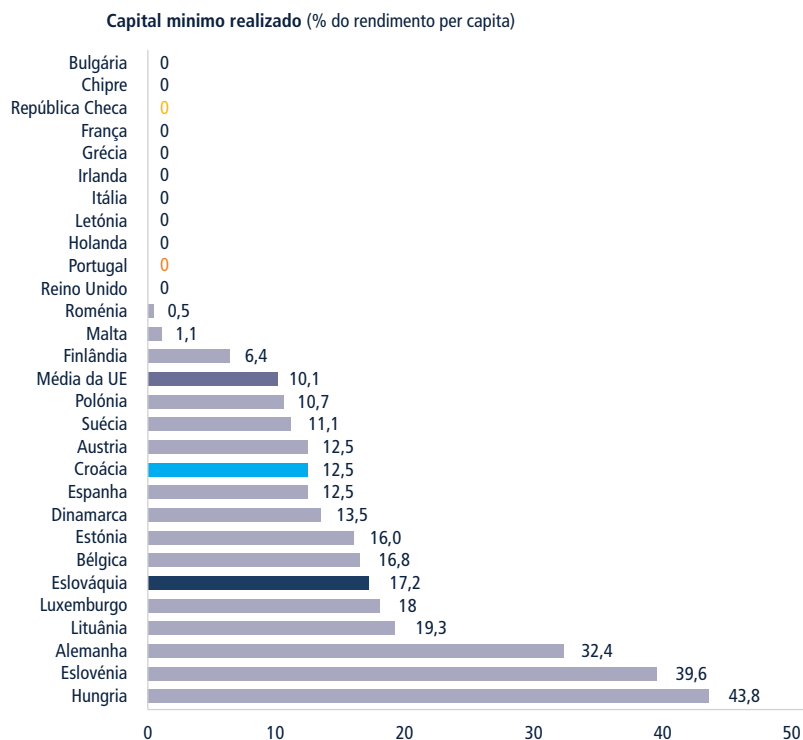
#### **CROÁCIA, ESLOVÁQUIA**

O requisito de um capital mínimo realizado, de 17,2% do rendimento per capita na Eslováquia, e de 12,5%, na Croácia permanece entre os mais altos da UE (figura 2.7).

No entanto estudos mostram que os requisitos de capital mínimo realizado oferecem pouca protecção aos credores e quase nenhuma segurança aos investidores em casos de insolvência.<sup>16</sup> As taxas de recuperação não são mais altas em economias com requisitos de capital mínimo realizado do que nos que não têm este requisito.<sup>17</sup> Antes de tomar uma decisão de investimento, os credores avaliam, geralmente outras protecções—na lei das sociedades, lei da insolvência e legislação sobre transacções garantidas.

Além disso, o requisito de montantes fixos de capital não leva em consideração as diferenças em risco comercial. Uma pequena empresa no sector dos serviços não apresenta o mesmo risco que uma grande empresa fabril num mercado volátil. Ademais, um requisito de capital mínimo pode representar um obstáculo à entrada—especialmente para as pequenas empresas.<sup>18</sup> A imobilização de fundos para cumprir os requisitos de capital, especialmente se estes forem consideráveis pode ter custos de oportunidade substanciais, levando as empresas a limitar os seus gastos em necessidades tais como recrutamento e formação de colaboradores, investimento em equipamentos e desenvolvimento de serviços.

FIGURA 2.7 Onze estados membros não requerem o pagamento de um capital mínimo realizado ou apenas uma quantia simbólica



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: A Bulgária, a República Checa, a França, a Grécia, a Itália e a Letónia têm um requisito de capital mínimo realizado, equivalente a menos do que 0,1% do rendimento per capita. A média para a UE é baseada nos dados a nível económico para os 28 estados membros.

Actualmente mais de 100 economias comparadas pelo projecto *Doing Business* não estão sujeitas ao requisito de capital mínimo realizado. Entre os estados membros da UE, há cinco que não têm esse requisito: Chipre, Irlanda, Holanda, Portugal e Reino Unido. Outros seis têm um requisito que não chega a 0,1% do rendimento per capita: Bulgária, a República Checa (caixa 2.1), França, Grécia, Itália e Letónia. No total, 35 economias aboliram ou reduziram os seus requisitos de capital mínimo realizado nos últimos cinco anos.<sup>19</sup>

### Analisar se certos requisitos podem ser eliminados para pequenas e médias empresas

#### REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA

Na República Checa e na Eslováquia todas as empresas constituídas de novo necessitam de ter as suas actividades

licenciadas. Na maioria dos estados membros são as ordens profissionais que atribuem as licenças às empresas. Mais frequentemente, as licenças são necessárias apenas para empresas em sectores e indústrias estratégicos ou regulados. Noutros, uma mera declaração de responsabilidade é suficiente. Este é o caso em Espanha, no qual os fundadores da empresa apresentam uma declaração de conformidade com o quadro legal aplicável ao sector. Em vez de serem aplicados de forma transversal, os requisitos de licenciamento deveriam ser limitados às actividades que afectem a segurança, a saúde pública, o meio ambiente e afins – em cada caso com base num objectivo de política pública claro.

Um outro requisito justificando revisão diz respeito ao capital mínimo realizado. Embora na República Checa o requisito

de capital mínimo para uma empresa incorporada de novo seja uma quantia simbólica de CZK 1, a lei ainda assim exige que os empresários que constituem a empresa depositem o capital mínimo e apresentem a confirmação do banco de que a entrada de capital se encontra na conta bancária da empresa. Este requisito poderia ser eliminado permitindo às empresas registarem-se apenas declarando o seu capital autorizado. Não obstante as empresas continuem a abrir contas bancárias para a realização dos seus negócios, poderia dispensar-se a apresentação do comprovativo no acto de registo.

Além disso, uma vez concluído o registo da empresa totalmente, o governo pode estabelecer parcerias com bancos comerciais permitindo-lhes ligar as suas plataformas online à ao balcão único. Assim os empresários que registem as suas empresas através da loja de balcão único também passam a ter acesso ao banco da sua escolha para requisitarem uma nova conta online. Podem encontrar-se exemplos destas disposições na Noruega e na Lituânia, onde constituir uma empresa se tornou mais fácil ultimamente graças à possibilidade de requerer uma conta bancária durante o processo de registo electrónico.

Já estão em curso alterações na Eslováquia para eliminar o requerimento processual. Actualmente os fundadores das empresas têm que obter um certificado da autoridade tributária a confirmar que não estão na lista dos devedores ao Estado. Obter este certificado demora entre dois e cinco dias. Há uma alteração legislativa que entrará em vigor no dia 1 de Setembro 2018, e que eliminará o requisito para os requerentes exibirem um registo fiscal limpo e mudar a obrigação das verificações para uma agência pública (a secretaria do tribunal). Para garantir a implementação efectiva, a autoridade tributária necessita de fornecer à secretaria do tribunal uma lista abrangente e actualizada dos devedores.

### CAIXA 2.1 De que forma a redução dos requisitos de capital mínimo realizado teve bons resultados na República Checa

Na República Checa antes de 2014, o requisito de capital mínimo realizado para uma nova empresa de responsabilidade limitada era 200.000 CZK (equivalente a quase um terço do rendimento capita) e pelo menos 20.000 CZK para cada sócio fundador. Em 2014 uma alteração à lei 90/2012 *Coll. on Corporations* reduziu estes requisitos de capital para um simbólico 1 CZK.

O que decretou esta alteração? O desejo de alargar o acesso às vantagens emergentes deste tipo de empresas—responsabilidade limitada, flexibilidade fiscal, relativamente poucas formalidades empresariais—a um mais largo espetro de empresários checos. O esforço compensou: de acordo com as estimativas o número de novas empresas de responsabilidade limitada na República Checa cresceu 9% entre 2013 e 2014—de 22.227 para 24.266. Embora os números tivessem continuado a crescer todos os anos desde então, a taxa de 9% rate foi excedida pela primeira vez apenas entre 2016 e 2017 (a 12%), quando as condições económicas nacionais e internacionais se tornaram muito mais favoráveis.<sup>a</sup>

a. "Loni vzniklo 32 187 firem, nejmíc od roku 2007" [No ano passado foram constituídas 32.187 empresas, o número mais elevado desde 2007], Bisnode, press release, January 29, 2018, <https://www.bisnode.cz/o-bisnode/o-nas/novinky/loni-vzniklo-32-187-firem-nejmíc-od-roku-2007/>.

### Tornar o envolvimento de terceiros opcional CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA

Conforme foi medido pelo projecto *Doing Business*, o custo de constituir uma empresa na Croácia ascende a mais de 7% do rendimento per capita—um Embora os mesmos requisitos existam na República Checa, os custos notariais são apenas um quinto dos praticados na Croácia. O governo pode reduzir os custos de constituição de uma empresa elaborando documentos de constituição standardizados, suficientemente flexíveis para se aplicarem à maioria das empresas pequenas, permitindo assim aos empresários redigirem e apresentarem os documentos eles próprios. Eliminando o requisito de ser um notário a redigir os documentos de constituição seria uma importante medida para reduzir custos, especialmente para as pequenas empresas. As empresas de maior dimensão poderiam continuar a consultar os profissionais se tiverem necessidade disso.

A experiência noutros países revela que exigindo que as empresas utilizem serviços legais para registo não é necessariamente para garantir o rigor e a conformidade com a lei, em especial para formas mais simples tais como parcerias e empresas de responsabilidade limitada. Portugal teve êxito ao tornar o envolvimento de terceiros opcional para

as empresas utilizando documentos de constituição standardizados fornecidos pela conservatória. A Eslováquia permite que o pessoal da conservatória certifique as declarações de consentimento e reconheça as assinaturas dos fundadores das empresas. Os escrivães são profissionais que podem ter poderes para certificar documentos e reconhecer identidades atribuídas por lei, tal como os notários. Uma simples verificação deveria ser suficiente para uma empresa standardizada.

Além disso com a introdução do registo online e das assinaturas digitais, a necessidade de verificação toda identificação pessoal tornou-se obsoleta. A Conservatória de registos de Singapura, por exemplo, presume simplesmente, que as empresas não têm interesse em se registarem por processos fraudulentos. A Conservatória de Registo civil procede à pós-verificação, informando as pessoas que foi constituída uma empresa com os seus nomes apresentados numa lista como fundadores. Assim em vez de verificar todos os requerimentos, os funcionários podem fazer uso do seu tempo investigando os poucos casos fraudulentos em que as pessoas são apresentadas como fundadores de empresa sem o seu consentimento.

Em geral, quase metade das economias comparadas pelo projecto *Doing*

*Business*—incluindo a Dinamarca, a França, Portugal, Roménia e a Eslováquia—não têm requisitos para utilizarem serviços notariais para o registo das empresas, e estão a tornar cada vez mais o uso destes serviços opcional.

### Tornar a reserva de denominação da empresa mais transparente e regulamentada CROÁCIA

Um número significativo de requerimentos de denominações de empresa que são rejeitados nos tribunais da Croácia sugere uma necessidade de tornar a reserva das denominações mais transparente e regulamentada. Os requerentes deveriam poder pesquisar o registo de empresas online, familiarizar-se com um conjunto de regras objectivas acerca de denominações de empresas e fazer a reserva da denominação numa sessão online, sem ter que interagir com o pessoal administrativo.

A Croácia poderia observar a Austrália, Canadá e Estados Unidos como modelos a seguir, onde no princípio do ano 2000 muitos estados e províncias introduziram regras claras para determinar se as designações propostas para uma empresa são idênticas a uma já existente, contem uma palavra ou frase restrita, ou requerem autorização especial. Estas regras aumentaram tanto a transparência como a eficiência na pesquisa e



autorização de uma denominação de empresa. As pessoas podem ir verificar online a disponibilidade da denominação que pretendem utilizar e fazer o respectivo requerimento. Este procedimento desencadeia testes automáticos para determinar se o nome está disponível, resultando numa aceitação ou rejeição automática. Na Austrália, em circunstâncias excepcionais, a autoridade responsável por analisar as denominações das empresas (a *Australian Securities* e a *Investments Commission*) também pode realizar análises manuais e rejeitar uma denominação se se tratar de uma palavra desconhecida, considerada como podendo ser ofensiva ou potencialmente enganosa.

Em alternativa, a secretaria do tribunal da Croácia pode fornecer uma lista de nomes entre os quais os requerentes poderão escolher. Outros países oferecem também exemplos. A plataforma portuguesa Empresa Online permite que os utilizadores escolham um nome pré-aprovado do website da conservatória e utilizem a interface balcão único para registar a sua empresa.

### **Simplificar as declarações do início das relações laborais** **PORTUGAL**

Os empregadores em todos os estados membros da UE têm que pagar contribuições para a segurança social, realizar a retenção na fonte do imposto sobre os rendimentos dos colaboradores ou ambas. E quando novos colaboradores começam um novo emprego, os seus empregadores têm que enviar informações acerca dos salários pagos, o número de horas que aqueles trabalharam e ainda alguns detalhes acerca do contrato de trabalho.

O aumento da rotação dos empregos fez aumentar os custos de notificação do início e fim dos contratos de trabalho. Entretanto, a automatização reduziu os custos de apresentação dos detalhes do mesmo contrato todos os meses. Consequentemente, vários estados

membros da UE assumem o início de um contrato de trabalho quando os impostos relacionados com os salários são pagos pela primeira vez para um colaborador—e assumem o final do contrato quando esses impostos são pagos pela última vez. Para apoiar esta abordagem, os empregadores devem incluir informações acerca das características das funções de um colaborador com o pagamento do imposto relacionado com os salários e não a apresentar separadamente.

Esta abordagem simplifica ainda mais os procedimentos em comparação com outros países em que o registo do empregador é integrado como o registo da actividade económica, como é o caso de Portugal. A razão é porque nem todas as empresas contratam pessoal imediatamente a seguir à sua constituição.

Em Portugal as empresas devem enviar três declarações separadas no início da relação de emprego, incluindo a segurança social e os fundos de indemnização laborais (FCT e FGCT). O país pode seguir o exemplo da Dinamarca, onde com a simples comunicação do pagamento de um salário fica presumido que a empresa se tornou num empregador.

Em alternativa, Portugal podia permitir que as empresas enviem informações acerca dos contratos dos colaboradores no momento da constituição. Em Espanha, por exemplo, uma nova empresa pode registar os seus colaboradores por meio da plataforma online CIRCE no momento da sua constituição. Da mesma forma, na Costa do Marfim os fundadores de uma empresa podem introduzir os nomes e detalhes até 20 colaboradores no formulário do registo da empresa, permitindo que aqueles registem os colaboradores na segurança social no momento da constituição da empresa com apenas um passo. Outra opção para Portugal seria integrar as três notificações separadas de uma relação de trabalho num único registo.

### **Integrar procedimentos de pós registo no processo de constituição**

#### **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, E ESLOVÁQUIA**

Após a conclusão do registo de uma empresa as novas empresas na República Checa e Eslováquia devem registar-se para efeitos de segurança social e seguro de saúde. Estes procedimentos podem eventualmente ser integrados no processo de registo da empresa. Nestes dois países as sociedades unipessoais podem requerer registos conjuntos para efeitos de segurança social, seguro de saúde e fiscal no balcão único no gabinete de licenciamento comercial. Esta mesma opção está também disponível para as pessoas colectivas.

No serviço croata HITRO.HR os funcionários podem ajudar o registo das empresas no instituto de estatística, mas não têm autoridade para procederem ao registo para efeitos fiscais, de pensões e seguro de saúde. Atribuir ao serviço HITRO.HR a autoridade para concluir todo o processo de registo pode melhorar a eficiência.

E nos três países, prosseguindo os esforços de integração – uma interface consolidada como objectivo final—simplificaria muito o processo de constituir uma empresa.

### **Criar um único processo online para constituir um negócio**

#### **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, E ESLOVÁQUIA**

Vários estados membros da UE dispõem de um balcão único que permite aos empresários constituir uma empresa para todos os fins: para notificações acerca da actividade económica, para o IVA, para o imposto sobre os rendimentos empresariais. Em Portugal a plataforma da Empresa Online permite aos utilizadores escolher uma denominação de empresa pré aprovada e documentos de constituição estandardizados do website da conservatória de registo e avançar para a interface de balcão único para registar a empresa. Seguidamente,

a conservatória do registo processa os registos para efeitos fiscais, segurança social e de trabalho e publica a notificação de constituição. Na Hungria as empresas registam-se electronicamente com o *Court of Registration* (câmara de registo) e obtêm imediatamente os seus números fiscais, de IVA e estatísticos. Na Eslovénia graças a interconectividade entre os sistemas de diferentes agências, a janela electrónica única (e-Vem) permite aos empresários registarem-se na conservatória de registo, no instituto de estatística, na autoridade tributária e no instituto de saúde, tudo num único passo.

Na Croácia, República Checa e Eslováquia, contudo, não existe uma única interface que disponibilize procedimentos integrados para registar as empresas para todos os efeitos. E nem todos os procedimentos podem ser concluídos totalmente online, na medida em que existem diversos documentos que ainda precisam de ser entregues em cópia impressa. Para serem eficazes as plataformas online plataformas têm que ser acompanhadas tanto por medidas que estimulem o arranque da empresa e pela possibilidade de concluir todo o processo online (isto é, sem necessidade de cópias impressas).

Há serviços de *e-government* a serem lançados nos três países. A disponibilidade dos serviços online aumentou—tal como o sistema de registo de empresas online na Croácia e o portal de administração pública slovensko.sk na Eslováquia (caixa 2.2). E a República Checa esteve entre os primeiros estados membros da UE a adoptar uma lei de *e-government*, que conduziu à introdução de um sistema de “caixa de dados” inovador que facilita a comunicação e a partilha de documentos oficiais entre empresas autoridades públicas (caixa 2.3).<sup>20</sup>

O e-ID nacional, que deve ser essencial para permitir o uso dos serviços de *e-government*, já foi introduzido na Eslováquia e prevê-se que seja introduzido na

## CAIXA 2.2 Lançamento de uma plataforma para permitir serviços de *e-government* na Eslováquia

Na Eslováquia os serviços de *e-government* são prestados através de portal governamental central slovensko.sk, a plataforma administrada pelo Gabinete do Vice-Primeiro Ministro para os Investimentos e Informatização. O principal objectivo do portal é providenciar um ponto único de acesso electrónico para solicitar e prestar serviços públicos. Mas ainda nem todas as agências públicas e fornecedores de serviços estão a usar a plataforma.

Os utilizadores podem aceder ao portal governamental central através de um cartão chip de Identificação com uma assinatura electrónica qualificada, que pode ser solicitada ao governo a custo zero; ou por meio de um mecanismo de assinatura electrónica qualificada numa pen drive, que está disponível nos fornecedores privados licenciados por meio do pagamento de uma taxa. O portal garante a autenticação dos utilizadores e cria uma transacção segura para dirigir dados à agência governamental ou fornecedor de serviço responsável por responder aos seus pedidos.

O portal também cria e gere “caixas de dados” (caixas de correio electrónico) para os utilizadores. Desde Junho de 2017 todas as novas empresas constituídas têm recebido uma caixa de dados a custo zero. A Caixa de dados armazena comunicações electrónicas ou documentos de gabinetes públicos (ou dos administradores da plataforma). Em princípio, todas as autoridades públicas são obrigadas a utilizar caixas de dados nas suas comunicações com entidades privadas. Mas algumas agências estão ainda a implementar as necessárias alterações. Por exemplo, foi concedido à autoridade tributária tempo adicional para adaptar as suas plataformas online. E embora tenha sido solicitado a todas as empresas registadas que realizem as suas comunicações com a autoridade tributária electronicamente a partir de Janeiro de 2018, a agência ainda utiliza os mails tradicionais para entregar documentos oficiais. Está prevista a comunicação electrónica nos dois sentidos obrigatória na próxima fase da implementação do sistema.

*Fonte:* Informação fornecida pelo Gabinete do Vice-Primeiro Ministro para os Investimentos e Informatização; “O portáli” [Acerca de nós], slovensko.sk, acessado em 29 de maio de 2018, <https://www.slovensko.sk/sk/o-portali>.

República Checa em meados de 2018. A Croácia já dispõe de um sistema de verificação chamado e-Citizen, embora a sua implementação tenha sido lenta.

O próximo passo deve ser no sentido de melhorar a interoperabilidade da infraestrutura de *e-government* para ajudar a resolver a fragmentação dos serviços e bases de dados entre as agências envolvidas no processo de arranque. Esta acção permitirá a integração do registo de empresas num processo único com uma única apresentação online de informações para cumprir os requisitos de registo de todas as agências relevantes. Um requerente registo de uma empresa deve poder apresentar todos os dados necessários por meio de um

único impresso, enquanto um sistema de *back-office* fará, automaticamente a troca dos dados apresentados com todas as agências envolvidas e receberá os resultados destas sem mais interações com o requerente. Todos os documentos finais podem ser enviados ao requerente de forma electrónica, como já acontece na Hungria. As empresas podem também receber um código de registo — como em Portugal, onde as instituições tais como tribunais, bancos, cartórios notariais e autoridades estatais e municipais têm acesso online ao registo da empresa e podem realizar as suas próprias verificações do estatuto legal das empresas que fornecem o seu código de registo, sem necessidade de manuseio de documentos de papel.

### CAIXA 2.3 E-government na República Checa: utilizar caixas de dados para melhorar as comunicações empresariais

Em 2009 o governo checo, como parte da agenda do seu *e-government*, introduziu um sistema de “caixas de dados” —correio electrónico para troca de documentos oficiais. O objectivo era tornar as comunicações entre as empresas e as autoridades públicas mais rápidas, menos onerosas, mais transparentes e fiáveis.

As caixas de dados têm alterado progressivamente a forma como as empresas interagem com as agências estatais na República Checa. Desde 2012 o Ministério do Interior fornece a todas as empresas à data da sua constituição, uma caixa de dados a custo zero. Assim, actualmente em vez de utilizarem documentos impressos, os empresários podem entregar os formulários e informações utilizando qualquer dispositivo ligado à internet. Por exemplo, as caixas de dados permitem às empresas apresentarem documentos electronicamente para efeitos de registo fiscal, declarações fiscais e registo na segurança social, bem como comunicar electronicamente com o tribunal, e registo cadastral ou autoridades municipais.

Cada caixa de dados é identificável por meio de uma combinação única de sete caracteres alfanuméricos, e todos os dados são encriptados. Para utilizar a caixa de dados não é necessário nenhum hardware extra ou tecnologia de autenticação. Todas as mensagens transmitidas através do sistema da caixa de dados incluem um carimbo de hora e um carimbo electrónico do ministério confirmando a sua autenticidade.

As mensagens e documentos são armazenados na caixa de dados, sem custo, nos primeiros 90 dias. O período pode ser prolongado pagando uma taxa. Os utilizadores podem também subscrever um serviço “data safe”, que é pago, e lhes permite arquivar ficheiros e mensagens. Estes podem ser recuperados, com um novo carimbo de hora emitido e utilizado para fins oficiais.

Todas as agências na República Checa devem, por lei, utilizar as caixas de dados como meio principal de comunicação e entrega de documentos oficiais. E o sistema pode ser utilizado para comunicação não só entre entidades públicas e privadas, mas também entre entidades privadas mediante o pagamento de uma taxa.

*Fontes:* Informação prestada pelo Ministério do Interior da República Checa; “Datové schránky” [Caixas de Dados], Ministério do Interior da República Checa, acedido em 29 de maio de 2018, <http://www.mvcr.cz/clanek/datove-schranky-datove-schranky.aspx>.

## NOTAS

- Como está definido na Recomendação da UE de 2003/361, pequenas e médias empresas são empresas com menos de 250 colaboradores e um volume de negócios de 50 milhões e euros ou menos. Os dados são de “Statistics on Small and Medium-Sized Enterprises: Dependent and Independent SMEs and Large Enterprises,” Eurostat, actualizado pela última vez a 26 de Janeiro de 2018, [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics\\_on\\_small\\_and\\_medium-sized\\_enterprises](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_small_and_medium-sized_enterprises).
- Base de dados do *Doing Business*.
- Estes são a Bélgica e a Finlândia.
- Lee Branstetter, Francisco Lima, Lowell J. Taylor and Ana Venâncio, “Do Entry Regulations Deter Entrepreneurship and Job Creation? Evidence from Recent Reforms in Portugal,” *Economic Journal* 124, no. 577 (2014): 805-32.
- Francesco Bripi, “The Role of Regulation on Entry: Evidence from the Italian Provinces,” Working Paper 932 (Bank of Italy, Rome, 2013).
- As pequenas empresas que não atingem o patamar do volume de negócios estão isentas da declaração de VAT em Portugal.
- Os dados incluem todas as empresas de responsabilidade limitada constituídas entre Julho-Dezembro 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministério da Justiça da Croácia.
- Os dados incluem todas as reservas de denominações apresentadas online por meio de um sistema de registo de empresas entre Outubro e Dezembro de 2017. Estatísticas fornecidas por Financial Agency (FINA), Centro para o serviço r HITRO.HR.
- Os dados incluem todas as empresas de responsabilidade limitada constituídas com e sem registo de nome entre Julho-Dezembro de 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministro da Justiça da Croácia.
- Os dados incluem todas as empresas constituídas online por meio de um sistema de registo de empresas online entre Outubro e Dezembro de 2017. Estatísticas fornecidas por Financial Agency (FINA), Centro para o serviço HITRO.HR..
- O requerimento pode ser apresentado também pelo correio, mas este procedimento é raro na prática.
- A entrevista é feita pelo telefone e geralmente tem lugar um ou dois dias mais tarde.
- Base de dados do *Doing Business*.
- O registo para efeitos de IVA torna-se obrigatório para uma empresa cujo volume de negócios exceda 49,790 euros.
- Lei 264/2017 que altera Código Comercial 513/1999, secção 1056—agendado para entrar em vigor em 1 de Setembro de 2018—concederá à Conservatória de Registo Comercial o acesso à lista dos devedores pela autoridade tributária, eliminado, assim, o requisito para os requerentes apresentarem um registo livre de encargos.
- Geoffrey Elkind, “Minimum Capital Requirements: A Comparative Analysis” (U.S. Agency for International Development, Washington, DC, 2007). Outros estudos importantes incluem John Armour, “Legal Capital: An Outdated Concept?” *European Business Organization Law Review* 7, no. 1 (2006): 5-27; Friedrich Kübler, “A Comparative Approach to Capital Maintenance: Germany,” *European Business Law Review* 15, no. 5 (2004): 1031-35; Joelle Simon, “A Comparative Approach to Capital Maintenance: France,” *European Business Law Review* 15, no. 5 (2004): 1037-44; and Peter O. Mühlert and Max Birke, “Legal Capital—Is There a Case against the European Legal Capital Rules?” *European Business Organization Law Review* 3, no. 4 (2002): 695-732.
- World Bank, *Doing Business 2012: Doing Business in a More Transparent World* (Washington, DC: World Bank, 2011).
- Andre Van Stel, David Storey and Roy Thurik, “The Effect of Business Regulations on Nascent and Young Business Entrepreneurship,” *Small Business Economics* 28, no. 2 (2007): 171-86.
- Base de dados do *Doing Business*.
- Lei 365/2000 Coll. acerca de Sistemas Informáticos da Administração Pública, adoptado em 14 de Setembro de 2000

# Obtenção de alvarás de construção

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- A facilidade de obtenção de alvarás de construção para um simples armazém varia substancialmente entre as cidades comparadas nos quatro países. As maiores observações são observadas no tempo e custo necessário.
- A autorização de construção é mais complexa nestes quatro países do que na maioria dos estados membros da União Europeia. Mas 10 das 25 cidades comparadas têm um processo de autorização mais rápido do que a média da EU.
- Entre as cidades croatas, Varazdin tem o processo de autorização mais rápido e menos oneroso. De facto, se fosse representada por Varazdin em vez de Zagreb na classificação global do projecto *Doing Business* em termos de facilidade de obtenção de alvarás de construção, a Croácia subiria quase 20 posições, de 126 para 107—ultrapassando a Espanha.
- República Checa e Eslováquia ficam atrás de todos os outros estados membros da EU no índice de controlo da qualidade de construção. Mas as respectivas cidades objecto de comparação figurariam entre as 10 melhores economias a nível global em termos do custo de obtenção de licenças de construção, a par da Estónia e da Polónia.
- Obter alvarás de construção demora cerca de cinco meses na maioria das cidades portuguesa comparadas, mas cerca de nove meses em Braga e Coimbra. A diferença deve-se, principalmente a diferenças de eficiência entre as autoridades municipais, mas também a regulamentos de licenciamento locais mais complicados em Braga e Coimbra.



A construção é um dos principais motores económicos na União Europeia, responsável por 9% do PNB e providenciando 18 milhões de postos de trabalho directos.<sup>1</sup> Em 2017 o sector da construção da UE cresceu 3,8% em média, o crescimento mais forte desde a crise financeira de 2008.<sup>2</sup> Entretanto, a indústria de construção tem estado na vanguarda das revisões de regulamentos, à medida que os governos respondem aos avanços tecnológicos e requisitos de mudança para o planeamento urbano. Nos últimos cinco anos 10 dos 28 estados membros da UE reformaram as suas estruturas reguladoras para encorajar padrões eficientes e sustentáveis e

acomodar a procura crescente de governação electrónica.<sup>3</sup>

### COMO FUNCIONA O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO NOS QUATRO ESTADOS MEMBROS?

Na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia os regulamentos de construção incluem um quadro nacional, que delinea os princípios gerais de ordenamento do território e dos sistemas de controlo da construção e regulamentos locais, que definem as características

específicas dos sistemas de controlo da construção em cada município.<sup>4</sup> Na República Checa e Eslováquia o licenciamento de construção envolve um processo de dois níveis que exige que os investidores obtenham tanto um alvará da localização como um alvará de construção.<sup>5</sup> Na República Checa devem ser obtidas autorizações das entidades públicas relevantes para ambas as licenças, enquanto na Eslováquia projectos mais simples não exigem um segundo conjunto de autorizações.

As inspecções às construções são obrigatórias nos quatro estados membros. Na República Checa, Portugal e Eslováquia as

### O QUE MEDE A FACILIDADE DE OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO?

Para medir a facilidade de obtenção de alvarás de construção o *Doing Business* regista os procedimentos, o tempo e o custo necessários para uma pequena ou média empresa obter as aprovações necessárias para construir um armazém comercial e conectá-lo à rede de abastecimento de água e saneamento. Este processo inclui todas as inspecções e certificados necessários antes, durante e após a construção do armazém. Para tornar os dados comparáveis em todas as localizações, presume-se que o armazém está localizado na área periurbana da cidade analisada, que não é numa zona económica ou industrial especial, e que este será utilizado para armazenagem geral de materiais não perigosos, tais como livros. Além disso, o projecto *Doing Business* procedeu à compilação de um índice de controlo de qualidade de construção que mede a qualidade subjacente dos regulamentos e controlos de construção. O índice responde por um quarto da pontuação da distância até à fronteira para obtenção de licenças de construção (ver a figura).

#### Obter alvarás de construção: medir a eficiência e qualidade da regulamentação de construção



autoridades locais são responsáveis pela supervisão das construções, enquanto na Croácia as inspeções são realizadas por uma autoridade central (o Ministério da Construção). Além disso, na Croácia os processos de construção devem ser supervisionado por um supervisor externo, enquanto nos outros três países esta supervisão é realizada por um engenheiro interno.

Entre os quatro países, o processo de obtenção de licenças de construção

mais fácil regista-se em Portugal, onde em média envolve 14 procedimentos e 189 dias e um custo de 0,8% do valor do armazém. (quadro 3.1).

O processo é mais rápido na Croácia (demorando 153 dias em média) mas também mais oneroso (custando 9.2% do valor do armazém em média). O processo para obter alvarás de construção na República Checa e Eslováquia é o mais demorado, mas ao mesmo tempo é o menos oneroso nestes países, apenas

0.2% do valor do armazém. A República Checa e a Eslováquia têm mais espaço para melhorar o índice do controlo da qualidade de construção. Ambos pontuaram entre 8 e 15 pontos possíveis, enquanto a Croácia recebeu 12 pontos e Portugal 11.

### Como se comparam estes resultados com outros estados membros da EU e globalmente?

Obter alvarás de construção requer em média 22 procedimentos na Croácia,

QUADRO 3.1 Obter alvarás de construção na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia—onde é mais fácil?

Cidade (País)	Posição	Pontuação Distância até à fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor do armazém)	Índice de controlo da qualidade da construção (0–15)
Porto (Portugal)	1	74,04	14	159	0,6	11
Ponta Delgada (Portugal)	2	73,59	14	169	0,4	11
Évora (Portugal)	3	73,53	14	169	0,4	11
Faro (Portugal)	4	73,42	14	170	0,4	11
Lisboa (Portugal)	5	73,10	14	160	1,3	11
Funchal (Portugal)	6	72,83	14	159	1,5	11
Braga (Portugal)	7	66,58	14	259	0,8	11
Varazdin (Croácia)	8	66,20	21	112	5,3	12
Coimbra (Portugal)	9	65,93	14	265	0,9	11
Presov (Eslováquia)	10	62,91	14	250	0,2	8
Trnava (Eslováquia)	11	61,39	15	258	0,2	8
Osijek (Croácia)	12	61,10	22	143	6,8	12
Rijeka (Croácia)	12	61,10	22	136	7,2	12
Kosice (Eslováquia)	14	60,74	14	280	0,2	8
Bratislava (Eslováquia)	15	59,33	14	300	0,2	8
Brno (República Checa)	16	57,90	20	236	0,2	8
Zilina (Eslováquia)	16	57,90	14	320	0,2	8
Usti nad Labem (República Checa)	18	57,24	20	245	0,3	8
Ostrava (República Checa)	19	56,89	20	250	0,2	8
Liberec (República Checa)	20	56,67	21	239	0,3	8
Praga (República Checa)	21	56,17	21	246	0,2	8
Plzen (República Checa)	22	55,38	21	257	0,2	8
Zagreb (Croácia)	23	54,77	22	146	11,7	12
Olomouc (República Checa)	24	54,45	21	270	0,2	8
Split (Croácia)	25	43,67	23	227	15,1	12

Fonte base de dados do *Doing Business*.

Nota: As classificações são baseadas na pontuação da distância média até à fronteira dos procedimentos, tempo e custo associado com a obtenção de licenças de construção bem como do índice de controlo da qualidade construção. A pontuação da distância até à fronteira é normalizada para o domínio de a 100, em que 100 representa a fronteira de melhores práticas (quanto mais alta a pontuação, melhor). Para mais pormenores, veja-se o capítulo "Acerca de *Doing Business* o *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados para Bratislava, Lisboa, Praga e Zagreb foram revistos depois da publicação do *Doing Business 2018*. O conjunto completo de dados pode ser consultado na website do projecto *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

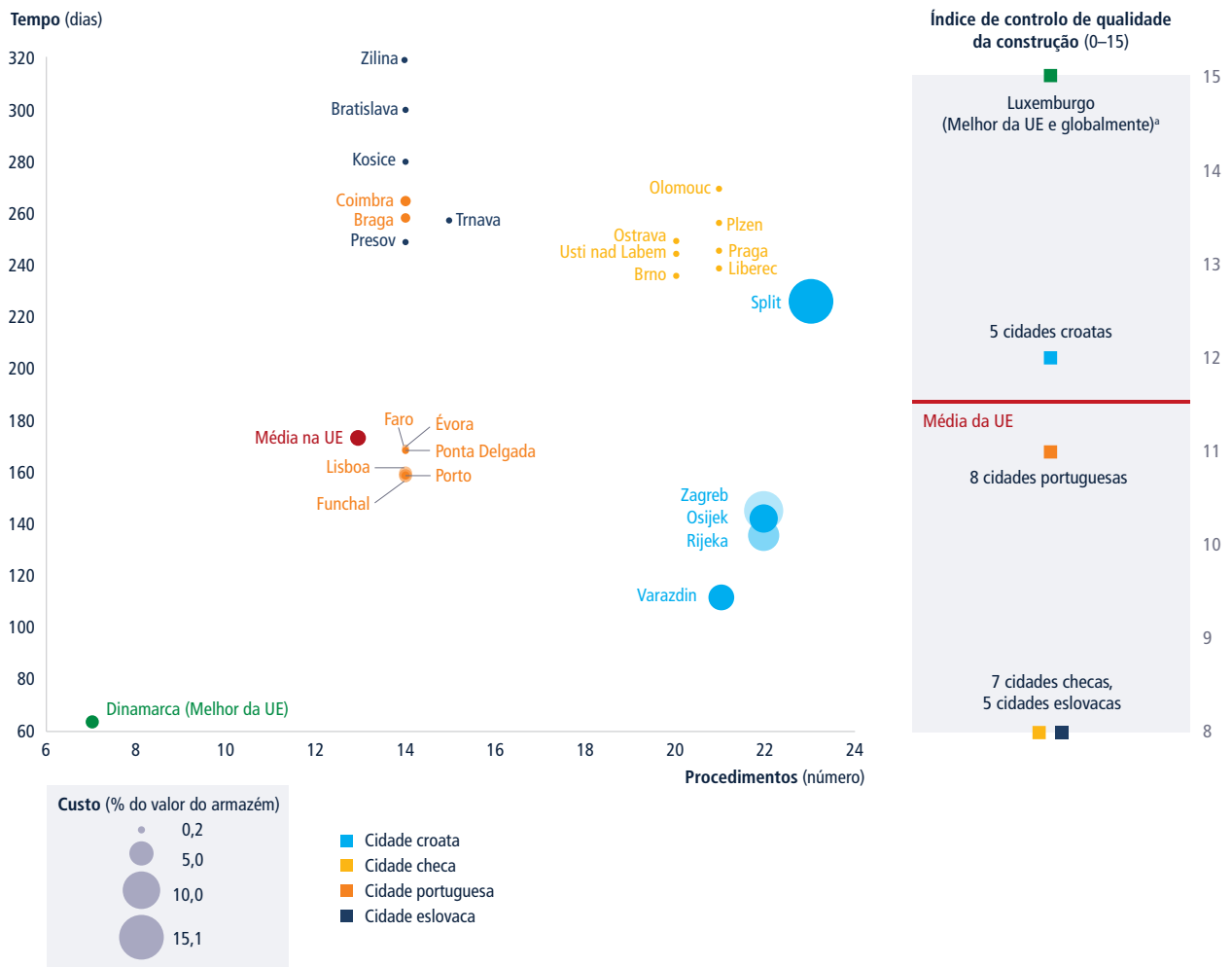
21 na República Checa e 14 tanto em Portugal como na Eslováquia. Nas 25 cidades comparadas nos quatro países o processo requer mais procedimentos do que na média dos estados membros da UE, que é 13 (figura 3.1). Em Portugal a relativa complexidade do processo é em grande parte devida às múltiplas inspeções durante a construção, enquanto que nos outros três países este reflecte as aprovações que os construtores têm que obter antes de requererem um alvará de construção.

De facto, os construtores na República Checa têm que obter pelo menos 12 aprovações pré-construção das diferentes autoridades, o número mais elevado entre os estados membros da UE.

Na República Checa, Portugal e Eslováquia, obter licenças de construção demora mais tempo do que a média da EU, que é de 174 dias. De facto, o processo é ainda mais demorado na Eslováquia (282 dias em média) do que em qualquer outro estado membro da UE, excepto no Chipre (507 dias) — e quase duas

vezes mais do que na Croácia (153 dias em média). Onde o processo requer um número mais elevado de aprovações de pré-construção, como é, especialmente, o caso da República Checa, o que significa frequentes e morosas revisões de concepção do projecto e um processo de licenciamento mais prolongado. Em Portugal o tempo necessário para obter licenças de construção (189 dias em média) excede largamente a média de UE em virtude de um longo processo de aprovação do projecto arquitectónico na Câmara municipal.

FIGURA 3.1 Nas 25 cidades comparadas, obter uma licença de construção requer mais procedimentos do que na média da UE



Fonte: base de dados do Doing Business.

Note: As médias para a UE são baseadas nos dados de nível de economia para os 28 estados membros da EU. Por razões práticas a figura agrupa cidades com tempos ou custos semelhantes em alguns casos. Ver o Quadro 3.1 para dados mais precisos dos indicadores.

a. A Nova Zelândia e os Emiratos Árabes Unidos também registam uma pontuação de 15 no índice de controlo de qualidade da construção.

Obter licenças de construção é muito menos oneroso em média na República Checa (0,2% do custo do armazém), na Eslováquia (0,2%) e Portugal (0,8%) do que a média da EU (2,0%). Mas é mais oneroso na Croácia (9,2%), principalmente, em virtude dos altos custos associados com a contratação de empreiteiros externos e o pagamento de taxas de desenvolvimento de infraestruturas.

Entre os quatro países, a Croácia tem o melhor desempenho no índice de controlo da qualidade da construção, que avalia a qualidade dos regulamentos e controlos da construção em seis áreas principais (para 15 pontos possíveis): qualidade dos regulamentos de construção (2 pontos); controlo da qualidade antes (1), durante (3) e após a construção (3); regimes de responsabilidade e seguros (2); e certificações profissionais

(4). A Croácia recolhe 12 pontos, ultrapassando a média da União Europeia (11,6) —principalmente em virtude de requisitos de qualificação robustos para os profissionais envolvidos na aprovação dos planos de construção e supervisão de construção (quadro 3.2). Portugal recolhe 11 pontos; comparado com a Croácia, tem menos requisitos de qualificação para os profissionais envolvidos na aprovação de planos e supervisão de construção. A República Checa e a Eslováquia recebem ambas 8 pontos. As suas pontuações baixas reflectem a falta de requisitos obrigatórios de educação superior para os profissionais que aprovam planos e procedem à supervisão da construção, embora ambos os países exijam um número mínimo de anos de experiência e um exame de qualificação. Não se verifica uma variação subnacional na pontuação dentro dos quatro países,

porque todas as áreas avaliadas estão cobertas pela regulamentação nacional.

Os quatro países disponibilizam regulamentos de construção online e especificam claramente os requisitos necessários para obter um alvará de construção. Mas só em Portugal as autoridades locais exigem arquitectos e engenheiros licenciados para verificarem se os planos de construção estão em conformidade com os regulamentos de construção. Os quatro países exigem que haja um engenheiro supervisor legalmente responsável pela supervisão da construção, quer seja um engenheiro interno (como na República Checa, Portugal e Eslováquia) ou externo (Croácia). Além disso, a Croácia e Portugal dispõem de autoridades de controlo que realizam inspeções aleatórias durante o processo de construção.

**QUADRO 3.2** A Croácia tem os mecanismos de controlo de qualidade mais robustos entre os quatro estados membros

		Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia
<b>Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)</b>		<b>12</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>8</b>
<b>Qualidade dos regulamentos de construção (0–2)</b>	Os regulamentos de construção são facilmente acessíveis?	1	1	1	1
	Os requisitos para obter uma licença de construção estão claramente especificados?	1	1	1	1
<b>Controlo de qualidade antes da construção (0–1)</b>	O comité ou equipa que revê e aprova os requerimentos para licença de construção incluem um arquitecto ou engenheiro licenciados?	0	0	1	0
<b>Controlo de qualidade durante a construção (0–3)</b>	As inspeções são exigidas pela lei durante o processo de construção?	1	1	1	1
	As inspeções durante a construção são implementadas na prática?	1	1	1	1
<b>Controlo de qualidade após a construção (0–3)</b>	A inspeção final é obrigatória por lei?	2	2	2	2
	A inspeção final é implementada na prática?	1	1	1	1
<b>Regimes de responsabilidade e seguros (0–2)</b>	Algumas das partes envolvidas no processo de construção são consideradas legalmente responsáveis pelos defeitos latentes, uma vez que o edifício esteja a ser utilizado?	1	1	1	1
	Algum das partes envolvidas no processo de construção são obrigados por lei a assumir responsabilidade por defeito latente—ou responsabilidade por 10 anos—é utilizada uma política de seguros para cobrir possíveis defeitos estruturais ou problemas com o edifício uma vez que esteja a ser utilizado?	0	0	0	0
<b>Certificações profissionais (0–4)</b>	Existem requisitos de qualificação para o responsável profissional por verificar que os planos ou desenhos arquitecturais estão em conformidade com os regulamentos do edifício?	2	0	1	0
	Existem requisitos de qualificação para o profissional que realiza as inspeções técnicas durante a construção?	2	0	1	0

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

 Pontuação máxima obtida.



Os quatro países exigem inspecções finais após a construção. A Croácia considera o arquitecto ou engenheiro como responsável pela concepção dos planos e a empresa de construção legalmente responsável por defeitos estruturais detectados no edifício após a sua ocupação. Além disso a República Checa, Portugal e Eslováquia consideram o supervisor da construção também responsável. Mas nenhum dos quatro países exige que qualquer uma das pessoas legalmente responsáveis obtenham um seguro para cobrir eventuais defeitos estruturais detectados a partir do momento em que o edifício é ocupado.

A principal variação nas pontuações do índice entre os quatro países resulta dos requisitos de qualificação para os responsáveis profissionais pela aprovação de alvarás e supervisionar a construção. A Croácia requer que estes profissionais tenham um número mínimo de anos experiência, um curso universitário, estejam registados na associação profissional e realizem, com sucesso, um exame de certificação. Portugal exige apenas que tenham um curso universitário e estejam registados na associação profissional. A República Checa e a Eslováquia não referem o curso universitário como requisito obrigatório; exigem apenas um exame de certificação e um número mínimo de anos de experiência profissional.

**Como varia o processo na Croácia?**

Entre as cinco cidades croatas, o licenciamento de construção é mais rápido e fácil em Varazdin—e mais complicado em Split, como resultado de mais aprovações pré-construção, tempos de processamentos mais lentos e contribuições para os serviços municipalizados mais onerosas. Os empresários que pretendem obter alvarás de construção têm que lidar com 21 procedimentos em Varazdin, mas 23 em Split. Em Split e Zagreb aqueles têm que obter a aprovação do departamento de recolha de resíduos—um procedimento não exigido nas outras três cidades croatas. Esta autorização é tipicamente exigida apenas quando os contentores

de recolha de resíduos estão situados em terrenos públicos, o que é geralmente o caso em Split e Zagreb. E em todas as cidades, excepto em Varazdin e Zagreb os construtores recebem uma inspecção aleatória de segurança da obra por parte da inspecção de trabalho. Em Varazdin e Zagreb este tipo de inspecção, embora seja possível, não é vulgar para projectos de construção simples.

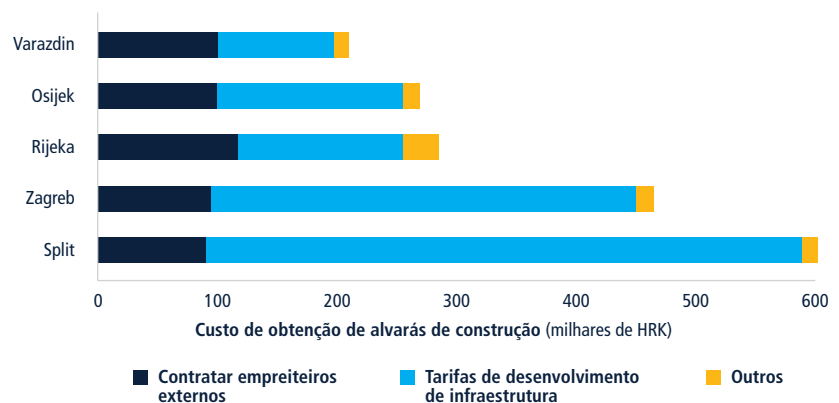
Varazdin tem o processo de obtenção de alvarás de construção mais rápido entre as cinco cidades croatas. Leva apenas 112 dias para completar, graças a uma eficiente coordenação entre a Câmara municipal e as autoridades públicas que atribuem as necessárias autorizações. Obter um alvará de construção leva apenas 15 dias em Varazdin—mas cerca de um mês em Osijek, Rijeka e Zagreb, e até três meses em Split. Split tem um dos cenários de construção mais dinâmicos da Croácia, com muitos projectos complexos de construção em desenvolvimento. Esta situação gerou muita pressão sobre o pessoal que atribui as licenças locais de construção, o que resultou em atrasos no processamento dos requerimentos de licenças. Esta é também uma das principais razões pela qual o processo de obtenção de licenças de construção é mais moroso em Split do que nas outras quatro cidades. Mas os empresários em Split apontaram

para ineficiências administrativas no município e um processamento moroso das autorizações quanto à segurança contra incêndios, necessários para obter um alvará de construção, como factores que acentuam a acumulação durante o processo de autorização.

O tempo necessário para obter a ligação da água e esgoto também varia na Croácia. Como resultado das diferenças na capacidade operacional dos fornecedores de serviços públicos locais, esse tempo varia de 10 dias em Varazdin a 30 dias em Split. Diferenças semelhantes existem no prazo para obter condições técnicas e autorizações das autoridades nacionais, em parte devido às diferenças de pessoal e carga de trabalho nas suas filiais locais. A obtenção de licença por parte da rede eléctrica nacional (HEP) leva 8 dias em Varazdin e até 25 dias em Osijek. E o tempo necessário para obter a aprovação de um projecto do Ministério da Administração Interna (em termos de segurança contra incêndios) varia entre 7 dias em Osijek até 25 dias em Zagreb.

O custo da obtenção de alvarás de construção varia substancialmente entre as cidades croatas, entre 5,3% do valor do armazém em Varazdin até 15,1% em Split. Esta variação deriva de duas componentes do custo: a taxa

**FIGURA 3.2** Tarifas de desenvolvimento de infraestruturas são responsáveis, em média, por perto de 70% do custo de obter alvarás de construção na Croácia



Fonte: base de dados do Doing Business.

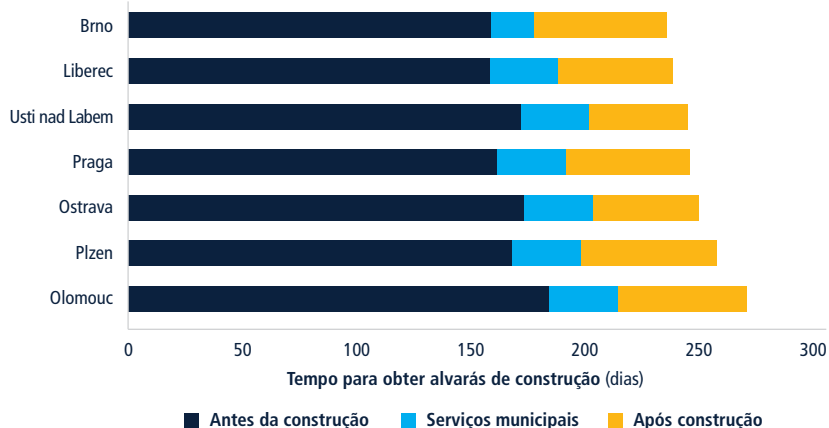
municipal do fornecimento dos serviços e a contribuição da água para a empresa estatal “Croatian Waters”. Estas duas componentes do custo são responsáveis, em média, por cerca de 70% do custo total da obtenção de licenças de construção na Croácia (figure 3.2). A tarifa dos serviços municipalizados é determinada independentemente por cada município e é utilizada para o desenvolvimento das infraestruturas públicas na área afectada pela nova construção. A tarifa varia 58.520 HRK (7.867 EUR) in Varazdin até cinco vezes mais em Zagreb a igual a 292.613 HRK (39.339 EUR) e oito vezes mais em Split a 458.621 HRK (61.657 EUR) - o que reflecte as diferenças entre as cinco cidades croatas em desenvolvimento de infraestruturas e objectivos de manutenção. Em 2016 Varazdin reduziu a tarifa dos serviços municipalizados para metade, para edifícios industriais, num esforço para encorajar novos investimentos.<sup>6</sup> A contribuição para a “Croatian Waters” está fixada a nível nacional e é utilizada para a manutenção e desenvolvimento da infraestrutura do abastecimento de água e saneamento.<sup>7</sup> Esta tarifa é a mesma nas quatro cidades regionais a 39.210 HRK (5.271 EUR) mas muito mais alta em Zagreb a 65.272 HRK (8.775 EUR).

### Como varia o processo na República Checa?

Um empresário que pretenda obter alvarás de construção na República Checa terá que completar 20 procedimentos em Brno, Ostrava ou Usti nad Labem mas 21 em Liberec, Olomouc, Plzen ou Prague. O procedimento adicional nas quatro últimas cidades é uma reunião de informação com o departamento municipal do ambiente para esclarecer os requisitos de avaliação de potenciais impactos ambientais.

Entre as sete cidades checas, a obtenção de alvarás de construção é mais fácil e menos morosa em Brno, na qual tratar dos 20 procedimentos leva 236 dias. A maior celeridade é devida grandemente a tempos de processamento mais rápidos

FIGURA 3.3 As autorizações necessárias antes da construção levam cerca de seis meses na República Checa



Fonte: base de dados do Doing Business.

para obter uma licença de zoneamento, conseguir as autorizações de pré-construção e obter as ligações com os serviços municipalizados. Em Brno a licença de zoneamento é emitida em 55 dias, comparado com uma média de 60 dias nas outras cidades checas, e conseguir todas as autorizações de pré-construção leva 159 dias, cerca de 10 dias menos do que nas outras cidades. Em geral, as autorizações de pré-construção são a fase mais morosa do processo em todas as cidades checas (figura 3.3).

Uma razão para o processo de autorização ser mais rápido em Brno é uma mais eficiente comunicação da câmara municipal com os investidores e outras partes interessadas. Finalmente, obter uma ligação à rede de abastecimento de água e saneamento leva apenas 18 dias em Brno, mas 30 dias em média, nas outras cidades. A empresa dos serviços municipalizados em Brno leva menos tempo para identificar pontos de ligação potenciais porque tem mais mapas de infraestruturas actualizados do que as outras cidades.

Obter alvarás de construção leva mais tempo em Olomouc—quase cinco semanas mais do que em Brno. No total são necessários 270 dias para completar os 21 procedimentos. O processo é

retardado pelos atrasos com a obtenção da autorização dos bombeiros, o que leva 45 dias em Olomouc, mas cerca de 30 dias ou menos nas outras cidades. A maior demora em Olomouc é devida em parte à falta de pessoal técnico no seu corpo de bombeiros.

Após a construção estar terminada, os construtores devem obter uma licença de ocupação e um número de prova (um número de rastreio atribuído a um novo edifício para ser utilizado em registos oficiais), sendo ambos necessários para registo no cadastro. Nas sete cidades a licença de ocupação é emitida duas semanas após a inspecção final, e em Praga e quatro outras cidades é necessária mais uma semana para obter o número de prova. Em Ostrava e Plzen, no entanto, obter o número de prova leva cerca de duas semanas, principalmente devido à ineficiência das comunicações entre os diferentes departamentos na câmara municipal.

Obter alvarás de construção é relativamente pouco dispendioso em todas as cidades Checas, com um custo médio de cerca de 0,25% do valor do armazém. Uma pequena variação no custo resulta, principalmente das tarifas de ligação aos serviços municipalizados. A ligação à rede de abastecimento de água e

saneamento custa cerca de 4.000 CZK (158 EUR) em Brno mas cerca de 7.000 CZK (276 EUR) em Usti nad Labem. Os engenheiros que asseguram a ligação aos serviços municipalizados cobram, normalmente entre seis e oito horas de trabalho em todas as cidades e também fornecem contadores de água e outros equipamentos. Variações entre os custos de mão-de-obra e de equipamento, de cidade para cidade, conduzem a diferenças no custo total da ligação.

**Como varia o processo em Portugal?**

Obter alvarás de construção requer 14 procedimentos nas oito cidades comparadas em Portugal. O processo é mais rápido no Funchal e Porto, onde leva apenas 159 dias, e mais demorado em Coimbra (265 dias) e Braga (259 dias). As principais diferenças resultam do tempo necessário para obter as autorizações para a construção do projecto e a licença de construção da câmara municipal. Em conjunto estes dois procedimentos levam menos tempo no Porto (100 dias), seguido por Évora e Lisboa (105 dias). Levam quatro meses em Faro, Funchal e Ponta Delgada—e até meio ano em Braga e Coimbra.

Em geral, no conjunto das oito cidades portuguesas, obter licenças de construção é um processo mais fácil no Porto e mais difícil em Coimbra. O Porto tem os regulamentos mais transparentes e fáceis do grupo e disponibiliza mapas de zoneamento e directrizes de processo electronicamente. Acima de tudo, o Porto é a única cidade, entre as oito, onde os empresários podem requerer uma licença de construção através de uma plataforma electrónica. Este facto permite à câmara municipal analisar os planos de construção e processar o alvará de construção ao mesmo tempo, o que representa uma poupança considerável de tempo aos empresários.

Em contrapartida, os regulamentos locais de licenciamento (planos de urbanização) em Braga e Coimbra são

de difícil navegação pelos empresários, o que conduz a erros, frequentemente, em termos de documentação de projectos e, portanto, atrasos substanciais no processo de licenciamento. Em Coimbra os construtores deparam-se com incertezas adicionais em virtude da complexidade das fórmulas para o cálculo das tarifas das licenças de construção.

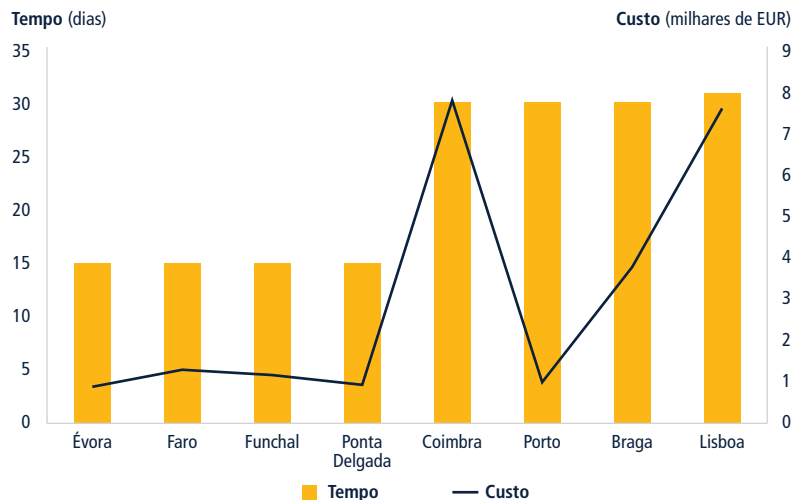
A autorização dos projectos de construção envolve a tomada de decisões políticas em todas as cidades portuguesas, ao nível do vereador responsável pelo urbanismo ou mesmo do presidente da câmara. Por isso, o processo é susceptível de ficar sujeito a impasses políticos, que afectam a capacidade da câmara municipal aprovar projectos de construção.<sup>8</sup> Além disso, projectos com grande impacto social ou económico podem adquirir prioridade, o que pode afectar negativamente projectos de construção mais pequenos. Estas circunstâncias existem em todas as cidades comparadas em Portugal, mas afectam mais os empresários em Braga e Coimbra.

Outras variações de tempo entre as oito cidades portuguesas têm a ver com procedimentos de ligação aos serviços municipalizados e registo do edifício.

Obter a ligação à rede de abastecimento de água e saneamento leva cerca de um mês em Braga, Coimbra, Lisboa e Porto, mas apenas duas semanas nas quatro outras cidades. Esta diferença reflecte a disponibilidade dos engenheiros inspectores das empresas locais de abastecimento de água e saneamento e a complexidade dos trabalhos de ligação, que podem variar consoante a dimensão da cidade. Em média, a ligação leva quase o dobro do tempo nas grandes cidades em comparação com as mais pequenas.

Obter alvarás de construção é mais oneroso no Funchal (1,5% do valor do armazém) e menos oneroso em Ponta Delgada (0,4%). Os principais factores da variação do custo são a taxa da licença de construção e o custo da ligação dos serviços municipalizado. A taxa do alvará de construção é determinada por cada cidade e varia entre os 105 EUR em Coimbra até 11.368 EUR no Funchal. Nas outras cidades esta taxa tem uma média em torno de 2.000 EUR. Coimbra reduziu a sua taxa de alvará de construção de 1.000 EUR para 105 EUR em 2017.<sup>9</sup> O objectivo foi revigorar a actividade de construção na cidade que tinha registado um decréscimo de quase 80% desde 2007.<sup>10</sup>

**FIGURA 3.4** Entre as cidades portuguesas, é mais oneroso moroso obter uma ligação à rede de abastecimento de água e saneamento em Lisboa e Coimbra



Fonte: base de dados do Doing Business.

O custo da ligação da água e saneamento também varia substancialmente, entre uma média de cerca de 1.500 EUR em seis das cidades até cerca de 8.000 EUR em Coimbra e Lisboa (figura 3.4). A diferença resulta das variações no nível de disponibilidade da infraestrutura. Em Braga, Coimbra e Lisboa as diferenças na rede da infraestrutura resultam em custos mais elevados relacionados com a extensão das redes de abastecimento de água e saneamento. Nas outras cidades as infraestruturas públicas estão disponíveis na maioria dos casos, por isso os empresários não têm de cobrir os custos de alargamento das redes. O Porto tem uma política de “cobertura de 100% da infraestrutura”: a câmara municipal cobre os custos dos trabalhos de ampliação da rede em áreas onde não há infraestrutura pública, minimizando a carga que recai sobre os empresários.

### Como varia o processo na Eslováquia?

Entre as cidades eslovacas, o processo de licenciamento é mais rápido e fácil em Presov, onde pode ser completado em 250 dias. Em Zilina, que é semelhante em dimensão a Presov, concluir o processo leva mais 70 dias, principalmente em virtude dos atrasos em obter as licenças de localização e construção.<sup>11</sup> Enquanto obter estas duas licenças leva apenas 120 dias em Presov, em Zilina leva 165

dias—em parte em virtude da falta de pessoal adequadamente formado nas autoridades responsáveis pela emissão das licenças. Obter os alvarás de localização e construção é a parte mais morosa do processo nas cinco cidades comparadas, sendo responsável por cerca de 60% do tempo total necessário para obter licenças de construção (figura 3.5).

Obter alvarás de construção envolve 15 procedimentos em Trnava mas apenas 14 nas outras quatro cidades comparadas da Eslováquia. Trnava é a única em que os investidores consultam o gabinete de construção local acerca dos seus projectos antes de darem início ao processo de requerimento. Na prática este passo extra não aumenta o tempo necessário para obter os alvarás de construção e é geralmente considerado como uma medida de precaução para evitar tempos de processamento ainda mais longos.

Há muitas variações no tempo necessário para proceder à ligação às redes de água e saneamento e para registar o novo armazém com o gabinete de registo cadastral local. Obter as novas ligações dos serviços municipalizados leva cerca de uma semana em Bratislava, Presov e Trnava, mas quase duas semanas em Kosice e um mês em Zilina. A empresa fornecedora dos serviços públicos leva cerca de três semanas a elaborar o

contrato dos serviços em Zilina, enquanto os mesmos nas outras cidades levam apenas uma ou duas.

Registar o edifício leva menos tempo em Trnava, cerca de 50 dias. O registo cadastral em Trnava está dotado de profissionais experientes e tem uma eficiente prática de gestão de casos com níveis baixos de atrasos, que explica em parte o rápido processo de registo. Completar estes passos finais leva ligeiramente mais tempo em Kosice, cerca de 55 dias, enquanto nas restantes cidades leva 60 dias.

O custo da ligação da água e saneamento, embora relativamente pequeno, também varia entre as cidades desde 115 EUR em Trnava e cerca de 300 EUR em Bratislava e Zilina até 500 EUR em Kosice e Presov. Esta variação reflecte esquemas de preços que são fixados independentemente por cada um dos serviços municipalizados e taxas horárias para mão-de-obra necessária para a inspeção técnica da nova ligação

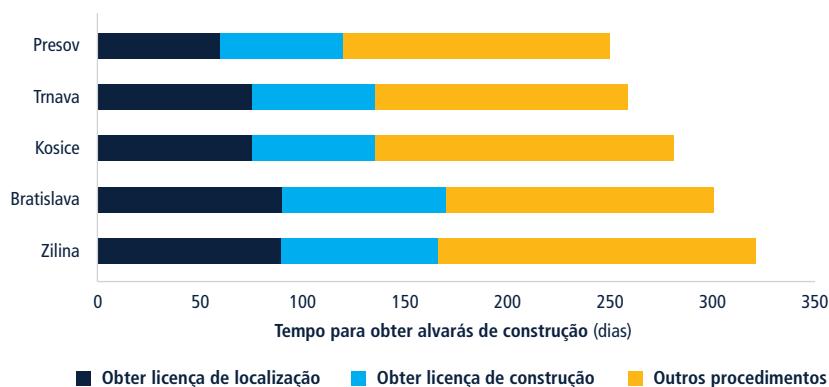
### O QUE PODE SER MELHORADO?

A análise efectuada neste capítulo ao processo de obtenção de um alvará de construção na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia revela diversas áreas de melhoria possíveis. Algumas recomendações aplicam-se a diversos países ou a todos eles, outras apenas a um deles.

#### Introduzir ou melhorar sistemas electrónicos de licenciamento CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA

Para aumentar a eficiência do processo de licenciamento de construção, os quatro países podiam adoptar um processo totalmente electrónico. Sistemas electrónicos de licenciamento estão a tornar-se cada vez mais comuns na Europa, e a Comissão Europeia definiu o requerimento electrónico de licenças de

FIGURA 3.5 Obter as licenças de localização e construção representa cerca de 60% do tempo total necessário para obter um alvará de construção na Eslováquia



Fonte: base de dados do Doing Business.

construção como um dos 20 principais serviços de e-government.<sup>12</sup> Na Hungria, por exemplo, todos os candidatos a uma licença de construção devem submeter o seu pedido através do *Building Regulatory Support Electronic Documentation System (ÉTDR)*, submetendo todos os planos técnicos e arquitecturais. O departamento de construção solicita que outras autoridades analisem e aproveem os planos através do sistema.<sup>13</sup>

Em Portugal, o Porto tem um sistema de candidatura inteiramente funcional e largamente utilizado, equipado com ferramentas de rastreamento e relatório de progresso. Por isso, entre as cidades portuguesas o Porto regista o tempo mais rápido de processamento para aprovação de documentos de projectos e emissão de licenças de construção, apesar de ter uma carga de trabalho substancialmente mais pesada do que as outras cidades.<sup>14</sup> Faro está a trabalhar em colaboração com outros seis municípios do centro do Algarve para desenvolver uma plataforma online abrangente que deverá estar operacional em 2019. Outras cidades portuguesas em Portugal e noutros estados membros podiam seguir o exemplo de Faro: dados os potencialmente custos proibitivos de desenvolver e implementar uma plataforma electrónica, faz todo o sentido agrupar os recursos para partilhar os custos.

A Croácia já criou um sistema electrónico de licenciamento (e-dozvoljy). Mas o sistema ainda não foi completamente adoptado pelos municípios nem é normalmente utilizado pelos profissionais. Os intervenientes do sector público e privado referiram questões técnicas, mas também sugeriram que a formação desadequada do pessoal dos municípios tem impedido a utilização de todo o potencial do sistema. Portanto deviam ser implementados programas de formação práticos simultaneamente com todos os esforços para melhorar as capacidades técnicas do sistema. Além disso, workshops público-privados podem revelar-se úteis para avaliar a

funcionalidade do Sistema electrónico e explicar os seus benefícios e capacidades a um mais amplo grupo de profissionais.

### **Esclarecer e transmitir melhor as diretrizes e requisitos para obter alvarás de construção** **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA**

Empresários nos quatro estados membros referem a complexidade da regulamentação como um grande obstáculo para a obtenção de alvarás de construção. Um projecto de construção típico implica a conformidade com as leis nacionais, os regulamentos locais e as normas técnicas de diferentes organismos públicos—uma tarefa difícil para os construtores, especialmente no que respeita a pequenas empresas. Para simplificar esta tarefa e evitar atrasos devidos a requerimentos mal preenchidos ou erros na documentação do projecto as economias em todo o mundo estão a introduzir mapas do processo passo a passo que ajudam os empresários a navegar através das complexidades regulamentares. Em Nova Iorque, por exemplo, o governo da cidade introduziu uma ferramenta de inquérito simples online que apresenta ao investidor em causa perguntas acerca da construção proposta e imprime um mapa exacto dos procedimentos e requisitos de conformidade regulamentar.<sup>15</sup> Um investidor bem informado pode preencher o inquérito apenas alguns minutos, e poupa horas de tempo e esforço de gestão.

Em Portugal, o Porto optou por uma solução diferente—um manual detalhado online para requerer a licença de construção, em conjunto com mapas do processo que abrangem vários cenários possíveis.<sup>16</sup> Mas Faro é a única entre as oito cidades portuguesas comparadas em Portugal que tem um simulador para o cálculo das taxas online que ajuda os investidores a compreenderem os custos das licenças de construção.<sup>17</sup> Coimbra é outra cidade que podia beneficiar de um simulador destes, devido à complexidade prevista no cálculo das taxas das licenças de construção naquela região.

### **Introduzir requisitos obrigatórios de seguro para cobrir defeitos estruturais** **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA**

Nos quatro estados membros os construtores e arquitectos envolvidos na construção de um edifício são considerados legalmente responsáveis pelos defeitos estruturais ou problemas no edifício e, no entanto, a obtenção de uma apólice de seguros para cobrir possíveis defeitos estruturais quando estiver a ser utilizado não é obrigatória. O seguro para cobrir custos resultantes de defeitos estruturais beneficia os clientes, bem como os empreiteiros e incentiva mais construção, especialmente para empresas de construção de pequena e média dimensão.<sup>18</sup>

Os quatro estados membros podiam seguir o exemplo da Dinamarca ou França, tendo ambos adoptado regimes de seguros obrigatórios há bastante tempo. Ambos requerem um seguro pelo período de 10 anos. A Dinamarca requer este seguro para a construção de casas de habitação permanente. A Câmara Municipal verifica a validade do seguro antes de emitir a licença de construção e, após a conclusão da construção, ao emitir a licença de ocupação. A França aplica o mesmo requisito a todos os novos edifícios, independentemente do seu objectivo.<sup>19</sup> Requer dois níveis de cobertura para defeitos estruturais—seguros subscritos pelos proprietários do edifício (*dommage ouvrage*) e um seguro pelo período de 10 anos subscrito pelos construtores.

### **Simplificação dos procedimentos de registo de edificios melhorando os canais de comunicações entre os organismos públicos** **REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA**

A Croácia é o único país entre os quatro estados membros que não exige o registo de propriedades como um passo distinto na obtenção de licenças de construção, porque a câmara municipal preenche automaticamente este registo após

emitir a licença de ocupação. Um sistema de registo e informação predial e cadastral electrónico (ZIS) permite aos engenheiros geógrafos apresentarem electronicamente informação cadastral actualizada, evitando que os investidores tenham que recorrer a um processo de registo. Em contrapartida, o registo de um novo edifício leva, em média, 57 dias na Eslováquia e 27 dias na República Checa. Em Portugal a conclusão do mesmo processo leva apenas cerca de uma semana, mas os investidores têm que registar também o edifício junto de uma autoridade fiscal.

A República Checa, Portugal e Eslováquia podiam seguir o exemplo da Croácia simplificando o procedimento de registo melhorando a coordenação entre a câmara municipal e a conservatória de registo predial ou cadastro — e, em Portugal, também a autoridade fiscal. Introduzir melhores protocolos de coordenação entre estes organismos e incentivando a troca electrónica de documentos pode aumentar a eficiência dos procedimentos pós-construção e poupar aos empresários até 40 dias na República Checa e Eslováquia e quase 10 dias em Portugal.

Tanto na República Checa como em Portugal a infraestrutura necessária já está instalada. A República Checa tem uma conservatória de registo online para identificação de terras, endereços e propriedade (RUIAN), que permite que o gabinete de construção introduza informações acerca do novo edifício após a emissão da licença de ocupação. Uma vez o sistema actualizado, o funcionário da Conservatória pode registar o novo edifício. Este sistema pode ser melhorado eliminando a necessidade de o investidor apresentar um requerimento para registo, o que leva tempo para registar e processar.

Do mesmo modo, em Portugal a autoridade fiscal tem acesso a um sistema online (Sistema de Plantas de Arquitectura, ou SPA) que permite requisitar à câmara municipal os planos arquitecturais

aprovados para um edifício, evitando que o investidor tenha necessidade de registar o edifício junto da referida autoridade fiscal. Mas a plataforma não é ainda amplamente utilizada pelos municípios em virtude da falta de coordenação entre as autoridades emissoras das licenças e a autoridade fiscal bem como devido às demoras em processar os documentos solicitados. Por isso os empresários preferem entregar os documentos pessoalmente. As cidades portuguesas podem incentivar uma maior utilização da plataforma online, concebendo melhores quadros de coordenação entre os organismos e gradualmente eliminar a comunicação por meio de papel. Além disso é necessária uma análise de processos envolvendo todas as partes interessadas, para adquirir mais conhecimentos acerca da funcionalidade da plataforma online e revelar áreas que necessitam de ser melhoradas.

### **Consolidar autorização de pré-construção**

#### **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA**

Antes de requerer um alvará de construção, os empresários na Croácia, República Checa e Eslováquia têm que obter desde 5 até 12 autorizações e verificações dos documentos do projecto. Estas autorizações de pré-construção são necessárias para garantir que o projecto principal está em conformidade com as regras de zoneamento, as normas ambientais, de segurança contra incêndios e de saúde pública e outros requisitos semelhantes. Além disso, os empresários devem obter verificações de cada uma das empresas abastecedoras de serviços públicos acerca da disponibilidade da capacidade requerida pelo edifício proposto. Todas as entidades públicas envolvidas no processo de autorização podem, potencialmente, exigir alterações ao projecto principal—alterações que podem conduzir a alterações noutras secções do projecto e, portanto, requerer verificações adicionais por outros organismos. Tanto os empresários como as autoridades públicas têm referido estas

questões como os principais obstáculos nos morosos processos de autorização, especialmente na República Checa e Eslováquia.

Estes três países podiam considerar a introdução de um único ponto de contacto numa das autoridades públicas que se responsabilizará pela coordenação do processo de autorização do projecto com todas as entidades relevantes respeitando os prazos para estas autorizações. Economias em todo o mundo têm vindo a adoptar este tipo de princípio de “janela única” para resolver problemas semelhantes. Uma recente reforma na Sérvia, por exemplo, consolidou a emissão de condições técnicas para os serviços públicos, trânsito e segurança pública num documento único designado por “as condições da localização.”<sup>20</sup> Isto veio reduzir tanto o número de autorizações requeridas por organismos individuais como o tempo total para obter alvarás de construção.<sup>21</sup>

Como passo inicial em relação à implementação de um mecanismo de autorização de janela única, os municípios da República Checa e Eslováquia devem melhorar a eficácia de uma prática já existente de consultas preliminares. Estas consultas realizam-se num ambiente informal e funcionam mais como uma ferramenta de gestão de relações do que um guia informativo acerca do processo de licenciamento. Adicionando um nível de competência técnica das principais autoridades de licenciamento pode tornar estas consultas preliminares mais eficientes e poupar o tempo e o esforço dos empresários.

A República Checa, onde são requeridas mais autorizações de pré-construção do que em qualquer outro estado membro, introduziu uma plataforma na Internet designada por *UtilityReport* para permitir aos investidores pedir electronicamente informações aos serviços públicos e outros proprietários de infraestruturas. Mas o serviço não é amplamente utilizado porque não tem cobertura geográfica

total e uma participação plena por parte dos fornecedores dos serviços públicos. A República Checa podia melhorar a sua base de dados de informações de pré-construção ligando a *UtilityReport* à conservatória de registo para identificação de terras, endereços e propriedade (RUIAN) e adicionando informações abrangentes acerca de infraestruturas e mapas de zoneamento em colaboração com os fornecedores dos serviços públicos e gabinetes municipais de construção. O município dinamarquês de Copenhaga é um bom exemplo. O seu mapa de zoneamento online cobre a cidade toda e presta múltiplas camadas de informação, incluindo o plano director da cidade, planos locais detalhados e informações acerca da cobertura de diversas redes de infra-estrutura.<sup>22</sup>

### **Melhorar a qualidade dos conhecimentos especializados em matéria de regulamentação em colaboração com o sector privado**

#### **REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA**

O licenciamento de construção é um processo complexo envolvendo diversas partes interessadas. Para gerir este processo é necessário que os organismos que emitem as licenças disponham de pessoal qualificado e tecnicamente competente, com conhecimentos profissionais de gestão de casos e tecnologia. Os construtores na República Checa e Eslováquia referem gabinetes emissores de licenças com pessoal com pouca formação e tecnologia subutilizada entre as razões para os atrasos na concessão de licenças de construção.

Também são necessários requisitos de qualificação mais robustos para os profissionais envolvidos no licenciamento de construção, bem como controlo. Na República Checa e Eslováquia os profissionais que aprovam os planos de construção devem ter três anos de experiência e realizarem com sucesso um exame de qualificação. Em contrapartida, na Croácia e em Portugal estes profissionais devem ter um diploma universitário

em arquitectura ou engenharia. Introduzir um requisito de um diploma de educação superior aumentaria automaticamente a competência técnica nos organismos de licenciamento. Globalmente, mais de 80% das economias exigem um diploma em arquitectura ou engenharia para profissionais que analisam planos de construção.<sup>23</sup>

A médio prazo a questão da escassez de pessoal pode ser resolvida atribuindo a profissionais certificados do sector privado um papel mais amplo no processo de licenciamento. Embora esta solução possa envolver acção legislativa, o benefício de ter uma força de trabalho altamente especializada que é flexível às mudanças da procura pode ser substancial, especialmente uma vez que as condições meteorológicas significam que a construção é uma actividade altamente sazonal em ambos os países. A Austrália, Singapura e o Reino Unido estão entre os países que adoptaram um sistema de empreiteiros por conta própria para aumentar a cobertura regulamentar e a especialização.<sup>24</sup> Em geral, a investigação revela que o licenciamento de construção é mais eficiente em economias que dependem em alguma forma de participação do sector privado nos processos de licenciamento de construção ou controlo.<sup>25</sup>

Mas este sistema tem que ser acompanhado por salvaguardas adequadas, tais como requisitos mais robustos de qualificação para os profissionais que aprovam planos de construção.

### **Considerar formas de reduzir a carga sobre os empresários para desenvolvimento de infraestruturas**

#### **CROÁCIA**

Na Croácia as taxas para melhoramento das infraestruturas (a contribuição municipal e o pagamento às Águas Croatas (Croatian Waters) acrescenta até cerca de 250.000 HRK (33.600 EUR) em média, sendo responsável por cerca de 70% do custo da obtenção com licenças

de construção. Estas contribuições ajudam os municípios a fazer os necessários investimentos em infraestruturas públicas (estradas, espaços públicos, redes de serviços públicos) para receber o potencial crescimento da procura resultante da nova construção. Mas as taxas excessivas para desenvolvimento das infraestruturas tendem a reduzir o investimento em propriedades comerciais, afetando negativamente o crescimento do emprego.<sup>26</sup>

A Croácia podia considerar reduzir ou eliminar estas taxas ou aplicar critérios mais específicos, apoiados em programas de despesas de capital aprovados ou planeados directamente ligados ao potencial uso dos fundos recolhidos. Esta solução ajudaria a garantir que o sistema não é punitivo para os investidores e que as contribuições são definidas num mínimo necessário para garantir a funcionalidade da infra-estrutura pública da área. A Sérvia, por exemplo, aboliu taxas semelhantes em 2014 para alguns edifícios, dada a necessidade de acelerar os investimentos na construção.<sup>27</sup>

A Croácia podia também considerar a distribuição dos custos de desenvolvimento das infraestruturas através de uma base mais vasta de investidores existentes ou potenciais, em vez de os cobrar somente ao proprietário dos estaleiros da construção proposta. Na Nova Zelândia, por exemplo, as taxas de contribuição para os serviços públicos são calculadas como uma porção “justa, equitativa e proporcional do custo total da despesa de capital necessária para o crescimento do serviço a longo prazo” —um cálculo feito com base num conjunto de critérios técnicos que levam em conta os parâmetros do projecto de construção.<sup>28</sup>

### **Simplificar o processo de obtenção de uma licença de ocupação**

#### **REPÚBLICA CHECA**

Antes de registar um novo edifício, os empresários na República Checa têm que obter um número de prova, um

número de rastreamento para ser usado em registos oficiais. Embora a legislação indique claramente que a obtenção deste número é da responsabilidade do gabinete de construção, na prática este passo é, normalmente, realizado pelo investidor e leva cerca de três semanas.<sup>29</sup>

Este passo extra pode ser realizado através de um processo interagências, sem a participação do investidor. As agências que verificam a conformidade do novo edifício com os planos aprovados e a autoridade que emite o número de prova estão incluídas na câmara municipal. Melhores canais de comunicação e protocolos de implementação mais claros podiam, portanto, eliminar a necessidade deste procedimento. A República Checa podia inspirar-se no exemplo da Eslováquia, onde o número probatório é atribuído ao investidor em conjunto com a licença de ocupação.

### **Introduzir sistemas de rastreamento e regras de “silêncio implica consentimento” para aumentar a responsabilização das autoridades emissoras de licenças** **PORTUGAL**

Nas oito cidades comparadas em Portugal, obter a autorização para planos de construção da câmara municipal leva mais tempo do que os 30 dias exigidos por lei e os empresários não dispõem de um mecanismo eficaz para reclamar atrasos injustificados. Como passo para simplificar para efeitos de maior transparência e responsabilização dos processos de licenciamento de construção, os municípios podiam introduzir um sistema online de rastreamento de candidaturas. Este sistema podia ser incorporado no website da câmara municipal, evitando a necessidade de uma plataforma electrónica de licenciamento completamente funcional.

Inicialmente, o sistema poderia ser utilizado para registar a data da apresentação da candidatura e gerar relatórios do estado do processo de revisão. Desta forma, a autoridade de licenciamento poderia

dispor de uma referência objectiva para identificar e gerir casos que estejam atrasados no sistema. Além disso, permitiria também aos requerentes rastrear o estado das suas submissões online, e tomar decisões mais bem informadas (incluindo acerca de possíveis acções correctivas) em resposta ao prazo do projecto. Os dados deste tipo de sistema de rastreamento poderiam também ser utilizados por observadores oficiais independentes, tais como as Ordens dos arquitectos ou câmaras de comércio locais, para proteger os interesses dos investidores e fomentar a competitividade da administração pública local.

Além disso, Portugal pode melhorar a conformidade das autoridades emissoras de licenças com os prazos oficiais adoptando regras de aprovação tácita (silêncio implica consentimento). Portugal tinha, anteriormente, essas regras para a regulamentação do licenciamento de construção mas estas foram revogadas em 1999 pela actual regulamentação.<sup>30</sup> A nova regulamentação prevê que se os organismos públicos responsáveis pela aprovação dos projectos de construção não procederem à emissão das suas decisões dentro dos prazos legais, os empresários têm o direito de recorrer a um tribunal administrativo.<sup>31</sup> Mas o recurso a um tribunal é um processo moroso e dispendioso e, por isso, raramente utilizado, na prática. Portugal podia considerar a reintrodução das cláusulas de autorização tácita automática no processo de licenciamento de construção. Por forma a garantir prazos realistas para a autorização dos projectos, este passo devia ser dado em consulta com um conjunto alargado de partes interessadas.

## NOTAS

1. *The European Construction Sector: A Global Partner*, European Commission, Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs Directorate General, Energy Directorate General and Joint Research Centre (2016), [https://ec.europa.eu/growth/content/european-construction-sector-global-partner-0\\_en](https://ec.europa.eu/growth/content/european-construction-sector-global-partner-0_en).
2. Dados anuais acerca da produção em construção da base de dados do Eurostat, acessado a 10 de Fevereiro 2018, [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:EU-28\\_Construction,\\_annual\\_rate\\_of\\_change\\_2005\\_-\\_2017,\\_calendar\\_adjusted\\_data.png](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:EU-28_Construction,_annual_rate_of_change_2005_-_2017,_calendar_adjusted_data.png). Alteração percentual em cada ano calculada através da comparação com o período homólogo no ano anterior.
3. Base de dados do *Doing Business*.
4. Em Portugal, além das administrações municipais, há as administrações regionais para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.
5. Uma licença de localização (ou licença de zoneamento) é uma autorização de planeamento que atribui o direito de utilizar uma parcela de terreno para um projecto de desenvolvimento específico de acordo com a regulamentação relativa à afectação do solo. Mas não autoriza a construção.
6. *Official Gazette of the City of Varazdin* 23, no. 1 (Fevereiro 25, 2016), <http://www.glasila.hr/svgv>.
7. “Uredbu o izmjeni uredbe o visini vodnoga doprinosa” [Regulamentação acerca da alteração de regulamentos sobre a participação na contribuição para a água], *Narodne Novine*, Julho 23, 2015, [https://narodne-novine.nn.hr/clanci/sluzbeni/2015\\_07\\_83\\_1588.html](https://narodne-novine.nn.hr/clanci/sluzbeni/2015_07_83_1588.html).
8. De acordo com o Decreto-Lei 555/99, Artigos 5.1, 5.2 e 5.3, a licença de construção, autorização ou pedido de informação prévia são da responsabilidade do presidente da câmara podendo ser delegado nos vereadores, com a opção de subdelegação, ou nos directores dos serviços municipais s.
9. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra) (381/2017). Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/107720445>.
10. Dados para 2007-16 sobre licenças de construção por localização geográfica das Estatísticas de Portugal, acessado a 17 de Fevereiro de 2018, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000086&contexto=b d&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000086&contexto=b d&selTab=tab2).
11. Dados da base de dados do Eurostat (2011 dados de recenseamento), acessado a 17 de Fevereiro, 2018, <https://ec.europa.eu/CensusHub2/intermediate.do?&method=forwardResult>.
12. Comissão Europeia, *eGovernment Benchmark 2016: A Turning Point for eGovernment Development in Europe?* (Luxemburgo:



- Publications Office of the European Union, 2016).
13. World Bank, *Doing Business in the European Union 2017: Bulgaria, Hungary and Romania* (Washington, DC: World Bank, 2017).
  14. Dados de 2016 sobre trabalhos de construção concluídos do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, acedido a 17 de Fevereiro, 2018, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&i ndOcorrCod=0000086&contexto=bd&selT ab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&i ndOcorrCod=0000086&contexto=bd&selT ab=tab2).
  15. New York City Business Portal, <https://www1.nyc.gov/nycbusiness/description/construction-permits>.
  16. Porto, Direcção Municipal do Urbanismo, Departamento Municipal de Gestão Urbanística, “Manual de recomendações e boas práticas: elaboração de projectos,” [https://balcaovirtual.cm-porto.pt/Conteúdo/Documentos/Manual 20 Recomendações %20e%20Boas%20Práticas\\_urbanismo.pdf](https://balcaovirtual.cm-porto.pt/Conteúdo/Documentos/Manual%20Recomendações%20e%20Boas%20Práticas_urbanismo.pdf).
  17. “Simuladores de taxas,” Faro (Portugal) website da câmara municipal, <http://www.cm-faro.pt/pt/menu/894/simuladores-de-taxas.aspx>.
  18. World Bank, *Doing Business 2016: Measuring Regulatory Quality and Efficiency* (Washington, DC: World Bank, 2015).
  19. Excepto os referidos no artigo L243-1-1 de Código de Seguros.
  20. República da Sérvia, Alteração da Lei do Planeamento e Construção de Dezembro, 2015, *Official Gazette* 145/2015.
  21. World Bank, *Doing Business 2016: Measuring Regulatory Quality and Efficiency* (Washington, DC: World Bank, 2015).
  22. Copenhagen (Denmark) municipality website, <https://www.bygogmiljoe.dk/>.
  23. Base de dados do *Doing Business*.
  24. Base de dados do *Doing Business*; Thomas Moullier, *Building Regulatory Capacity Assessment: Level 2—Detailed Exploration* (Washington, DC: World Bank, 2017).
  25. Base de dados do *Doing Business*.
  26. Gregory S. Burge, “The Effects of Development Impact Fees on Local Fiscal Conditions,” in *Municipal Revenues and Land Policies*, edited by Gregory K. Ingram and Yu-Hung Hong (Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2010).
  27. A Lei sobre Imposto Predial de 3 de Julho, 2014, eliminou as taxas para utilização de terrenos para construção.
  28. Auckland (New Zealand) Council, “Development Contributions Policy 2015,” <https://www.aucklandcouncil.govt.nz/plans-projects-policies-reports-bylaws/our-policies/docsdevelopmentcontributionspolicy/contributions-policy.pdf>.
  29. Lei 128/2000, parágrafo 31a, prevê que para uma nova construção que requer uma licença de construção, o gabinete de construção envia um requerimento escrito à câmara municipal para um número de prova. Na Lei 183/2006, o parágrafo 121, secções 2 e 41b, prevê que se a construção for nova, o gabinete de construção requer a emissão de um número de prova para o novo edifício.
  30. O Decreto-Lei 448/91 de 29 de Novembro, 1991, artigo 67 foi substituído pelo Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 26/2010 de 30 Março, 2010, artigos 111 (Silêncio da Administração) e 112 (Intimação judicial para a prática de ato legalmente devido).
  31. Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, 1999, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 26/2010 de 30 de Março, 2010, artigos 111 (Silêncio da Administração) e 112 (Intimação judicial para a prática de ato legalmente devido).

# Obtenção de electricidade

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- Entre as cidades da Croácia comparadas a obtenção de electricidade é mais fácil em Varazdin e mais difícil em Zagreb. Varazdin tem o fornecimento de energia eléctrica mais fiável bem como a utilização de tecnologia mais avançada no escritório local do serviço.
- Dos quatro países a República Checa é o que tem a maior variação subnacional no desempenho. Obter electricidade é mais fácil nas maiores cidades, onde as ligações de baixa tensão estão usualmente disponíveis (Praga e Brno). É mais difícil em centros mais pequenos, onde geralmente os armazéns têm ligações de média tensão (tal como em Liberec e Olomouc).
- Entre as cidades portuguesas, a obtenção de electricidade é mais fácil em Coimbra e mais difícil em Faro. Em Coimbra um Sistema de georreferenciação eliminou a necessidade de se visitar o local para se determinar o custo da ligação.
- Na Eslováquia são precisos 56 dias e quatro procedimentos para se obter electricidade em Zilina, enquanto que em Bratislava e Trnava é preciso mais um mês e cinco procedimentos. Em Zilina o serviço eliminou a necessidade de se obter a aprovação do projecto providenciando condições técnicas mais detalhadas no início.
- Ao adoptar todas as boas práticas já implementadas entre as suas cidades, a Croácia, Portugal e Eslováquia poderiam, cada um deles, melhorar a sua pontuação global na facilidade de obtenção de electricidade, subindo mais de 40 posições. As cidades da República Checa fora da capital poderiam aprender com Praga, que está na primeira posição entre as 25 cidades estudadas nesta comparação.



**E**lectricidade é um elemento importante na competitividade de uma economia. A pesquisa mostra-nos que o capital (nacional e estrangeiro) tem tendência para ser atraído para países que oferecem um fornecimento de energia eléctrica fiável e com preços competitivos.<sup>1</sup> E mostra-nos que os processos de ligação mais rápidos, mais simples e menos onerosos estão associados a melhores desempenhos das empresas, especialmente em indústrias com elevado consumo de electricidade.<sup>2</sup> Por outro lado, preços elevados de electricidade, faltas frequentes de energia e processos de ligação difíceis restringem as operações das empresas e afectam as decisões dos empresários sobre a criação um negócio e como opera-lo.

O processo para se obter a ligação à electricidade está sujeito a regulamentos diferentes que procuram assegurar a qualidade

do serviço, a segurança geral e as normas técnicas. Para obterem uma nova ligação, os empresários têm de interagir principalmente com o serviço distribuidor: estão também envolvidas outras entidades, tais como municipalidades, autoridades reguladoras, instaladores de electricidade e entidades responsáveis pelo controlo e segurança. O *Doing Business* analisa como essas entidades e aspectos regulatórios afectam as empresas na obtenção de uma nova ligação, com o propósito de ajudar a identificar os obstáculos no processo de ligação para que os governos e reguladores possam tornar mais fácil a obtenção da electricidade pelos empresários. Além disso, o *Doing Business* captura dados quantitativos sobre a fiabilidade do fornecimento bem como informação qualitativa sobre como os serviços e os reguladores lidam com as faltas de energia e como as tarifas e alterações de tarifa são comunicados aos clientes.

## COMO FUNCIONA A OBTENÇÃO DE ELECTRICIDADE NOS QUATRO ESTADOS MEMBROS?

Em todos os quatro países cobertos por este estudo, o processo para obtenção da ligação à electricidade é maioritariamente regulado a nível nacional e monitorizado por uma agência reguladora nacional.<sup>3</sup> Os serviços distribuidores são os intervenientes chave no processo de ligação. Na República Checa e na Eslováquia operam múltiplos serviços no território nacional, com cada um a servir uma área geográfica designada. Em Portugal, um serviço distribuidor opera na parte continental do país, enquanto que um serviço diferente serve cada região autónoma das ilhas. Na Croácia, apenas opera um serviço distribuidor.

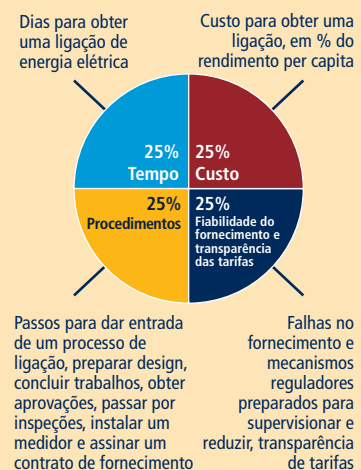
## O QUE É QUE A OBTENÇÃO DE ELECTRICIDADE MEDE?

O *Doing Business* regista todos os procedimentos necessários para uma empresa obter uma ligação permanente à electricidade e fornecimento a um armazém normalizado. Estes procedimentos incluem o pedido e o contrato com os serviços de electricidade, todas as inspecções e despachos da entidade distribuidora e outros organismos e os trabalhos externos e de ligação final. Para se produzir dados comparáveis entre os locais são utilizadas várias suposições sobre o armazém e sobre a ligação da electricidade. Assume-se que o local do armazém se situa dentro dos limites da cidade, a capacidade da ligação subscrita é de 140 kilovolts amperes (kVA) e o comprimento da ligação são 150 metros.

O *Doing Business* também mede o grau de fiabilidade do fornecimento de energia e o grau de transparência das tarifas de consumo. O índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas abrange dados quantitativos sobre a duração e frequência de falhas de energia bem como informação qualitativa sobre vários aspetos: os mecanismos implementados pelos serviços para monitorizar as falhas de energia e restaurar o fornecimento, a relação da prestação de informações entre os serviços e a entidade reguladora das falhas de energia, a transparência e acessibilidade das tarifas e se os serviços enfrentam um elemento dissuasor financeiro para limitar as falhas. O índice explica um quarto da distância-para a classificação limite para se obter o fornecimento de electricidade (ver a figura). Além disso, o *Doing Business* regista o preço da electricidade em cada local estudado.<sup>a</sup>

### Fornecimento de energia eléctrica: medindo a eficiência, fiabilidade e transparência

Classificações com base na pontuação da distância até às fronteiras em quatro indicadores



a. Embora o *Doing Business* registre o preço da electricidade este não inclui estes dados quando calcula a pontuação da distância até à fronteira na facilidade de obtenção do fornecimento de electricidade.

As diligências processuais, o tempo e o custo para se obter uma ligação à electricidade depende da disponibilidade tanto da infraestrutura de baixa como a de média tensão, bem como o tipo de ligação mais provável para armazéns na área. Em todas as cidades estudadas na Croácia e Portugal, para um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business*, é mais provável os empresários optarem por uma ligação de baixa tensão. Na República Checa e na Eslováquia o tipo de ligação depende da localização: nalgumas cidades é mais comum fazer-se

a ligação à rede de baixa tensão e noutras à rede de média tensão.<sup>4</sup> Nas cidades onde é mais comum ligar-se à rede de média tensão, os empresários precisam de implementar medidas adicionais (tais como instalar uma subestação privada), esperar mais tempo e pagar encargos mais altos para a ligação da electricidade.

### Como é que os resultados se comparam com outros estados membros da EU e globalmente?

Em média, são necessários cerca de dois meses na Croácia para se obter o

fornecimento de electricidade (65,6 dias) e (61,1 dias) em Portugal e dois meses e meio na Eslováquia—menos tempo nestes três países do que a média dos estados membros da UE – que são três meses. Na República Checa o mesmo processo leva, em média, cinco meses e meio, embora o tempo varie substancialmente entre as cidades estudadas. Portugal é o único país entre os quatro o onde a obtenção da electricidade custa menos do que a média da UE: uma média de 36,5% do rendimento per capita comparado com 118,7% do rendimento per capita para a

**QUADRO 4.1** Obtenção de electricidade na Croácia, na República Checa, em Portugal e Eslováquia—onde é mais fácil e onde o fornecimento é mais fiável?

Cidade (País)	Posição	Pontuação Distância até à fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do rendimento per capita)	Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)
Praga (República Checa)	1	95,35	3	60	25,9	8
Brno (República Checa)	2	89,92	3	110	25,9	8
Zilina (Eslováquia)	3	88,41	4	56	55,2	7
Coimbra (Portugal)	4	87,49	4	65	36,1	7
Lisboa (Portugal)	5	86,45	5	65	36,1	8
Presov (Eslováquia)	6	86,27	5	66	57,0	8
Kosice (Eslováquia)	7	85,29	5	75	57,2	8
Ponta Delgada (Portugal)	8	85,12	4	58	38,6	6
Funchal (Portugal)	9	84,96	5	50	34,2	7
Varazdin (Croácia)	10	84,29	4	60	237,1	6
Évora (Portugal)	11	84,19	5	57	36,1	7
Bratislava (Eslováquia) <sup>a</sup>	12	83,19	5	89	244,5	8
Rijeka (Croácia)	13	82,87	4	73	237,1	6
Porto (Portugal)	14	82,71	6	61	36,2	8
Split (Croácia)	15	82,66	4	75	237,1	6
Braga (Portugal)	16	82,27	6	65	38,8	8
Osijek (Croácia)	17	81,70	4	55	237,1	5
Zagreb (Croácia)	18	80,43	4	65	298,5	5
Trnava (Eslováquia) <sup>a</sup>	19	80,07	5	89	244,5	7
Faro (Portugal)	20	78,83	6	68	36,1	7
Ostrava (República Checa) <sup>a</sup>	21	69,89	6	172	283,2	8
Plzen (República Checa) <sup>a</sup>	22	69,67	6	174	282,8	8
Usti nad Labem (República Checa) <sup>a</sup>	23	67,70	5	233	193,0	8
Olomouc (República Checa) <sup>a</sup>	24	67,09	6	169	282,5	7
Liberec (República Checa) <sup>a</sup>	25	66,32	5	217	193,0	7

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: As posições baseiam-se na distância média até à classificação limite para os procedimentos, tempo e custo associado à obtenção do fornecimento de electricidade bem como no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas. A distância até à fronteira limite está normalizada de 0 a 100, com 100 representando a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, consulte o capítulo "Acerca de *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados para Bratislava, Lisboa, Praga e Zagreb foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. O conjunto completo de dados pode ser visto na website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

a. Nestas cidades, para um armazém como o do estudo de caso no *Doing Business*, é mais provável uma ligação de média tensão. Nas outras cidades é mais provável uma ligação de baixa tensão.

UE. Na Croácia o custo médio é igual a 249,3% do rendimento per capita; com este mesmo custo, um empresário em Portugal podia ligar sete armazéns.

Dados relativos aos estados membros da UE com os processos de ligação mais rápidos e mais baratos sugerem que todos os quatro países ainda podem melhorar. De acordo com *Doing Business* 2018, a obtenção leva 23 dias em Viena (Áustria), menos de metade do tempo que leva no Funchal (Portugal), que é o processo mais rápido entre as 25 cidades

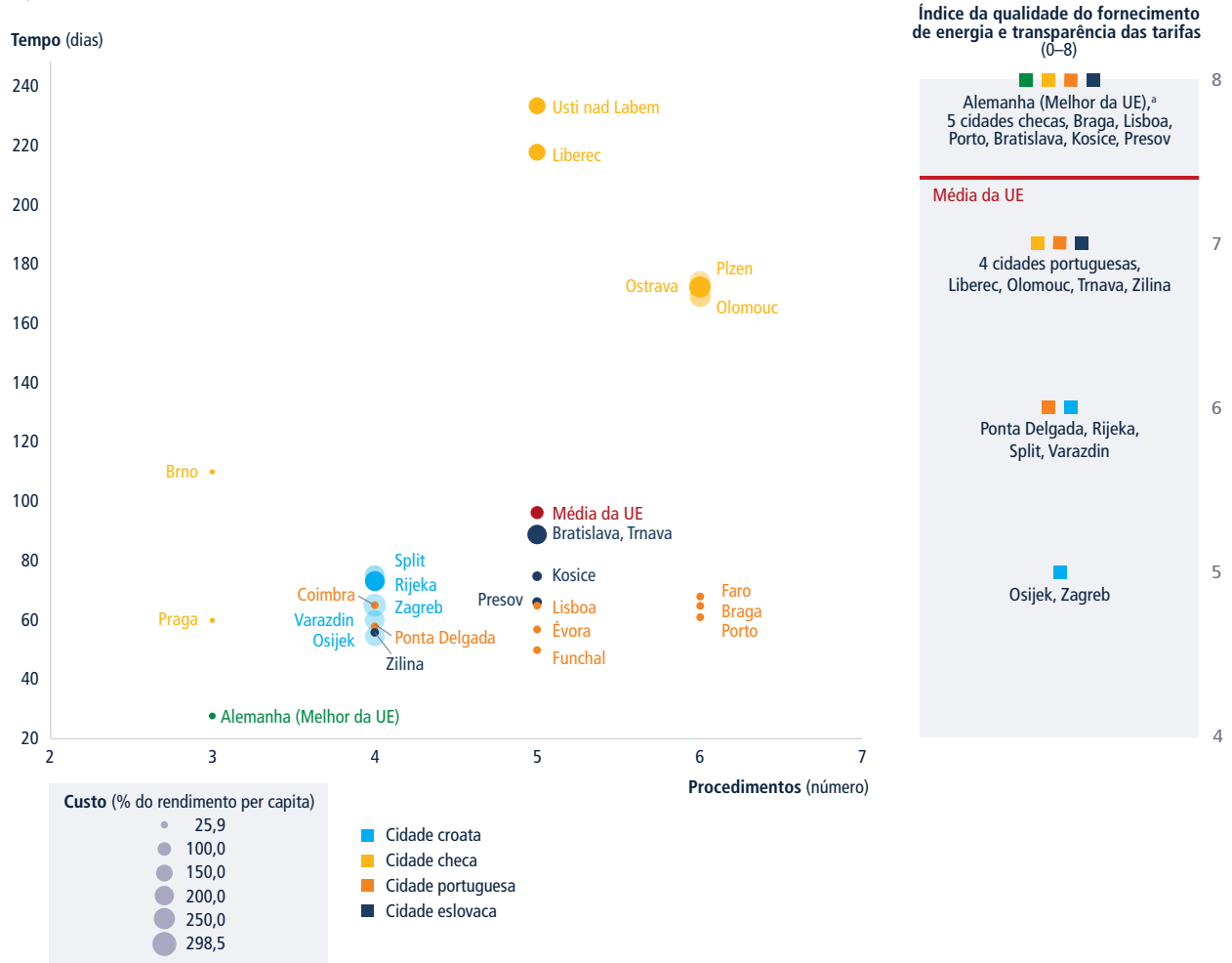
estudadas. E embora o processo de ligação custe apenas 6% do rendimento per capita em França, custa cerca de quatro vezes mais em relação ao rendimento per capita em Brno e Praga (República Checa), que tem os processos menos onerosos entre as 25 cidades (quadro 4.1).

Brno e Praga também registam o número mais baixo de procedimentos entre as 25 cidades (três), igualando os mais baixos entre os estados membros da UE - Alemanha, Suécia e Reino Unido.

Três cidades checas (Olomouc, Ostrava e Plzen) e três cidades portuguesas (Braga, Faro e Porto) requerem o dobro dos procedimentos (seis), excedendo a média da UE (cinco) (figura 4.1).

No que se refere ao índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas, a República Checa, Eslováquia e Portugal estão entre os melhores desempenhos na EU e globalmente, com pontuações médias muito próximas dos 8 pontos possíveis (7,7, 7,6 e 7,3). As cidades da Croácia têm

**FIGURA 4.1** Entre as 25 cidades comparadas, o processo de ligação é mais simplificado e menos oneroso em Praga e Brno - e mais rápido no Funchal



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: A média para a UE baseia-se nos dados do nível económico para os 28 estados-membros. Por razões práticas a figura agrupa cidades com classificações idênticas no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas. Consulte o quadro 4.1 para dados mais precisos sobre os indicadores.

a. Quinze outros estados membros têm uma pontuação de 8 no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas: Bélgica, Chipre, a República Checa (representada por Praga), Estónia, Finlândia, França, Irlanda, Lituânia, Países Baixos, Portugal (representado por Lisboa), Eslováquia (representada por Bratislava), Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

QUADRO 4.2 O fornecimento de electricidade nas cidades croatas está entre os menos fiáveis da UE

	Croácia		República Checa		Portugal		Eslováquia	
	Osijek	Varazdin	Liberec	Praga	Ponta Delgada	Porto	Zilina	Presov
<b>Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
Duração e frequência total das falhas por cliente por ano (0–3)	1	2	2	3	2	3	2	3
Índice da duração média de interrupção do sistema (SAIDI)	5,5	1,9	1,4	0,5	1,5	0,6	3,1	0,2
Índice da frequência média de interrupção do sistema (SAIFI)	3,6	1,1	1,6	0,3	1,2	0,5	1,8	0,1
Mecanismos para monitorização das falhas de energia (0–1)	1	1	1	1	1	1	1	1
A entidade distribuidora usa ferramentas automatizadas para monitorizar as falhas de electricidade?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mecanismos para restaurar o serviço (0–1)	1	1	1	1	0	1	1	1
A entidade distribuidora usa ferramentas automatizadas para restaurar o serviço?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Monitorização regulatória (0–1)	1	1	1	1	1	1	1	1
Há um regulador – isto é, uma entidade separada do serviço – que monitoriza o desempenho do serviço em relação à fiabilidade do fornecimento?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dissuasores financeiros que se destinam a limitar as falhas de energia (0–1)	0	0	1	1	1	1	1	1
O serviço paga compensação ao cliente ou é punido com multas pela entidade reguladora (ou ambas) se as falhas de energia excederem um determinado limite?	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comunicação sobre tarifas e alterações de tarifas (0–1)	1	1	1	1	1	1	1	1
As tarifas efectivas estão disponíveis online?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Os clientes são notificados sobre a alteração de tarifas antes do ciclo de facturação?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: O Quadro mostra os resultados para as cidades de cada país que obtiveram a pontuação mais alta e mais baixa no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas. Onde duas ou mais cidades de um país obtêm a mesma pontuação, as cidades com o melhor e o pior desempenho foram seleccionados com base na soma dos seus pontos pela duração e frequência das falhas de energia medidas pela SAIDI e SAIFI. Se os valores tanto da SAID como da SAIFI estiverem entre 0 e 1, são-lhe atribuídos 3 pontos; se ambos estiverem entre 1 e 4, são-lhe atribuídos 2 pontos, se ambos estiverem entre 4 e 12, ser-lhe-á atribuído 1 ponto. Os dados no Quadro referem-se a 2016.

margem para melhorarem. Em média têm uma pontuação de 5,6, um desempenho que as posicionaria no fundo entre os estados membros da EU (quadro 4.2).

### Como varia o processo dentro da Croácia?

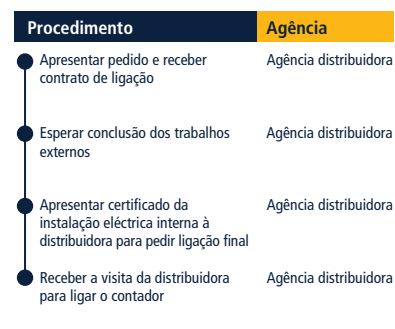
Na Croácia as regras e os regulamentos relacionados com a ligação da electricidade são uniformizadas e a empresa da rede de Distribuição de electricidade, HEP, é a única em operação.<sup>5</sup> Em todas as cinco cidades comparadas, é mais comum um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business* estar ligado à rede de baixa tensão, através dos mesmos passos procedimentais (figura 4.2). O empresário começa o processo submetendo um pedido para uma nova

ligação à HEP, que responde com uma estimativa dos encargos e um contrato de ligação. Logo que o empresário pague pelo menos 50% do encargo com a ligação, os trabalhos externos podem começar. Os trabalhos de ligação são inteiramente efectuados pela HEP. Para se obter a aprovação da ligação final, o cliente precisa de apresentar um certificado da instalação eléctrica interna ao HEP.

Entre as cinco cidades croatas, em geral é mais fácil obter-se o fornecimento de electricidade em Varazdin e mais difícil em Zagreb. Varazdin tem o fornecimento de electricidade mais fiável e o segundo processo mais rápido para se obter a nova ligação. Os serviços de electricidade

locais em Varazdin são os mais avançados na utilização das tecnologias de informação para organizarem o trabalho

FIGURA 4.2 Obtenção de electricidade envolve os mesmos quatro passos nas cidades croatas



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

de back-office, graças à adopção de arquivos electrónicos de documentação, uma base de dados electrónica e aplicações para monitorizar submissões para novas ligações. No posicionamento global do *Doing Business* de 190 economias sobre a facilidade na obtenção do fornecimento de electricidade, onde a Croácia (representada por Zagreb) está no 75º lugar, Varazdin estaria no 33º lugar, à frente da Lituânia (Vilnius), Irlanda (Dublin), Estónia (Tallinn) e Espanha (Madrid) e muito próximo do Luxemburgo.

O tempo necessário para se obter uma ligação à electricidade vai de 55 dias em Osijek a 75 dias em Split. A diferença é provocada principalmente pelo tempo que o requerente tem de esperar para receber o contrato de ligação: a espera vai de 15 dias (como em Osijek) para o dobro (como em Split). Entre as cinco cidades croatas, obter electricidade é mais caro em Zagreb com um custo de HRK238,184 (EUR32,021) ou 289.5% do rendimento per capita. Nas outras quatro cidades o custo é de HRK 189,184 (EUR 25,434), ou 237.1% do rendimento per capita. A razão para a diferença no custo entre Zagreb e as outras quatro é a taxa de ligação, que é regulada a nível nacional e que é mais alta na capital.<sup>6</sup>

Embora todas as cinco cidades possam contar com sistemas automatizados para monitorizarem as falhas de energia e restaurar o serviço e a entidade reguladora monitorize o desempenho do serviço, há diferenças substanciais entre as cidades na frequência e duração das falhas de energia. A rede é relativamente fiável em Varazdin, onde em 2016 os clientes tiveram uma média de 1.1 interrupções de serviço, durando um total de 2 horas. Em Osijek, por contraste, os clientes tiveram uma média de 3.6 falhas de energia, durando 5.5 horas no total. Em Zagreb, embora as falhas de energia fossem menos frequentes do que em Osijek, a duração total das interrupções de serviço era similar: os clientes tinham em média 11.7 falhas de energia, totalizando 5 horas.

Isto, juntamente com a falta de medidas regulatórias para possibilitar a distribuidora compensar os clientes ou pagar coimas quando as falhas de electricidade excedam um certo limite, colocaria Osijek e Zagreb nas últimas posições entre os estados membros da UE relativamente ao índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas, com 5 dos 8 pontos possíveis.

As autoridades croatas têm uma oportunidade de tornar mais fácil obter electricidade adoptando boas práticas já implementadas no país. Uma cidade onde o processo seja tão rápido como em Osijek e o fornecimento tão fiável como em Varazdin, ficaria no 30º lugar na classificação do *Doing Business* de 190 economias, 40 lugares acima da posição actual da Croácia (representada por Zagreb)

### Como é que o processo varia na República Checa?

Em geral, é mais fácil obter-se o fornecimento de electricidade nas maiores cidades da República Checa, Praga e Brno e mais difícil nos centros mais pequenos, tais como Liberec e Olomouc. Existem três distribuidores de electricidade nas sete cidades comparadas da República Checa: PREdistribuceem Praga; E.ON em Brno; e CEZ em Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen e Usti nad Labem.<sup>7</sup>

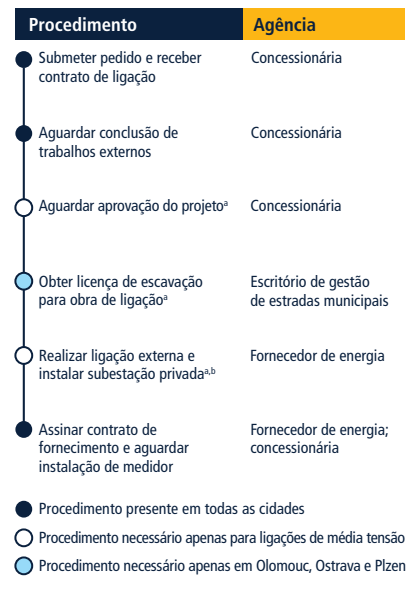
Na maioria das cidades checas os novos armazéns são ligados à rede de média tensão. Isto pode exigir até seis procedimentos (como em Olomouc, Ostrava e Plzen) e 233 dias (como em Usti nad Labem), e o custo pode ser tão alto como CZK 1,191,600 (EUR 46,969), ou 283.2% do rendimento per capita (como em Ostrava). Estes números estão bem acima da média da UE com cinco procedimentos, 96.3 dias e 118.7% do rendimento per capita. Por isso, não é surpresa nenhuma que 47.9% das empresas checas identifiquem a electricidade como o maior obstáculo para fazer negócios.<sup>8</sup>

Entre as sete cidades, Brno e Praga são as únicas onde é mais provável que um

armazém seja ligado à rede de baixa tensão.<sup>9</sup> Isto faz uma enorme diferença: em Brno e Praga a ligação pode ser completada em três procedimentos (figura 4.3). Para se obter uma ligação de baixa tensão leva no mínimo 60 dias (em Praga)-e custa CZK 109,000 (EUR 4.296, ou 25,9% do rendimento per capita (tanto em Brno como em Praga).

Tanto para as ligações de baixa como para média tensão o processo começa com a apresentação de um pedido aos serviços locais de distribuição. O cliente recebe então as condições técnicas para se fazer a ligação bem como o contrato de ligação. Nesta altura a distribuidora e o cliente entram em acordo sobre a melhor opção de ligação com base nas condições técnicas e o cliente paga a taxa de ligação.<sup>10</sup> Para uma ligação de baixa tensão a empresa distribuidora é tipicamente responsável pela ligação externa. Por forma a acelerar o processo,

FIGURA 4.3 Para se obtenção de electricidade são necessários três procedimentos em Brno e Praga— mas o dobro em Olomouc, Ostrava e Plzen



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

a. O procedimento efectua-se simultaneamente com o anterior.

b. O empresário é responsável apenas pela construção da ligação exterior em Olomouc, Ostrava e Plzen.

os empresários em Brno e Praga podem preparar a concepção do projecto e obter as licenças necessárias em nome da empresa distribuidora.<sup>11</sup> Eles depois entregam a concepção e licenças à distribuidora para a construção da ligação externa.

Para uma ligação de média tensão há duas possíveis abordagens para se completarem os trabalhos externos. Em Liberec e Usti nad Labem a distribuidora geralmente constrói a ligação desde a rede até ao ponto de ligação no limite da propriedade. Em Olomouc, Ostrava e Plzen a distribuidora prepara o ponto de ligação num poste perto da rede e o empresário é responsável por construir a ligação desde esse poste até à propriedade. Nos dois casos o empresário precisa de obter uma aprovação para a concepção do projecto por parte da distribuidora e de instalar uma subestação privada, dois passos que não são necessários em Brno e Praga.<sup>12</sup> Em Olomouc, Ostrava e Plzen, como os clientes são responsáveis pela ligação externa, precisam também de obter uma autorização para escavação da municipalidade para atravessar a estrada.<sup>13</sup> Como último passo, logo que os trabalhos da ligação fiquem concluídos, em todas as cidades checas o empresário assina um contrato de fornecimento com o fornecedor de electricidade seleccionado. O fornecedor de energia submete um pedido à empresa de distribuição para instalar um medidor – e, uma vez instalado, a electricidade pode ser fornecida.

A quantidade de tempo que o processo de ligação leva também difere entre cidades onde os armazéns geralmente se ligam à mesma tensão. O processo é muito mais rápido em Praga do que em Brno: leva 60 dias na capital, mas 110 em Brno. A demora em Brno é devida principalmente ao processo de subcontratação mais longo da E.ON.

Nas cidades checas onde os armazéns usualmente obtêm uma ligação de média tensão, o processo de obtenção de licenças das autoridades locais é a principal

razão da demora. Os serviços ou o seu subempreiteiro têm de obter todas as licenças necessárias – tais como a de licença de escavação para atravessar a estrada, a de construção para colocação da ligação e o direito de utilização de terreno da cidade – antes de iniciar a construção da ligação. Este processo leva mais tempo em Liberec e Usti nad Labem (200 dias). Só estes passos fazem com que as ligações de média tensão na República Checa sejam as mais demoradas na UE. Geralmente entre as cidades checas onde é provável uma ligação de média tensão, Ostrava tem o processo de ligação mais rápido, mas esse processo leva quase seis meses. Globalmente entre as 190 economias cobertas pelo *Doing Business*, apenas quatro têm um período de espera maior.<sup>14</sup>

As taxas de ligação são regulamentadas para todo o país.<sup>15</sup> A taxa para uma ligação de baixa tensão é de 100.000 CZK (3.942 EU).<sup>16</sup> A taxa de ligação de média tensão é ligeiramente mais alta, a 112.000 CZK (4.415 EUR). A maior quota-parte do custo para um empreendedor na ligação à media tensão está relacionada com a subestação privada, que acrescenta uma média de 700.000 CZK (27.592 EUR). Entre as cidades checas, Ostrava, Olomouc e Plzen têm os processos de ligação mais onerosos – porque nestas cidades, além da compra e instalação da subestação, os clientes são também responsáveis pela construção da maior parte da ligação, que acrescenta cerca de 375.000 CZK (14.781 EUR) ao custo total.<sup>17</sup> Entre os estados-membros da UE, só a Croácia, Bulgária e Roménia têm um custo mais alto para a obtenção de electricidade.

Brno, Ostrava, Plzen, Praga e Usti nad Labem recebem a pontuação mais alta possível no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (8 de 8 pontos). As distribuidoras têm de reportar o seu desempenho à agência reguladora de energia e estão sujeitas a mecanismos dissuasores destinados a limitarem as falhas de energia.

Os serviços em todo o país usam um sistema automatizado para monitorizar as falhas e restaurar o serviço. E as tarifas e alterações de tarifas são transparentes e estão disponíveis online. Liberec e Olomouc recebem uma pontuação ligeiramente inferior (7 de 8 pontos) devido a falhas mais longas e mais frequentes.

De forma geral entre as sete cidades checas, Praga tem o processo mais fácil de obtenção de electricidade, o que a coloca nas melhores da UE. Isto demonstra como as maiores cidades que recebem um maior número de pedidos podem ter um bom desempenho se aproveitarem as economias de escala. As autoridades checas poderiam considerar ajudar as outras cidades a chegarem ao nível da capital tornando mais fácil a obtenção de licenças municipais, incluindo as licenças de localização e de construção e o direito de utilizarem terrenos da cidades.

### Como é que o processo varia em Portugal?

Em Portugal o sector eléctrico é supervisionado a nível nacional pela Autoridade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), enquanto que a política energética é projectada pela Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Agências especializadas monitorizam questões relacionadas com a electricidade nas duas regiões insulares autónomas do país: a Direcção Regional de Energia (DREN) nos Açores, e a Direcção Regional de Economia e dos Transportes (DRET) no arquipélago da Madeira.<sup>18</sup> “Na parte continental do país, as novas ligações à rede têm de ser obtidas através da distribuidora, Energias de Portugal (EDP-Distribuição). Os clientes podem então escolher entre múltiplos fornecedores de electricidade. Em cada região insular autónoma só uma empresa está encarregue da distribuição de energia: na Madeira, a Empresa de Electricidade da Madeira (EEM), responsável por fornecer tanto novas ligações e o fornecimento a clientes no Funchal; e nos Açores, a Electricidade dos Açores (EDA), com as mesmas responsabilidades em Ponta Delgada.



Em todas as oito cidades portuguesas comparadas, um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business*, está tipicamente ligado à rede de baixa tensão. O processo requer quatro a seis procedimentos. (Figura 4.4.). O primeiro é o pedido de ligação e o período de espera para os serviços calcularem a estimativa da taxa de ligação. Na maior parte das cidades os serviços agendarão uma visita ao local para fazerem a estimativa do custo. O cliente fica então livre de escolher entre pedir aos serviços para fazerem os trabalhos ou contratar um empreiteiro privado para os fazer. Antes de se iniciarem os trabalhos, tem de se obter uma licença de escavação da municipalidade. Quando são os serviços públicos de distribuição que efetuam os trabalhos – como é usual em Coimbra, Lisboa e Ponta Delgada – eles encarregam-se também das licenças municipais. Em Évora, embora seja mais provável que os empresários contratem um empreiteiro privado para executar os trabalhos, continuam a ser os serviços públicos de distribuição a obter a licença

de escavação. Uma vez concluídos os trabalhos e a instalação elétrica interna certificada, o cliente pode assinar o contrato de fornecimento e começar a receber o fornecimento de eletricidade.

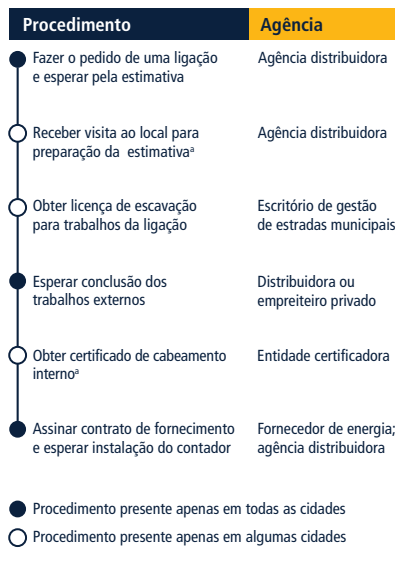
No geral, entre as cidades portuguesas, é mais fácil obter-se a ligação de eletricidade em Coimbra e mais difícil em Faro. O processo é mais agilizado em Coimbra e Ponta Delgada, onde os clientes necessitam de completar quatro procedimentos. Em Coimbra, através de um projeto piloto, a EDP-Distribuição implementou um sistema de georreferenciação que lhe permite preparar uma estimativa de custo para os clientes sem visitar o local. Em Ponta Delgada não há qualquer requisito para os clientes obterem uma certificação da instalação elétrica interna do edifício; em vez disso, podem apresentar termos de responsabilidade assinados pelo seu técnico. O processo de ligação requer seis procedimentos em Braga, Faro e Porto, onde os clientes geralmente contratam o seu próprio empreiteiro para os trabalhos e eles têm de obter uma licença de escavação. Em Évora, Funchal e Lisboa são necessários cinco procedimentos.

são 23 dias e para se obter uma licença de escavação leva quase três semanas.

Das oito cidades, o Funchal tem o processo de ligação menos caro, a 5.995 EUR ou 34,2% do rendimento per capita; entre os estados membro da UE, apenas sete têm um custo mais baixo em relação ao rendimento per capita.<sup>19</sup> Braga tem o processo mais caro, custando 6.803 EUR ou 38,8% do rendimento per capita. Em todas as cidades a maior fonte de encargos são os trabalhos de ligação. Se estes forem realizados pela fornecedora pública de eletricidade, o custo é regulado ao nível nacional. As empresas públicas de fornecimento cobram um montante que vai dos 5.862 EUR no Funchal a 6.772 EUR em Ponta Delgada. As diferenças de custo derivam também de variações na taxa para a licença municipal de escavação para os trabalhos. Graças aos acordos gerais entre a fornecedora pública e as municipalidades, não se cobra a taxa onde são as próprias fornecedoras públicas a obter esta licença. Mas em Braga, onde são os clientes a obter a licença, estes têm de pagar 468 EUR por ela.

Durante 2016, o fornecimento de eletricidade mais fiável foi registado no Funchal, onde os clientes sofreram uma média de 0,28 de falhas de energia, durando um total de 23 minutos. As falhas de eletricidade foram mais frequentes em Faro, onde os clientes tiveram uma média de 1,83 cortes de energia, com a duração de 1,6 horas no total. O país tem estabelecido um quadro jurídico para conceder incentivos para fornecimentos fiáveis de eletricidade. Todas as distribuidoras de eletricidade têm de reportar o seu desempenho à ERSE e os clientes poderão receber compensações financeiras se as falhas de eletricidade excederem certos limites. As distribuidoras de eletricidade em todo o país usam um sistema automatizado para monitorizar as falhas de eletricidade. As que operam em cidades estudadas em Portugal Continental também usam um sistema automatizado para restaurar o serviço, enquanto as do Funchal e Ponta Delgada não. Em todas

**FIGURA 4.4** Para se obter eletricidade nas cidades portuguesas é necessário um mínimo de quatro procedimentos e um máximo de seis



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

a. O procedimento efectua-se simultaneamente com o anterior.

O processo é mais rápido no Funchal, onde leva 50 dias. A principal razão para um desempenho mais rápido no Funchal é que fornecedora de eletricidade leva menos tempo a rever o pedido (13 dias) e para se obter a licença de escavação da municipalidade (15 dias). Outra razão é que se solicita aos clientes no Funchal para só notificarem a DRET, a agência regional de energia, da conclusão da instalação do cabeamento interno – uma etapa que leva cinco dias. Por contraste, os clientes em Portugal Continental têm de obter uma inspeção do cabeamento interno de uma firma independente especializada, que leva em média, duas semanas. Entre todas as oito cidades, Faro tem o processo mais longo para se ligar a eletricidade, levando um total de 68 dias. A conclusão de dois dos procedimentos leva mais tempo nesta cidade do que nas outras: para a revisão do pedido

as cidades as tarifas e as alterações de tarifa são transparentes e disponibilizadas online.

Portugal tem um enorme potencial para tornar ainda mais fácil para os empresários obterem eletricidade desde que encorajem as cidades a partilhar boas práticas e a aprenderem umas com as outras. Uma hipotética economia que tem um processo requerendo quatro procedimentos (como em Coimbra e Ponta Delgada), levando 50 dias (como no Funchal) e custando 28,5% do rendimento per capita (como em Ponta Delgada) – e que pontua 8 pontos no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (como Braga, Lisboa e Porto) – posicionaria o país muito próximo dos 10 lugares do topo, globalmente, na classificação do *Doing Business* na facilidade de obter eletricidade.

### Como é que o processo varia dentro da Eslováquia?

Na Eslováquia operam três distribuidoras públicas de eletricidade. Bratislava e Trnava estão no território onde opera a Zpadoslovenska Distribucna (ZSDIS), Kosice e Presov estão no território servido pela Vychodoslovenska Distribucna (VSD), e Zilina está no território da Stredoslovenska Distribucna (SSD).<sup>20</sup> A solução adotada para a ligação resulta muitas vezes de um acordo entre o cliente e os serviços com base nas condições técnicas específicas do caso.

Alguns dos passos para a obtenção de uma nova ligação à eletricidade são comuns a todas as cidades em toda a Eslováquia. Mas alguns passos diferem refletindo diferenças nos processos internos das empresas públicas de distribuição e na disponibilidade da capacidade para ligar novos edifícios (figura 4.5). Em Bratislava e Trnava um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business* é mais provável obter uma ligação à rede de média tensão.

Nestas duas cidades a ligação externa é usualmente construída pela empresa de fornecimento de electricidade, que

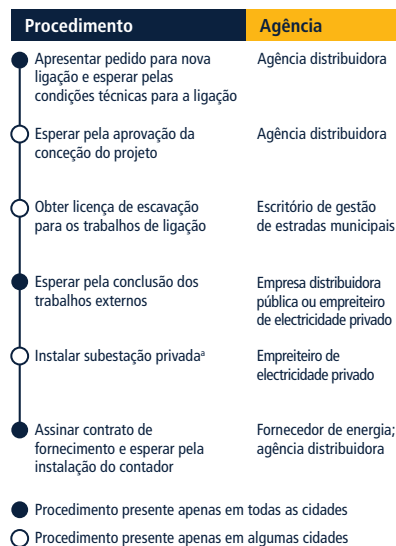
obtem também a licença de escavação do gabinete de gestão de estradas municipais para o cliente. O cliente é responsável pela compra e instalação de uma subestação privada.

Em Kosice, Presov e Zilina, pelo contrário, é mais provável que o armazém obtenha uma ligação à rede de baixa tensão, por isso não é necessária a instalação de uma subestação privada. Nestas três cidades, os clientes geralmente optam por construir eles próprios as ligações exteriores e para isso necessitam de obter uma licença de escavação do gabinete de gestão de estradas municipais. A complexidade técnica mais baixa da ligação à rede de baixa tensão traduz-se num menor tempo de espera do que para uma ligação à rede de média tensão. A obtenção de eletricidade leva 56 dias em Zilina – que tem o melhor desempenho no que se refere à facilidade de se obter eletricidade entre as cinco cidades eslovacas – enquanto que leva mais um mês em Bratislava e Trnava.

Zilina é também a que tem menos procedimentos entre as cidades eslovacas, com quatro. Nas outras cidades o processo requer cinco procedimentos. A diferença é que em todas as cidades, exceto Zilina, a conceção do projeto tem de ser aprovada pela empresa pública de distribuição. A empresa que opera em Zilina, SSD, eliminou este requisito. Em vez disso, providencia condições técnicas detalhadas para a ligação no início do processo, assegurando que há pouca ambiguidade para os projetistas quando estes estão a preparar o projeto. A SSD também eliminou o requisito de submeter um relatório de conclusão, que as outras empresas públicas de fornecimento de eletricidade requerem quando os trabalhos de ligação estão concluídos. Em vez disso, a SSD pede um depoimento no qual o cliente confirma que a ligação exterior foi preparada de acordo com as condições técnicas.

Em todas as cinco cidades eslovacas o processo de ligação termina com o cliente

FIGURA 4.5 As etapas para se obter eletricidade na Eslováquia varia dependendo dos serviços e da disponibilidade da capacidade



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

a. O procedimento efectua-se simultaneamente com o anterior.

a assinar um contrato de fornecimento com um fornecedor de eletricidade. O fornecedor nessa altura pede aos serviços públicos para instalar o contador, e o cliente pode ligar a eletricidade.

A diferença entre a ligação ser para uma rede de baixa ou média tensão tem um grande impacto sobre os custos. Em Bratislava e Trnava, onde é provável a ligação ser feita à rede de média-tensão, os clientes precisam de pagar uma taxa de ligação de média-tensão de 7.606 EUR, bem como comprar e instalar uma subestação privada a um custo médio de 28.000 EUR. As taxas de ligação de baixa tensão são estabelecidas ao nível do território de distribuição; para o armazém do estudo de caso *Doing Business*, estas totalizaram 1.787 EUR em Zilina e 2.180 EUR em Kosice e Presov.

Bratislava, Kosice e Presov receberam a pontuação mais alta possível no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (8 de 8 pontos). Trnava e Zilina receberam uma

pontuação ligeiramente mais baixa (7 de 8 pontos) devido a falhas de energia mais longas e mais frequentes. As empresas públicas têm de reportar o seu desempenho à agência reguladora de energia e o regulamento estabelece dissuasores financeiros destinados a limitarem as falhas de energia. Os serviços usam sistemas automatizados para monitorizarem as falhas e restaurarem o serviço. E as tarifas e mudanças de tarifa são transparentes e disponíveis online.

As cidades na Eslováquia podiam tornar mais fácil a obtenção de electricidade para as empresas aprendendo umas com as outras. Uma hipotética economia onde o processo de ligação seja tão eficiente como em Zilina (onde se necessita de quatro procedimentos, leva 56 dias e custa 55,2% do rendimento per capita), e onde o fornecimento é tão fiável como em Bratislava, Kosice e Presov, ficaria posicionada no 12º lugar na classificação global do *Doing Business* de 190 economias, no que toca à facilidade de obtenção de electricidade – mais do que 40 lugares acima do que a posição atual da Eslováquia (representada por Bratislava).

## O QUE PODE SER MELHORADO?

Este capítulo revê o processo de obtenção de ligação à electricidade e a fiabilidade do fornecimento da mesma na Croácia, na República Checa, Portugal e Eslováquia e aponta para várias áreas de possível melhoria..

### Agilizar o processo para a obtenção de licenças municipais REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA

Na República Checa e na Eslováquia, além da licença de escavação, são também necessárias outras licenças antes da ligação. Estas têm de ser obtidas de vários gabinetes municipais, tais como o gabinete de construção, o gabinete de gestão de estradas e o gabinete que dá acesso aos terrenos municipais. Para um empreendedor que precise de

uma ligação à rede de média-tensão, o tempo necessário para se obterem todas as licenças torna-se um verdadeiro obstáculo. Só para se obter o direito de utilização pode levar vários meses como resultado da complexidade do processo e do calendário de reuniões dos diferentes serviços municipais.

Agilizando-se o processo para obtenção das licenças e consolidando as necessárias licenças municipais poder-se-iam reduzir as demoras tanto na República Checa como na Eslováquia – simplificando as questões para os empresários através da eliminação da necessidade de se abordarem múltiplos gabinetes para o mesmo projeto. Evitaria também o risco de diferentes funcionários municipais emitirem decisões contraditórias. A Lituânia oferece um bom exemplo de como é que se pode agilizar o processo. Ali, os requerentes apresentam apenas um impresso consolidado à municipalidade, que depois recolhe os despachos de diferentes departamentos da parte dos requerentes.

As autoridades na República Checa e na Eslováquia poderiam também considerar introduzir rigorosos limites legais de tempo para a emissão de licenças bem como regras de silêncio equivale consentimento, como o que tem sido feito em vários outros estados membros da UE. Sob estas regras, se a autoridade licenciadora não responder dentro do período de tempo definido, a aprovação é automaticamente concedida. A Itália, a Polónia e a Espanha estão entre os estados membros da UE que adotaram essas regras, tal como ilustrado em estudos subnacionais anteriores do *Doing Business*.<sup>21</sup>

Outra questão relativa ao licenciamento nos dois países é que os projetos de ligação exterior para ligações de média-tensão necessitam de submeter-se a um processo de obtenção de licença de construção similar às licenças necessárias para projetos de construção mais complexos. Porque as ligações de electricidade são mais simples e mais

normalizadas do que para edifícios e outras estruturas, as autoridades poderiam considerar criar um canal dedicado ao licenciamento para projetos de ligação, para que estes não acabem na mesma pasta de processamento do que para as fábricas e centros comerciais. As regulamentações modernas estabelecem níveis de escrutínio distintos – e portanto períodos de tempo diferentes – para diferentes níveis de complexidade. Esta abordagem permite que projetos de ligação simples sejam rapidamente encaminhados, possibilitando às autoridades públicas concentrarem-se em projetos mais complexos.

### Simplificar o processo para obtenção de licença de escavação CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA

Para obter uma ligação à electricidade, um dos licenciamentos necessários mais comuns é a licença de escavação. Esta tem de ser obtida da municipalidade seja pelos serviços ou pelo empreendedor. Onde os serviços forem responsáveis por este requisito, poderá haver mais margem de manobra para se negociar um processo de licenciamento mais rápido e menos oneroso com a municipalidade. As funções de um serviço público de fornecimento significam que estão numa relação contínua com a municipalidade, que oferece oportunidades para economias de escala. Isto sugere que os clientes devem ser aliviados do peso de terem de pedir as licenças – e que os serviços públicos e as municipalidades devem ter acordos gerais sobre interações normalizadas e aceleradas.

Um exemplo que vai nessa direção vem da cidade portuguesa de Évora, onde o serviço público obtém a licença de escavação mesmo se o cliente escolher contratar um empreiteiro privado para os trabalhos. Um acordo entre o serviço público e a municipalidade permite que as licenças sejam entregues sem quaisquer custos quando é requisitado pelo serviço público. Assim, os clientes obtêm a licença de escavação gratuitamente.

As autoridades municipais e o serviço público em qualquer outro lado dos quatro estados membros podiam criar acordos semelhantes tornando mais fácil a obtenção das licenças de escavação.

Outro exemplo vem da Roménia, onde algumas municipalidades emitem a licença de escavação como parte da licença de construção, para que os requerentes e as autoridades municipais não necessitem de duplicar esforços.<sup>22</sup>

### **Melhorar a fiabilidade do fornecimento de eletricidade** CROÁCIA

A maior parte dos estados membros da EU impõem sanções financeiras aos serviços públicos de distribuição se estes falharem no fornecimento fiável de eletricidade aos seus clientes. A Croácia não está entre eles. Portanto, não é de surpreender que a Croácia fique atrás de todos os outros estados membros da EU no que se refere à fiabilidade do fornecimento. Minimizar-se o número e duração das falhas de energia é crítico para o bem da economia e da sociedade em geral. As sanções financeiras são úteis na criação de incentivos para os serviços públicos de distribuição para se manter uma fiabilidade elevado do fornecimento durante todo o ano e através de toda a sua zona de operação. A Croácia podia introduzir limites à frequência e duração das falhas de energia que, se fossem excedidas, despoletariam sanções financeiras.

Mas as sanções financeiras por si só não são suficientes. Uma distribuidora é apenas o último elo de ligação da cadeia de fornecimento de electricidade; muitos desempenham um papel chave na geração, transmissão e distribuição. Além disso, múltiplos factores interdependentes afectam directamente a fiabilidade. A evidência sugere que os níveis de investimento na geração de electricidade, níveis de tarifas e taxas de cobrança de facturas, a eficiência operacional dos serviços e o enquadramento regulador alargado são factores determinantes no estabelecimento da fiabilidade do fornecimento.<sup>23</sup>

### **Reduzir os custos iniciais no processo de obtenção de uma nova ligação**

#### CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA

Comparado com os parceiros da EU, algumas das cidades estudadas têm um processo de ligação caro. Nestas estão incluídas as cidades checas e eslovacas onde o cliente tem de ligar-se à rede de média-tensão (Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen e Usti nad Labem na República Checa, e Bratislava e Trnava na Eslováquia). Estão também incluídas todas as cinco cidades croatas, onde obter-se uma nova ligação é caro apesar das ligações de baixa-tensão serem comuns e disponíveis ali. Para se porem as coisas em perspectiva, na Bulgária obter-se uma ligação de baixa-tensão custa menos de metade do que custa na Croácia.<sup>24</sup>

Noutros países os serviços públicos e as autoridades locais cobrem parte do custo de se construir uma nova ligação, reduzindo o custo inicial para os empresários. Em França, por exemplo, as municipalidades financiam parte do custo da ligação. Isto está em conformidade com do Código de Energia (artigo L342-11), que especifica que as comissões do planeamento urbano devem suportar o custo dos trabalhos de extensão para a rede de electricidade. Em Paris, o serviço público cobra ao cliente 1.840 EUR, e todo o processo de se obter uma ligação de electricidade para o armazém do estudo de caso do *Doing Business* custa 6% do rendimento per capita.

Na Croácia a empresa de distribuição nacional concebe e constrói todas as ligações. Dando aos clientes a opção de contratarem um empreiteiro privado para construir a ligação – como é feito em muitos estados membros da EU, incluindo a República Checa, Portugal e Eslováquia – poderia ajudar a reduzir custos, porque os clientes poderiam escolher a opção mais rápida e menos cara.

### **Eliminar a aprovação do projeto através do fornecimento de requisitos técnicos detalhados logo de início** ESLOVÁQUIA

Em todas as cidades eslovacas, exceto Zilina, os serviços públicos exigem aprovar a conceção do projeto antes dos trabalhos de construção poderem começar, tanto para ligações de baixa como de média-tensão. Zilina dá um bom exemplo de como providenciar orientações claras logo de início pode poupar tempo tanto para o serviço público como para o empreendedor. Ali, para ligações mais simples como a do estudo de caso do *Doing Business*, o serviço público local, SSD, não precisa de aprovar a conceção do projeto. Isto graças ao nível de detalhe técnico que a SSD fornece aos empresários antes deles começarem a preparar o projeto. A SSD nem sequer requer um relatório quando a ligação estiver concluída

Em vez disso apenas requer um depoimento do empreendedor declarando que a ligação foi concluída de acordo com as condições técnicas. Depois de receber o depoimento, a SSD pode decidir investigar ainda mais e inspecionar as ligações que requer um maior escrutínio. Estas boas práticas estão entre as razões porque Zilina ocupa o primeiro lugar entre as cidades eslovacas e o terceiro lugar entre todas as 25 cidades estudadas no que respeita à facilidade na obtenção de electricidade.

### **Substituir o certificado do cabeamento interno pela autocertificação de conformidade** PORTUGAL

Em Portugal Continental os clientes têm de obter um certificado do cabeamento interno de uma empresa certificada independente.<sup>25</sup> É crucial assegurar a segurança e qualidade do cabeamento elétrico. Mas há formas de o fazer sem impor requisitos adicionais para obter uma nova ligação. Em diversos estados membros da EU incluindo a Dinamarca e Alemanha, bem como a República

Checa e a Eslováquia, os regulamentos permitem que o empreiteiro de electricidade, que instalou o cabeamento eléctrico assuma a responsabilidade por certificar o que foi feito de acordo com a lei e com as normas de segurança.

Se o cabeamento eléctrico for feito sob a supervisão de empreiteiros de electricidade habilitados e regulamentados, a sua segurança pode ser assegurada sem uma inspeção por uma entidade diferente – e o processo pode ser feito mais depressa e com menos complexidade sem comprometer a segurança. Uma regulamentação própria da profissão de engenharia eléctrica é a chave. Para se trabalhar eficazmente, os sistemas de autocertificação têm de ser acompanhados por disposições legais especificando os requisitos de habilitação e a responsabilidade dos profissionais envolvidos.

### **Eliminar a necessidade de uma inspeção no local para se determinar as condições técnicas e o custo da ligação**

#### **PORTUGAL**

As inspeções pelos serviços públicos – para as quais o cliente tem de estar presente – oferecem a oportunidade de se simplificar o processo em Portugal. Antes de se fornecer uma estimativa de custo, os serviços públicos em todas as cidades portuguesas, exceto Coimbra, fazem uma inspeção externa para verificarem a área circundante do edifício e determinarem precisamente onde é que os cabos e o contador devem ser instalados. Mas em muitas economias em todo o mundo os serviços públicos usam um sistema de informação geográfica (GIS) e por isso não têm necessidade de visitar o local. O serviço público de Coimbra fá-lo também graças a um projeto piloto nessa cidade. Ao replicar o projeto piloto de Coimbra, os serviços públicos nas outras cidades portuguesas poderiam também usar o GIS para reverem os pedidos de ligação, agilizando o processo e reduzindo o tempo necessário para aprovar os pedidos.

### **NOTAS**

1. Pierre Audinet e Martin Rodriguez Pardina, "Managing na Electricity Shortfall: A Guide for Policy makers" (Energy Sector Management Assistance Program, World Bank, Washington, DC, 2010) <http://documents.worldbank.org/curated/em/337601468017341236/Managing-and-electricity-shortfall-a-guide-for-policymakers>.
2. Carol Geginat e Rita Ramalho "Electricity Connections and Firm Performance in 183 Countries", Policy Research Working Paper 7460 (World Bank, Washington, DC, 2015)
3. Estas agências reguladoras são a Agência Reguladora de Energia Croata (HERA) na Croácia, o Órgão Regulador de Energia (ERU) na República Checa, a Autoridade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em Portugal e o Órgão Regulador para as Indústrias de Rede (URSO) na Eslováquia. Cada uma destas agências é responsável pela supervisão do sector da energia nacional (geração, transmissão, distribuição e fornecimento) bem como pelos preços da electricidade.
4. Na República Checa as ligações de média-tensão são mais comuns em Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen e Usti nad Labem, e as ligações de baixa-tensão são mais comuns em Brno e Praga. Na Eslováquia as ligações de média-tensão são mais comuns em Bratislava e Trnava, e as ligações de baixa-tensão são mais comuns em Kosice, Presov e Zilina
5. As leis relevantes que regulam o processo de ligação na Croácia são a Lei do Mercado da Electricidade (102/15); a Decisão sobre o Montante da Taxa para ligação à Rede de Energia e para Incremento da mesma (52/06); as Condições de Qualidade para o Fornecimento de Electricidade (31/18); a Decisão sobre o Total dos Itens Tarifários para o Fornecimento Garantido de Electricidade (114/17); e as Condições Gerais para Utilização da Rede e Fornecimento de Electricidade (85/15).
6. Em Zagreb a taxa de ligação para um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business* é de 1.700 HRK (229 EUR) por kilowatt-ampère, enquanto que nas outras cidades é de 1.350 HRK (181 EUR) por kilowatt-ampère.
7. Os principais instrumentos legislativos que regem o processo para obtenção de electricidade na República Checa são as Normas de Qualidade no Sector de Electricidade (540/2005) e a Lei sobre a Ligação à Rede de Electricidade (16/2016).
8. World Bank Enterprise Surveys, <http://www.enterprisesurveys.org>.
9. Embora estes sejam os cenários mais comuns para a ligação a um armazém como o do estudo de caso do *Doing Business*, o tipo de tensão pode variar dentro de uma cidade e às vezes mesmo dentro de um parque industrial, dependendo da disponibilidade da capacidade energética.
10. Muitas vezes há várias opções para a ligação. Como nos outros países (incluindo a Eslováquia), os serviços públicos na República Checa acordam com os novos clientes sobre a melhor opção para eles. Os papéis e responsabilidades das partes variam dependendo da opção escolhida.
11. Nestes casos as licenças municipais necessárias para construção da ligação são obtidas pelo empreendedor como parte do processo de se obter uma licença de construção para a nova construção. Esta opção é comum para edifícios comerciais.
12. Em Liberec e Usti na Labem é necessária uma conceção de projeto para a instalação de uma subestação privada. Em Olomouc, Ostrava e Plzen isto é necessário tanto para a subestação como para a ligação exterior.
13. Em Liberec e Usti nad Labem, bem como em Brno e Praga, a licença de escavação é obtido pelos serviços públicos.
14. Estes são: Roménia (174 dias), Bélgica (201 dias), Hungria (257 dias) e Bulgária (262 dias).
15. Lei 16/2016, anexo 8.
16. Esta taxa de ligação aplica-se a uma ligação com uma capacidade subscrita de 140 kilowatts-ampères, como o do estudo de caso do *Doing Business*.
17. Em Liberec e Usti nad Labem, bem como em Brno e Praga, a ligação é usualmente construída por um subempreiteiro contratado pelos serviços públicos e não há qualquer custo adicional para o cliente.
18. A distribuição de energia em Portugal é regida pelo Regulamento 561/2014 sobre as Relações Comerciais no Setor de Electricidade.
19. Estes são: a França, Polónia, a República Checa, o Reino Unido, Finlândia, os Países Baixos e a Suécia.
20. A legislação primária que rege o mercado de electricidade na Eslováquia é a Lei sobre o Sector Energético (251/2012), que delinea os direitos e responsabilidades de todos os participantes do mercado energético. Outras leis relevantes que regulam o processo de ligação incluem a Directiva 236/2016 do Órgão Regulador para as Indústrias de Rede (URSO) sobre as normas de qualidade para a transmissão, distribuição e geração de electricidade. Esta lei inclui os mecanismos de compensação pela violação das normas de qualidade (disponível em <http://www.slov-lex.sk/pravne-predpisy/SK/22/2016/236/>). Outra é a 271/2012 Directiva do Ministério da Economia (Directiva especificando as condições técnicas sobre a ligação a rede eléctrica), baseada na qual as empresas de distribuição criam condições técnicas normalizadas para ligação à rede de distribuição.
21. Ver World Bank, *Doing Business in Italy 2013* (Washington, DC: World Bank, 2013), *Doing Business in Poland 2015* (Washington, DC, 2015) e *Doing Business in Spain 2015* (Washington, DC, 2015).
22. Estas incluem Bucareste, Cluj-Napoca, Constanta e Iasi. Ver World Bank, *Doing Business in the European Union 2017: Bulgaria, Hungary and Romania* (Washington, DC: World Bank, 2017).
23. Jean Arlet, Diane Davoline, Tigran Parvanyan, Jayashree Srinivasan e Erik Tjong, "Getting Electricity: Factors Affecting the Reliability

of Electricity Supply”, in World Bank, *Doing Business 2017: Equal Opportunity for All* (Washington, DC: World Bank, 2016).

24. Entre as cidades búlgaras cobertas por um estudo *Doing Business* subnacional, aquelas em que as ligações de baixa-tensão são usualmente disponíveis (Burgas, Plovdiv, Ruse e Varna) têm um custo de 107,1% do rendimento per capita. Ver World Bank, *Doing Business in the European Union 2017: Bulgaria, Hungary and Romania* (Washington, DC: World Bank, 2017).
25. Em Portugal Continental até 2017, o cabeamento interno de um novo edifício precisava de estar certificado pela Certiel, a associação responsável fazer as inspeções nessa parte do país. Em 2018 a Certiel cessou esta função e os clientes agora contratam uma entidade certificadora privada para inspeccionar e aprovar o cabeamento interno. Entre as firmas habilitadas para providenciar estas inspeções está o Instituto Electrotécnico Português, IEP, o Laboratório Industrial da Qualidade, LIQ e o Instituto de Soldadura e Qualidade, ISQ. A situação é diferente no Funchal e em Ponta Delgada. Os clientes do Funchal necessitam apenas uma notificação da conclusão do cabeamento interno para a agência regional de energia. E em Ponta Delgada não é necessária qualquer inspeção ou notificação.



# Registo de propriedades

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- Em cada um dos quatro países os dados mostram variações significativas entre as cidades estudadas na eficiência do registo de transferência de propriedade.
- O tempo para a realização da transferência de propriedade é o que causa as diferenças na eficiência. Na Croácia, por exemplo, o registo da transferência de propriedade leva 32 dias em Osijek mas mais do dobro em Split (72 dias).
- Portugal é o único país entre os quatro onde o registo de transferência de propriedade não requer a utilização de profissionais jurídicos, tais como advogados ou notários. Mas também tem de longe o custo mais alto no registo da transferência de propriedade (7.3% do valor da propriedade).
- O forte desempenho da Eslováquia tanto na eficiência como na qualidade da administração predial posiciona o país entre os 3 estados membros da UE do topo no que se refere à facilidade do registo de propriedades e no 7º lugar na classificação global.



**P**rovidenciar direitos de propriedade seguros é fundamental para se apoiar o investimento e o crescimento económico.<sup>1</sup> Para alguns países, fazer isto poderá implicar não apenas a realização de reformas legais mas também a criação de uma infraestrutura fiável, especialmente na forma de registos prediais digitais e mapas cadastrais.

A Eslováquia dá um exemplo revelador: um esforço precoce para remodelar o registo cadastral ajudou a facilitar o caminho para a computorização e modernização do seu sistema de administração cadastral durante a transição pós-comunismo. Em fevereiro de 2004 a Eslováquia tornou acessível online os dados cadastrais gratuitamente. Em setembro de 2009 introduziu taxas mais baixas para transferências de propriedade requeridas eletronicamente

para incentivar os cidadãos e empresas a escolherem a opção online. E em 2013 a autoridade central delegou o controlo do registo de terras e cadastral aos órgãos distritais. Todas estas alterações fizeram com que os serviços cadastrais da Eslováquia fossem reconhecidos como sendo avançados e progressivos.<sup>2</sup> A Eslováquia está posicionada entre os 10 países do topo das 190 economias comparadas na classificação global do *Doing Business* no que se refere à facilidade do registo de propriedades.

Os outros três estados membros da EU incluídos neste relatório também tem estado a modernizar os seus sistemas de administração cadastral. Desde novembro 2016 a Croácia integrou a gestão do seus serviços e registos cadastrais através do Sistema de Informação Conjunta, um sistema centralizado com base na web

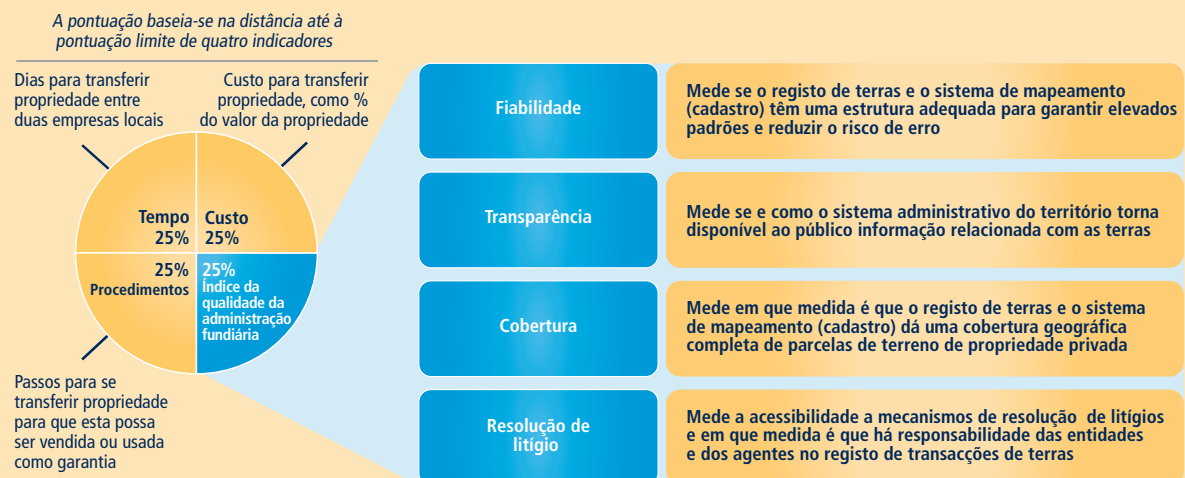
ligado a outros registos chave (incluído o registo de identificação pessoal, o registo de endereços e o registo de empresas). O Sistema de Informação Conjunta foi desenvolvido sob o Projeto do Sistema Integrado de Administração Cadastral em desenvolvimento apoiado pelo World Bank.

A República Checa tem vindo a digitalizar os seus serviços e registos cadastrais, e ligou estes a outros registos nacionais para evitar a duplicação de números de identificação e endereços de pessoas singulares e coletivas.<sup>3</sup> E Portugal tem aparecido nas manchetes com os seus postos de serviço Casa Pronta, que emergiu em 2007 do programa nacional SIMPLEX destinado a agilizar a burocracia e tornar a vida mais fácil aos cidadãos. Nestes postos de serviço de uma só etapa, dedicados a transações relacionadas

## O QUE MEDE O REGISTO DE PROPRIEDADES?

O *Doing Business* regista a sequência completa dos procedimentos necessários para uma empresa (o comprador) comprar uma propriedade de outra empresa (o vendedor) e transferir o título de propriedade para o nome do comprador para que este possa usar a propriedade para expandir o seu negócio, usar a propriedade como garantia para obter novos empréstimos ou, se necessário, vender a propriedade a outra empresa. Mede também o tempo e o custo para se completar cada um destes procedimentos. Além disso, o *Doing Business* mede a qualidade do sistema de administração cadastral em cada economia. O índice da qualidade da administração fundiária tem quatro dimensões principais: fiabilidade da infraestrutura, transparência da informação, cobertura geográfica e resolução de litígios sobre terras (ver a figura).

### Registo de propriedades: medição da eficiência e qualidade do sistema de administração de território





com propriedades, funcionários do registo cadastral podem fazer escrituras na altura, acelerando o processo e tornando opcional a utilização de notários. Na realidade, os clientes podem completar todos os passos necessários para se registar a transferência de propriedade nestes postos de serviço, incluindo pagar o imposto de transferência.

As economias que investem num sistema digital de serviços e registos cadastrais beneficiam de várias formas. Uma das formas é através de maior eficiência. A computadorização otimiza os processos, através da agilização dos fluxos de trabalho e ajuda a compilar, aceder e partilhar informações de formas que não são possíveis com sistemas manuais. Processos mais rápidos aceleram os pedidos de hipoteca e reduzem o tempo envolvido na transferência dos direitos de bens imobiliários, muitas vezes poupando tempo aos requerentes bem como aos funcionários do registo predial e cadastral. A computadorização permite também aos governos estabelecerem mecanismos de rastreamento para ajudarem na avaliação do desempenho dos funcionários dos serviços e registos cadastrais e melhorar os seus serviços para os clientes. A precisão e segurança dos dados é outra vantagem: cada transação inserida num sistema computadorizado pode ser automaticamente registada, duplicada e recuperada.

Com os bens imobiliários (terras e edifícios) representando metade e três quartos da riqueza na maior parte das economias, é importante ter-se um sistema informático correto e atualizado sobre as terras.<sup>4</sup> A pesquisa sugere que os proprietários com uma posse segura têm mais probabilidades de investir em empresas privadas e de fazer a transferência de terras para utilizadores mais eficientes. Além disso, a capacidade de se poder aceder a informações das autoridades sobre a propriedade das terras reduz os custos de transação em mercados financeiros, tornando mais fácil a utilização de propriedade como garantia.<sup>5</sup>

Os registos de terras juntamente com os cadastros identificando a localização da propriedade, são ferramentas usadas em todo o mundo para mapear, provar e assegurar os direitos de propriedade. Para governos que têm uma informação fiável e atualizada dos cadastros e registo de terras, isto é essencial para poderem avaliar corretamente e cobrar os rendimentos fiscais. Isto permite também aos governos mapearem os requisitos variáveis das cidades e planear estrategicamente a provisão de serviços e infraestrutura para satisfazer maiores necessidades em cada cidade.<sup>6</sup>

## COMO FUNCIONA O REGISTO DE PROPRIEDADES NOS QUATRO ESTADOS MEMBROS?

Na República Checa os serviços e registos cadastrais têm sido integrados desde 1993 e estão agora sob uma instituição geral – a Administração Estatal de Levantamento do Território e Cadastral (*Státní správa zeměměřictví a katastru*). Um dos maiores sistemas de informação de dados na administração estatal, o cadastro inclui um inventário detalhado da localização e dimensões de cada parcela de terreno bem como os registos dos direitos de propriedade.

Similarmente, na Eslováquia os serviços e registos cadastrais constituem um sistema de informações sobre a Autoridade Geodésica, Cartográfica e Cadastral da República Eslovaca (*Úrad geodézie, kartografie a katastra Slovenskej republiky*). Os serviços e registos cadastrais são geridos por departamentos distritais cadastrais. Kapor (Katastralny portal), o portal online do registo cadastral, a maior base de dados pública online na Eslováquia, permitindo a qualquer pessoa pesquisar os dados básicos das parcelas de terreno e os seus proprietários gratuitamente.

Na Croácia os serviços e registo cadastrais estão sob a supervisão de duas instituições diferentes. A Administração

Geodésica Estatal gere o cadastro através das suas conservatórias regionais. Ela supervisiona uma rede de 113 conservatórias prediais espalhadas por todo o país., embora a de Zagreb opere sob a supervisão da Cidade de Zagreb. O Ministério da Justiça é responsável pelo registo de terra através do Serviço de Gestão do Registo de Terras, fiscalizando 107 conservatórios de registo subordinados aos tribunais municipais.

Em Portugal o registo predial é mantido pelas conservatórias de registo predial sob a direção dos conservadores do registo predial. Estas conservatórias, parte do Instituto dos Registos e Notariado estão localizadas em todas as municipalidades em Portugal. Mas a sua autoridade não é limitada pela sua localização geográfica; elas podem realizar qualquer ação em relação a qualquer propriedade imóvel em Portugal.

### Como é que o processo se compara em todos os quatro estados membros?

Portugal é o único país entre os quatro onde o registo de uma transferência de propriedade não requer a utilização de profissionais de direito, tais como advogados ou notários (figura 5.1). Os requerentes podem simplesmente ir ao balcão local da Casa Pronta e ter a sua escritura preparada ao balcão por um funcionário utilizando uma matriz, antes da transferência de propriedade ser oficialmente registada pelo conservador do registo predial. Se os requerentes preferirem não usar a matriz de escritura, podem ter a mesma feita por um notário ou advogado e depois registá-la diretamente pelo conservador no Registo Predial. Mas esta opção é mais cara e demorada e por isso usualmente reservada para transações complexas. O imposto de transferência pode ser avaliado e pago diretamente tanto na conservatória do registo predial ou ao balcão da Casa Pronta.

Na Croácia um notário tem de reconhecer o contrato de compra e venda verificando a autenticidade da assinatura



**QUADRO 5.1** Registo de propriedades na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia – onde é mais fácil e onde é que o sistema de administração fundiária é mais acessível e fiável?

Cidade (País)	Posição	Pontuação Distância até à fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor de propriedade)	Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)
Trnava (Eslováquia)	1	91,48	3	5,5	0,0	25,5
Kosice (Eslováquia)	2	91,24	3	7,5	0,0	25,5
Zilina (Eslováquia)	3	91,00	3	9,5	0,0	25,5
Presov (Eslováquia)	4	90,17	3	16,5	0,0	25,5
Bratislava (Eslováquia)	4	90,17	3	16,5	0,0	25,5
Ostrava (República Checa)	6	80,22	4	23,5	4,0	25
Brno (República Checa)	7	80,10	4	24,5	4,0	25
Usti nad Labem (República Checa)	7	80,10	4	24,5	4,0	25
Liberec (República Checa)	9	79,98	4	25,5	4,0	25
Olomouc (República Checa)	9	79,98	4	25,5	4,0	25
Praga (República Checa)	11	79,74	4	27,5	4,0	25
Plzen (República Checa)	11	79,74	4	27,5	4,0	25
Funchal (Portugal)	13	79,43	1	1	7,3	20
Faro (Portugal)	13	79,43	1	1	7,3	20
Ponta Delgada (Portugal)	13	79,43	1	1	7,3	20
Braga (Portugal)	16	79,31	1	2	7,3	20
Évora (Portugal)	17	79,19	1	3	7,3	20
Coimbra (Portugal)	18	79,07	1	4	7,3	20
Porto (Portugal)	19	78,59	1	8	7,3	20
Lisboa (Portugal)	20	78,35	1	10	7,3	20
Osijek (Croácia)	21	75,86	5	32	4,0	23,5
Rijeka (Croácia)	22	75,02	5	39	4,0	23,5
Zagreb (Croácia)	23	74,07	5	47	4,0	23,5
Varazdin (Croácia)	23	74,07	5	47	4,0	23,5
Split (Croácia)	25	71,08	5	72	4,0	23,5

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: As classificações baseiam-se na distância média até à pontuação limite para os procedimentos, tempo e custo associados ao Registo de propriedades, bem como para o índice de qualidade da administração fundiária. A distância para a pontuação limite é normalizada para ir de 0 a 100 representando o limite das melhores práticas (quanto mais alta a pontuação, melhor). Para mais detalhes consulte o capítulo “Acerca de *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*.” Os dados para Bratislava, Lisboa, Praga e Zagreb têm sido revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. O conjunto completo de dados pode ser encontrado no website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

procedimentos e leva em média 25,5 dias nas sete cidades estudadas.

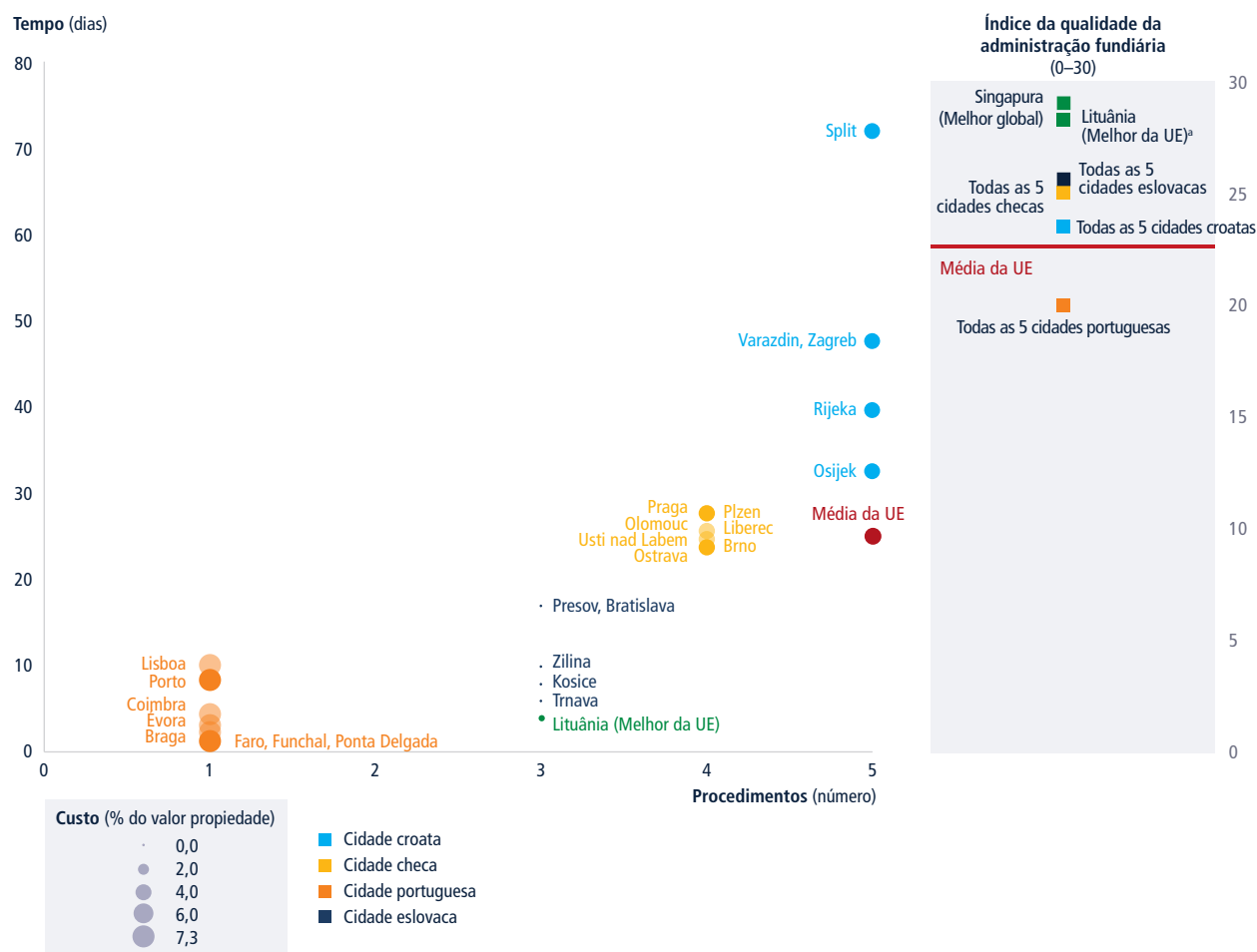
Na classificação global do *Doing Business* para a facilidade no registo de propriedades, as economias são pontuadas pelo desempenho nas suas maiores cidades empresariais.<sup>7</sup> Como é que estes quatro países se sairiam se a sua pontuação fosse baseada no desempenho médio das suas cidades estudadas? O forte desempenho médio da Eslováquia tanto na eficiência como na qualidade da administração fundiária colocaria o país entre os cinco lugares do topo dos estados

membros da UE e em sétimo lugar na classificação global das 190 economias. Portugal ficaria no 33º lugar apesar de resultados desiguais em todos os indicadores de Registo de propriedades, com o quinto custo mais alto na UE e a sexta pontuação mais baixa na qualidade do índice da administração fundiária. Mas lideraria a classificação global no número de procedimentos e perto dos 10 lugares do topo globalmente na velocidade do processo. A Croácia ficaria no 52º lugar na classificação, ligeiramente abaixo da média da UE de 51, mas acima da Alemanha e da França. A República

Checa, com um desempenho perto da média da UE em todos os indicadores incluídos, ficaria no 30º lugar na classificação global (figura 5.2).

A pontuação no índice da qualidade da administração fundiária não varia nos quatro países. A Eslováquia tem uma pontuação 3 pontos mais baixos e a República Checa uma pontuação de 3,5 pontos mais baixos, do que os da Lituânia e dos Países Baixos, que são os mais altos entre os estados membros da UE. A Croácia pontua quase 1 ponto mais do que a média da UE de 22,7 pontos. E

FIGURA 5.2 Comparado com as médias da UE, o registo de propriedades é mais simples ou tão simples em todos os quatro países – e mais rápido em Portugal e Eslováquia



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: As médias para a UE baseiam-se nos dados a nível da economia para os 28 estados membros da UE.

a. Os Países Baixos também têm uma pontuação de 28,5 no índice de qualidade da administração fundiária.

Portugal fica no escalão de baixo entre os estados membros da UE, com uma pontuação de 5,5 pontos mais baixos do que a Eslováquia

### Como é que o processo varia dentro da Croácia?

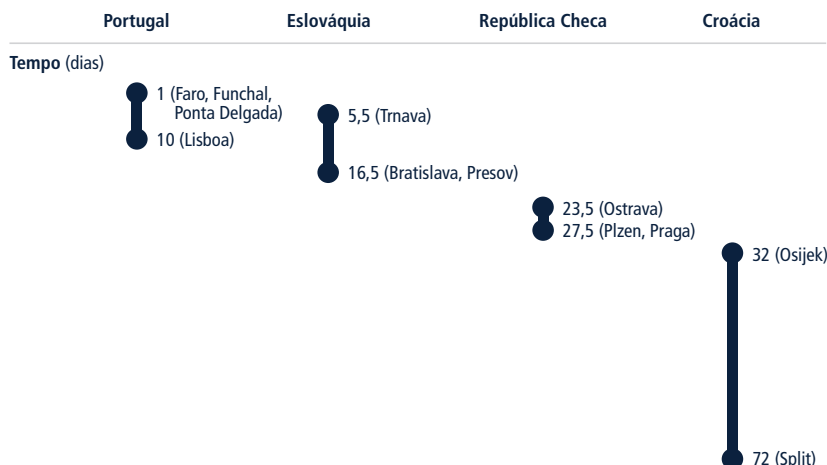
Em todas as cinco cidades croatas, o registo de propriedades requer os mesmos cinco procedimentos – um número compatível com a média da EU – e custa os mesmos 4,0% do valor da propriedade. Mas o que tempo que leva varia muito. O registo de propriedades leva 32 dias em Osijek mas mais do dobro em Split (72 dias) (figura 5.3).

Nas cidades onde leva mais tempo, o título do registo é o que causa a diferença. A variação do tempo para este procedimento é impulsionada em parte pelas diferenças tanto no tipo como no volume de transações bem como pelos atrasos históricos. Em Split, com uma população de 178.102 o atraso dos casos por resolver (pedidos de registo de direitos de propriedade) eram mais de 2.000 no fim de fevereiro de 2018 – quase 10 vezes o atraso em Rijeka, com uma população de 128.624. Na realidade, o grande atraso em Split até excede o número dos de Zagreb, uma cidade com quatro vezes mais habitantes. A conservatória em Split, com 2 juizes e 15

funcionários, mal consegue dar conta do influxo mensal de 1.600 casos, apesar de se esperar que os funcionários completem 6 casos por dia, de 3 acordo com a lei.<sup>8</sup> Por comparação, a conservatória de Osijek consegue limitar o seu atraso para menos de 50 casos e consegue manter e tratar dos cerca de 11.000 casos por ano com 12 funcionários ativos.<sup>9</sup>

Uma solução para se lidar com atrasos dos casos é partilhar alguma carga de trabalho com uma conservatória que não tem atrasos. Os tribunais municipais podem ajudar-se uns aos outros. Vejam o exemplo de Varazdin, que estava a lutar contra uma

FIGURA 5.3 O tempo necessário para se registrar uma transferência de propriedade varia substancialmente entre as cidades croatas



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

sobrecarga de casos; a conservatória no tribunal municipal chegou a um acordo com a sua contraparte no tribunal de Koprivnica para lhe emprestar algum tempo dos funcionários. A conservatória no tribunal municipal de Varazdin agora manda casos sem complexidade (heranças, parcelamento de terrenos) para Koprivnica enquanto se concentram nos casos mais complexos. O acordo de partilha teve de ser aprovado pelo presidente do tribunal distrital e foi possível só graças ao Sistema de Informação Conjunta, que facilita a transferência de casos entre as conservatórias. Sem este sistema, Varazdin teria tido de contratar e formar trabalhadores temporários para lidar com o atraso, uma solução que exigiria mais tempo e dinheiro. Um acordo de partilha entre os tribunais municipais sob diferentes tribunais distritais também seria possível, mas exigiria a aprovação do Supremo Tribunal da Croácia.

Entre as cinco cidades estudadas na Croácia, Osijek sobressai pela sua rapidez em lidar com o registo de propriedade. Se Zagreb fosse tão rápida, a distância até à fronteira da Croácia para o registo de propriedades chegaria a 75,86 – pondo o país à frente do Reino Unido, Japão e Espanha na classificação global do *Doing Business* no que se refere à facilidade de se fazer o registo de propriedades.

Uma reforma implementada no princípio de 2017 poderia já estar a ajudar a agilizar o registo de propriedades nas cidades croatas. A reforma deu um novo papel aos advogados e notários dispostos a obter uma certificação especial: eles podem agora tomar conta de todo o processo de registo por conta dos seus clientes. Logo que tenham revisto um pedido de transferência de título de propriedade, verificando se está completo, estes profissionais de direito podem submeter diretamente o pedido online, permitindo ao empresário poupar tempo evitando a ida à conservatória.

O sistema foi no início testado com sucesso em Osijek em fevereiro de 2017, primeiro com dois notários que foram a Zagreb receber formação sobre o novo software que permite submeter o pedido de registo de propriedades. Subsequentemente, mais notários e advogados de todo o país inscreveram-se para oferecer o serviço. Mas em novembro 2017 dos milhares de pedidos apresentados por toda a Croácia, só 174 foram submetidos eletronicamente por um profissional de direito habilitado. Uma razão para o lento arranque poderá ser a taxa adicional que estes profissionais cobram pelo serviço. Mas embora possa levar tempo, esta abordagem poderia

ter mais sucesso se os profissionais de direito oferecessem uma nova opção para empresários que estejam a vender um bem imobiliário.

O governo também alterou recentemente o custo de registo de propriedades, que é o mesmo em toda a Croácia. Em 1 de Janeiro de 2017 reduziu-se o imposto de transferência de bens imobiliários de 5% do valor da propriedade para 4%. Como este imposto, as despesas notariais, o imposto de selo e a taxa de registo estão todos estabelecidos na regulamentação nacional e uniformemente aplicados por todo o país. As despesas notariais para reconhecer a assinatura do vendedor são 40 HRK (5,38 EUR), a taxa de registo paga à conservatória 200 HRK (26,89 EUR) e o imposto de selo 50 HRK (6,67 EUR). Em todas as cidades croatas o custo de registo de propriedades é, por isso, bem abaixo da média da EU de 4,8% do valor da propriedade.

### Como é que o processo varia dentro da República Checa?

Na República Checa, como na Eslováquia, há muita pouca variação no tempo de processamento em todas as cidades estudadas. O registo de propriedades em Ostrava, onde é necessário menos tempo (23,5 dias), apenas 4 dias menos do que Plzen ou Praga, onde leva mais tempo.

No entanto, comparado com as cidades eslovacas, as cidades checas levam mais do dobro em média para concluir uma transferência de propriedade. A principal razão é um período de permanência de 20 dias que começa com a emissão de um selo de propriedade, que é uma notação nos registos cadastrais, feita após se ter recebido o pedido. Durante este período de 20 dias não se pode fazer nada com o pedido e não se pode fazer qualquer registo. Este período de tempo requerido pela lei cadastral, permite possíveis reivindicações do dono da propriedade em relação à sua transferência.

A variação de tempo dentro da República Checa é maioritariamente impulsionada

pelas diferenças em eficiência entre as conservatórias cadastrais distritais. De acordo com a lei, as conservatórias têm de emitir um selo à propriedade nas 24 horas seguintes à receção do pedido de transferência de propriedade e notificar as partes interessadas dessa emissão nas 48 horas após a receção do pedido. Algumas conservatórias são mais rápidas que outras a notificar as partes interessadas. Tanto as de Brno como as de Usti nad Labem emitem o selo e notificam as partes interessadas em 24 horas, enquanto que as das outras cidades geralmente aderem aos prazos legais.

O registo de propriedades em todas as sete cidades checas custa o mesmo (4% do valor da propriedade) e requer os mesmos quatro procedimentos. Em média, as cidades checas superam a média da UE em todos os indicadores do registo de propriedades, exceto no tempo.

### Como é que o processo varia dentro de Portugal?

Portugal tornou-se um mercado imobiliário atrativo nos últimos anos.<sup>10</sup> Tem havido um enorme crescimento no volume das transações imobiliárias, particularmente em Lisboa, que tem tido um efeito adverso na eficiência do processamento do registo de propriedades em algumas partes do país. Mas o processo continua rápido e simples na maior parte das oito cidades estudadas em Portugal – embora também caro.

Em todas as oito cidades, para registar uma propriedade geralmente é necessário apenas um só procedimento (algumas municipalidades podem requerer verificações adicionais se a propriedade se situar numa área de património histórico, como em Ponta Delgada, por exemplo). Isto coloca Portugal entre as quatro economias no mundo onde o registo de propriedades requer apenas uma interação com as autoridades.<sup>11</sup> E em Faro, Funchal e Ponta Delgada esse procedimento pode ser realizado sem marcação, em poucas horas, no balcão local da Casa Pronta – desde que o requerente use a matriz apropriada para redigir a escritura.

Nas outras cinco cidades portuguesas a principal variação no tempo necessário para o registo reflete a espera para uma marcação no balcão local da Casa Pronta. Esta demora pode levar até 8 dias, como no Porto, e até 10, como em Lisboa. Nestas duas cidades os serviços locais recebem um volume muito mais elevado de pedidos, criando uma espera que na realidade não existe noutra qualquer local em Portugal. Em contrapartida, há muito pouca espera ou nenhuma nas outras cidades, assumindo que o empresário reuniu todos os documentos necessários e usou a matriz para a transferência de bens imobiliários disponível na website do Instituto dos Registos e Notariado. Mas embora o tempo de espera dependa principalmente do número de pedidos recebidos, Coimbra é uma exceção: ali a espera é mais longa que em Faro, Funchal, Ponta Delgada e Évora, tudo cidades com um maior número de transferências de propriedade (figura 5.4).

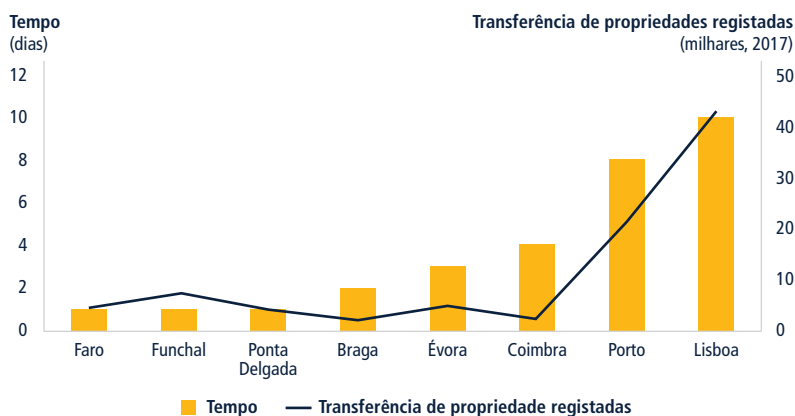
E mesmo no Porto e em Lisboa é possível registar uma transferência de propriedade num dia ou dois.<sup>12</sup> Os empresários que estejam com pressa podem optar por contornar o balcão Casa Pronta (e a espera pela marcação). Em vez disso, através do pagamento de taxas adicionais, podem ter uma escritura preparada por um notário ou advogado e depois

registada diretamente pelo conservador na conservatória do registo predial utilizando um procedimento célere – para o qual o prazo legal do conservador para concluir o registo são 24 horas.

Em todo o Portugal, para se fazer uma transferência de propriedade como a do estudo de caso do *Doing Business*, envolvendo a transferência de uma propriedade urbana que não seja exclusivamente residencial, paga-se um imposto municipal sobre imóveis com a taxa única de 6,5% do valor da propriedade. Além disso, a não ser que a venda esteja sujeita ao imposto de valor acrescentado, paga-se um imposto de selo de 0,8% pelo registo da escritura pública na conservatória do registo predial.

A tarifa para se registar uma transferência de propriedade no balcão Casa Pronta está regulamentada e aplica-se em todo o país. Sob o procedimento padrão esta ascende a 375 EUR. No procedimento célere, para se registar uma transferência de propriedade na conservatória a tarifa é duplicada. Além disso, se a escritura não é elaborada pelos funcionários do balcão da Casa Pronta, terá de ser preparada por um notário e ter-se-á de pagar uma taxa. Para uma escritura complexa um notário privado pode cobrar uma quantia extra proporcional à quantidade de trabalho envolvido.

FIGURA 5.4 A espera por uma marcação no balcão da Casa Pronta é geralmente mais longa nas cidades com um maior volume de transferências de propriedade



Fonte: Base de dados do *Doing Business*, Instituto Português de Registos e Notariado (2017).

A 7,3% do valor da propriedade, o custo do registo de propriedades em Portugal é 2,5 pontos percentuais acima da média da UE de 4,8% do valor da propriedade. Se Lisboa reduzisse o seu custo para transferir bens imobiliários para ficar igual à média da EU, a distância até à fronteira para o registo de propriedades chegaria a 83,59 – pondo o país à frente dos Países Baixos e Áustria na pontuação global do *Doing Business* no que se refere à facilidade de registar propriedades.

### Como é que o processo varia dentro da Eslováquia?

As cinco cidades estudadas na Eslováquia batem a média da EU em todos os três indicadores medindo a eficiência do registo de propriedades – com três procedimentos, o tempo médio de 11,1 dias e um custo de 0,0% do valor da propriedade. Entre as cinco cidades, o registo de transferência de propriedade é mais fácil em Trnava, onde os três procedimentos levam 5,5 dias e mais difícil em Bratislava e Presov, onde levam 16,5 dias – em todos os casos assumindo que o empresário escolhe a via mais rápida. A variação de tempo é devida principalmente às diferenças na eficiência dos departamentos cadastrais distritais.

Por lei, os departamentos cadastrais distritais têm de decidir em 30 dias o pedido de registo de propriedades, se for usado o procedimento padrão; 15 dias se for usado o procedimento célere; ou 20 dias se o contrato for uma escritura de um notário privado ou uma escritura autorizada por um advogado. Quando é utilizado o procedimento célere, os funcionários do registo em todas as cidades eslovacas geralmente cumprem o prazo legal. Alguns departamentos cadastrais distritais batem mesmo o prazo, tal como acontece em Kosice, Trnava e Zilina. A eficiência dos serviços em Trnava pode ser explicada em parte por ter funcionários experientes e um volume de negócios mais baixo do que as outras cidades.

Quando um serviço tem pouco ou nenhum atraso, os funcionários do registo

podem fazer tarefas adicionais, tais como verificar que os ficheiros digitalizados do cadastro correspondem aos de papel. Trnava está entre as municipalidades eslovacas onde os funcionários progrediram mais nesta questão, verificando perto de 50% dos ficheiros

Noutras cidades o atraso de casos torna desafiante cumprir o prazo legal para o registo de títulos. Em Presov, por exemplo, o prazo legal é geralmente cumprido para os casos requeridos através do procedimento célere só porque estes casos, que implicam uma taxa de processamento mais elevada, recebem tratamento especial. Se um caso célere é resolvido após os 15 dias limite, o requerente tem direito a ser reembolsadas pelas taxas. Para casos requeridos sob o procedimento padrão, os requerentes às vezes têm de esperar para além dos 30 dias do prazo oficial para terem o seu título de propriedade registado. Isto deve-se, essencialmente, a um declínio nos recursos e a um atraso na resolução de casos, que em março de 2018 eram mais de 2.000.<sup>13</sup> Há uma razão para haver este grande atraso em Presov: desde 2010 o número de pedidos recebidos anualmente tem aumentado gradualmente 37% (de 7.228 para 9.916) enquanto que o número de advogados a trabalhar no departamento diminuiu 20% (de cinco para quatro).

Se Bratislava fosse tão rápida como Trnava a lidar com o registo de propriedades, a distância da Eslováquia até à pontuação limite chegaria a 91,48, o que colocaria o país entre os seis lugares do topo na classificação global do *Doing Business* no que refere à facilidade de registar propriedades.

Em todas as cinco cidades eslovacas, um requerente a utilizar o procedimento célere, o custo total da transferência de propriedade ascende a 272 EUR. Este custo consiste maioritariamente da taxa de registo de 266 EUR. Mas inclui também as despesas notariais de 6 EUR para confirmar a autenticidade da assinatura do vendedor no gabinete do conservador (*matrika*).

O montante global coloca a Eslováquia entre as cinco economias no mundo onde o custo de registo de propriedades é 0.0% do valor da propriedade no estudo de caso do *Doing Business*. Este montante pode ser ainda mais baixo se o requerente utilizar o procedimento padrão de 30 dias que tem uma taxa simples de registo de 66 EUR. Além disso, podem ser aplicados dois tipos de desconto às despesas. Se o pedido for feito eletronicamente a taxa básica é reduzida de 66 EUR para 33 EUR e a taxa para o procedimento célere de 266 EUR para 133 EUR. Todas estas taxas podem ser ainda mais reduzidas 15 EUR se for apresentado um aviso de intenção de registo 15 dias antes.

### Como é que a qualidade da administração fundiária varia entre os quatro estados membros?

Embora o tempo, custo e complexidade processual do registo de propriedades sejam todos factores importantes para as empresas, uma boa administração fundiária vai além da eficiência. Assegura um título de propriedade seguro aos proprietários, suportado por um sistema de administração de território fiável. O *Doing Business* avalia a qualidade deste sistema baseado em quatro importantes dimensões: confiabilidade da estrutura (0-8 pontos); cobertura geográfica (0-8); transparência das informações (0-6); e resolução de disputas fundiárias (0-8). Os resultados destas dimensões são então somados para a pontuação global do índice da qualidade da administração fundiária (para uns possíveis 30 pontos). Todos os quatro países têm um enquadramento legal homogéneo, o que explica porque não há variações em cada um dos territórios no índice da qualidade da administração fundiária dos mesmos.

A Eslováquia recebe 25,5 dos 30 pontos possíveis no índice da qualidade da administração fundiária. O país recebe o máximo de pontos pela cobertura geográfica, porque os cadastros e registos de propriedade cobrem todo o seu território. E no que toca a transparência

da informação obtem um resultado de 5.5 fora de 6 pontos possíveis, num indicador no qual apenas quatro economias no mundo pontuam o máximo de pontos (os Países Baixos, Roménia, a Federação Russa e Singapura). Disponibilizar informação relacionada com o território – tais como tabela de preços, limites de tempo para entrega do serviço e estatísticas sobre transações – ao público, providencia informação crítica aos clientes sobre as transações que estes realizam e reduzem erros e oportunidades para o suborno. A melhor prática para registos e cadastros é disponibilizar essa informação online, como é feito na Eslováquia, ou num quadro público nas instalações do registo. O país poderia melhorar o seu desempenho sobre a transparência da informação tornando públicas as estatísticas oficiais monitorizando o número de transações na conservatória.

Sobre a confiabilidade da estrutura, a Eslováquia poderia melhorar o seu desempenho mantendo a maioria dos registos de títulos ou escrituras em formato digital em vez de papel. E poderia ter uma pontuação ainda mais alta na resolução de disputas fundiárias disponibilizando estatísticas sobre o número de litígios ocorridos no tribunal de primeira instância.

A República Checa tem o máximo de pontuação tanto na confiabilidade da infraestrutura como na cobertura geográfica do registo cadastral. O registo do território e os mapas cadastrais estão em formato digital. Isto permite uma comunicação contínua não apenas entre as divisões de registo e cadastro da Administração Estatal Checa do Ordenamento do Território e Cadastro, mas também com outras agências governamentais e com entidades privadas. Cada propriedade, pública ou privada, é formalmente registada e mapeada apropriadamente. E a computadorização dá um sistema de apoio para proteger a informação e tornar mais fácil a verificação cruzada.

A Croácia pontua 23,5 dos 30 possíveis pontos no índice da qualidade da

administração fundiária, com a pontuação máxima para a cobertura geográfica. Na confiabilidade da infraestrutura, obtem 6 dos 8 pontos. A Croácia poderia pontuar melhor se o número de identificação de cadastro e de registo fosse o mesmo para as propriedades. Na transparência das informações, a Croácia tem a pontuação mais baixa entre os quatro países, 3,5 de 6 pontos. Poderia melhorar a sua pontuação se o registo predial se comprometesse a entregar um documento legalmente vinculativo que prove a titularidade da propriedade dentro dum prazo específico e se houvesse um mecanismo específico, separado e independente para a apresentação de reclamações sobre quaisquer problemas que ocorram no registo predial.

A pontuação de Portugal no índice da qualidade da administração fundiária, 20 dos possíveis 30 pontos põe o país na última fileira entre os estados membros da UE neste indicador. A principal limitação é a falta de uma cobertura geográfica completa pelo serviços e registos cadastrais (principalmente nas áreas rurais), fazendo com que a pontuação atribuída a este país seja apenas metade dos pontos, com 20 de 30 pontos possíveis, coloca o país no escalão inferior deste indicador juntamente com outros estados membros da EU. A principal fraqueza é a falta de cobertura geográfica pelo cadastro e registo predial (sobretudo em áreas rurais), atribuindo-se ao país apenas metade da pontuação possível para este indicador (4 de 8 pontos).

Outra área onde Portugal poderia estar melhor é na confiabilidade da sua infraestrutura. A informação registada pelos serviços e registos cadastrais são mantidos em base de dados separadas, embora a melhor prática é ter-se uma base de dados unificada. Portugal poderia também melhorar na área de transparência de informação. O seu sistema de administração fundiária nalgumas coisas alinha com as melhores práticas nesta área: a informação sobre a posse de terra está disponível gratuitamente a

qualquer pessoa; a lista de documentos necessária para completar qualquer tipo de transação de propriedade e a tabela de preços aplicável estão disponíveis ao público, gratuitamente, online; o registo predial compromete-se a entregar um documento legalmente vinculativo que prova a posse da propriedade num prazo específico; há um mecanismo específico, separado e independente para a apresentação de reclamações sobre uma transação imobiliária; estão publicamente disponíveis estatísticas oficiais seguindo o número de transações; e qualquer pessoa pode consultar mapas de terrenos. Mas a tabela de preços para se aceder aos mapas de terrenos podem ser obtidos apenas pessoalmente, e o serviço cadastral não se compromete a entregar um mapa atualizado num prazo específico.

---

## O QUE PODE SER MELHORADO?

Este capítulo revê a eficiência e a qualidade da administração fundiária na Croácia, na República Checa, Portugal e Eslováquia e aponta alguns melhoramentos possíveis. Alguns aplicam-se apenas a um ou dois dos países, outros a três ou mais.

### Introduzir um procedimento de registo célere CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA

Na República Checa, onde o registo de propriedades é demorado devido aos 20 dias do período de permanência, o processo não permite um registo célere.

Na Croácia, os empresários que apresentam um pedido de transferência de propriedade, muitas vezes pedem um serviço urgente, visto que este pedido não implica custos extra. Se a conservatória considerar o caso digno de ser urgente, os funcionários tentam acelerar o processo de registo o mais possível.<sup>14</sup> Mas devido ao grande número de pedidos de urgência, o tempo de processamento para estes casos diferem pouco dos outros.



Para se reduzir eficazmente os tempos de processamento e ajudar a priorizar o trabalho nas conservatórias, o Ministério da Justiça na Croácia e a Administração Estatal do Ordenamento do Território e Cadastro na República Checa podiam considerar oferecer um procedimento formal mais rápido por uma taxa extra.

Outras economias europeias introduziram procedimentos similares com resultados positivos. Na Lituânia o registo com o Registo Estatal Real normalmente leva 10 dias úteis. Mas os empresários que desejarem registar a sua propriedade em menos tempo podem pagar uma taxa de registo mais elevada para um serviço mais rápido: 30% mais do que a taxa padrão para registo em 3 dias úteis, 50% mais para o registo em dois dias úteis e 100% mais para o registo em um dia útil. Como referido, na Eslováquia, embora o procedimento de registo padrão leve 30 dias e custe 66 EUR, os empresários podem escolher reduzir esse tempo para metade pagando 266 EUR para tal. De modo semelhante, em Portugal os empresários podem registar a sua propriedade apenas num dia ou dois se pagarem um acréscimo de 100% sobre o preço da taxa de registo de propriedades.

### **Atualizar a informação fiscal internamente ligando os sistemas das instituições entre si** **CROÁCIA**

Para se registar uma transferência de propriedade na Croácia é necessária a interação com o gabinete local da autoridade fiscal - mesmo se indiretamente através de um notário - para obter uma estimativa do imposto de transferência de imóveis que é devido. Esta interação com a autoridade fiscal é necessária devido a uma falta de interligação e de partilha de dados entre as agências e tribunais envolvidos no processo de transferência de propriedade. Não seria mais necessário se a conservatória pudesse verificar a informação fiscal sobre a propriedade diretamente. Em vez disso, estes serviços recebem uma notificação da autoridade fiscal apenas depois de ser tomada uma

decisão sobre o montante do imposto sobre transferência de imóveis.

Em Portugal os empresários que vão registar uma transferência de propriedade não têm de interagir com a autoridade fiscal. Porque os funcionários da conservatória ou do balcão da Casa Pronta ou dos serviços têm acesso à informação fiscal sobre as propriedades, estes podem avaliar o imposto a pagar e receber o seu pagamento. Mas embora os funcionários do registo tenham acesso à base de dados da autoridade fiscal, não podem editar nenhuma informação. Em vez disso, uma vez por mês enviam uma matriz com informação sobre as mais recentes transações (Modelo 11) para a autoridade fiscal poder atualizar a sua base de dados. Talvez o próximo passo pudesse ser haver plena interoperabilidade entre a base de dados dos serviços de registo e o da autoridade fiscal.

Nos últimos 13 anos 50 economias em todo o mundo simplificaram o registo de propriedades e eliminaram os requisitos desnecessários ligando os sistemas das instituições entre si. A Dinamarca e Letónia estavam entre estas. Quando as municipalidades da Letónia deram aos serviços de registo de cadastro acesso a informação fiscal, possibilitaram desta forma que os empresários com atividades em Riga ficassem dispensados de terem que prestar esta informação em papel, poupando-lhes tempo e dinheiro. A Croácia podia seguir-lhes o exemplo.

### **Avaliar a viabilidade de se reduzir os impostos de transferência de propriedade** **PORTUGAL**

As taxas de transferência de propriedade são uma importante fonte de rendimento para muitos governos. Mas quando as taxas de transferência e os impostos são muito pesados, as pessoas podem sentir-se encorajadas a subvalorizar a propriedade. Portugal está entre os cinco estados membros da UE com o custo mais elevado no registo de propriedades. A maior parte do custo advém da taxa de

transferência de propriedade, fixada em 6,5% do valor da propriedade.

Nos últimos 10 anos mais de 50 economias em todo o mundo reduziram as suas taxas de transferência e outras despesas governamentais relacionadas com o registo de propriedades. Em 2017 a Croácia baixou a sua taxa de transferência de propriedade de 5% do valor da propriedade para 4%. E em 2005 a Eslováquia deixou de cobrar imposto sobre a transferência de propriedade. Os compradores de uma nova propriedade estão apenas sujeitos ao IVA, imposto de rendimento e um imposto municipal anual.

Podiam ser realizados estudos do impacto no rendimento e simulações da taxa para se avaliar se a taxa do imposto de transferência poderia ser reduzida de forma que o rendimento seja neutro ou aumente. Taxas mais baixas podem alargar a base de cobrança para este imposto. Quando o governo egípcio baixou a taxa de registo de 3% do valor da propriedade para uma taxa fixa de cerca de 160 EUR, registou um aumento de 39% no rendimento proveniente de registos de propriedade devido a um aumento do número de registos.<sup>15</sup> Outros países viram resultados semelhantes - incluindo a Grécia, que reduziu a sua taxa de transferência de 10% do valor da propriedade para 3%.<sup>16</sup>

### **Introduzir contratos normalizados para transferências de propriedade e considerar tornar a utilização de advogados e notários opcional** **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, ESLOVÁQUIA**

As empresas a completarem uma transferência de propriedade na Croácia têm de ter um notário a reconhecer o seu contrato de compra e venda, verificando a autenticidade da assinatura do vendedor. Os da República Checa e da Eslováquia vão também muitas vezes ao notário para reconhecerem a assinatura do vendedor, embora tenham a opção de isto poder ser feito por um funcionário

público, como os que estão no gabinete do conservador (*matrika*)

Confiar em profissionais legais para verificarem assinaturas para as transferências de propriedade acrescenta, pelo menos, um procedimento, o que leva um ou dois dias e impõe custos adicionais, mesmo que mínimos. Para o tipo de propriedade no estudo de caso do *Doing Business* os notários na República Checa cobram menos de 50 CZK (2 EUR) para autenticarem as assinaturas embora os da Croácia cobrem um pouco mais para o mesmo serviço (40 HRK ou 5,38 EUR).

Uma forma potencial de agilizar o processo é requerer que um escriturário dos serviços e registos cadastrais locais verifiquem as assinaturas das partes após a receção do pedido de transferência. Poderiam também explorar as soluções eletrónicas. Na Croácia as autoridades podiam expandir a utilização do sistema e-Citizen para ajudar a agilizar a verificação das identidades necessárias como parte do processo de autenticação.

As empresas na Croácia, na República Checa e na Eslováquia também pedem muitas vezes a um notário ou advogado para redigirem o contrato de compra e venda, embora isto não seja exigido por lei. A utilização de profissionais legais para este fim também acrescenta tempo e custos ao processo de transferência de propriedade. Ao mesmo tempo, permitindo aos requerentes lidarem eles próprios com a tarefa poderá resultar em documentos legais mal redigidos, o que pode atrasar o processo. Na Croácia, por exemplo, as partes de um simples contrato de transferência de propriedade podem comprar uma matriz de um contrato de compra e venda do Diário da República, mas geralmente têm de contratar o serviço de profissionais legais porque necessitam de orientação para preencherem eles próprios o impresso do contrato de transferência.

Em muitos países as empresas podem escolher transferir uma propriedade

sem a assistência de profissionais legais. Usam um contrato padrão obtido online ou da conservatória. Contratos padrão reduzem os potenciais erros ou irregularidades, porque o conteúdo que é crítico para o registo imobiliário é obrigatório. A oferta desses contratos reduziria tanto o tempo como o custo do registo. As empresas podem ainda recorrer a uma consulta jurídica e a contratos feitos à medida, especialmente para casos mais complexos – mas por escolha.

Tanto Portugal como o Reino Unido oferecem contratos padrão ao público. Portugal tornou opcional e com sucesso o envolvimento do notário para empresas que desejem transferir propriedades: as partes necessitam apenas de assinar o contrato pessoalmente no registo. Como resultado, registar uma propriedade em várias das cidades portuguesas estudadas necessita apenas de um procedimento e um dia. Em Portugal, se um empreendedor decidir ter um notário a redigir a escritura da transferência (em vez de ser redigida ao balcão da Casa Pronta), usando a matriz oficial pode acelerar o processo de registo uns poucos dias. Se a matriz não for usada, o conservador necessita de verificar se a escritura proposta cumpre os requisitos legais, o que leva tempo.

Uma forma alternativa de se recorrer à opção de se usar os profissionais legais para a redação do contrato de compra e venda é oferecer periodicamente aconselhamento jurídico aos requerentes. Em Usti nad Labem, por exemplo, os advogados dos serviços cadastrais dedicam um dia da semana a dar aconselhamento jurídico ao público em geral sobre como redigir um contrato de compra e venda. Isto ajudou a melhorar a qualidade dos pedidos apresentados aos serviços cadastrais, reduzindo o número de pedidos rejeitados por estarem incompletos.

Os dados do *Doing Business* mostram que três de quatro economias gerem o Registo de propriedades sem mandatarem a utilização de advogados ou

notários, incluindo a Dinamarca e a Suécia. A Croácia, a República Checa e a Eslováquia estão entre as menos de 40 economias que requerem a verificação dupla dos contratos de compra e venda de propriedade.

### **Criar uma plataforma eletrónica para transferências de propriedade** **CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA**

Um sistema eletrónico a nível nacional permitindo que sejam concluídos todos os requisitos para a transferência de propriedade online tornaria mais fácil a execução de transações imobiliárias bem como aumentaria a segurança e transparência do processo. Pouparia recursos igualmente às empresas e aos governos.

Portugal fez grandes progressos também em direção a um sistema destes, mas as partes contratantes da transação ou o seu advogado mesmo assim necessitam de visitar pessoalmente o balcão da Casa Pronta para pedirem o registo. A República Checa e a Eslováquia oferecem o arquivo eletrónico como opção (com a Eslováquia oferecendo-o com um desconto) e as partes poderão não necessitar de visitar os serviços cadastrais pessoalmente. Mas os sistemas ainda não têm uma infraestrutura plenamente desenvolvida: eles requerem assinaturas eletrónicas (que pode ser desafiante fazê-lo quando se apresenta um contrato de compra e venda com múltiplas partes), portanto a visita pessoal à conservatória continua a ser a opção preferida para se registar uma propriedade na maior parte das cidades. Além disso, os sistemas não estão totalmente digitalizados, por isso quando um pedido eletrónico chega aos serviços cadastrais, necessita de ser impresso e processado da mesma maneira do que um pedido em papel. Isto aumenta a carga de trabalho dos já sobrecarregados funcionários do serviço.

Os países que implementaram um sistema completamente eletrónico fizeram-no progressivamente durante vários anos. A

Nova Zelândia digitalizou os seus registos de propriedade entre 1997 e 2002 e subsequentemente introduziu o registo eletrónico. Mas em 2005 só metade das transações imobiliárias estavam a ser submetidas eletronicamente. Era necessário um impulso. Em 2008 tornou-se obrigatório o registo eletrónico por lei. Hoje em dia o registo de propriedades pode ser completado apenas em dois

passos, a um custo de 0,1% do valor da propriedade – e a Nova Zelândia está no topo da classificação do *Doing Business* no que se refere à facilidade de se registar uma propriedade.

Entre os estados membros da UE, vários implementaram o registo online. Um deles é a Dinamarca, onde o governo começou a modernizar o seu registo de

propriedades há mais de duas décadas (caixa 5.1). Hoje a submissão eletrónica de documentos é obrigatória para a transferência de propriedades. E para se completar uma transferência de propriedade leva apenas 4 dias – que começou com 42 dias em 2003, quando os primeiros dados do *Doing Business* foram produzidos.

### CAIXA 5.1 Passando para o processamento eletrónico no registo de propriedades – um exemplo na UE de boas práticas da Dinamarca

A Dinamarca costumava ter um sistema complexo de registo de propriedades. No seu núcleo estava um arquivo de cerca de 80 milhões de documentos em papel gerido por tribunais distritais locais que não estavam ligados uns aos outros. Para se completar uma transferência de propriedade era necessário trabalhar-se com livros grossos e pesados dos cadastros nos tribunais distritais locais – um processo longo e pesado tanto para os funcionários como para os clientes.

O governo dinamarquês reconheceu a necessidade de se modernizar a administração fundiária e em 1992 o Parlamento alterou a Lei do Registo de Terras para permitir a computorização – com a finalidade de acelerar o processo de registo e melhorar o serviço ao cliente. Entre 1993 e 2000 o governo digitalizou todos os registos e computorizou os então 82 escritórios judiciais distritais do país. Enquanto os registos estavam a ser digitalizados, o pessoal estava a receber formação sobre como trabalhar com o novo sistema de registo.

Em 2006, depois do registo de terras ter sido completamente digitalizado, começou o trabalho para se desenvolver um sistema de registo sem papel. Outra alteração à Lei do Registo de Terras criou a base legal para se implementar um registo de terras digital, que foi completado e operacional em 2009. Em 2011 a Dinamarca exigiu que todos os pedidos fossem submetidos online, permitindo um rastreio mais eficiente dos pedidos.

Hoje em dia, para se transferir uma propriedade na Dinamarca são precisos apenas três procedimentos e todos podem ser completados online. Graças ao acesso online a uma única fonte de dados de registos imobiliários, os cidadãos e empresas podem transferir propriedades eles mesmos, sem o envolvimento de terceiros, tais como advogados ou notários. Podem também obter informações sobre qualquer propriedade. O setor financeiro dinamarquês desempenhou um papel: o de facilitar o acesso ao crédito bem como à informação, criou uma plataforma central permitindo aos bancos e conservatórias partilharem dos do registo imobiliário.

*Fontes:* Informação do portal do Tribunal Dinamarquês de Registo (<http://www.tinglydningsretten.dk>); base de dados do *Doing Business*.

---

## NOTAS

1. Stijn Claessens e Luc Laeven, "Financial Development, Property Rights, and Growth", *Journal of Finance* 58, no. 6 (2003): 2401-36.
2. Babette Wehrmann, "Governance and Land Tenure in Eastern Europe and Commonwealth of Independent States (CIS)," Land Tenure Working Paper 16 (Food and Agriculture Organization, Rome, 2010).
3. Estes são os Registos de Identificação do Território, Endereços e Imobiliária; o Registo de Pessoas; e o Registo de Habitantes. "Cadastral Template 2.0: Czech Republic," Centro para Dados Espaciais Infraestruturas e Administração do Território, Universidade de Melbourne, última modificação em 11 de novembro, 2015, <http://cadastraltemplate.org/czech%20republic.php>.
4. Banco Mundial, *World Development Report 1989* (New York: Oxford University Press, 1989).
5. Simon Johnson, John McMillan e Christopher Woodruff, "Property Rights and Finance" *American Economic Review* 92, no.5 (2002):1335-56.
6. Informação sobre propriedades mantidas em serviços cadastrais e de registo faz parte da informação do território disponível para os governos. A informação territorial também inclui outros dados geográficos, ambientais e económicos relacionados com as terras que são úteis para o planeamento e desenvolvimento urbano.
7. Onze economias que têm uma população de mais de 100 milhões desde 2013 (Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, a Federação Russa e os Estados Unidos) estão também representados pela segunda maior cidade de negócios. Os dados para estas 11 economias é uma média baseada na população para as duas maiores cidades de negócio.
8. Narodne Novine, nos. 97/05 e 64/12; Regulação das Normas para o Trabalho dos Funcionários da Conservatória do Registo Predial, artigo 5, parágrafo 1, ponto 2.
9. Dados da População, Agregados e Endereços 2011, Instituto de Estatística da Croácia, dezembro 2012.
10. JLL, "Portuguese Real Estate Market" (Lisbon, 2015), [http://www.jll.pt/portugal/en-gb/research/JLL\\_RelatorioAnual2015\\_EN\\_FINAL.pdf](http://www.jll.pt/portugal/en-gb/research/JLL_RelatorioAnual2015_EN_FINAL.pdf).
11. Os outros três países são a Geórgia, Noruega e Suécia, de acordo com os dados do *Doing Business*.
12. Esta opção mais cara não é a usada no cálculo da classificação na facilidade em registar uma propriedade.
13. Com base nos dados fornecidos pelo departamento cadastral distrital de Presov.
14. Não há critérios definidos para o que é considerado urgente. Em Varazdin, por exemplo é dada prioridade aos registos de propriedade resultantes do investimento estrangeiro por que estes "são do interesse da Croácia" de acordo com os funcionários da conservatória entrevistados.
15. World Bank, *Doing Business in Egypt 2008* (Washington, DC: World Bank, 2007).
16. World Bank, *Doing Business in 2015: Going Beyond Efficiency* (Washington, DC: World Bank, 2015).



# Execução de contratos

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

- Entre as 25 cidades estudadas, 16 superam a média dos membros da União Europeia no que se refere à facilidade de se fazer executar contratos conforme medido pelo *Doing Business*.
- A maior parte das 25 cidades supera o desempenho médio da EU no custo e qualidade de execução de contratos. No entanto, ainda há uns poucos que não acompanham esta velocidade.
- Entre os quatro países, a maior variação subnacional pode ser observada na Croácia: os tribunais em Split levais mais 60% a resolver litígios comerciais do que os de Osijek.
- Se as capitais da Croácia, Portugal e Eslováquia tivessem os melhores desempenhos observados em cada um dos respetivos países, ficariam posicionados nas 30 economias do topo na classificação global do *Doing Business* na facilidade de se fazer cumprir os contratos - Zagreb e Lisboa entre os 15 do topo e Bratislava entre os 30 do topo.

**T**ribunais eficientes desempenham uma parte importante no suporte aos mercados de crédito, crescimento económico e investimento estrangeiro direto. Quando a crise financeira surgiu, em 2008, expôs as fraquezas no cumprimento de litígios civis por toda a Europa. Isto foi particularmente verdade em Portugal.

Os tribunais portugueses observavam um aumento sustentável no tempo necessário para a resolução de litígios civis e comerciais desde o início dos anos 90. Atrasos crescentes tornaram-se um enorme obstáculo. Entre 1991 e 2009 os tribunais portugueses conseguiram dirimir todos os litígios entrados apenas duas vezes num ano. E muito embora o influxo de casos tivesse permanecido estável durante esses anos, o número global de casos pendentes mais do que duplicou – de 600.000 para 1,6 milhões.<sup>1</sup>

As autoridades portuguesas tinham estado a trabalhar em soluções mesmo antes da crise aparecer, mas depois desta,

tornou-se necessário dar a máxima prioridade em reformar o sistema judicial. Entre 2011 e 2014 Portugal introduziu mudanças radicais destinadas a melhorar o quadro legal e a organização judiciária – mudanças recomendadas pelo Programa de Ajustamento Económico para o país.<sup>2</sup>

O novo código de processo civil que entrou em vigor em 1 de setembro de 2013 agilizou e simplificou procedimentos judiciais para casos civis e comerciais. Os reformadores redesenharam os tribunais distritais para melhorarem a atribuição de recursos, reduzindo o número de distritos de 234 para 23. Reforçaram a especialização e responsabilidades pelo desempenho dos juízes. Melhoraram também a supervisão e a responsabilidade dos agentes de execução e deram-lhes ferramentas sofisticadas para aumentar a sua eficiência.<sup>3</sup>

A mudança tem sido extraordinária. As taxas de resolução melhoraram, com os tribunais a dirimirem regularmente

100% dos casos entrados num ano bem como a reduzirem as pendências. Há ainda um longo caminho a percorrer, especialmente em relação à resolução de casos civis – mais de 700.000 destes casos estavam pendentes nos tribunais em meados de 2017. Mas há razões para optimismo. Em meados de 2017, após uma redução estável cada ano, o número de execuções pendentes tinha diminuído 40% desde o pico de mais de 1,2 milhões em 2012.<sup>4</sup>

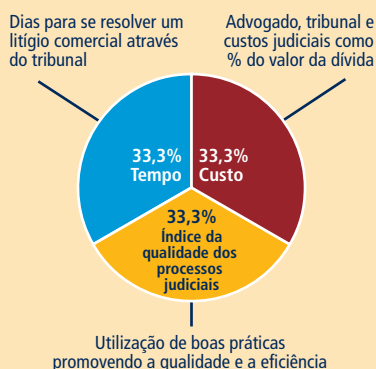
O caso de Portugal, embora importante, não é o único. Na Croácia, apesar de reduções substanciais de processos pendentes nos tribunais nos últimos 10 anos, subsistem muitas pendências, principalmente em tribunais municipais. Na Eslováquia, uma recente avaliação dos tribunais distritais selecionados notaram que apesar da redução de novos processos, o número de processos pendentes tem continuado a aumentar.<sup>5</sup> E na República Checa os funcionários têm estado a trabalhar para abordarem questões relacionadas com pendências nos tribunais na Morávia no Norte e da Boémia no Sul.<sup>6</sup>

Regulamentações favoráveis às empresas não são suficientes por si para estimular o crescimento; o bom funcionamento das instituições também é um fator chave. Um estudo do Banco de Portugal descobriu que países com melhores instituições podem conseguir ter um melhor desempenho económico e atrair consideravelmente mais investimento estrangeiro direto.<sup>7</sup> A resolução eficaz de litígios comerciais tem muitos benefícios. Os tribunais facultam aos empresários o cumprimento dos seus direitos contratuais e de propriedade. Tribunais eficientes e transparentes podem encorajar novas relações empresariais porque as empresas sabem que podem confiar nos tribunais se um novo cliente falhar o pagamento. E julgamentos rápidos são essenciais para pequenas empresas – porque podem ter falta de recursos para se manterem ativas enquanto esperam o resultado de um litígio longo no tribunal.

## O QUE É QUE A EXECUÇÃO DE CONTRATOS MEDE?

O *Doing Business* mede o tempo e o custo para se resolver um litígio comercial através de um tribunal local de primeira instância. O estudo de caso assume que um vendedor entrega mercadoria à medida a um comprador que recusa a entrega, alegando que a mercadoria é de qualidade inadequada. Para fazer cumprir o contrato de venda, o vendedor apresenta uma queixa num tribunal local, que ouve os argumentos sobre os méritos do caso. Antes de se chegar a uma decisão a favor do vendedor, é nomeado um especialista para dar uma opinião sobre a mercadoria em litígio, o que diferencia o caso de uma simples execução de pagamento de uma dívida. O *Doing Business* também constrói o índice de qualidade dos processos judiciais que mede se um local adotou uma série de boas práticas no seu sistema jurídico em quatro áreas: estrutura do tribunal e trâmites, gestão de casos, automação do tribunal e resolução alternativa de litígios (ver figura).

*As classificações baseiam-se na pontuação da distância até à fronteira para tres indicadores*



## COMO FUNCIONA A EXECUÇÃO DE CONTRATOS NOS QUATRO ESTADOS MEMBROS?

De acordo com a pesquisa do *Doing Business*, para se obter o cumprimento de uma reclamação comercial como o do estudo de caso do *Doing Business*, os empresários na Croácia têm recorrer aos tribunais comerciais (*trgovački sudovi*), os da República Checa e da Eslováquia aos tribunais distritais (*okresní soudy and okresné súdy*, respetivamente) e os de Portugal à divisão civil dos tribunais de primeira instância (juízo cível).<sup>8</sup> Em todos os quatro países o juiz pode ordenar a realização de uma audiência preparatória, embora na República Checa e na Eslováquia isto raramente aconteça para litígios comerciais simples.

Os julgamentos são realizados através de uma série de audiências que são tipicamente não consecutivas, mas repartidas. Uma vez concluída a audiência probatória, é pronunciada a sentença. E logo que expire o prazo para o recurso sem que este tenha sido apresentado, pode executar-se a sentença através de agentes de execução privados – exceto na Croácia, onde os agentes de execução são escrivãos do tribunal municipal.<sup>9</sup> Na República Checa o tribunal que faz a audiência é o mesmo que acompanha a execução da sentença. Mas isto não se passa nos outros três países. Na Croácia o tribunal competente para as questões relacionadas com a execução da sentença é o tribunal municipal (*općinski sud*), na Eslováquia é o tribunal distrital de Banská Bystrica (Okresny sud Banská Bystrica)<sup>10</sup> e em Portugal é a divisão de execução do tribunal da primeira instância (juízo de execução).

### Quais são as constatações?

Dezasseis das 25 cidades estudadas neste estudo superaram a média dos estados membros da UE no que se refere à facilidade de se fazer executar contratos. Entre as 25, Coimbra (Portugal) é a que tem a melhor pontuação de distância até à fronteira para

o cumprimento dos contratos, 74,60, com Osijek (Croácia) como segunda classificada (quadro 6.1). As cidades portuguesas sobressaem, com todas elas, exceto Lisboa, posicionadas nos 10 lugares do topo entre as 25 cidades. Comparadas globalmente, 9 das cidades – 2 na Croácia e 7 em Portugal – posicionam-se entre as 25 economias do topo.<sup>11</sup> As principais limitações refletidas nos dados para as 25 cidades são o tempo que leva a apresentar uma queixa e o tempo necessário para a execução da sentença.

Osijek é o destaque na Croácia; a cidade mais competitiva seguinte, Zagreb, ocupa o 9º lugar entre as 25 cidades. Entre todas as 25 cidades, Osijek e Coimbra têm os tribunais mais rápidos. Executar um contrato é mais difícil em Brno (República Checa), resultante de demoras no julgamento bem como custos relativamente elevados para a execução. A maior parte das 25 cidades superam a média da UE e custo e qualidade, exceto umas poucas que se atrasam em relação ao tempo (figura 6.1).

O tempo é também onde emergem as maiores diferenças entre as localidades. Em Brno leva 28 meses para resolver um litígio comercial. O processo leva 40% menos tempo em Coimbra e Osijek, semelhante ao tempo que leva em Espanha. Entre os estados membros da UE, a execução de contratos leva menos tempo no Luxemburgo, um pouco mais de 10 meses.

As cinco cidades croatas mostram a maior variação no desempenho. Enquanto Osijek está na 2ª posição na classificação das 25 cidades, Split está na 18ª. A diferença deve-se principalmente ao maior tempo para a fase de julgamento em Split. Todas as cinco cidades croatas superam a média da UE no custo e na qualidade dos processos judiciais, embora Osijek supere a média da UE em tempo. Na realidade, se a Croácia (representada por Zagreb) fosse igualar os melhores desempenhos observados entre as cinco cidades em tempo e custo, na classificação global do *Doing Business*

na facilidade de execução de contratos passaria do 23º lugar para o 11º.

As sete cidades checas classificam-se abaixo da média da UE, refletindo maiores demoras durante a fase do julgamento e custos iniciais mais altos para a execução. Praga lidera o grupo apesar de ter alguns dos tribunais distritais mais ocupados do país. O custo para se executar um contrato é o mesmo em toda a República Checa – e substancialmente mais alto do que a média da UE. As cidades checas têm também pontuações idênticas no índice de qualidade dos processos judiciais. As suas pontuações são as mais baixas entre as 25 cidades estudadas, e pontos mais baixos que os das cidades portuguesa e eslovacas e quase 2 pontos mais baixos do que a média da EU (11,2). Há muita margem de manobra para melhorias no custo da execução de um contrato. Se a República Checa (representada por Praga) melhorasse o seu desempenho no custo para igualar a média da UE, subiria mais de 25 posições na classificação global na facilidade da execução de contratos – para a 61ª posição.

Coimbra – com melhor desempenho entre as 25 cidades estudadas – tem um custo de execução baixo e uma elevada pontuação no índice de qualidade dos processos judiciais em relação às outras cidades portuguesas, bem como julgamentos relativamente rápidos. Em Lisboa, que tem o maior número de processos e de complexidade entre as cidades portuguesas, leva quase 50% mais tempo do que em Coimbra para resolver um litígio comercial. Se Portugal (representado por Lisboa) igualasse o melhor desempenho entre as oito cidades estudadas em relação ao tempo, também melhoraria a sua classificação global – passando para os 15 do topo.

As cinco cidades eslovacas destacam-se pelo baixo custo da execução e pelas suas altas pontuações no índice de qualidade dos processos judiciais – mais de 2 pontos acima da média da UE. Mas nenhuma das cidades supera a média da UE no tempo para resolver um litígio comercial. Entre as

QUADRO 6.1 Execução de contratos na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia – onde é mais fácil?

Cidade (País)	Posição	Pontuação Distância até à fronteira (0–100)	Tempo (dias)	Custo (% do valor da dívida)	Índice de Qualidade dos Processos Judiciais (0–18)
Coimbra (Portugal)	1	74,60	510	17,2	13,5
Osijek (Croácia)	2	74,24	510	15,7	13,0
Braga (Portugal)	3	73,78	540	17,2	13,5
Évora (Portugal)	4	73,23	560	17,2	13,5
Funchal (Portugal)	5	72,82	575	17,2	13,5
Ponta Delgada (Portugal)	5	72,82	575	17,2	13,5
Faro (Portugal)	7	72,28	595	17,2	13,5
Porto (Portugal)	8	71,32	630	17,2	13,5
Zagreb (Croácia)	9	70,60	650	15,2	13,0
Kosice (Eslováquia)	10	69,95	635	20,5	13,5
Presov (Eslováquia)	11	69,81	640	20,5	13,5
Varazdin (Croácia)	12	69,49	685	15,6	13,0
Lisboa (Portugal)	13	67,91	755	17,2	13,5
Trnava (Eslováquia)	14	67,90	710	20,5	13,5
Zilina (Eslováquia)	15	67,08	740	20,5	13,5
Bratislava (Eslováquia)	16	66,12	775	20,5	13,5
Rijeka (Croácia)	17	65,67	825	15,6	13,0
Split (Croácia)	18	65,56	837	15,0	13,0
Praga (República Checa)	19	56,38	678	33,8	9,5
Plzen (República Checa)	20	56,32	680	33,8	9,5
Ostrava (República Checa)	21	56,05	690	33,8	9,5
Olomouc (República Checa)	22	55,64	705	33,8	9,5
Usti nad Labem (República Checa)	23	54,96	730	33,8	9,5
Liberec (República Checa)	24	53,86	770	33,8	9,5
Brno (República Checa)	25	51,95	840	33,8	9,5

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: As classificações baseiam-se na média da distância até à fronteira para o tempo e custo associados a fazer-se cumprir um contrato, bem como para o índice de qualidade dos processos judiciais. A distância para a pontuação limite é normalizada para ir de 0 a 100 com o último a representar o limite das melhores práticas (quanto mais alta a pontuação, melhor). Para mais detalhes consulte o capítulo "Acerca de *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados para Bratislava, Lisboa e Praga têm sido revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. O conjunto completo de dados pode ser encontrado no website do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>.

idades eslovacas, Kosice é a única posicionada nas 10 do topo entre as 25 cidades estudadas. Entretanto, Bratislava fica 6 lugares atrás devido ao seu longo tempo nos julgamentos. Se a Eslováquia (representada por Bratislava) conseguisse um melhor desempenho em relação ao tempo entre as cinco cidades estudadas, ficaria nas 30 de topo na classificação global.

### Como é que variam as medições do tempo?

O tempo para a execução de contratos é medido através de três fases. A primeira, apresentação e notificação, abrange o tempo para se redigir a queixa inicial pelo

advogado do autor, a sua apresentação ao tribunal e a citação ao réu. O tempo para o julgamento e sentença é o tempo médio necessário desde o momento em que o réu é citado até ao termo do prazo apresentação de recurso na primeira instância. O tempo para a execução da sentença cobre todo o tempo necessário para se fazer cumprir a sentença, até o credor ser pago.

### Apresentação e citação

A fase da apresentação e citação leva em média 65 dias na Eslováquia e 78 na República Checa. Nos dois países a queixa inicial pode ser apresentada e

notificada eletronicamente. Mas isto não acelera necessariamente o processo, porque os escriturários e juízes levam o mesmo tempo a rever uma queixa, quer seja apresentada eletronicamente ou em papel. E embora a entrega da intimação eletronicamente leve menos tempo do que a utilização do correio, a notificação eletrónica requer a acusação de receção se considerar realizada. O réu tem, e geralmente leva, 10 dias na Eslováquia e 15 dias na República Checa para acusar a receção. As principais diferenças de tempo nestes dois países ocorrem durante o processamento interno da queixa no sistema judicial.



FIGURA 6.1 Todas as cidades na Croácia, Portugal e Eslováquia superam a média da UE em custo e qualidade para a execução de contratos



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: As médias da UE baseiam-se nos dados do nível económico para os 28 estados membros da EU.

Na República Checa toda a fase da apresentação e notificação leva 60 dias em Brno mas mais um mês em Liberec e Ostrava. Entre as cidades estudadas na Eslováquia, Kosice tem os tribunais mais rápidos, levando 55 dias, enquanto que os de Bratislava, Trnava e Zilina levam mais duas semanas.<sup>12</sup>

Entre as cinco cidades croatas, o tempo médio para a apresentação e citação excede a média da UE (40 dias) em mais de 50%. A queixa é primeiro processada pelo escriturário, depois pelo juiz que analisa a queixa, e depois mais uma vez pelo escriturário, para envio por correio. As demoras surgem muitas vezes associadas a questões de eficiência no

processamento interno, nesta fase. Entre as cinco cidades, Varazdin é um caso especial. A fase da apresentação e da notificação nessa cidade leva mais de quatro meses. Os juizes em Varazdin não ordenam a notificação de casos não-urgentes até terem disponibilidade na sua agenda para marcarem o julgamento. Mas as demoras na fase da apresentação e da citação são compensadas pelos tempos mais curtos do julgamento, visto esta fase decorrer apenas quando o tribunal tem disponibilidade para ouvir a causa.

As cidades portuguesas, onde a fase da apresentação e da notificação leva 30 dias, são as únicas entre as 25 que

superam a média da UE. As queixas são processadas eficientemente dentro dos tribunais. É obrigatória a apresentação eletrónica e o processamento interno é feito quase todo através do sistema eletrónico de gestão de processos CITIUS. As intimações são preparadas no prazo de dois a três dias, e a citação pelo correio leva em média duas semanas.

### Julgamento e sentença

Três cidades croatas destacam-se na comparação do tempo de julgamento: o período do julgamento, da notificação ao julgamento, leva em média 8,5 meses em Varazdin, 9,3 em Osijek e 10 em Rijeka. Os litigantes apontam para um pequeno volume de casos e pequenos atrasos,

especialmente em Osijek e Varazdin. Na realidade, os atrasos no tribunal comercial de Osijek são apenas um pouco mais de metade dos de Split ou Zagreb. O tribunal comercial de Osijek tem um volume de trabalho similar aos das suas contrapartes noutras cidades croatas e um nível de pessoal que não é mais elevado. A sua rapidez pode ser explicada por um processamento interno mais eficiente. Outro fator poderá ser que Osijek tem uma economia menos dinâmica, que se pode traduzir em casos menos complexos. Em Varazdin, devido à fase do julgamento apenas começar quando o tribunal pôs esse tempo de lado, as audiências são rápidas. A média global de tempo na Croácia para esta fase - com base em todas as cinco cidades estudadas - é a mais curta entre os quatro países (figura 6.2). Uma das razões poderá ser que os juízes podem dar prioridade aos casos comerciais mais simples, que

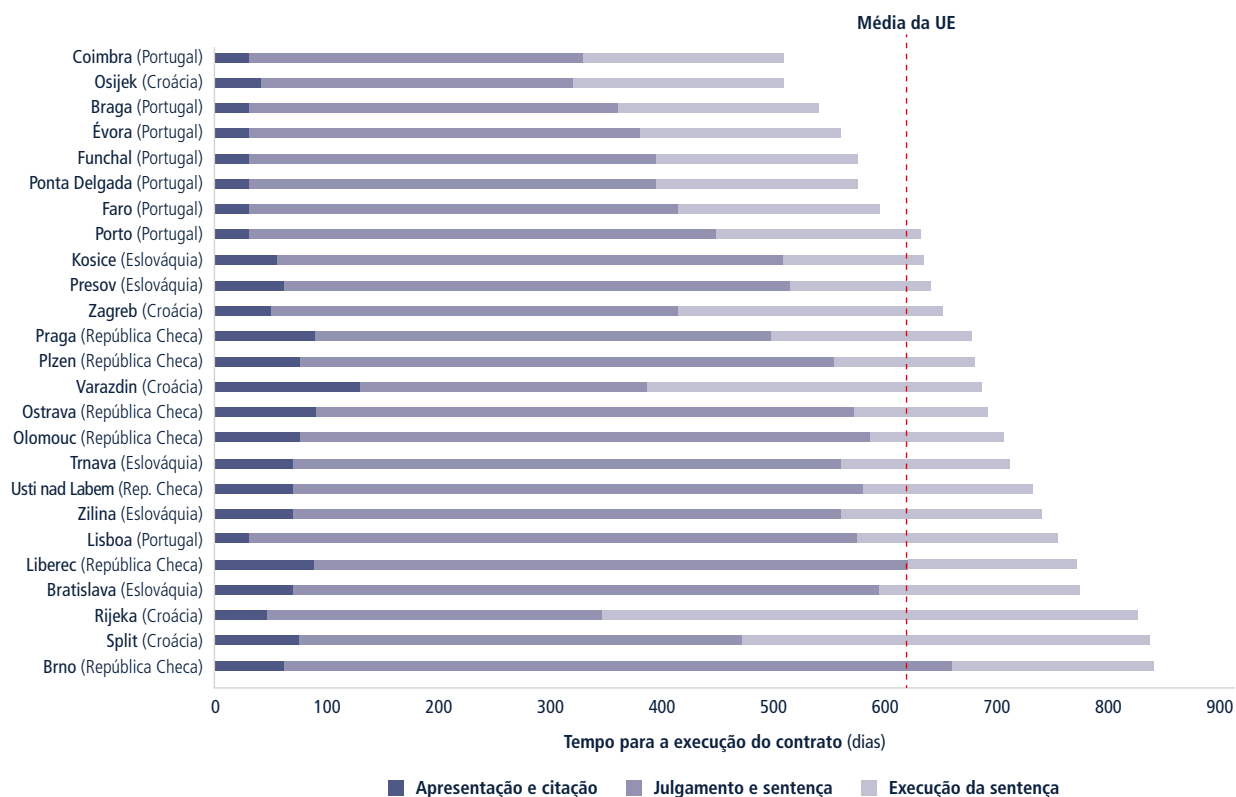
são usualmente resolvidos muito mais rapidamente que outros casos também julgados nos tribunais comerciais, tais como processos de falência.

As cidades checas têm a média de tempo mais longa para a fase do julgamento; em quase 17 meses, quase dois meses mais do que a média da UE. Os tribunais de Praga, apesar de estarem localizados na maior cidade de negócios do país, são a exceção. Em média, resolvem casos seis semanas mais rápido que as outras cidades checas. Os juízes aproveitam a estreita colaboração com o Ministério da Justiça para lidarem com a falta de eficiência. As medidas incluem contratar e formar mais assistentes judiciais, que se encarregam de uma vasta gama de responsabilidades, aliviando a carga dos juízes. A fase do julgamento leva mais tempo em Brno, com 20 meses - mais 6 meses que em Praga. Os tribunais de

Brno têm tendência a terem mais audiências para resolverem o mesmo caso bem como intervalos mais longos entre as audiências.

Entre as cidades portuguesas, Coimbra tem a fase de julgamento mais curta, levando apenas 10 meses. Os juízes e os litigantes citaram um volume de casos passíveis de serem geridos, pequenos atrasos e casos menos complexos como razões para uma maior rapidez. Prevalece uma cultura de eficiência entre os juízes, escriturários e advogados. Os tribunais mais lentos entre as cidades estudadas em Portugal são os seus maiores centros de negócios: Porto e Lisboa. As áreas metropolitanas destas duas cidades são a residência de mais de metade da população do país. No Porto os tribunais levam 14 meses a completar a fase de julgamento; em Lisboa levam um pouco mais de 18 meses. Os litigantes notaram,

FIGURA 6.2 Só 7 das 25 cidades ultrapassam a média da UE no tempo para a execução do contrato



Fonte: base de dados do *Doing Business*;

Nota: A média para a UE baseia-se nos dados de nível de economia para os 28 estados membros.

especialmente em Lisboa, que o congestionamento e atrasos do tribunal são mais elevados do que em qualquer das outras cidades estudadas.

Entre as cidades eslovacas, Kosice e Presov têm os tempos mais curtos para a fase do julgamento, um pouco mais de 15 meses. Em Bratislava os tribunais levam em média mais 2 meses. Desde a citação até se obter uma data para a audiência nos tribunais de Bratislava pode levar 6 meses ou mais. Nomear peritos e receber os seus depoimentos leva 4-5 meses em Bratislava, Trnava e Zilina mas só 2 meses em Kosice. Em Bratislava os juízes não são os únicos que se podem sentir sobrecarregados pelo número de casos; funcionários judiciais superiores também têm um grande volume de trabalho. Os juízes em Bratislava reportaram ter dois a três escriturários por juiz, enquanto os de Kosice reportaram ter dois por juiz.

### Execução da sentença

No que toca à execução da sentença, apenas 5 das 25 cidades batem ou igualam a média da UE em relação ao tempo. A execução leva, mais ou menos, o mesmo tempo, em média, em toda a República Checa e Eslováquia (cerca de 5 meses) e cerca de mais um mês em média em Portugal. A Croácia destaca-se por duas razões: por ter o tempo médio mais longo (mais de 10 meses) para o processo de execução e por mostrar a maior variação entre as cidades na medição do tempo. Em Osijek a execução leva um pouco mais de 6 meses, enquanto que Rijeka leva quase 10 meses mais – o maior entre as 25 cidades. Os agentes de execução na Croácia têm pouca autonomia para executar o processo, tendo muitas vezes de pedir a autorização do tribunal para a realização de passos do processo. Em Rijeka, os agentes de execução tendem a confiar ainda mais no aconselhamento do tribunal, pedindo orientação ao juiz quando se deparam com dificuldades no processo executivo. O processamento interno de novos casos de execução no tribunal municipal de Rijeka aumenta as demoras.

A resolução de casos de execução pendentes é uma prioridade, com novos casos empurrados para o fim da fila. Apenas para se iniciar a identificação de bens a serem apreendidos pode levar 6 meses.

Na Croácia os credores precisam de uma certificação de sentença antes de poderem começar o processo de execução. Para se iniciar o processo, o tribunal municipal analisa a proposta de execução e depois ordena a mesma, o que é efetuado por um agente público de execução.<sup>13</sup> Para pesquisarem os bens, os agentes de execução apenas podem aceder a registos públicos (tais como os registos prediais ou comerciais) ou a informação no sistema de gestão do caso do tribunal. Todos os outros tipos de informação sobre os bens do devedor só podem ser acedidos através de pedidos específicos feitos à agência na posse dessa informação.<sup>14</sup> Uma vez apreendidos os bens, o agente de execução tem de regressar ao tribunal para obter autorização para leiloar os bens. Apenas é feito um leilão num caso de execução, independentemente dos bens serem vendidos ou não.

Entre os quatro países, Portugal tem o processo de execução mais homogéneo, levando seis meses em todas as oito cidades estudadas. Isto não é surpreendente. Os oficiais de execução em Portugal têm um sistema centralizado de gestão de casos, uma plataforma centralizada de pesquisa de bens (com informação sobre um vasto número de bens no país) e sem limitações a nível de jurisdição territorial no país. Os litigantes reportaram que os agentes de execução trabalham eficientemente. Os agentes dedicam cerca de um terço do tempo total num caso de execução apenas a tentar vender os bens móveis que tenham sido apreendidos, que são geralmente considerados terem um baixo valor de mercado.

Os agentes de execução em Portugal têm uma autonomia substancial na condução dos processos de execução. O tribunal apenas se envolve quando são

levantadas importantes objeções pelas partes ou por terceiros, o que raramente acontece quando é feita a execução contra bens móveis e há apenas um credor, como no estudo de caso *Doing Business*.<sup>15</sup> A maior parte dos agentes de execução referiram o envolvimento do tribunal como o fator mais importante nos atrasos e nas potenciais variações no tempo de execução em todas as cidades. Os credores apresentam o seu pedido de execução eletronicamente, através do CITIUS e pedem a nomeação de um agente de execução da sua escolha.<sup>16</sup> Os agentes de execução procuram bens através da plataforma eletrónica SISAAE (caixa 6.1). A informação sobre os bens está imediatamente disponível exceto a informação de conta bancária, que pode levar dois dias. Se os agentes de execução são incapazes de localizar bens registados, apreenderão bens móveis e vendê-los-ão no site eletrónico de leilões e-leilões.pt. Embora os agentes de execução tenham todos as mesmas ferramentas à sua disposição, reportaram que a função de pesquisa eletrónica para bens imóveis através do SISAAE não está sempre disponível no Funchal e em Ponta Delgada devido a falhas técnicas, levando à necessidade de se fazer um pedido offline.

Entre as sete cidades da República Checa, a execução é mais rápida em Olomouc e Ostrava, levando quatro meses, e mais lenta em Brno e Praga, com seis meses. Para se iniciar a execução, os credores vão diretamente ao agente de execução de sua escolha, que pode pedir um mandado do tribunal para começar o processo. Os agentes de execução procuram bens em bases de dados individuais e podem conduzir o leilão tanto online, através do portal da Câmara dos Oficiais de Justiça (<http://portalrzeb.cz>), ou pessoalmente. Os advogados na República Checa reportaram que os oficiais de justiça colaboram estreitamente no processo de execução. Além disso, a taxa para o processo, que é proporcional ao montante da queixa (8'1410 CZK, ou cerca de 31.588 EUR, no estudo de caso

### CAIXA 6.1 Uma nova era para a função da execução em Portugal

Depois da função de execução de cumprimento de sentença ter sido privatizada em 2003, os agentes de execução enfrentaram uma crítica crescente. Os críticos argumentaram que a profissão não tinha fiscalização suficiente e que tinha fracos padrões profissionais. E questionaram a estrutura de compensação para os agentes, dizendo que esta lhes dava fracos incentivos para os esforços de cobrança a serem realizados.<sup>a</sup>

Foi necessário um esforço conjunto para mudar isto. Um dos marcos foi a introdução em 2003 de uma lei ligando as taxas da execução ao montante de dívida recuperado e exigindo ao banco central permissão para os agentes de execução terem acesso eletrónico a informações da conta bancária. Embora a lei tenha aumentado a fiscalização, também deu mais autonomia aos agentes. Podem agora agir de uma forma muito mais independente, sendo apenas necessária a intervenção do tribunal quando surgem questões legais importantes durante o processo de execução.

A Associação Nacional de Solicitadores e de Agentes de Execução (OSAE) desempenhou um papel importante não só na implementação das reformas, mas também no desenvolvimento das ferramentas para apoio das funções dos agentes de execução. A organização geriu milhares de casos pendentes perdidos com agentes que tinham sido pagos sob o antigo sistema e, portanto, sem incentivos para continuarem com o caso. Começou também a desenvolver plataformas sofisticadas online, tal como a SISAAE, PEPEX e e-leilões.pt.

SISAAE (Sistema Informático de Suporte à Atividades dos Agentes de Execução) permite aos agentes de execução procurar e apreender bens através de uma só plataforma ligando mais de 20 bases de dados – incluindo o registo predial, a bolsa de valores, registo automóvel, registo comercial, segurança social, e a administração fiscal e alfandegária.<sup>b</sup> Desde 2003 ligou-se à base de dados do banco central, permitindo a busca e apreensão dos saldos das contas bancárias. Desde setembro de 2013 mais de 300.000 saldos de conta foram apreendidos, no total de mil milhões de EUR.<sup>c</sup> A SISAAE está disponível 24/7e permite pesquisas em todo o país.

PEPEX (Procedimentos Extrajudiciais Pré-Executivos) permite aos credores pedir que um agente de execução que pesquise a base de dados da SISAAE (pagando uma taxa) antes de começarem a execução judicial.<sup>d</sup> Uma vez concluída a pesquisa, os credores podem decidir seguir com a execução judicial sem ter de pagar ao agente de execução a taxa de pesquisa outra vez. Podem também escolher não prosseguir com o caso, pedir o crédito do imposto de valor acrescentado e passarem o crédito para a sua coluna de perdas.<sup>e</sup>

Entre as mais recentes iniciativas da associação está o e-leilões.pt, um site de leilão eletrónico onde os agentes de execução podem vender bens móveis e imóveis durante os processos de execução. Desde abril de 2016 o site realizou mais de 11.000 leilões e vendeu mais de 5.000 artigos. A interface é fácil e de baixo custo tornando-o atrativo tanto para credores como para os compradores. Brevemente o site vai também começar a vender bens confiscados em processos criminais.

a. Sebastiaan Pompe e Wolfgang Bergthaler, "Reforming the Legal and Institutional Framework for the Enforcement of Civil and Commercial Claims in Portugal" IMF Working Paper 15/279 (International Monetary Fund, Washington, DC, 2015), <http://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Reforming-the-Legal-and-Institutional-Framework-for-the-Enforcement-of-Civil-and-Commercial-43497>.

b. Projecto ENABLE, "Enabling Dematerialized Access to Information and Assets for Judicial Enforcement of Claims in the EU: National Report, Portugal", [http://access2just.eu/wp-content/uploads/2018/National-report\\_PORTUGAL.pdf](http://access2just.eu/wp-content/uploads/2018/National-report_PORTUGAL.pdf).

c. "Penhoras de contas bancárias ultrapassam mil milhões," Jornal de Notícias, Março 18, 2018, <http://www.jn.pt/economia/interior/penhoras-de-contas-bancarias-ultrapassam-mil-milhoes-9181868.html>.

d. Só agentes de execução têm acesso ao PEPEX.

e. "Estatísticas sobre os Resultados da Recente Alteração na Lei – SISAAE" apresentação pela Associação Nacional dos Solicitadores e Agentes de Execução na 17ª Reunião Nacional da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais (APAJ), Anadia, Portugal, 31 de janeiro de 2015

do *Doing Business*), dá um importante incentivo aos agentes da execução para completarem o processo.

Entretanto, a Eslováquia está a procurar melhorar a eficiência no processo de execução, através de medidas de reforma que começaram a vigorar em 2017.<sup>17</sup> Antes da reforma, os casos de execução eram supervisionados pelo tribunal distrital na jurisdição territorial apropriada.

Os tempos de execução variavam significativamente porque dependiam, em parte, da rapidez do tribunal, com Bratislava sendo a mais lenta. Visto que os credores escolhiam o oficial de justiça, grandes credores criaram "super-oficiais de justiça" que tratavam da maior parte dos processos de execução no país. Agora todos os pedidos de execução são apresentados eletronicamente no tribunal distrital de Banska Bystrica, que

designa o oficial de justiça aleatoriamente de acordo com o território. Todos os casos de execução envolvendo um certo devedor são atribuídos ao mesmo agente de execução, com o propósito de aumentar a eficiência.

Embora seja muito cedo para dizer se a reforma irá produzir o resultado desejado, os litigantes expressaram o seu ceticismo. Muitos dos maiores credores, tais

como os operadores de telemóveis, não estavam a usar o sistema plenamente em 2017, suscitando a preocupação sobre como o sistema irá lidar com isso quando eles o fizerem. Hoje em dia já se vêem diferenças de até dois meses em todo o país. Embora a execução leve apenas um pouco mais de quatro meses em Kosice e Presov, leva seis meses em Bratislava e Zilina.

### Quais são os principais impulsionadores do custo?

Entre os quatro países, a Croácia tem o custo mais baixo para executar um contrato, em média a 15,4% do montante da queixa (com base na queixa do estudo de caso, o custo ascende a 24.198 HRK ou 3.253 EUR). Logo a seguir está Portugal, com 17,2% (5.834 EUR). E na Eslováquia o custo médio é de 20,5% (5.762 EUR). Todos os três países têm um custo mais baixo que a média da EU graças aos baixos custos iniciais da execução e, em Croácia e Portugal, custos baixos de advogado. A República Checa destaca-se pelo elevado custo da execução, que é responsável por quase metade do custo total de 33,8% (270.877 CZK, ou 10.677 EUR) do montante da queixa, em média. A classificação do custo total da República Checa fica só no segundo lugar após o Reino Unido, entre os estados membros da UE.

Os honorários de advogado como parte do valor da dívida causa variam desde 8% em Split (Croácia) a 14% em todas as cinco cidades eslovacas. Todas as cidades estudadas na Croácia e Portugal têm os honorários mais baixos do que a média da UE de 12,4%. Na República Checa e na Eslováquia os honorários são os mesmos em todas as cidades; nos dois os advogados reportaram que preferem aplicar a tabela de honorários para a maior parte dos casos. Em Portugal, embora não haja tabela de honorários, as diferenças entre as cidades são na maior parte impercetíveis para os advogados de litígios, muitos deles trabalham em mais de uma cidade. Na Croácia, embora haja tabela de honorários, os advogados têm

tendência de se desviar ligeiramente dela para acomodarem as realidades económicas de cada mercado. Em Split as condições de mercado tornam difícil aos advogados cobrarem os honorários mais elevados observados em todas as outras cidades estudadas (8,6%). Entretanto, o custo mais alto de vida em Zagreb poderá explicar os honorários, tanto nessa cidade e em Varazdin, que fica a uma curta distância da primeira.

Exceto na República Checa, os honorários dos advogados e as despesas incorridas durante o julgamento são os maiores impulsionadores dos custos, embora não sejam responsáveis pelas diferenças significativas dentro dos países. A taxa de apresentação da queixa, que é calculada na base do valor da dívida, pode ir desde 1,8% do valor da dívida em Portugal a mais do dobro na Eslováquia, a 5,8% do valor da dívida.<sup>18</sup> As taxas a pagar pela apresentação das queixas não variam de cidade para cidade dentro destes países porque são reguladas a nível nacional.

Os honorários dos peritos são regulados em todos os quatro países. Exceto na Croácia, os regulamentos dos honorários são aplicados na maior parte consistentemente dentro de cada país, por isso os honorários dos peritos não variam de cidade para cidade. Na Croácia os advogados notaram que os regulamentos eram aplicados, mas que podiam acomodar pequenas variações refletindo a disponibilidade de especialistas na cidade – os honorários podem ir de 1,6% a 2,1% do valor da dívida. Os honorários de peritos geralmente ascendem a 0,6% do valor da dívida na Eslováquia e 0,7% na República Checa. Eles são mais altos em Portugal, até 4,2% do valor da dívida; isto, juntamente com as taxas de apresentação da queixa, faz com que as despesas de tribunal neste país sejam comparativamente mais elevadas do que a média da UE de 5% do valor da dívida.

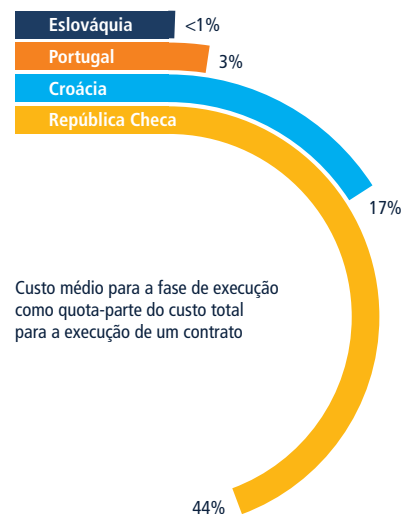
Os custos iniciais médios para a execução de uma sentença são baixos na Croácia, Portugal e Eslováquia. Na realidade, os

credores adiantam menos do que 1% do valor da dívida para se iniciar o processo de execução na Eslováquia (0,1%) e Portugal (0,5%) representando apenas uma quota-parte muito pequena do custo total para se executar um contrato. Na República Checa, no entanto, os credores poderão ter de adiantar 150 vezes mais do que na Eslováquia: os oficiais de justiça podem pedir um pagamento inicial de 15% do valor da dívida, quase metade do custo total para se executar um contrato (figura 6.3).<sup>19</sup> Em todos os quatro países os honorários são estabelecidos por regulamentação nacional e, portanto, não variam entre cidades.

### Que boas práticas judiciais são usadas?

Portugal e Eslováquia adotaram a maior parte das boas práticas judiciais tal como são captadas no índice de qualidade dos processos judiciais, seguidas de perto pela Croácia (figura 6.4). Portugal e Eslováquia têm ambas uma pontuação média no índice de 13,5 e a Croácia uma

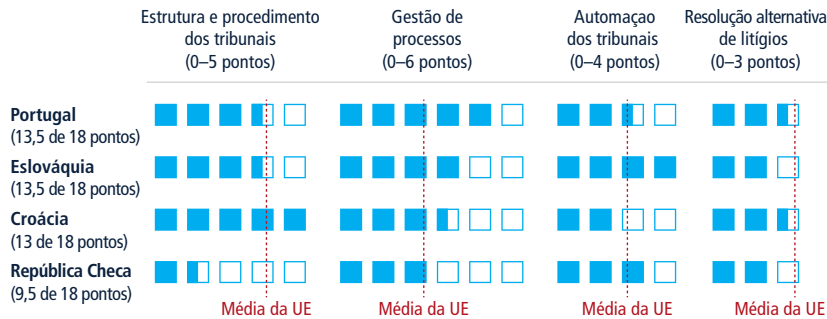
FIGURA 6.3 Nas cidades checas os custos para a fase da execução perfazem quase metade do custo total da execução de um contrato



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: A média para cada país baseia-se nos dados para as suas cidades estudadas. Apenas os custos iniciais da execução (não os custos totais da execução) são considerados.

**FIGURA 6.4** Dos quatro países, Portugal e a Eslováquia têm a maior parte das boas práticas judiciais



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: A figura mostra em que medida cada país adotou boas práticas judiciais captadas pelo índice de qualidade dos processos judiciais (cada quadrado representa um ponto no índice). Para mais detalhes veja a nota dos dados.

pontuação de 13 – todos excedendo a média de UE de 11,2 pontos. A pontuação média da República Checa de 9,5 reflete principalmente a falta de um tribunal de pequenas causas ou um processo acelerado para pequenas causas, as características limitadas disponíveis para advogados no sistema eletrônico de gestão de casos do tribunal, a indisponibilidade de um conjunto completo de decisões judiciais online e a falta de regulamentação abrangente sobre mediação voluntária.

A pontuação para boas práticas judiciais em todos os quatro países não mostra diferenças entre as cidades. No que se refere à estrutura do tribunal e processos, todos os quatro países têm regras a regular o arresto pré-julgamento e empregam um mecanismo automático

para a atribuição de casos, embora só a Croácia tenha tribunais comerciais especializados.<sup>20</sup> Para a gestão de casos Portugal recebe a pontuação mais elevada, obtendo 5 dos 6 pontos possíveis. Só a Croácia e Portugal têm padrões de tempo legais para, pelo menos, três eventos chave. A área menos regulada é a dos adiamentos. A República Checa, Portugal e Eslováquia não regulam explicitamente o número máximo de adiamentos nem especificam que estes devam ser concedidos apenas devido a eventos imprevisíveis e excepcionais. A Croácia estipula que os adiamentos devem ser concedidos apenas com base em eventos imprevisíveis e excepcionais, mas não estabelece um limite ao número de adiamentos. Portugal e Eslováquia têm ambos um sistema eletrônico de gestão de casos, que oferece um vasto leque de

funcionalidades aos juízes e litigantes. Pelo contrário, a Croácia tem um sistema providenciando apenas funcionalidades limitadas para juízes e litigantes.

Em relação à automatização dos tribunais, todos os quatro países permitem o pagamento de despesas judiciais online e todos exceto a Croácia permitem a apresentação da queixa eletronicamente – embora a Croácia planeie fazê-lo brevemente (caixa 6.2). Em Portugal a apresentação da queixa eletronicamente é obrigatória desde 2013.<sup>21</sup> A citação eletrônica do processo foi introduzida recentemente, tanto na República Checa como na Eslováquia. Na República Checa a citação eletrônica do processo tem sido obrigatória para empresas desde 2009 e na Eslováquia tornou-se obrigatória em 1 de julho de 2017. Tanto a Croácia como a Eslováquia publicam todas as sentenças comerciais online, embora Portugal o faça apenas para o supremo tribunal e decisões a nível de recurso. A República Checa não publica qualquer decisão.

Todos os quatro países regulamentam a arbitragem comercial e permitem a mediação voluntária. A República Checa é o único país entre os quatro que não tem uma regulamentação abrangente a reger a mediação voluntária. E a Eslováquia é a única que exclui certas matérias da arbitragem e onde na prática as cláusulas de arbitragem nos contratos não são consistentemente respeitadas pelos tribunais nacionais.

## CAIXA 6.2 Apresentação eletrônica vai ser estendida a todos os tribunais croatas

O Ministério da Justiça croata iniciou a apresentação eletrônica de queixas e de outros documentos no tribunal comercial de Bjelovar em dezembro de 2017. Subsequentemente, em janeiro-abril 2018, iniciou o mesmo nos tribunais comerciais em Pazin, Varazdin, Zagreb e Rijeka. A participação tem sido voluntária para os advogados.

O Ministério da Justiça espera completar o projeto de apresentação eletrônica para todos os tribunais comerciais até ao verão de 2018 e para todos os tribunais municipais em 2019. Iniciando o projeto piloto no tribunal de Bjelovar deu-lhe a oportunidade de abordar problemas anteriores sem criar uma interferência generalizada no sistema judicial.

Estão-se a tomar medidas para se aumentar a execução da apresentação eletrônica com vista a torná-la obrigatória. As taxas de apresentação serão reduzidas quando apresentadas eletronicamente e todos os advogados terão de obter uma assinatura eletrônica permitindo-lhe o acesso ao sistema.

Fonte: Entrevistas da equipa do *Doing Business* com o pessoal do Ministério da Justiça da Croácia.

## O QUE PODE SER MELHORADO?

A revisão neste capítulo do processo para a execução de contratos na Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia aponta para várias áreas de possível melhoria.

### Continuar a avaliar os procedimentos internos do tribunal com vista a reduzir o tempo de julgamento e os atrasos CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA

Na maior parte das 25 cidades estudadas, para se completar a fase do julgamento para um simples litígio comercial leva um ano ou mais. Todos os quatro países enfrentam problemas com atrasos, que enfraquecem o desempenho do tribunal e evitam que o mesmo lide eficientemente com os processos entrados. E todos os quatro estão a fazer esforços para resolver estas questões. A Eslováquia apresentou imensas reformas destinadas a melhorar a eficiência dos tribunais, desde um novo código processual a um tribunal centralizado para procedimentos de injunção de pagamentos. Mas as reformas têm sido lentas a mostrar resultados e os tribunais continuam a lidar com um grande número de casos de execução antigos (pré-reforma) no seu rol de processos pendentes. Portugal enfrentou desafios especiais com a crise financeira. Entrou na crise com um número de pendências substancial, mas através de uma reformulação do seu sistema de justiça o país conseguiu reduzir o número de casos de execução pendentes em mais de 40% desde o seu pico em 2012.<sup>22</sup>

Nos tribunais croatas as taxas de despacho para casos de litígios comerciais e civis de primeira instância têm melhorado continuamente, atingindo 113% em 2014, acima da média europeia de 100%.<sup>23</sup> Mas ainda há muito por fazer. De acordo com o 2018 *EU Justice Scoreboard*, a Croácia tem o terceiro maior número de casos de litígios comerciais e civis pendentes na

EU, depois de Chipre e Itália. O problema é especialmente evidente nos tribunais municipais.<sup>24</sup> Nos tribunais comerciais cerca de 15% dos casos têm mais de três anos. Mas nos tribunais municipais, que tratam de casos de execução, cerca de 25% de todos os casos -quase 64.000 no total - têm mais de três anos.

Nos tribunais checos, que têm os tempos médios de julgamento mais longos medidos entre os quatro países, os juízes reportaram um esforço substancial para se verem livres dos atrasos nos últimos anos. Com o apoio do Ministério da Justiça e sob a liderança do presidente do tribunal, os juízes de Ostrava têm alegadamente reduzido os seus casos pendentes significativamente nos últimos três anos, de 800 casos por juiz para cerca de 200. A monitorização rigorosa de casos com mais de três anos, juntamente com um aumento das horas de trabalho ajudaram a melhorar as taxas de despacho. Ostrava aumentou também o número de pessoal de apoio e cada juiz tem agora um funcionário judicial.

Apesar destas melhorias, tem de se continuar a envidar esforços para se reduzir os atrasos. As medidas devem incluir uma análise da natureza e volume de casos pendentes, que por seu turno necessitam de ter um sistema de gestão de casos atualizado. Uma revisão dos recursos existentes, incluindo uma potencial redistribuição do pessoal judicial para abordar volumes de trabalho desequilibrados poderá ser uma via a explorar. E na Eslováquia um estudo identificou a nomeação de gestores de tribunal ou presidentes de tribunal com formação extensiva de gestão como uma forma potencialmente eficaz de se melhorar o processamento interno nos tribunais.<sup>25</sup>

### Promover resoluções alternativas de litígios CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA

Todos os quatro países têm regulamentação abrangente sobre arbitragem e

mediação, mas estas opções não são tipicamente usadas pelos litigantes. Na Eslováquia há limitações nos tipos de casos que podem ser levados a arbitragem, excluindo casos relacionados com imóveis, por exemplo.<sup>26</sup> E as cláusulas de arbitragem raramente são aplicadas pelos tribunais eslovacos.

Nem há incentivos financeiros prontamente disponíveis para se usar a arbitragem. Na Eslováquia as partes que façam a mediação com êxito de um caso podem ter as suas taxas judiciais parcialmente reembolsadas. Mas nos outros três países não há incentivos específicos que encorajem o uso da mediação.

Estudos na América Latina e nos Estados Unidos indicam que a resolução alternativa de litígios pode ajudar a aumentar a eficiência dos tribunais através da redução de número de casos que caso contrário, têm de ir para os tribunais e assim reduzindo o volume de casos e de atrasos; agilizando os julgamentos e reduzindo os custos.<sup>27</sup> Mesmo as liquidações parciais que funcionam para reduzir as questões em litígio ajudam a agilizar os julgamentos, tanto a duração como os custos associados.<sup>28</sup>

### Estabelecer limites legais à concessão de adiamentos CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA

Parte de uma boa gestão de casos é estabelecer, em consulta com as partes, um calendário claro, razoável e realista para um caso, bem como claro limitando o uso de adiamentos. Os calendários depressa se tornam inúteis sem regras para os fazer cumprir. Em 1984 Comité de Ministros do Conselho da Europa recomendou que não houvesse mais do que duas audiências (audiência preparatória de julgamento). Recomendou também que não fosse concedido qualquer adiamento excepto quando “apareçam novos factos” ou “noutras circunstâncias excepcionais e importantes.”<sup>29</sup> Apenas oito estados membros da UE impõem limitações aos adiamentos que na prática

são respeitados.<sup>30</sup> Todos os oito, incluindo a Croácia, focam-se em limitar os adiamentos para circunstâncias imprevisíveis e excepcionais, em vez de se limitarem ao número total que pode ser concedido.<sup>31</sup> A República Checa, Portugal e a Eslováquia não impõem nenhum deste tipo de limites nos adiamentos.<sup>32</sup>

Na Letónia, o Tribunal Central de Riga não pode adiar uma audiência sem primeiro estabelecer uma nova data de audiência. No distrito judicial suíço de Dorneck-Thierstein as prorrogações são geralmente concedidas não mais que duas vezes. Na Nova Gales do Sul, Austrália, a Lei dos Processos Cíveis permite o adiamento de processos para “um dia especificado” apenas em casos excepcionais. Quando é concedido um adiamento, é geralmente ordenado à parte responsável que pague os custos adicionais incorridos pela outra parte.<sup>33</sup>

Paralelamente com o estabelecimento de limites nos adiamentos, é também importante rever a capacidade judicial, a gestão de processos e questões de infraestrutura. Os juízes sobrecarregados com um grande volume de casos poderão estar inclinados para a concessão de adiamentos; na falta de técnicas eficazes de gestão ou de um sistema automatizado de gestão de processos, por exemplo, os adiamentos poderão parecer um método atractivo para a gestão do volume dos seus processos.

Assim, na abordagem à questão dos adiamentos, os tribunais devem monitorizar a médio e número médio de cada tipo de processos, bem como as razões dos adiamentos. A gestão do tribunal pode então tomar medidas para reduzir o número de adiamentos com o tempo e lidar com as razões mais comuns para eles. Através da simples introdução desta prática de monitorização pode ajudar a instilar uma cultura de previsibilidade para as audiências, melhoramento a calendarização e reduzindo as frustrações dos juízes, pessoal do tribunal e utentes.

### Melhorar ou introduzir procedimentos céleres para pequenas queixas CROÁCIA, REPÚBLICA CHECA

A resolução de um litígio comercial pode ser onerosa e morosa para pequenas e médias empresas. Uma forma de ajudar através da introdução de tribunais de pequenas causas ou reclamações. Estes contribuem para acelerar a resolução de pequenos litígios de valor relativamente baixo ao se pôr de lado muitas formalidades legais e utilizando procedimentos simplificados ou céleres. Processos mais simples e regras mais flexíveis, custos mais baixos para as partes, que podem submeter e apresentar o seu próprio caso perante o tribunal sem representação legal. Além disso, visto que há menos trabalho envolvido para os tribunais, as taxas de apresentação poderiam ser mais baixas e os juízes poderiam emitir decisões mais rapidamente.

A Croácia tem um procedimento especializado para pequenos processos comerciais que não excedam 50.000 HRK (cerca de 6.700 EUR).<sup>34</sup> Mas falta ao procedimento algumas qualidades de procedimentos céleres. Por exemplo, aplicam-se as mesmas regras de um procedimento ordinário para a recolha de provas e o conteúdo do acórdão.<sup>35</sup> Na República Checa não há tribunais ou procedimentos para pequenas causas. Os tribunais aplicam o mesmo procedimento, quer uma causa com o valor de 1.000 EUR ou 1 milhão EUR.

Vários países introduziram regras mais flexíveis e descontraídas para pequenas causas. Na Estónia, Eslovénia e no Reino Unido os requisitos formais para a recolha de provas podem ser postos de lado. Por exemplo, o tribunal pode ouvir uma testemunha ou especialista por telefone ou por escrito ou reconhecer outro meio de prova como evidência (por exemplo, depoimentos dados sem ser sob juramento). E alguns países têm restrições para os especialistas testemunha, por exemplo, sobre o número de especialistas testemunha que podem ser ouvidos

num caso. Na Áustria, Irlanda e Eslovénia os requisitos formais para o próprio julgamento, são mais simples e mais flexíveis e os juízes podem omitir a descrição dos factos do seu julgamento. Para evitar a pressão sobre os recursos judiciais, muitos países limitam os recursos para as pequenas causas. Na França, Hungria não há direito a recurso. Na Dinamarca o direito a recurso depende do valor da causa.<sup>36</sup>

---

## NOTAS

1. Dados cobrem o número global de casos pendentes de 1991 a 2009, que incluem - casos do tribunal civil, comercial, criminal e de trabalho e casos de execução pós-tribunal. Em 2007 e 2008 a taxa de despacho (casos completados como uma percentagem de novos casos num período) ultrapassou os 100%. Os dados são do Ministério da Justiça de Portugal, como publicado por Sebastiaan Pompe e Wolfgang Bergthaler, “Reforming the Legal and Institutional Framework for the Enforcement of Civil and Commercial Claims in Portugal,” IMF Documento de Trabalho 15/279 (Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, 2015), <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Reforming-the-Legal-and-Institutional-Framework-for-the-Enforcement-of-Civil-and-Commercial-43497>.
2. De acordo com um memorando de entendimento sobre assistência financeira a Portugal para lidar com a crise financeira, assinado em maio de 2011 pelo governo de Portugal e pela Comissão Europeia (em nome do Eurogrupo, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional).
3. Ver também João Paulo Dias, “The Transition to a Democratic Portuguese Judicial System: (Delaying) Changes in the Legal Culture,” *International Journal of Law in Context* 12, no. 1 (2016): 24-41, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/33099/1/The%20transition%20to%20a%20democratic%20Portuguese%20judicial%20system%20%28delaying%29%20changes%20in%20the%20legal%20culture.pdf>; e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Susana Antas Videira, “Troika’s Portuguese Ministry of Justice Experiment: An Empirical Study on the Success Story of the Civil Enforcement Actions,” *International Journal for Court Administration* 7, no. 1 (2015): 37-49.



4. Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) de Portugal, “Ministério da Justiça: Estatísticas sobre Ações Executivas Cíveis” (2017).
5. Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), “Efficiency and Quality of the Slovak Judicial System: Assessment and Recommendations on the Basis of CEPEJ Tools,” CEPEJ-COOP (2017)14 (CEPEJ, Strasbourg, 2017), <https://rm.coe.int/slovakia-assessment-report-on-efficiency-and-quality-of-the-slovak-jud/16807915c9>.
6. Ministério da Justiça da República Checa, *České soudnictví 2016: Výroční statistická zpráva* [Czech Judiciary 2016: Annual Statistical Report], [http://www.ceskatelevize.cz/ct24/sites/default/files/1950205-ceske\\_soudnictvi\\_2016\\_-\\_vyrocní\\_statistická\\_zprava.pdf](http://www.ceskatelevize.cz/ct24/sites/default/files/1950205-ceske_soudnictvi_2016_-_vyrocní_statistická_zprava.pdf).
7. Paulo Pinheiro-Alves, Julio Ricardo e Jose Tavares, “Investimento Directo Estrangeiro e Reforma Institucional: Evidência e uma Aplicação a Portugal,” Documento de Trabalho 6/2013 (Banco de Portugal, Lisboa, 2013), <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/wp201306.pdf>.
8. Uma causa comercial com um valor de 157.128 HRK (21.124 EUR) na Croácia, 801.410 CZK (31.589 EUR) na República Checa, 33.921 EUR em Portugal e 28.108 EUR na Eslováquia, que é o equivalente ao dobro do rendimento per capita para cada país. (Para mais detalhes, consultar as notas dos dados.)
9. Em Portugal um funcionário judicial público pode conduzir um processo de execução para uma pessoa elegível para receber assistência jurídica nas estreitas circunstâncias estabelecidas pelo artigo 722 do Código do Processo Civil
10. Na Eslováquia todos os casos de execução apresentados desde 1 de Abril de 2017, vão para o tribunal distrital especializado Banská Bystrica. Casos pendentes são ainda vistos pelo tribunal distrital da cidade que emitiu a sentença que serve de documento de execução. Ver Lei 233/1995 Coll. Código do Oficial de Justiça, tal como alterado, em vigor de 1 de Abril de 2017.
11. Estes são Osijek e Zagreb na Croácia; e Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Ponta Delgada e Porto em Portugal. De acordo com a classificação global no *Doing Business 2018*, Lituânia—o melhor desempenho da UE—é número 4 (com uma distância à pontuação limite de 78.80) e a República da Coreia número 1 (com uma distância à pontuação limite de 84.15).
12. Casos em toda a Eslováquia que começa com um procedimento de pedido de ordem de pagamento pode ser apresentado electronicamente num tribunal distrital especializado de Banská Bystrica, que emitirá uma ordem de pagamento e notificará electronicamente. Mas nem todos os pedidos de ordem de pagamento são apresentados neste tribunal. Os queixosos podem também escolher apresentá-la directamente no seu tribunal distrital local. Com a finalidade de se fazerem comparações por cidade, este capítulo mede o tempo para o processo nos tribunais distritais locais.
13. Na Croácia as acções de execução contra bens monetários (em contas bancárias) são executadas pela Agência Financeira (FINA), uma empresa do Estado especializada no processamento de pagamentos e providenciar outros serviços financeiros. Na prática, isto significa que o credor pode apresentar um título executivo à FINA e realizar a execução contra as contas do devedor em qualquer banco na Croácia. Para as finalidades do estudo de caso, que olha para a execução contra bens móveis (não monetários), este capítulo concentra-se nos oficiais do tribunal como agentes de execução. Ver Svetozara Petkova e Georgia Harley, “Towards Effective Enforcement of Uncontested Monetary Claims: Lessons from Eastern and Central Europe” (World Bank Group, Washington, DC, 2017), <http://documents.worldbank.org/curated/en/748601499954362710/Towards-effective-enforcement-of-uncontested-monetary-claims-lessons-from-Eastern-and-Central-Europe>.
14. Svetozara Petkova e Georgia Harley, “Towards Effective Enforcement of Uncontested Monetary Claims: Lessons from Eastern and Central Europe” (World Bank Group, Washington, DC, 2017), <http://documents.worldbank.org/curated/en/748601499954362710/Towards-effective-enforcement-of-uncontested-monetary-claims-lessons-from-Eastern-and-Central-Europe>.
15. Em Portugal a divisão de execução está na mesma subdivisão jurídica (*comarca judicial*) mas não necessariamente na mesma cidade. Por exemplo, a divisão de execução competente para tratar de questões de execução para julgamento emitido nos tribunais de Coimbra é o de Soure, e para Braga é o de Famalicão.
16. Isto é feito pelo advogado do credor, visto o acesso ao CÍTIUS ser restrito.
17. Decreto 68/2017 Coll.do Ministério da Justiça entrou em vigor em 1 de Abril de 2017. Ele apresenta alterações à Lei 233/ 1995 Coll. Código do Oficial de Justiça.
18. As taxas são calculadas numa escala móvel em Portugal. Para um caso avaliado em 30.000 EUR e 40.000 EUR a taxa judicial é o equivalente a seis unidades de conta; para 2017 e 2018 a unidade foi fixada em 102 EUR. Ministério da Justiça Decreto-Lei 34/2008 de 26 Fevereiro 2008, sobre a Regulação de Custos Judiciais.
19. Na prática, no entanto, o agente de execução não exige sempre o pagamento no início.
20. Portugal especializou-se em divisões comerciais dentro dos seus tribunais de primeira instância (juízo de comércio), mas estas divisões não têm jurisdição sobre litígios comerciais gerais. As divisões comerciais concentram-se na insolvência e liquidação de empresas, o exercício dos direitos dos accionistas, questões relacionadas com os estatutos, suspensão e dissolução de empresas e questões de propriedade industrial. Para mais detalhes, ver artigo 128 da Lei 62/2013 de 26 agosto, 2013 sobre a Lei de Organização do Sistema Judiciário. As agendas dos tribunais da Eslováquia são organizadas por tipo de caso, mas os juízes que julgam casos comerciais também julgam outros casos cíveis.
21. Ver Código do Processo Civil 2013 e Decreto 280/2013 de 26 agosto, 2013, sobre o Processamento Electrónico de Processos Judiciais.
22. Direcção Geral da Política de Justiça (DGPJ) de Portugal, “Ministério da Justiça: Estatísticas sobre Ações Executivas Cíveis” (2017).
23. CEPEJ, “European Judicial Systems: Efficiency and Quality of Justice,” CEPEJ Studies, no. 23 (CEPEJ, Strasbourg, 2016).
24. Comissão Europeia, Direcção Geral para a Justiça e Consumidores, *The 2018 EU Justice Scoreboard* (Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018), [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/justice\\_scoreboard\\_2018\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/justice_scoreboard_2018_en.pdf).
25. CEPEJ, “Efficiency and Quality of the Slovak Judicial System: Assessment and Recommendations on the Basis of CEPEJ Tools,” CEPEJ-COOP (2017)14 (CEPEJ, Strasbourg, 2017), <https://rm.coe.int/slovakia-assessment-report-on-efficiency-and-quality-of-the-slovak-jud/16807915c9>.
26. Secção 1 (3) da Lei 244/2002 Coll. sobre Arbitragem, como alterado.
27. Carlos Eugenio Jorquiera e Gabriel Dabdoub Alvarez, “The Cost of Disputes in Companies and the Use of ADR Methods: Lessons from Nine Latin American Countries” (Alternative Dispute Resolution Network, Multilateral Investment Fund, Washington, DC, 2005); Lisa Blomgren Amsler, Tina Nabatchi, Jeffrey M. Senger e Michael Scott Jackman, “Dispute Resolution and the Vanishing Trial: Comparing Federal Government Litigation and ADR Outcomes,” *Ohio State Journal on Dispute Resolution* 24, no. 2 (2009): 225-62.
28. Heike Gramckow, Omniah Ebeid, Erica Bosio e Jorge Luis Silva Mendez, *Good Practices for Courts: Helpful Elements for Good Court Performance and the World Bank's Quality of Judicial Process Indicators* (Washington, DC: World Bank, 2016).
29. Conselho da Europa, Comité de Ministros, “Recomendação No. R (84) 5 do Comité de Ministros para os Estados-Membros sobre os Princípios do Procedimento Civil Concebido para Melhorar o Funcionamento da Justiça” (Conselho da Europa, Strasbourg, 1984), p. 2.
30. Base de dados do *Doing Business*. Estes países são: Bulgária, Croácia, Estónia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Países Baixos e Polónia.
31. Na Croácia o limite do número de adiamentos (permitindo apenas um) aplica-se apenas aos processos preliminares (Lei do Processo Civil, artigo 291). Durante a principal audiência o número de adiamentos não é limitado por lei. A Grécia é o único estado membro com um limite no número de adiamentos, embora a regra, na prática, raramente seja aplicada.
32. Os juízes na República Checa e na Eslováquia podem conceder prosequimentos por razões importantes, a seu critério. Em Portugal o juiz pode fazê-lo no caso de “obstáculos justificados,” sem especificar o que são esses obstáculos.
33. Heike Gramckow, Omniah Ebeid, Erica Bosio e Jorge Luis Silva Mendez, *Good Practices*

*for Courts: Helpful Elements for Good Court Performance and the World Bank's Quality of Judicial Process Indicators* (Washington, DC: World Bank, 2016).

34. Um limiar de 10.000 HRK (cerca de 1.300 EUR) aplica-se a causas civis gerais. Código do Processo Civil, secções 457-467a.
35. "Pequenas Causas," European e-Justice, última modificação em 17 Novembro, 2017, [https://e-justice.europa.eu/content\\_small\\_claims-42-en.do](https://e-justice.europa.eu/content_small_claims-42-en.do).
36. World Bank, *Fast-Tracking the Resolution of Minor Disputes: Experience from EU Member States* (Washington, DC: World Bank, 2017), <http://documents.worldbank.org/curated/pt/670181487131729316/pdf/112769-WP-P161975-PUBLIC-FasttrackingSmallClaimsInEU.pdf>.



## **Sobre o *Doing Business*** e o *Doing Business* na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia

- O *Doing Business* mede aspectos da regulamentação empresarial que afetam PME nacionais, definidos com base em casos-padrão hipotéticos localizados na maior cidade comercial de cada economia. Além disso, em 11 economias, o estudo abrange também uma segunda cidade.
- O *Doing Business* incide em 11 áreas de regulamentação empresarial de 190 economias. Dez dessas áreas - abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio transfronteiriço, execução de contratos e resolução de insolvências - estão incluídas na medida da distância até à fronteira e na classificação da facilidade para fazer negócios. O *Doing Business* mede também aspetos relacionados com a regulamentação do mercado de trabalho, os quais não está incluídos nestas duas medidas.
- O *Doing Business* na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia centra-se apenas em 5 indicadores *Doing Business*: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos.
- O *Doing Business* na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia está baseado em quatro fontes principais de informação: as leis e regulamentos aplicáveis, os peritos inquiridos, os governos das economias e das cidades abrangidas, e a equipe regional do Grupo Banco Mundial.
- Os governos usam o *Doing Business* como uma fonte de dados objetiva que fornece informações únicas sobre boas práticas implementadas em todo o mundo. Muitos dos indicadores *Doing Business* são accionáveis, embora, consoante o contexto, possa nem sempre ser conveniente accioná-los.

A base do *Doing Business* é a noção de que a atividade económica, particularmente o desenvolvimento do setor privado, beneficia com regras claras e coerentes - regras que estabelecem e esclarecem os direitos de propriedade e facilitam a resolução de litígios, e regras que aumentam a previsibilidade das interações económicas e fornecem aos parceiros contratuais proteções essenciais contra a arbitrariedade e o abuso. Tais regras são muito mais eficazes a moldar os incentivos dos agentes económicos de modo a promover o crescimento e o desenvolvimento, quando a sua conceção tem uma certa eficiência, quando são transparentes e acessíveis àqueles a quem se destinam, e quando podem ser implementadas a um custo razoável. A qualidade dessas regras tem também uma influência crucial no modo como as sociedades distribuem os benefícios e financiam os custos das estratégias e políticas de desenvolvimento.

Contar com boas regulamentações é fundamental para a inclusão social. Permitir o crescimento - e garantir que todas as pessoas, independentemente do seu nível de rendimento, possam participar dos seus benefícios - requer um ambiente em que novos empreendedores com motivação e boas ideias possam iniciar os seus negócios, e onde as boas empresas possam investir e expandir-se. O papel da política governamental nas operações diárias das pequenas e médias empresas nacionais é central nos dados do *Doing Business*. O objetivo é incentivar uma regulamentação concebida para ser eficiente, acessível a todos e simples de implementar. Uma regulamentação onerosa desvia as energias dos empreendedores do desenvolvimento dos seus negócios. Mas uma regulamentação eficiente, transparente e que possa facilmente ser implementada facilita a expansão e a inovação dos negócios, e torna mais fácil para os aspirantes a empreendedores competirem em pé de igualdade.

O *Doing Business* mede aspectos da regulamentação empresarial aplicáveis

a empresas nacionais usando uma lente objetiva. O foco do projeto incide em pequenas e médias empresas na maior cidade comercial de uma determinada economia. Com base em estudos de casos padronizados, o *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações aplicáveis a empresas em diferentes fases do seu ciclo de vida. Os resultados de cada economia podem ser comparados com os de outras 189 economias ao longo do tempo.

### FATORES MEDIDOS PELO DOING BUSINESS E PELO DOING BUSINESS SUBNACIONAL

O *Doing Business* capta várias dimensões importantes do ambiente regulatório, uma vez que se aplica a empresas locais.

Fornecer indicadores quantitativos sobre normas relacionadas com a abertura de empresas, a obtenção de alvarás de construção, a obtenção de eletricidade, o registo de propriedades, a obtenção de crédito, a proteção dos investidores minoritários, o pagamento de impostos, o comércio transfronteiriço, a execução de contratos, a resolução de insolvências e a regulamentação do mercado de trabalho (quadro 7.1). O *Doing Business Subnacional* incide sobre indicadores que têm uma maior probabilidade de variar de uma cidade para outra, tais como os que dizem respeito aos alvarás de construção ou ao registo de propriedades. Os indicadores que usam uma metodologia de pontuação legal, como os relativos à obtenção de crédito ou à proteção dos investidores minoritários, são geralmente excluídos porque na maioria das vezes analisam leis nacionais de aplicação geral.

**QUADRO 7.1** O que mede o *Doing Business* e o *Doing Business Subnacional* - 11 áreas de regulamentação empresarial

Indicador	O que é medido
<b>Tipicamente incluídos nos relatórios <i>Doing Business</i> subnacionais</b>	
Abertura de empresas	Procedimentos, tempo, custo e capital mínimo realizado para constituir uma empresa de responsabilidade limitada
Obtenção de alvarás de construção	Procedimentos, tempo e custo para concluir todas as formalidades para a construção de um armazém e mecanismos de controlo de qualidade e segurança do sistema de licenciamento de construções
Obtenção de electricidade	Procedimentos, tempo e custo para obter uma ligação à rede elétrica, a qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas
Registo de propriedades	Procedimentos, tempo e custo para transferir uma propriedade e a qualidade do sistema de administração fundiária
Execução de contratos	Tempo e custo para resolver um litígio comercial e a qualidade dos processos judiciais
<b>Não incluídos tipicamente nos relatórios <i>Doing Business</i> subnacionais</b>	
Obtenção de crédito	Leis de garantias móveis e sistemas de informações sobre crédito
Proteção dos investidores minoritários	Direitos dos investidores minoritários em transações entre partes relacionadas e em governança corporativa
Pagamento de impostos	Pagamentos, tempo e carga tributária total para uma empresa cumprir com todas as regulamentações fiscais bem como com os procedimentos pós-declaratórios
Comércio entre fronteiras	Tempo e custo para exportar o produto da sua vantagem comparativa e importar peças de automóvel
Resolução de insolvência	Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação de uma insolvência comercial e a robustez do regime jurídico aplicável aos processos de liquidação e reorganização de empresas
Regulamentação do mercado de trabalho	Flexibilidade da regulamentação do mercado de trabalho e aspectos relacionados com a qualidade do trabalho

O *Doing Business* mede aspectos da regulamentação empresarial que afetam PME nacionais, definidos com base em casos-padrão hipotéticos e localizados na maior cidade comercial de cada economia. Além disso, em 11 economias, o estudo abrange também uma segunda cidade. O *Doing Business Subnacional* incide num subconjunto das 11 áreas de regulamentação empresarial que o *Doing Business* cobre, em 190 economias.

O *Doing Business* está baseado em quatro fontes principais de informação: as leis e os regulamentos aplicáveis, os inquiridos do *Doing Business*, os governos das economias abrangidas e a equipe regional do Grupo Banco Mundial. Mais de 33.000 profissionais de 190 economias ajudaram a fornecer os dados que têm composto os indicadores do *Doing Business* nos últimos 15 anos.

Os estudos subnacionais do *Doing Business* expandem a análise do *Doing Business* para além da maior cidade de negócios de uma determinada economia. Tais estudos medem a variação das regulamentações ou da implementação de

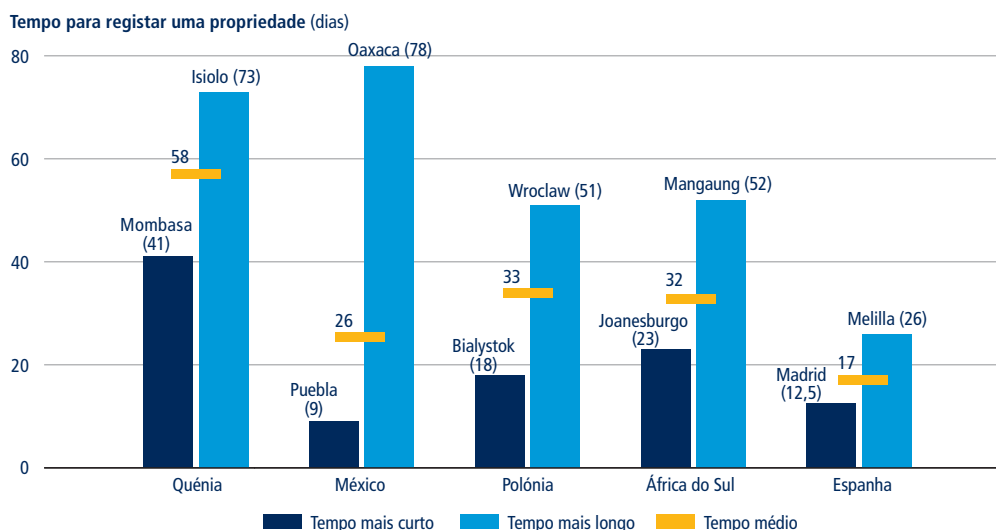
leis nacionais entre diferentes locais de uma mesma economia (como na África do Sul) ou de uma mesma região (como neste relatório). Os projetos são levados a cabo a pedido dos governos.

Os dados recolhidos pelos estudos subnacionais nos últimos três anos mostram que pode haver uma variação substancial dentro da mesma economia (figura 7.1). No México, em 2016, por exemplo, registar uma transferência de propriedades podia levar apenas 9 dias em Puebla, mas 78 em Oaxaca. Efetivamente, dentro de uma mesma economia, podemos encontrar locais com um desempenho tão bom como o de economias classificadas entre as 20 melhores na facilidade em registar propriedades, e locais com um desempenho tão fraco como o de economias classificadas entre as últimas 40 desse indicador.

Os estudos subnacionais do *Doing Business* criam dados desagregados sobre regulamentação empresarial. Mas vão para além de um mero exercício de recolha de dados. Na verdade, provaram ser fortes motivadores de reformas regulatórias a nível local:

- Os dados produzidos são comparáveis entre diferentes locais da mesma economia e a nível internacional, permitindo que cada zona utilize os seus resultados como parâmetros de referência, tanto a nível local como global. As comparações entre diferentes locais de uma mesma economia e que, portanto, partilham a mesma estrutura legal e regulatória, podem ser reveladoras: os agentes locais têm dificuldade em explicar por que razão é mais difícil fazer negócios na sua jurisdição do que noutra outra situada ao lado.
- Destacar as boas práticas existentes nalguns locais mas não noutros da mesma economia, ajuda os responsáveis políticos a reconhecer que existe uma potencial para se reproduzirem essas boas práticas. Isso pode gerar debates em torno da possibilidade de realizar reformas regulatórias a diferentes níveis de governo, criando oportunidades para que os governos e as agências locais aprendam uns com os outros, e reforçando a participação e as capacidades locais.

**FIGURA 7.1** Diferentes zonas, diferentes processos regulatórios, a mesma economia



Fonte: Base de dados *Doing Business Subnacional*.

Nota: O tempo médio para cada economia é baseado em todas as localizações abrangidas pelos dados: 11 cidades no Quênia em 2016, 32 estados no México em 2016, 18 cidades na Polónia em 2015, 9 cidades na África do Sul em 2015 e 19 cidades em Espanha em 2015.

Desde 2005 que os relatórios subnacionais já abrangeram 485 zonas de 71 economias, incluindo a Colômbia, a República Árabe do Egito, a Itália, as Filipinas e a Sérvia. Dezassete economias - incluindo a Indonésia, o Quênia, o México, a Nigéria, as Filipinas e a Federação Russa - já realizaram duas ou mais rondas de recolha de dados a nível subnacional para medir a evolução ao longo do tempo (figura 7.2). Recentemente, foram também realizados estudos subnacionais no Afeganistão, no Cazaquistão, no Quênia, no México e nos Emirados Árabes Unidos. Os estudos em curso incluem a África do Sul (9 cidades) e a Nigéria (37 estados).

O *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* é o primeiro relatório da série subnacional do *Doing Business* para a Croácia, a República Checa, Portugal e a Eslováquia. Abrange cinco cidades da Croácia (Osijek, Rijeka, Split, Varazdin e Zagrebe), sete da República Checa (Brno, Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen,

Praga e Usti nad Labem), oito de Portugal (Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto) e cinco da Eslováquia (Bratislava, Kosice, Presov, Trnava e Zilina).

### Como são selecionados os indicadores

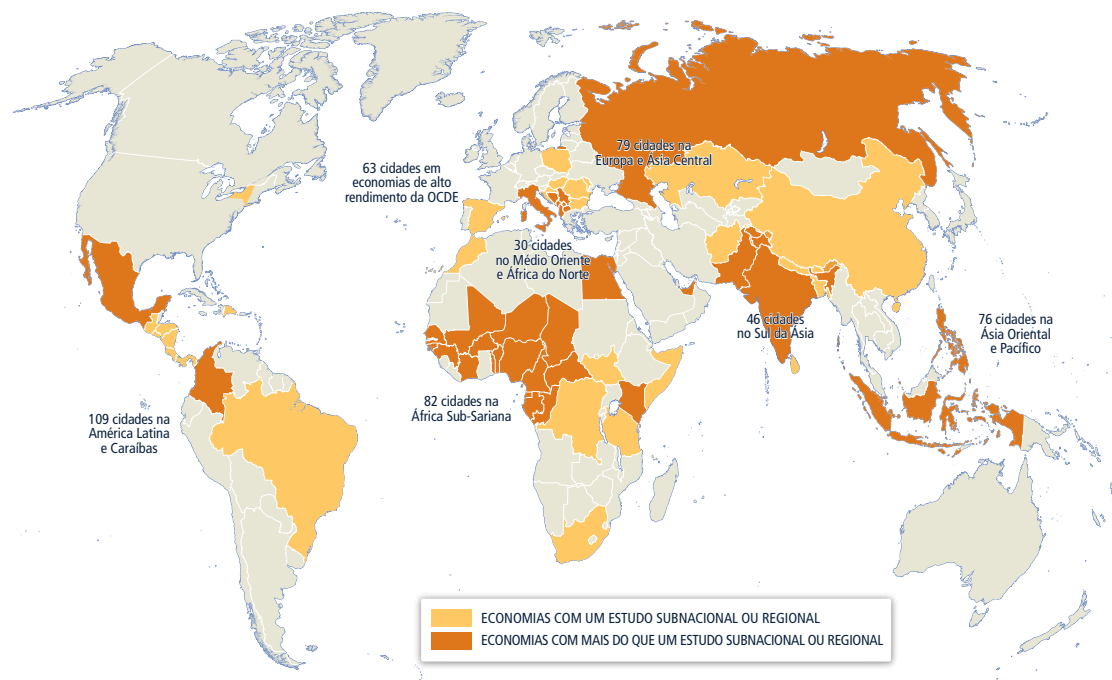
A escolha dos 11 conjuntos de indicadores do *Doing Business* tem sido orientada por dados obtidos a partir de investigações económicas e dados recolhidos ao nível das empresas, especificamente dados do Inquérito ao Empreendedorismo do Banco Mundial.<sup>1</sup> Estas pesquisas geram informações que põem em evidência os principais obstáculos à atividade empresarial, conforme relatado por empreendedores de mais de 130.000 empresas em 139 economias. O acesso ao financiamento e à eletricidade, por exemplo, destaca-se entre os fatores identificados pelos estudos como sendo os mais importantes para as empresas, inspirando a definição dos indicadores *Doing Business* relacionados com a

obtenção de crédito e a obtenção de eletricidade.

A definição dos indicadores do *Doing Business* baseou-se, igualmente, em abordagens teóricas provenientes de investigações aprofundadas e de publicações sobre o papel das instituições no apoio ao desenvolvimento económico. Além disso, os documentos de referência que estão na base da metodologia desenvolvida para cada um dos conjuntos de indicadores do *Doing Business* determinaram a importância das regras e regulamentos em que o *Doing Business* incide nos resultados económicos, como podem ser os volumes de comércio, o investimento direto estrangeiro, a capitalização bolsista e o crédito privado como percentagem do PIB.<sup>2</sup>

O *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* abrange cinco conjuntos de indicadores (ou tópicos) *Doing Business*: abertura de empresas, obtenção de

FIGURA 7.2 Comparação da regulamentação a nível local: estudos subnacionais do *Doing Business*



alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos. Estes conjuntos de indicadores *Doing Business* foram selecionados com base na sua relevância no contexto de cada país e na sua capacidade de mostrarem variações entre as cidades abrangidas.

Alguns indicadores do *Doing Business* atribuem uma pontuação mais alta quando as economias contam com instituições com maior regulação, mas com melhor desempenho (como os tribunais). Na área da proteção dos investidores minoritários, por exemplo, são atribuídas pontuações mais altas quando os requisitos de divulgação em transações com partes relacionadas são mais estritos. São também atribuídas pontuações mais altas a formas simplificadas de aplicar a regulamentação, que permitam manter os custos de conformidade para as empresas baixos, como, por exemplo, simplificando as formalidades de abertura de empresas com a implementação de um balcão único ou de um único portal de internet. Finalmente, as pontuações do *Doing Business* recompensam as economias que aplicam à regulamentação uma abordagem baseada no risco, como forma de lidar com preocupações sociais e ambientais, como, por exemplo, impondo uma carga regulatória maior às atividades que representem um alto risco para a população e uma carga menor para atividades de menor risco. Assim, as economias com uma classificação mais alta na facilidade para fazer negócios não são forçosamente aquelas onde não existe regulamentação, mas sim aquelas em que os governos conseguiram criar regras que facilitam as interações no mercado, sem travar desnecessariamente o desenvolvimento do setor privado.

### **A distância até a fronteira e a facilidade para fazer negócios**

Para fornecer diferentes perspectivas sobre os dados, o *Doing Business* apresenta dados relativamente a indicadores individuais e a duas medidas agregadas: a medida da distância até a fronteira e a classificação da facilidade para fazer

negócios. Este relatório incide apenas na distância até à fronteira e na classificação relativos a conjuntos de indicadores individuais.

A medida da distância até à fronteira ajuda a avaliar o nível absoluto de desempenho regulatório e como este melhora ao longo do tempo. Esta medida mostra a distância a que uma economia se situa da “fronteira”, que representa o melhor desempenho observado, em termos de cada um dos indicadores, em todas as economias da amostra do *Doing Business* desde 2005, ou o terceiro ano em que os dados foram recolhidos para cada indicador. A fronteira é definida como o maior valor possível de cada indicador, calculado sob a forma de pontuação, como, por exemplo, o índice da força dos direitos legais ou o índice da qualidade da administração de terras. Isto põe em evidência a lacuna entre o desempenho de uma determinada economia e o melhor desempenho registado, em qualquer momento, e ajuda a avaliar a variação absoluta no ambiente regulatório da economia ao longo do tempo, tal como medida pelo *Doing Business*. A distância até à fronteira é calculada primeiro para cada tópico, calculando-se a seguir a média de todos os tópicos para obter a distância até à fronteira agregada. A classificação da facilidade para fazer negócios complementa a medida da distância até à fronteira, ao fornecer informações sobre o desempenho de uma determinada economia em matéria de regulamentação empresarial relativamente ao desempenho de outras economias, tal como medido pelo *Doing Business*.

O *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* inclui classificações relativas a 25 cidades em cinco tópicos: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos. A distância até à fronteira de cada indicador reflete a lacuna existente entre o desempenho de uma determinada cidade e as melhores práticas a nível global. Na abertura de empresas, por exemplo, a

Nova Zelândia apresenta o menor número de procedimentos necessários (um) e o menor tempo para os realizar (0,5 dia). A Eslovénia tem o menor custo (0,0) e a Austrália, a Colômbia e mais de 100 outras economias não possuem qualquer requisito de capital social mínimo (quadro 7.2).

O *Doing Business* utiliza uma abordagem simples de cálculo da média para ponderar as componentes dos indicadores, calcular classificações e determinar a medida da distância até à fronteira.<sup>3</sup> Cada tópico abordado pelo *Doing Business* está relacionado com um aspeto diferente do ambiente regulatório empresarial. As pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) e as classificações de cada economia variam, muitas vezes consideravelmente, conforme os tópicos, indicando que o forte desempenho de uma economia numa determinada área de regulamentação pode coexistir com um fraco desempenho noutra área. Uma forma de avaliar a variabilidade do desempenho regulatório de uma economia é observar as suas pontuações DAF nos diferentes tópicos. Marrocos, por exemplo, tem uma distância até à fronteira total de 67,91, o que significa que está a dois terços do caminho para o melhor desempenho. A sua distância até à fronteira é de 92,46 na abertura de empresas, 85,72 no pagamento de impostos e 81,12 no comércio transfronteiriço. Ao mesmo tempo, apresenta uma distância até à fronteira de 34,03 na resolução de insolvências, 45,00 na obtenção de crédito e 58,33 na proteção de investidores minoritários.

### **Cálculo da medida da distância até à fronteira**

O cálculo da medida da distância até à fronteira para cada economia envolve duas etapas principais. Na primeira etapa, cada um dos indicadores é normalizado numa unidade comum, em que cada um dos 36 indicadores  $y$  (exceto a taxa de imposto total) é redimensionado usando a transformação linear  $(\text{pior} - y) / (\text{pior} - \text{fronteira})$ . Nesta fórmula, a fronteira

QUADRO 7.2 Qual é a fronteira na prática regulatória?

Tópico e indicador	Quem define a fronteira	Fronteira	Pior
<b>Abertura de empresas</b>			
Procedimentos (número)	Nova Zelândia	1	18 <sup>a</sup>
Tempo (dias)	Nova Zelândia	0,5	100 <sup>b</sup>
Custo (% do rendimento per capita)	Eslovénia	0,0	200,0 <sup>b</sup>
Capital mínimo (% do rendimento per capita)	Austrália; Colômbia <sup>c</sup>	0,0	400,0 <sup>b</sup>
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>			
Procedimentos (número)	Nenhuma economia alcançou a fronteira desde 1 de Junho de 2017.	5	30 <sup>a</sup>
Tempo (dias)	Nenhuma economia alcançou a fronteira desde 1 de Junho de 2017.	26	373 <sup>b</sup>
Custo (% do valor do armazém)	Nenhuma economia alcançou a fronteira desde 1 de Junho de 2017.	0,0	20,0 <sup>b</sup>
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)	Luxemburgo; Nova Zelândia; Emirados Árabes Unidos	15	0 <sup>d</sup>
<b>Obtenção de electricidade</b>			
Procedimentos (número)	Alemanha; República da Coreia <sup>e</sup>	3	9 <sup>a</sup>
Tempo (dias)	República da Coreia; St. Kitts and Nevis; Emirados Árabes Unidos	18	248 <sup>b</sup>
Custo (% do rendimento per capita)	Japão	0,0	8.100,0 <sup>b</sup>
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)	Bélgica; Irlanda; Malásia <sup>f</sup>	8	0 <sup>d</sup>
<b>Registo de propriedades</b>			
Procedimentos (número)	Geórgia; Noruega; Portugal; Suécia	1	13 <sup>a</sup>
Tempo (dias)	Geórgia; Nova Zelândia	1	210 <sup>b</sup>
Custo (% do valor do armazém)	Arábia Saudita	0,0	15,0 <sup>b</sup>
Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)	Nenhuma economia alcançou ainda a fronteira.	30	0 <sup>d</sup>
<b>Execução de contratos</b>			
Tempo (dias)	Singapura	120	1.340 <sup>b</sup>
Custo (% do valor da dívida)	Bhutan	0,1	89,0 <sup>b</sup>
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)	Nenhuma economia alcançou ainda a fronteira.	18	0 <sup>d</sup>

Fonte: Base de dados do *Doing Business*.

a. Pior desempenho é definido como o percentil 99 entre todas as economias medidas pelo *Doing Business*.

b. Pior desempenho é definido como o percentil 95 entre todas as economias medidas pelo *Doing Business*.

c. Mais de 100 outras economias também têm um requisito de capital mínimo realizado de 0.

d. Pior desempenho é o pior valor registado.

e. Em 17 outras economias também não leva mais do que 3 procedimentos para obter uma ligação eléctrica.

f. Outras 27 economias também têm uma pontuação de 8 no índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas.

representa o melhor desempenho a nível do indicador em todas as economias desde 2005 ou o terceiro ano em que foram recolhidos dados para o indicador. Tanto o melhor desempenho como o pior desempenho são estabelecidos a cada cinco anos, com base nos dados do *Doing Business* relativos ao ano em que são estabelecidos, e permanecem nesse nível durante cinco anos, independentemente de quaisquer alterações que se registem nos dados nos anos intermédios. Assim, uma economia pode estabelecer a fronteira para um determinado indicador, mesmo que já não se situe na fronteira no ano seguinte.

Na mesma fórmula, para mitigar os efeitos dos valores atípicos extremos na distribuição dos dados redimensionados para a maioria dos indicadores (muito poucas economias precisam de 700 dias para realizar os procedimentos necessários para abrir uma empresa, mas muitas precisam de 9), o pior desempenho é calculado após a remoção dos valores atípicos. A definição dos valores atípicos baseia-se na distribuição de cada indicador. Para simplificar o processo, foram definidas duas regras: utiliza-se o percentil 95 para os indicadores com as distribuições mais dispersas (incluindo o capital mínimo e os indicadores de tempo

e custo), e o percentil 99 para o número de procedimentos (figura 7.3).

Na segunda etapa, as pontuações obtidas para cada um dos indicadores, em relação a cada economia, são agregadas através do cálculo da média simples do tópico cujo desempenho está a ser medido e classificado; no que se refere às 25 cidades do *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*, isto é feito no que toca à abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de electricidade, registo de propriedades e execução de contratos. Os métodos de



agregação mais complexos – tais como os das componentes principais e das componentes não observáveis - geram uma classificação quase idêntico à média simples usada pelo *Doing Business*.<sup>4</sup> Portanto, o *Doing Business* usa o método mais simples: pondera todos os tópicos de forma igual e, dentro de cada tópico, atribui o mesmo peso a cada uma das suas componentes.

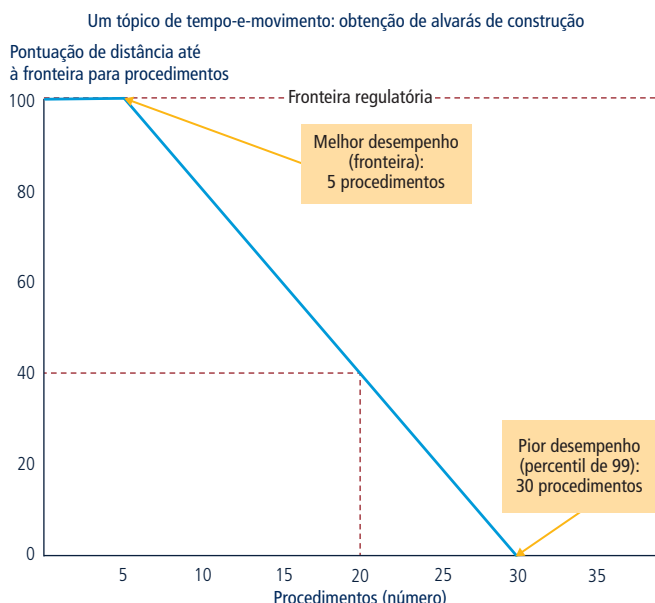
A distância até à fronteira de uma determinada zona é indicada numa escala de 0 a 100, em que 0 representa o pior desempenho e 100 a fronteira. Todos os cálculos da distância até à fronteira se baseiam num máximo de cinco casas decimais. No entanto, os cálculos da classificação dos indicadores e os cálculos da classificação da facilidade para fazer negócios baseiam-se em duas casas decimais.

### FATORES NÃO MEDIDOS PELO DOING BUSINESS E PELO DOING BUSINESS SUBNACIONAL

Há muitas áreas políticas importantes que não estão cobertas pelo *Doing Business*, e mesmo nas áreas em que o relatório incide, o seu âmbito é restrito (quadro 7.3). O *Doing Business* não mede toda a variedade de fatores, políticas e instituições que afetam a qualidade do ambiente empresarial de uma economia ou a sua competitividade nacional. Não cobre, por exemplo, os aspetos da dimensão do mercado, a estabilidade macroeconómica, o desenvolvimento do sistema financeiro, a qualidade da mão-de-obra ou a incidência do suborno e da corrupção.

A área de incidência é deliberadamente restrita, mesmo dentro do conjunto relativamente pequeno de indicadores incluídos no *Doing Business*. Dando um exemplo, o *Doing Business* cobre o tempo e o custo do processo logístico de exportação e importação de mercadorias nos indicadores relativos ao comércio transfronteiriço, mas não o custo das tarifas

FIGURA 7.3 Como são calculadas as pontuações da distância até à fronteira para cada indicador? Exemplo



Fonte: Base de dados *Doing Business Subnacional*.

ou do transporte internacional. Através destes indicadores, o *Doing Business* oferece uma perspectiva restrita dos desafios que as empresas enfrentam a nível de infraestruturas, particularmente nos países em desenvolvimento. Não aborda a medida em que o facto das estradas, os caminhos-de-ferro, os portos e as comunicações serem inadequados pode aumentar os custos das empresas e

prejudicar a competitividade (exceto na medida em que os indicadores sobre o comércio transfronteiriço medem indiretamente a qualidade dos portos e das ligações fronteiriças). Tal como acontece com os indicadores sobre o comércio transfronteiriço, nem todos os aspetos da legislação comercial estão abrangidos pelos indicadores sobre a abertura de empresas ou sobre a proteção dos

#### QUADRO 7.3 Aquilo que o *Doing Business* não cobre

##### Exemplos de áreas não cobertas

Estabilidade macroeconómica

Desenvolvimento do sistema financeiro

Qualidade do mercado de trabalho

Incidência de subornos e corrupção

Tamanho do mercado

Falta de segurança

##### Exemplos de aspectos não incluídos nas áreas cobertas

No pagamento de impostos, as taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Na obtenção de crédito, a posição sobre política monetária e as respectivas condições de facilidade ou dificuldade de crédito para as empresas

No comércio entre fronteiras, tarifas ou subsídios de exportação ou importação

Na resolução de insolvência, regras de falência pessoal

investidores minoritários. E apesar do *Doing Business* apenas medir alguns aspetos de cada uma das áreas cobertas, as reformas em matéria de regulamentação empresarial não se devem centrar apenas nesses aspetos, pois aqueles que o *Doing Business* não mede são igualmente importantes.

O *Doing Business* não tenta quantificar todos os custos e benefícios de uma determinada lei ou regulamento para a sociedade como um todo. Os indicadores sobre o pagamento de impostos medem a taxa de imposto total, que, isoladamente, representa um custo para as empresas. No entanto, os indicadores não medem - nem pretendem medir - os benefícios dos programas sociais e económicos financiados com receitas fiscais. A avaliação da qualidade e eficiência da regulamentação empresarial representa apenas um contributo no debate sobre a carga regulatória associada ao alcance dos objetivos regulatórios, os quais podem diferir segundo as economias.

## VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA

A metodologia do *Doing Business* foi concebida para ser uma forma de avaliar aspetos específicos da regulamentação empresarial facilmente replicável. Ao utilizar os dados, é conveniente compreender as suas vantagens e limitações (quadro 7.4).

Garantir a comparabilidade dos dados num conjunto global de economias é um fator-chave nos indicadores do *Doing Business*, que são desenvolvidos em torno de estudos de caso padronizados, com pressupostos específicos. Um desses pressupostos é a empresa-padrão (o tema do estudo de caso do *Doing Business*) estar localizada na maior cidade comercial de uma economia. A realidade é que as regulamentações empresariais e a sua aplicação podem diferir dentro de um mesmo país, particularmente em estados federais e grandes economias.

Mas recolher dados relativos a todas as jurisdições relevantes em cada uma das 190 economias abrangidas pelo *Doing Business* não é viável. No entanto, o *Doing Business* complementa os indicadores globais com estudos subnacionais, nos casos em que os responsáveis políticos estejam interessados em gerar dados a nível local, e não apenas ao nível da sua maior cidade comercial. Além disso, a cobertura foi estendida à segunda maior cidade de negócios das economias com uma população superior a 100 milhões de pessoas (em 2013) no *Doing Business 2015*.

O *Doing Business* reconhece as limitações da padronização dos casos e dos seus pressupostos. Mas, embora tais pressupostos surjam em detrimento do geral, por outro lado ajudam a garantir a comparabilidade dos dados. Alguns dos tópicos do *Doing Business* são complexos, pelo que é importante que os casos-padrão sejam definidos com cuidado. Por exemplo, os casos-padrão geralmente envolvem sociedades de

responsabilidade limitada ou o seu equivalente legal. Existem duas razões para isso. Em primeiro lugar, as sociedades de responsabilidade limitada são a forma de empresa predominante (em empresas com mais de um proprietário) em muitas economias de todo o mundo. Em segundo lugar, esta escolha reflete o foco do *Doing Business* na expansão de oportunidades de empreendedorismo: os investidores são incentivados a lançar-se nos negócios quando as potenciais perdas se limitam apenas à sua participação de capital.

Outro pressuposto subjacente aos indicadores do *Doing Business* é que os empreendedores conhecem e cumprem as regulamentações aplicáveis, embora, na prática, possam não saber o que é necessário fazer ou como cumprir as regulamentações e possam perder bastante tempo a tentar descobrir. Por outro lado, podem evitar o seu cumprimento de forma intencional, não se registando na segurança social, por exemplo. As empresas podem, ainda, optar pelo

QUADRO 7.4 Vantagens e limitações da metodologia do *Doing Business*

Característica	Vantagens	Limitações
Uso de cenários padrão	Torna os dados comparáveis entre várias economias e a metodologia transparente, usando cenários de caso comuns à escala global	Reduz o escopo dos dados; apenas reformas regulatórias nas áreas medidas podem ser sistematicamente monitorizadas; os cenários de caso podem não ser os mais comuns numa dada economia
Foco na maior cidade de negócios <sup>a</sup>	Torna a recolha de dados comportável (eficiente em termos de custo) e os dados comparáveis	Reduz a representatividade dos dados para uma economia se existirem diferenças significativas entre localidades
Foco no sector doméstico e formal	Centra a atenção no sector formal - no qual as regulamentações assumem relevância e as empresas são mais produtivas	Impossibilidade de refletir a realidade para o sector informal - importante quando este é significativo - ou para empresas estrangeiras quando estas enfrentem um conjunto diferente de dificuldades
Dependência dos peritos inquiridos	Assegura que os dados reflectem o conhecimento daqueles com maior experiência na realização das transações medidas	Indicadores menos capazes de obter variação nas experiências entre empreendedores
Foco na lei	Torna os indicadores "accionáveis" - porque a lei é o que os decisores políticos podem alterar	Na medida em que o cumprimento com a lei seja insuficiente, as alterações regulatórias não atingirão a plenitude dos resultados desejados

Fonte: Base de dados do *Doing Business*.

a. Em economias com uma população superior a 100 milhões desde 2013, o *Doing Business* cobre regulamentações de negócios tanto na maior cidade como na segunda maior cidade de negócios. Os estudos subnacionais *Doing Business* vão além da maior cidade de negócios de uma determinada região ou país.

suborno e por outros acordos informais destinados a contornar as regras, quando a regulamentação é particularmente onerosa - um aspeto que ajuda a explicar as diferenças entre os dados de jure fornecidos pelo *Doing Business* e as informações de facto oferecidas pelo Inquérito ao Empreendedorismo do Banco Mundial.<sup>5</sup> Os níveis de informalidade tendem a ser maiores em economias com regulamentações particularmente pesadas. Em comparação com as suas homólogas do setor formal, as empresas do setor informal normalmente crescem mais lentamente, têm menos acesso ao crédito e empregam menos trabalhadores, os quais permanecem ainda fora da proteção da lei do trabalho e, de uma forma geral, de outras proteções legais previstas na lei.<sup>6</sup> As empresas do setor informal também têm menos probabilidade de pagar impostos. O *Doing Business* mede um conjunto de fatores que ajudam a explicar a ocorrência da informalidade e fornecem aos decisores políticos informações sobre possíveis áreas suscetíveis de reforma regulatória.

### A RECOLHA DE DADOS NA PRÁTICA

Os dados do *Doing Business* baseiam-se numa leitura detalhada das leis e regulamentos nacionais, bem como dos requisitos administrativos. O relatório *Doing Business 2018* abrange 190 economias, incluindo algumas das economias mais pequenas e mais pobres do mundo, em relação às quais existem poucos ou quase nenhuns dados disponíveis de outras fontes. Para a recolha de dados são realizadas várias rondas de comunicação com especialistas (tanto agentes do setor privado como agentes do governo), as quais consistem em respostas a questionários, teleconferências, correspondência escrita e visitas da equipe. O *Doing Business* conta com quatro fontes principais de informação: a legislação e regulamentação relevante, os inquiridos do *Doing Business*, os governos das economias abrangidas e a equipe regional do Grupo Banco Mundial (figura 7.4). Para obter uma explicação detalhada sobre a

metodologia do *Doing Business*, consultar as Notas sobre os Dados.

O *Doing Business Subnacional* emprega métodos semelhantes de recolha de dados. No entanto, os estudos subnacionais do *Doing Business* são realizados de acordo com a procura dos clientes e não seguem o mesmo calendário que as publicações globais do *Doing Business*.

### Leis e regulamentos aplicáveis

Os indicadores apresentados no *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* baseiam-se em leis e regulamentos. Para além de participar em entrevistas ou de preencher questionários escritos, os especialistas inquiridos forneceram referências às leis, aos regulamentos e às tabelas de honorários aplicáveis, as quais foram recolhidas e analisadas pela equipe do *Doing Business Subnacional*.

A equipe recolhe os textos das leis e regulamentos aplicáveis e verifica as respostas dos questionários quanto à sua

FIGURA 7.4 Como é que o *Doing Business* recolhe e verifica os dados



precisão. A seguir examina o código de processo civil, por exemplo, para verificar qual o número máximo de adiamentos permitidos num tribunal relativamente a um litígio comercial, e ler o código sobre insolvências para apurar se o devedor pode efetuar procedimentos de liquidação ou recuperação. Este e outro tipo de legislação está disponível na biblioteca de direito do portal do *Doing Business*.<sup>7</sup> Como o processo de recolha de dados envolve a atualização anual de uma base de dados estabelecida, ter uma amostra muito grande de inquiridos não é estritamente necessário. De uma forma geral, o papel dos colaboradores é basicamente consultivo - ajuda a equipe do *Doing Business* a localizar e a compreender a legislação e a regulamentação pertinentes. Os rendimentos diminuem rapidamente com a ampliação do conjunto de colaboradores. Não obstante, o número de colaboradores aumentou 40% entre 2010 e 2016.

A equipe realiza consultas alargadas com vários colaboradores para minimizar os erros de medição no que se refere ao resto dos dados. Nalguns indicadores, como, por exemplo, os relacionados com a obtenção de alvarás de construção, a execução de contratos e a resolução de insolvências, a componente do tempo e parte da componente do custo (em que faltam as tabelas de honorários) baseiam-se na prática real e não no que está escrito nos livros. Isto introduz um aspeto de julgamento por parte dos inquiridos sobre aquilo que é a prática real. Quando os inquiridos discordam, os indicadores de tempo apresentados pelo *Doing Business* representam os valores médios das várias respostas, partindo dos pressupostos do caso-padrão.

### Peritos inquiridos

Para a elaboração do relatório *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*, mais de 700 profissionais das quatro economias ajudaram a fornecer os dados que compõem as cinco zonas abrangidas. O portal do *Doing Business Subnacional* e a secção de agradecimentos deste

relatório enumeram os nomes e as credenciações dos inquiridos que desejam ser reconhecidos. Seleccionados com base nas suas competências especializadas, os inquiridos são profissionais que habitualmente gerem ou dão aconselhamento sobre requisitos legais e regulatórios nas áreas específicas abrangidas pelo *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*. Devido à incidência do estudo nos mecanismos legais e regulatórios, a maioria dos inquiridos são profissionais do Direito, tais como advogados ou notários. Os arquitetos, engenheiros e outros profissionais responderam aos questionários relacionados com a obtenção de alvarás de construção e a obtenção de eletricidade. A informação incluída nos indicadores foi também fornecida por alguns funcionários públicos (tais como conservadores do registo comercial ou predial). Os indicadores também incluem informações dadas por funcionários dos governos locais e nacionais, e por juízes.

Seguindo a abordagem metodológica padrão relativa aos estudos dos tempos e movimentos, o *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* decompõe cada procedimento ou transação, como, por exemplo, a abertura de uma empresa ou o registo de um imóvel, em etapas separadas, para garantir uma melhor avaliação do tempo. A estimativa de tempo para cada etapa foi dada por profissionais com grande experiência nas transações em questão, por lidarem com este tipo de procedimentos de forma habitual.

Há dois motivos principais que justificam o facto da metodologia de recolha de dados do *Doing Business* não incluir inquéritos às empresas. O primeiro prende-se com a frequência com que as empresas se envolvem nas transações abrangidas pelos indicadores, que é geralmente baixa. Ou seja, uma empresa só passa pelo processo de abertura uma única vez na sua existência, ao passo que um advogado de Direito Comercial pode realizar 10 transações desse tipo por

mês. Os advogados de Direito Comercial e outros especialistas que fornecem informações ao *Doing Business* estão, portanto, mais capacitados para avaliar o processo de abertura de um negócio do que as empresas. Por outro lado, estão constantemente atualizados quanto aos regulamentos e práticas em vigor, ao passo que uma empresa terá provavelmente lidado com um conjunto de regras diferente aquando da sua constituição, anos antes. O segundo motivo prende-se com o facto dos questionários do *Doing Business* geralmente reunirem informações legais, com as quais as empresas provavelmente não estão familiarizadas. Por exemplo, poucas empresas estarão a par de todos os procedimentos legais que a resolução de um litígio comercial pelos tribunais envolve, mesmo que elas próprias tenham passado por esse processo. Mas um advogado de contencioso terá pouca dificuldade em fornecer as informações solicitadas relativamente a todos os processos.

### Os Governos e a equipe do Grupo Banco Mundial

Após a análise das leis e regulamentos, e da realização de entrevistas de acompanhamento aos inquiridos do *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*, a equipe do *Doing Business Subnacional* partilhou as conclusões preliminares do relatório com os governos e os organismos públicos a nível nacional e local. Através deste processo, as autoridades governamentais tiveram a oportunidade de comentar os dados preliminares, tanto em reuniões com os representantes do Grupo Banco Mundial, como por escrito. O debate e os comentários dos representantes das entidades públicas demonstraram ser atividades importantes, não só para melhorar a qualidade do relatório, mas também para incentivar o diálogo entre os governos locais e o Grupo Banco Mundial a nível subnacional.

## UTILIDADE DOS DADOS DO DOING BUSINESS

O *Doing Business* foi desenvolvido a ter em conta, sobretudo, dois tipos de utilizadores: os responsáveis políticos e os investigadores.<sup>8</sup> Trata-se de uma ferramenta que os governos podem utilizar na elaboração de políticas regulatórias empresariais sólidas. No entanto, os dados do *Doing Business* têm uma abrangência limitada e devem ser complementados com outras fontes de informação. O *Doing Business* incide em algumas regras específicas que são relevantes para os estudos de caso concretos analisados. Tais regras e estudos de caso ilustram o ambiente regulatório empresarial, mas não constituem uma descrição abrangente desse ambiente. Ao fornecer um conjunto de dados exclusivo que permite fazer análises que visam uma melhor compreensão do papel da regulamentação empresarial no desenvolvimento económico, o *Doing Business* representa também uma importante fonte de informação para os investigadores.

### Os governos e os responsáveis políticos

O *Doing Business* oferece aos responsáveis políticos uma ferramenta de benchmarking útil para incentivar o debate político, expondo os potenciais desafios, e identificando as boas práticas e as lições aprendidas. Apesar do foco dos indicadores ser restrito, o debate inicial sobre os resultados que o estudo põe de relevo numa economia, normalmente transforma-se numa discussão mais profunda sobre as áreas em que a reforma regulatória empresarial é necessária, incluindo áreas que vão muito para além das medidas pelo *Doing Business*.

Muitos dos indicadores do *Doing Business* podem ser considerados acionáveis. Por exemplo, os governos podem estabelecer o capital mínimo para as novas empresas, investir em registos comerciais e prediais para

aumentar a sua eficiência, ou melhorar a eficiência da administração fiscal, adotando a tecnologia mais recente para facilitar a preparação, preenchimento e pagamento de impostos pela comunidade empresarial, e podem, igualmente, empreender reformas no setor judicial para diminuir os atrasos na execução dos contratos. Mas alguns dos indicadores do *Doing Business* incidem em procedimentos, tempos e custos que envolvem participantes do setor privado, tais como advogados, notários, arquitetos, eletricitistas ou despachantes. Os governos podem ter pouca influência, a curto prazo, nas tarifas cobradas por estas profissões, embora muito possa ser alcançado reforçando os regimes de concessão de licenças profissionais e impedindo a concorrência desleal. E os governos não têm qualquer controlo sobre a localização geográfica da sua economia, um fator que pode afetar negativamente as empresas.

Embora muitos dos indicadores do *Doing Business* sejam acionáveis, isso não significa necessariamente que todos devam ser acionados num determinado contexto. As reformas da regulamentação empresarial são apenas um elemento numa estratégia que vise melhorar a competitividade e estabelecer uma base sólida para um crescimento económico sustentável. Há muitos outros objetivos importantes a alcançar, tais como a gestão eficaz das finanças públicas, uma atenção adequada à educação e à formação, a adoção das tecnologias mais recentes para aumentar a produtividade económica e a qualidade dos serviços públicos, e uma atenção adequada à qualidade do ar e da água para salvaguardar a saúde pública. Os governos têm de decidir qual é o conjunto de prioridades que melhor responde às suas necessidades. Dizer que os governos devem trabalhar na elaboração de um conjunto de regras razoáveis para a atividade do setor privado (tal como consta, por exemplo, dos indicadores do *Doing Business*) não sugere que isso deva acontecer em detrimento de outros objetivos políticos meritórios.

Ao longo da última década, os governos recorreram cada vez mais ao *Doing Business* como repositório de dados acionáveis e objetivos que fornecem informações únicas sobre as boas práticas levadas a cabo em todo o mundo, pois entenderam a importância da regulamentação empresarial como força motriz da competitividade. Para assegurar a coordenação de esforços entre agências, economias como a Colômbia, a Malásia e a Rússia formaram comités de reforma regulatória. Estes comités utilizam os indicadores do *Doing Business* como umas das suas referências na elaboração de programas de melhoramento do ambiente empresarial. Mais de 40 outras economias também formaram comités como estes. Na Ásia Oriental e no Pacífico, incluem o Brunei Darussalam, a Indonésia, a República da Coreia, as Filipinas, Taiwan, a China e a Tailândia. No Médio Oriente e Norte da África incluem a República Árabe do Egito, o Kuwait, Marrocos, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. No sul da Ásia incluem a Índia e o Paquistão. Na Europa e na Ásia Central incluem a Albânia, a Croácia, a Geórgia, o Cazaquistão, o Kosovo, a República do Quirguistão, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a Moldávia, o Montenegro, a Polónia, o Tajiquistão, a Ucrânia e o Uzbequistão. Na África subsariana incluem o Burundi, a República Democrática do Congo, a República do Congo, a Costa do Marfim, a Guiné, o Quênia, a Libéria, o Malawi, o Mali, a Maurícia, a Nigéria, o Ruanda, a Serra Leoa, o Togo, a Zâmbia e o Zimbábue. E na América Latina, incluem o Chile, a Costa Rica, a República Dominicana, a Guatemala, o México, o Panamá e o Peru.

Muitas economias partilham conhecimentos sobre o processo de reforma regulatória relacionado com as áreas medidas pelo *Doing Business*. Entre os fóruns mais comuns para a partilha destes conhecimentos incluem-se os eventos de aprendizagem entre pares: workshops em que os representantes de diferentes governos de uma determinada

região, ou mesmo de todo o mundo, se reúnem para debater os desafios da reforma regulatória e compartilhar as suas experiências.

### Grupos de reflexão e outros grupos de investigação

Os dados do *Doing Business* são amplamente utilizados por grupos de reflexão e outros grupos de pesquisa, tanto para elaborar documentos de pesquisa como para desenvolver novos índices.

Muitos trabalhos de investigação puseram em evidência a importância da regulamentação empresarial, demonstrando a relação entre esta e os diferentes resultados económicos.<sup>9</sup> Uma das questões mais citadas, em termos teóricos, é que o excesso de regulamentação empresarial afeta o desempenho económico e o desenvolvimento, tornando o envolvimento na economia formal demasiado caro para as empresas, e levando-as a decidir não investir ou a optar pela economia informal. Estudos recentes realizaram testes empíricos abrangentes desta proposta, usando o *Doing Business* e outros indicadores. De acordo com um desses estudos, no México uma reforma que simplificava o registo comercial dos municípios mexicanos aumentou o registo em 5% e o trabalho remunerado em 2,2%, e, como resultado do aumento da concorrência, reduziu o rendimento das empresas estabelecidas em 3%.<sup>10</sup> As reformas do registo comercial no México também levaram a que 14,9% dos proprietários das empresas informais mudassem para a economia formal.<sup>11</sup>

Têm sido empregues esforços consideráveis no estudo da relação entre a regulamentação governamental sobre a entrada de empresas no mercado e o crescimento do emprego. A investigação em Portugal constatou que as reformas empresariais reduziram o tempo e os custos de constituição de uma empresa, aumentando em 17% o número de novas empresas e em 7% o número de novos postos de trabalho criados mensalmente por cada 100.000 habitantes. Os estudos

concluíram que havia uma maior probabilidade destas novas empresas pertencerem a mulheres do que antes das reformas, embora as mesmas tendessem a ser de menor dimensão, chefiadas por empreendedores menos experientes e menos instruídos, e com vendas mais baixas por trabalhador.<sup>12</sup>

Em muitas economias, as empresas que se dedicam ao comércio internacional têm de fazer face a elevados custos comerciais relacionados com transportes, logística e regulamentação, restringindo a sua competitividade e impedindo-as de tirar o máximo partido da sua capacidade produtiva. Com a existência dos indicadores *Doing Business* sobre comércio transfronteiriço - que medem o tempo, e os custos processuais e monetários da exportação e da importação - vários estudos empíricos avaliaram o modo como os custos comerciais afetam o desempenho das economias em termos de exportação e importação. E um grande número de investigações empíricas demonstrou que uma infraestrutura eficiente e um ambiente de negócios saudável estão associados de forma positiva a um bom desempenho em matéria de exportações.<sup>13</sup>

Mas embora a melhoria da eficiência das infraestruturas e da logística comercial traga benefícios comprovados para a balança comercial das economias, bem como para os operadores, os atrasos relacionados com o tempo de trânsito podem reduzir as exportações. Um estudo que analisou a importância da logística comercial constatou que o aumento de um dia no tempo de trânsito reduzia as exportações numa média de 7% na África subsariana.<sup>14</sup> Outro estudo descobriu que os atrasos nos transportes têm um impacto particularmente forte nas economias sem litoral e em produtos agrícolas e de transformação dependentes do fator tempo, reduzindo o comércio em mais de 1% por cada dia de atraso.<sup>15</sup> Os atrasos no desalfandegamento também afetam a capacidade de exportação de uma empresa, em particular quando as mercadorias se destinam a novos clientes.<sup>16</sup>

As pesquisas mostram que o ambiente regulatório é importante no impacto do comércio. Um aumento de 1% no comércio está associado a um aumento de mais de 0,5% no rendimento per capita de economias com uma regulamentação sobre a entrada de novas empresas flexível, mas não tem efeitos positivos nas economias com uma regulamentação mais rígida.<sup>17</sup> As pesquisas também descobriram que, embora os compradores domésticos beneficiem por poder escolher entre bens de qualidades e preços variáveis, a concorrência nas importações exerce muito pouca influência na melhoria da qualidade das economias de alto rendimento da OCDE que aplicam uma regulamentação complexa, não afetando a melhoria da qualidade das economias não pertencentes à OCDE que possuem, também, uma regulamentação complexa.<sup>18</sup> Assim, os potenciais ganhos para os consumidores resultantes da concorrência nas importações são menores quando a regulamentação é complexa.

O *Doing Business* mede aspectos da regulamentação empresarial que afetam as empresas domésticas. No entanto, as pesquisas mostram que uma melhor regulamentação empresarial, tal como medida pelo *Doing Business*, está associada a níveis mais altos de investimento estrangeiro direto.<sup>19</sup> Além disso, um estudo descobriu que o investimento estrangeiro direto pode tanto travar como fomentar o investimento doméstico na economia anfitriã, dependendo do quão favorável for a regulamentação relativa à entrada de novas empresas. De facto, o estudo mostra que o investimento estrangeiro direto pode causar a exclusão do investimento doméstico em economias com processos de abertura de empresas caros.<sup>20</sup> Outro estudo mostra que as economias com uma maior integração no mercado internacional beneficiam, em geral, de processos mais fáceis e mais simples de abertura de empresas.<sup>21</sup>

Alguns trabalhos empíricos recentes demonstram a importância de se poder contar com regulamentações bem

elaboradas no mercado de crédito e com sistemas judiciais que funcionem bem na recuperação de dívidas. Uma reforma que tornou a legislação em matéria de falências mais eficiente na Colômbia, por exemplo, melhorou significativamente a taxa de recuperação das empresas viáveis.<sup>22</sup> Num estudo que implicou várias economias, a introdução de registos de garantias para bens móveis demonstrou aumentar o acesso das empresas ao financiamento em cerca de 8%.<sup>23</sup> Na Índia, o estabelecimento de tribunais de recuperação de dívidas reduziu os empréstimos improdutivos em 28% e baixou as taxas de juros dos empréstimos maiores, sugerindo que um processamento mais rápido dos casos de recuperação de dívidas levava à diminuição do custo do crédito.<sup>24</sup> Uma revisão aprofundada dos fluxos bancários a nível global revelou que as empresas localizadas em economias com melhores sistemas de partilha de informações sobre crédito e com um maior estabelecimento de sucursais registam uma menor taxa de evasão fiscal.<sup>25</sup> Constatou-se, igualmente, que o fortalecimento dos direitos dos acionistas reduz as fricções financeiras, sobretudo no caso de empresas com um grande financiamento externo relativamente ao seu capital social (tais como pequenas empresas ou empresas em dificuldade).<sup>26</sup>

Há também um grande conjunto de estudos teóricos e empíricos que investigam os efeitos de distorção provocados por cargas fiscais elevadas, e por códigos e procedimentos tributários complicados. De acordo com um desses estudos, no Brasil o licenciamento de empresas de distribuição aumentou 13% após uma reforma tributária.<sup>27</sup> Outro estudo concluiu que uma redução de 10% na complexidade tributária é comparável a uma redução de 1% nas taxas efetivas de imposto sobre as sociedades.<sup>28</sup>

A regulamentação do mercado de trabalho, tal como medida pelo *Doing Business*, tem demonstrado ter implicações importantes no mercado de trabalho. De

acordo com um estudo realizado, terminar os estudos num período em que as condições económicas são adversas tem por regra um efeito prejudicial nas oportunidades de emprego posteriores dos trabalhadores. A persistência deste efeito negativo é mais forte em países com uma legislação mais estrita em matéria de proteção do emprego.<sup>29</sup> Uma legislação rígida, no que à proteção do emprego diz respeito, também pode ter consequências negativas a nível da distribuição. Um estudo sobre o Chile, por exemplo, constatou que o endurecimento das regras de segurança no trabalho estava associado a uma diminuição das taxas de emprego dos jovens, dos trabalhadores não qualificados e das mulheres.<sup>30</sup>

Par além deste conjunto de investigações, o *Doing Business* identificou 17 projetos de dados ou de índices diferentes que usam o *Doing Business* como fonte de dados.<sup>31</sup> A maioria usa dados a nível dos indicadores e não a classificação agregada da facilidade para fazer negócios. A abertura de empresas representa o conjunto de indicadores mais utilizado, seguido da regulamentação no mercado de trabalho e do pagamento de impostos. Estas iniciativas normalmente combinam dados do *Doing Business* com dados de outras fontes, para avaliar as economias relativamente a uma determinada dimensão agregada, tal como a competitividade ou a inovação. O Índice de Liberdade Económica da Fundação Heritage, por exemplo, usou seis indicadores do *Doing Business* na medição do grau de liberdade económica do mundo.<sup>32</sup> As economias com melhor pontuação nessas seis áreas tendem também a ter um maior grau de liberdade económica.

Da mesma forma, o Fórum Económico Mundial utiliza dados do *Doing Business* no seu Índice de Competitividade Global, concebido para demonstrar que a competitividade é um fator impulsionador global do crescimento económico. Esta organização também utiliza indicadores do *Doing Business* em quatro outros índices que medem a facilitação do

comércio, a maturidade tecnológica, o desenvolvimento do capital humano e a competitividade no setor das viagens e turismo. Estas fontes, que se encontram disponíveis ao público, expandem os dados gerais sobre o ambiente de negócios gerados pelo *Doing Business*, integrando-os no estudo de outras questões sociais e económicas importantes nas várias economias e regiões. E provam que, considerados de forma individual, os indicadores do *Doing Business* continuam a ser um ponto de partida útil para um conjunto substancial de análises em diferentes áreas e dimensões.

O *Doing Business* contribuiu significativamente para o debate sobre a importância da regulamentação empresarial no desenvolvimento económico. Ao expandir as séries temporais e a abrangência dos dados, com as recentes mudanças na sua metodologia, o *Doing Business* espera continuar a ser uma referência fundamental no futuro.

---

## NOTAS

- Os Inquéritos ao Empreendedorismo do Banco Mundial (*World Bank Enterprise Surveys*) e o *Doing Business* complementam-se como duas faces da mesma moeda. Ambos fornecem informações úteis sobre o ambiente de negócios de uma economia, mas de formas diferentes. O *Doing Business* tem um alcance mais restrito do que os Inquéritos ao Empreendedorismo. Mas, ao incidir em indicadores acionáveis relacionados com a regulamentação empresarial, o *Doing Business* fornece uma orientação clara aos governos que procuram melhorar essa regulamentação. O *Doing Business* usa casos-padrão hipotéticos, enquanto os Inquéritos ao Empreendedorismo usam amostras representativas. Para mais informações sobre os Inquéritos ao Empreendedorismo e o modo como diferem do *Doing Business*, consulte o portal <http://www.enterprisesurveys.org>.
- Estes documentos estão disponíveis no link <http://www.doingbusiness.org/methodology> do portal do *Doing Business*.
- No que se refere à obtenção de crédito, os indicadores são ponderados proporcionalmente, de acordo com sua contribuição para a pontuação total,

- atribuindo-se um peso de 60% ao índice da força dos direitos legais e de 40% ao índice de profundidade das informações sobre crédito. Desta forma, cada ponto incluído nestes índices tem o mesmo valor, independentemente da componente a que pertença. Atribuem-se pesos iguais aos indicadores relativos a todos os outros tópicos.
4. Ver Simeon Djankov, Darshini Manraj, Caralee McLiesh e Rita Ramalho, "Doing Business Indicators: Why Aggregate, and How to Do It" (Banco Mundial, Washington, DC, 2005). Os métodos das componentes principais e das componentes não observáveis geram um ranking quase idêntico ao do método da média simples, porque ambos os métodos atribuem pesos aproximadamente iguais aos tópicos, uma vez que as correlações de paridade entre os indicadores não diferem muito. Uma alternativa ao método da média simples é atribuir pesos diferentes aos tópicos, segundo se considere que têm maior ou menor importância no contexto de uma determinada economia.
  5. Mary Hallward-Driemeier e Lant Pritchett, "How Business Is Done in the Developing World: Deals versus Rules", *Journal of Economic Perspectives* 29, nº 3 (2015): 121-40.
  6. Friedrich Schneider, "The Informal Sector in 145 Countries" (Departamento de Economia da Universidade de Linz, Linz, 2005). Ver também Rafael La Porta e Andrei Shleifer, "The Unofficial Economy and Economic Development", *Tuck School of Business Working Paper* 2009-57 (Faculdade de Dartmouth, Hanover, NH, 2008), disponível em Social Science Research Network (SSRN), <http://ssrn.com/abstract=1304760>.
  7. Para consultar a biblioteca de direito, ver o link: <http://www.doingbusiness.org/law-library> do portal do *Doing Business*.
  8. O foco dos indicadores do *Doing Business* continua a ser o regime regulatório a que devem fazer face as empresas domésticas que se dedicam à atividade económica na maior cidade de uma determinada economia. O *Doing Business* não foi inicialmente concebido para influenciar as decisões dos investidores estrangeiros, embora na prática estes investidores possam considerar os dados úteis como indicador da qualidade do clima de investimento de uma determinada economia. Análises feitas no âmbito do Grupo de Indicadores Globais do Grupo Banco Mundial mostraram que os países em que a atividade económica doméstica beneficia de regras sensatas tendem também a oferecer boas regras para as atividades de investidores estrangeiros a operar na economia local.
  9. Os artigos aqui citados constituem apenas alguns exemplos de pesquisas realizadas nas áreas medidas pelo *Doing Business*. Desde 2003, ano em que o relatório *Doing Business* foi publicado pela primeira vez, já foram publicados em revistas académicas avaliadas pelos pares 2.182 artigos de investigação que debatem o modo como a regulamentação nas áreas medidas pelo *Doing Business* influencia os resultados económicos. E outros 6.296 trabalhos foram publicados on-line.
  10. Miriam Bruhn, "License to Sell: The Effect of Business Registration Reform on Entrepreneurial Activity", *Review of Economics and Statistics* 93, nº 1 (2011): 382-86.
  11. Miriam Bruhn, "A Tale of Two Species: Revisiting the Effect of Registration Reform on Informal Business Owners in Mexico", *Journal of Development Economics* 103 (2013): 275-83.
  12. Lee G. Branstetter, Francisco Lima, Lowell J. Taylor e Ana Venâncio, "Do Entry Regulations Deter Entrepreneurship and Job Creation? Evidence from Recent Reforms in Portugal", *Jornal Económico*, publicado por via eletrónica, 16 de julho de 2013. <https://doi.org/10.1111/econj.12044>.
  13. Alberto Portugal-Perez e John S. Wilson, "Export Performance and Trade Facilitation Reform: Hard and Soft Infrastructure", *World Development* 40, nº 7 (2011): 1295-1307.
  14. Caroline Freund e Nadia Rocha, "What Constrains Africa's Exports?", *World Bank Economic Review* 25, nº 3 (2011): 361-86.
  15. Simeon Djankov, Caroline Freund e Cong S. Pham, "Trading on Time", *Review of Economics and Statistics* 92, no. 1 (2010): 166-73.
  16. Christian Volpe Martincus, Jeronimo Carballo e Alejandro Graziano, "Customs", *Journal of International Economics* 96 (2015): 119-37.
  17. Caroline Freund e Bineswaree Bolaky, "Trade, Regulations, and Income", *Journal of Development Economics* 87 (2008): 309-21.
  18. Mary Amiti e Amit K. Khandelwal, "Import Competition and Quality Upgrading", *Review of Statistics and Economics* 95, nº 2 (2011): 476-90.
  19. Adrian Corcoran e Robert Gillanders, "Foreign Direct Investment and the Ease of Doing Business", *Review of World Economics* 151, nº 1 (2015): 103-26.
  20. Jonathan Munemo, "Business Start-Up Regulations and the Complementarity between Foreign and Domestic Investment", *Review of World Economics* 150, nº 4 (2014): 745-61.
  21. Pehr-Johan Norbäck, Lars Persson e Robin Douhan, "Entrepreneurship Policy and Globalization", *Journal of Development Economics* 110 (2014): 22-38.
  22. Xavier Giné e Inessa Love, "Do Reorganization Costs Matter for Efficiency? Evidence from a Bankruptcy Reform in Colombia", *Journal of Law and Economics* 53, nº 4 (2010): 833-64.
  23. Inessa Love, María Soledad Martínez Pería e Sandeep Singh, "Collateral Registries for Movable Assets: Does Their Introduction Spur Firms' Access to Bank Finance?", *Policy Research Working Paper* 6477 (Banco Mundial, Washington, DC, 2013).
  24. Sujata Visaria, "Legal Reform and Loan Repayment: The Microeconomic Impact of Debt Recovery Tribunals in India", *American Economic Journal: Applied Economics* 1, nº 3 (2009): 59-81.
  25. Thorsten Beck, Chen Lin e Yue Ma, "Why Do Firms Evade Taxes? The Role of Information Sharing and Financial Sector Outreach", *Journal of Finance* 69 (2014): 763-817.
  26. Stijn Claessens, Kenichi Ueda e Yishay Yafeh, "Institutions and Financial Frictions: Estimating with Structural Restrictions on Firm Value and Investment", *Journal of Development Economics* 110 (2014): 107-22.
  27. Joana Monteiro e Juliano J. Assunção, "Coming Out of the Shadows? Estimating the Impact of Bureaucracy Simplification and Tax Cut on Formality in Brazilian Microenterprises", *Journal of Development Economics* 99 (2012): 105-15.
  28. Martina Lawless, "Do Complicated Tax Systems Prevent Foreign Direct Investment?" *Economica* 80, nº 317 (2013): 1-22.
  29. Daiji Kawaguchi e Tetsushi Murao, "Labor-Market Institutions and Long-Term Effects of Youth Unemployment", *Journal of Money, Credit and Banking* 46, S2 (2014): 95-116.
  30. Claudio Montenegro e Carmen Pagés, "Who Benefits from Labor Market Regulations?", *Policy Research Working Paper* 3143 (Banco Mundial, Washington, DC, 2003).
  31. Os 17 projetos ou índices de dados são: o *Open Data Catalog* da Millennium Challenge Corporation; o Índice de Liberdade Económica da Fundação Heritage; o *Global Competitiveness Index*, o *Enabling Trade Index*, o *Networked Readiness Index* (juntamente com o INSEAD), o *Human Capital Index* e o *Travel and Tourism Competitiveness Index* do Fórum Económico Mundial; o *Global Talent Competitiveness Index* e o *Global Innovation Index* do INSEAD (juntamente com a Universidade Cornell e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual); o *Economic Freedom of the World* do Fraser Institute; o *Change Readiness Index* da KPMG; o *Digital Money Index* do Citi and Imperial College London; o Anuário de Competitividade Mundial do IMD (Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão); o Índice de Conetividade Global da DHL; o relatório *Paying Taxes 2016: The Global Picture* da PwC; e o Índice de Prosperidade Legatum do Instituto Legatum.
  32. Para saber mais sobre o Índice de Liberdade Económica da Fundação Heritage, consultar o link: <https://www.heritage.org/index>.



# Notas sobre os dados

Os indicadores apresentados e analisados no *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* medem dados relativos à regulamentação empresarial e à proteção dos direitos de propriedade, bem como o seu efeito nos negócios, especialmente nas pequenas e médias empresas nacionais. Em primeiro lugar, os indicadores documentam a complexidade da regulamentação, tal como o número de procedimentos necessários para se abrir uma empresa ou para se registar a transferência de uma propriedade comercial. Em segundo lugar, medem o tempo e o custo necessários para se alcançar um objetivo regulatório ou se cumprir a regulamentação, tal como o tempo e o custo requeridos para a execução de um contrato. Em terceiro lugar, medem o âmbito das proteções legais, tal como a protecção dos direitos de propriedade.

O presente relatório apresenta indicadores *Doing Business* relativos a 25 cidades da Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia. Os dados relativos a todos os conjuntos de indicadores do *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* foram atualizados a 15 de fevereiro de 2018. Os dados das outras 186 economias usadas para fins comparativos baseiam-se nos indicadores do relatório *Doing Business 2018: Reformar para Gerar Empregos*, o 15º de uma série de relatórios anuais publicados pelo Grupo Banco Mundial.

---

## METODOLOGIA

Os dados relativos ao *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* foram recolhidos de forma padronizada. Para começar, a equipe adaptou os questionários do *Doing Business* para o estudo específico da Croácia, da República Checa, de Portugal e da Eslováquia e traduziu-os para o croata, o checo, o português e o eslovaco. Os questionários usam um exemplo de negócios simples para garantir a possibilidade de este poder ser facilmente comparado com outros locais e economias, e ao longo do tempo, partindo de determinados pressupostos acerca da forma legal do negócio, dimensão, localização e natureza das suas operações. Os questionários foram enviados a especialistas locais, incluindo advogados, consultores empresariais, arquitetos, engenheiros, funcionários públicos, magistrados e outros profissionais que normalmente gerem ou fornecem aconselhamento em matéria de requisitos legais e regulatórios. Houve uma série de interações com a equipe do projeto, que envolveram teleconferências, correspondência escrita e visitas da equipe. Os dados obtidos nos questionários foram submetidos a várias verificações, que levaram à sua revisão ou à ampliação das informações recolhidas.

A metodologia do *Doing Business* oferece várias vantagens. É transparente, pois parte de informações factuais sobre aquilo que as leis e os regulamentos

estabelecem, e permite múltiplas interações com os entrevistados locais para esclarecer possíveis interpretações incorretas das perguntas. A obtenção de amostras representativas de inquiridos não constitui um problema, pois o *Doing Business* não é uma pesquisa estatística, recorre aos textos da legislação e regulamentação relevante e verifica todas as respostas quanto à sua precisão. A metodologia é barata e facilmente replicável, pelo que podem recolher-se dados a partir de uma grande amostra de locais e economias. Como são utilizados pressupostos-padrão na recolha de dados, as comparações e os parâmetros de referência são válidos em todos os locais. E, por fim, os dados não só destacam a extensão dos obstáculos regulamentares específicos à abertura de empresas, mas identificam também a sua origem e apontam para o que poderá ser sujeito a reforma.

---

## LIMITAÇÕES DAQUILO QUE É MEDIDO

A metodologia do *Doing Business* tem quatro limitações que devem ser tidas em consideração na interpretação dos dados. Primeiro, os dados geralmente dizem respeito a uma forma jurídica específica - geralmente sociedades de responsabilidade limitada (ou o seu equivalente legal) de uma dimensão determinada - e pode não ser representativos das regulamentações aplicáveis a outros tipos de negócios (por exemplo, empresas em nome individual). Segundo, as transações descritas num cenário exemplificativo

## Caraterísticas económicas

### Rendimento nacional bruto

O *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* baseia-se nos dados do rendimento per capita de 2016 publicados no documento “Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2017” do Banco Mundial. O rendimento é calculado utilizando o método Atlas (em dólares atuais). Para os indicadores de custo expressos em percentagem do rendimento per capita, é utilizado como denominador o rendimento nacional bruto (RNB) per capita de 2016 em dólares atuais. O rendimento per capita da Croácia em 2016 foi de 12.110 USD (79.803 HRK), o da República Checa de 17.570 USD (420.720 CZK), o de Portugal de 19.850 USD (17.544 EUR) e o da Eslováquia de 16.810 USD (14.857 EUR).

### Região e grupo de rendimento

O *Doing Business* utiliza as classificações relativas às regiões e aos grupos de rendimento do Banco Mundial, disponíveis em <http://data.worldbank.org/about/country-and-lending-groups>. As médias regionais apresentadas nas figuras e quadros do *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* incluem economias de todos os grupos de rendimento (baixo, médio-baixo, médio-alto e alto).

### Taxas de câmbio

As taxas de câmbio do dólar americano usadas no *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* são as seguintes: 1 USD = 6,5899 kunas croatas (HRK); 1 USD = 23,9454 coroas checas (CZK); e 1 USD = 0,8838 euros (EUR), a moeda usada em Portugal e na Eslováquia. As taxas de câmbio do euro utilizadas no relatório são as taxas do Banco Central Europeu a 15 de fevereiro de 2018: 1 EUR = 25,37 CZK; e 1 EUR = 7,44 HRK.

padronizado referem-se a um conjunto específico de problemas e podem não representar todo o conjunto completo de problemas com que uma empresa se pode deparar. Em terceiro lugar, a medição de dados temporais envolve sempre algum tipo de julgamento por parte dos especialistas inquiridos. Quando as fontes referem estimativas diferentes, os indicadores de tempo constantes do *Doing Business* representam os valores médios das várias respostas dadas partindo dos pressupostos do caso-padrão.

Por fim, a metodologia pressupõe que uma empresa possui todas as informações acerca daquilo que é requerido e que não perde tempo a obtê-las ao realizar os procedimentos. Na prática, um determinado procedimento pode levar mais tempo se a empresa não dispuser de todas as informações necessárias ou não puder agir prontamente. Em alternativa, a empresa pode optar por pôr de parte alguns procedimentos onerosos. Por ambas as razões, os atrasos relatados no *Doing Business* poderão ser diferentes dos dados fornecidos pelos empresários que responderam ao nível das empresas.

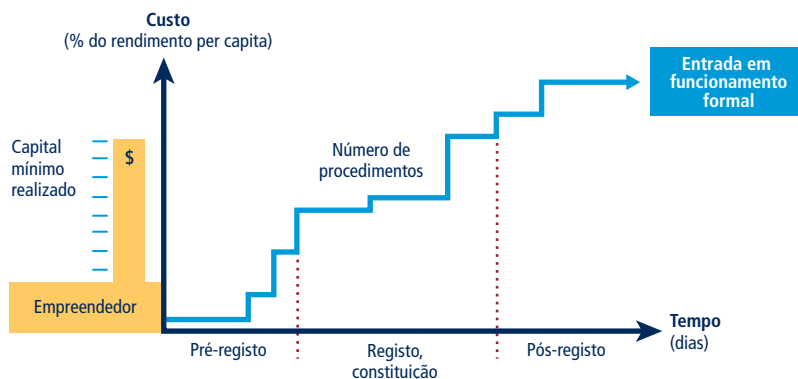
## ABERTURA DE EMPRESAS

O *Doing Business* regista todos os procedimentos oficialmente exigidos, ou habitualmente levados a cabo, na prática, por um empreendedor para abrir e dar início formalmente às atividades de um negócio industrial ou comercial, bem como o tempo e custo que implica realizar tais procedimentos, e o capital social mínimo requerido (figura 8.1). Tais procedimentos

incluem os todos os processos pelos quais os empreendedores têm de passar para obter todas as aprovações, licenças e autorizações necessárias, assim como o preenchimento de todas as notificações, verificações ou inscrições exigidas à empresa e aos seus funcionários junto das autoridades relevantes.

A classificação de cada localidade quanto à facilidade para abrir uma empresa é determinado pela classificação das

**FIGURA 8.1** Qual é o tempo, o custo, o capital social mínimo e o número de procedimentos necessários para abrir e colocar em funcionamento uma sociedade de responsabilidade limitada local?



suas pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) na Abertura de Empresas. Estas pontuações correspondem à média simples das pontuações da distância até a fronteira de cada uma das componentes dos indicadores (figura 8.2). A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma economia ou local se encontra da “fronteira”, a qual corresponde à prática mais eficiente ou à maior pontuação alcançada em cada indicador.

Na metodologia relativa à abertura de empresas são consideradas duas sociedades locais de responsabilidade limitada. Elas são idênticas em todos os aspectos, exceto pelo fato de uma das empresas ser de propriedade de cinco mulheres casadas e a outra, de propriedade de cinco homens casados. Em cada economia, a pontuação de cada componente é obtida a partir da média da pontuação de cada uma destas duas empresas.

Após o estudo das leis, regulamentações e informações publicamente disponíveis sobre a entrada de uma nova empresa no ambiente de negócios, é elaborada uma lista detalhada de procedimentos, juntamente com o tempo e o custo que

o cumprimento de cada procedimento em circunstâncias normais exige, bem como o capital social mínimo necessário. Posteriormente, especialistas como advogados societários, funcionários de cartórios e funcionários governamentais preenchem o questionário e verificam os dados contidos no mesmo.

São também recolhidas informações sobre a sequência em que os procedimentos devem ser realizados e se o podem ser de forma simultânea. Parte-se do princípio que qualquer informação necessária está acessivelmente disponível e que o empreendedor não paga subornos. Se as respostas dos especialistas locais forem diferentes, as consultas continuarão até que os dados sejam reconciliados.

Para tornar os dados entre os diferentes locais comparáveis, parte-se de vários pressupostos acerca das empresas e dos procedimentos.

### Pressupostos acerca da empresa

A empresa:

- Trata-se de uma sociedade anónima (ou do seu equivalente legal). Se houver mais de um tipo de sociedade anónima numa economia, escolhe-se a mais comum entre as empresas nacionais. As informações sobre o tipo de empresa mais comum são obtidas através dos advogados de Direito Comercial ou do instituto de estatística local.
- Opera na cidade selecionada.
- É 100% nacional e tem cinco proprietários, nenhum dos quais é uma entidade legal.
- O seu capital inicial é equivalente a 10 vezes o rendimento per capita.
- Realiza atividades industriais ou comerciais gerais, tais como a produção ou venda ao público de produtos ou serviços. Não realiza atividades de comércio exterior e não lida com produtos sujeitos a um regime fiscal especial, tais como bebidas alcoólicas ou tabaco. Não recorre a processos de produção altamente poluentes.

- As suas instalações comerciais ou escritórios são alugados e não possui propriedade imobiliária. O valor do aluguer anual do espaço equivale ao rendimento per capita. A dimensão de todo o espaço das instalações é de aproximadamente 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados).
- Não preenche os requisitos para obtenção de incentivos ao investimento ou quaisquer outros benefícios especiais.
- Conta com, pelo menos, 10 e até 50 funcionários um mês após o início do seu funcionamento, todos eles nacionais.
- Tem um volume de negócios de, pelo menos, 100 vezes o rendimento per capita.
- A sua escritura notarial tem, pelo menos, 10 páginas.

Os sócios:

- Atingiram a maioria legal e estão plenamente capacitados para tomar decisões como indivíduos adultos. Se em uma economia não houver uma idade estabelecida como limite da maioria legal, presume-se que os sócios têm trinta anos de idade.
- São indivíduos com saúde mental e física e sem antecedentes criminais.
- São casados, sob uma união oficialmente legalizada e monogâmica.

### Procedimentos

Define-se um procedimento como qualquer interação entre os fundadores da empresa e quaisquer entidades externas (por exemplo, agências governamentais, advogados, auditores ou notários) ou os cônjuges (se tal for legalmente requerido). As interações entre os fundadores ou dirigentes da empresa e quaisquer funcionários não são consideradas procedimentos. Os procedimentos que tiverem de ser realizados no mesmo edifício, mas em escritórios diferentes ou em balcões diferentes, são considerados procedimentos diferentes. Se os fundadores da empresa tiverem de se deslocar ao mesmo gabinete várias vezes para realizar diferentes procedimentos sequenciais,

**FIGURA 8.2** Abertura de empresas: colocar uma sociedade de responsabilidade limitada local em funcionamento

*Classificações com base na pontuação da distância até à fronteira de quatro indicadores*

**25% tempo**  
Pré-registo, Registo e Pós-registo (em dias de calendário)

**25% custo**  
Como % do rendimento per capita, subornos não incluídos



**25% procedimentos**  
Os procedimentos ficam concluídos com a recepção do documento final

**25% capital mínimo realizado**  
Fundos depositados num banco ou junto de um notário antes do registo (ou até três meses após a constituição), como % do rendimento per capita

cada um destes procedimentos será contado de forma separada. Parte-se do princípio que os fundadores levam a cabo todos os procedimentos sem recorrer a quaisquer intermediários, facilitadores, contabilistas ou advogados, a menos que o recurso a terceiros seja exigido por lei ou solicitado pela maioria dos empreendedores. Se forem requeridos serviços de profissionais, os procedimentos que estes realizem em nome da empresa são contados como procedimentos separados. Cada procedimento eletrónico é contado como um procedimento separado. A obtenção de uma autorização por parte do cônjuge para ter uma empresa ou sair de casa é considerado um procedimento se tal for exigido por lei ou se, ao não fazê-lo, a pessoa sofrer determinadas consequências previstas na lei, tais como a perda do direito a receber apoio financeiro. Os documentos ou autorizações necessários para um dos géneros registar e operar uma empresa, abrir uma conta bancária ou obter um cartão de identificação nacional são considerados procedimentos adicionais.

Tanto os procedimentos de pré-constituição como os de pós-constituição oficialmente exigidos ou que costumem ser realizados, na prática, por um empreendedor para colocar uma empresa oficialmente em funcionamento são registados (quadro 8.1). Qualquer interação com uma entidade externa nos três meses seguintes ao registo é considerada um procedimento, exceto a declaração do imposto sobre o valor acrescentado ou do imposto sobre bens e serviços, que são contadas sempre que o volume de negócios estimado exceder o limite determinado.

Os procedimentos exigidos para realizar correspondência oficial ou transações com órgãos públicos também estão incluídos. Por exemplo, se for necessário colocar o selo ou o carimbo da empresa em documentos oficiais, tais como declarações de impostos, a obtenção de tal selo ou carimbo será contada. Da mesma forma, se uma empresa precisar

de abrir uma conta bancária para realizar qualquer procedimento ulterior - como o registo para efeitos de declaração do imposto sobre o valor acrescentado ou a obtenção de prova de depósito do capital social mínimo - tal transação será incluída como procedimento. Os atalhos serão contados apenas se preencherem quatro critérios: se forem legais, se estiverem disponíveis ao público em geral, se forem utilizados pela maioria das empresas e se evitá-los causar atrasos.

Apenas estão abrangidos os procedimentos que forem exigidos a todas as empresas. Os procedimentos específicos da indústria estão excluídos. Por exemplo, os procedimentos para cumprir a legislação em matéria ambiental estão incluídos apenas quando se aplicarem a todas as empresas que realizem atividades comerciais ou industriais em geral.

Os procedimentos que a empresa realizar para contratar serviços de eletricidade, de água, de gás ou de eliminação de resíduos não estão incluídos nos indicadores da Abertura de Empresas.

### Tempo

O tempo é registado em dias de calendário. A medida capta o tempo médio que um determinado procedimento requer, na prática, de acordo com os advogados societários, com um acompanhamento mínimo por parte das agências governamentais e sem pagamentos não oficiais. Assume-se que o tempo mínimo necessário para cada procedimento é de um dia, exceto no caso de procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line, para os quais o tempo necessário será registado como sendo de meio dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, não podem ser iniciados no mesmo dia (isto é, os procedimentos simultâneos começarão em dias consecutivos), à exceção, novamente, dos procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line. Um processo de registo é considerado concluído quando a empresa recebe o documento de constituição final ou pode iniciar oficialmente as operações comerciais. Se

## QUADRO 8.1 O que medem os indicadores da Abertura de Empresas?

### Procedimentos para criar e operar formalmente uma empresa (número)

Pré-registo (por exemplo, verificação ou reserva de nome, notariação)

Registo na cidade seleccionada

Pós-registo (por exemplo, registo na segurança social, selo da sociedade)

Obter autorização do cônjuge para criar a empresa, para se ausentar de casa para registar a empresa ou abrir uma conta bancária

Obter qualquer documento especificamente relacionado com o género para registo e entrada em funcionamento da empresa, cartão de identidade nacional ou abrir uma conta bancária

### Tempo necessário para concluir cada procedimento (dias de calendário)

Não inclui o tempo despendido a recolher informação

Cada procedimento tem início em dias diferentes (dois procedimentos não podem começar no mesmo dia) - embora os procedimentos que possam ser na íntegra realizados on-line sejam uma excepção a esta regra

O processo de registo considera-se concluído assim que o documento final de constituição seja recebido ou a empresa possa formalmente iniciar a actividade

Nenhum contacto prévio com funcionários é realizado

### Custo necessário para concluir cada procedimento (% do rendimento per capita)

Apenas custos oficiais, subornos excluídos

Inexistência de honorários profissionais a menos que os serviços sejam exigidos por lei ou habitualmente utilizados na prática

### Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)

Fundos depositados numa conta bancária ou junto de um notário antes do registo (ou até três meses após a constituição)

um determinado procedimento puder ser acelerado legalmente por um custo adicional, escolher-se-á o procedimento mais rápido se essa opção for mais benéfica para a classificação da localidade. Quanto à obtenção da aprovação do cônjuge, parte-se do princípio que a mesma é concedida sem qualquer custo adicional, a menos que requeira autenticação. Presume-se, igualmente, que o empreendedor não perde tempo e que se empenha em realizar os restantes procedimentos sem demora. O tempo despendido pelo empreendedor na recolha de informações não é tido em consideração. Presume-se que o

empreendedor conheça todos os requisitos necessários à abertura da empresa e a sua sequência desde o início, mas que não teve qualquer contato prévio com nenhum dos funcionários envolvidos.

### Custo

O custo é registado como percentagem do rendimento per capita da economia. Inclui todas as taxas e honorários oficiais relativos a serviços legais ou profissionais, se tais serviços forem exigidos por lei ou se recorrer aos mesmos for habitual, na prática. As taxas para a compra e legalização de livros da empresa estão incluídas se tais transações forem exigidas por lei. Embora o registo do imposto sobre o valor acrescentado possa ser contado como um procedimento separado, este imposto não faz parte dos custos de constituição. Utilizam-se como fontes para o cálculo dos custos o direito das sociedades, o código comercial, bem como regulamentações e tabelas de honorários específicas. Na ausência de tabelas de honorários, é considerada como fonte oficial a estimativa de um funcionário do governo. Na ausência de estimativa de um funcionário do governo, são usadas estimativas de advogados de Direito Comercial. Se vários advogados de Direito Comercial fornecerem estimativas diferentes, é aplicado o valor médio comunicado. Em todos os casos, os custos excluem os subornos.

### Capital social mínimo

O capital social mínimo representa o valor que o empreendedor tem de depositar num banco ou num notário antes do registo ou até três meses após a constituição e é registado como percentagem do rendimento per capita da economia. Este montante é normalmente especificado no código comercial ou no direito das sociedades. Muitas economias exigem um capital mínimo, mas permitem que as empresas paguem apenas uma parte antes do registo, devendo pagar a restante após o primeiro ano de funcionamento. Na Turquia, em junho de 2017, por exemplo, o capital mínimo obrigatório era de 10.000 liras turcas, das quais um

quarto tinha de ser pago antes do registo. O capital social mínimo registado para a Turquia é, portanto, de 2.500 liras turcas, ou seja, 7,8% do rendimento per capita.

Os detalhes sobre os dados relativos à Abertura de Empresas estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org>. Esta metodologia foi desenvolvida por Simeon Djankov, Rafael La Porta, Florencio López-de-Silanes e Andrei Shleifer ("The Regulation of Entry", *Quarterly Journal of Economics* 117, nº 1 [2002]: 1-37) e é adotada aqui com pequenas alterações.

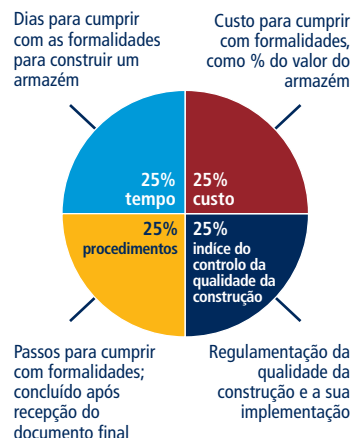
## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

O *Doing Business* regista todos os procedimentos necessários para que uma empresa do setor da construção construa um armazém, assim como o tempo e o custo necessários para realizar cada procedimento. Além disso, o *Doing Business* elabora a informação do índice do controlo da qualidade da construção, avaliando a qualidade das regulamentações em matéria de construção, a força dos mecanismos de controlo da qualidade e segurança, os regimes de responsabilidade e de seguros, e os requisitos de certificação profissional. A informação é recolhida por intermédio de um questionário enviado a especialistas em licenciamento de obras, incluindo arquitetos, engenheiros civis, advogados do setor da construção, empresas de construção, fornecedores de serviços públicos e funcionários públicos que lidam com regulamentações em matéria de construção, incluindo autorizações, emissões de licenças e inspeções.

A classificação de cada localidade relativamente à facilidade em obter alvarás de construção é determinado pela classificação das suas pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) na Obtenção de Alvarás de Construção. Estas pontuações correspondem à média simples das pontuações da distância até a fronteira de cada uma das componentes dos indicadores (figura 8.3).

FIGURA 8.3 Obtenção de alvarás de construção: eficácia e qualidade das regulamentações em matéria de construção

Classificações com base na pontuação da distância até à fronteira de quatro indicadores



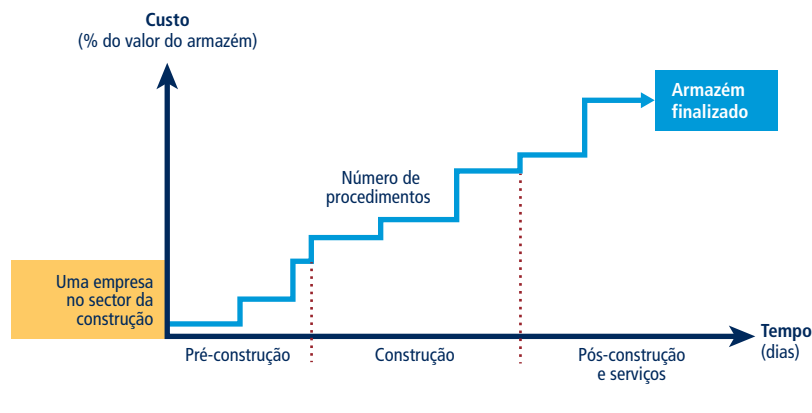
## EFICIÊNCIA NA OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

O *Doing Business* divide o processo de construção de um armazém em procedimentos diferentes no questionário e solicita dados para calcular o tempo e o custo necessários para realizar cada procedimento (figura 8.4). Tais procedimentos incluem, mas não se limitam a:

- Obter e apresentar às autoridades todos os documentos relevantes específicos do projeto (por exemplo, planos de construção, mapas do local e certificados de urbanismo).
- Contratar supervisores, engenheiros ou inspetores externos (se necessário).
- Obter todas as autorizações, licenças e certificados necessários.
- Enviar todas as notificações necessárias.
- Solicitar e realizar todas as inspeções necessárias (a menos que sejam realizadas por um inspetor privado externo).

O *Doing Business* também regista os procedimentos para obter ligações ao abastecimento de água e ao esgoto. Também são contados os procedimentos

FIGURA 8.4 Qual é o tempo, o custo e o número de procedimentos necessários para cumprir os trâmites de construção de um armazém?



necessários para registar o armazém para que possa ser usado como garantia ou transferido para outra entidade.

Para tornar os dados comparáveis entre os locais, parte-se de vários pressupostos acerca da empresa de construção, do projeto do armazém e das ligações aos serviços públicos.

### Pressupostos acerca da construtora

A construtora (Const.):

- É uma sociedade anónima (ou o seu equivalente legal).
- Exerce a sua atividade na cidade selecionada.
- É 100% propriedade nacional e privada.
- Tem cinco proprietários, nenhum dos quais é uma entidade legal.
- Está segurada e totalmente autorizada a realizar projetos de construção, tais como a construção de armazéns.
- Tem 60 construtores e outros funcionários, todos nacionais, com os conhecimentos técnicos e a experiência profissional necessários para obter autorizações e alvarás de construção.
- Conta com um arquiteto e um engenheiro credenciados, ambos registados na Ordem dos Arquitetos ou dos Engenheiros local. Considera-se que a Const. não tem qualquer outro funcionário que seja um especialista ou técnico credenciado, como, por

exemplo, um especialista em geologia ou topografia.

- Pagou todos os impostos e contratou todos os seguros necessários aplicáveis à sua atividade comercial geral (como, por exemplo, um seguro contra acidentes para trabalhadores da construção civil e um seguro de responsabilidade civil).
- É proprietária do terreno em que o armazém irá ser construído e venderá o armazém após a sua conclusão.

### Pressupostos acerca do armazém

O armazém:

- Será usado para atividades gerais de armazenamento, tais como o armazenamento de livros ou de artigos de papelaria. Não será usado para mercadorias que exijam condições especiais, tais como alimentos, ou produtos químicos ou farmacêuticos.
- Terá dois andares, ambos acima do nível do solo, com uma área construída total de aproximadamente 1.300,6 metros quadrados (14.000 pés quadrados). Cada andar terá 3 metros (9 pés e 10 polegadas) de altura.
- Terá acesso rodoviário e estará localizado na área periurbana da cidade selecionada (ou seja, na periferia da cidade, mas ainda dentro de seus limites oficiais).
- Não estará localizado numa zona económica ou industrial especial.

- Estará localizado num terreno de aproximadamente 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados), 100% propriedade da Const., e estará devidamente registado no cadastro e no registo predial.
- Está avaliado em 50 vezes o rendimento per capita.
- Será uma construção nova (não terá havido nenhuma construção anterior no terreno), sem árvores, fontes naturais de água, reservas naturais ou monumentos históricos de qualquer tipo no terreno.
- Contará com planos arquitetónicos e técnicos completos elaborados por um arquiteto credenciado. Se a elaboração dos planos exigir trâmites, tais como a obtenção de documentação adicional ou de autorizações prévias por parte de agências externas, estas serão contadas como procedimentos.
- Incluirá todo o equipamento técnico necessário para estar totalmente operacional.
- Levará 30 semanas a ser construído (excluindo todos os atrasos devido a requisitos administrativos e regulatórios).

### Pressupostos acerca da ligação aos serviços públicos

As ligações à rede de água e esgotos:

- Ficarão a 150 metros (492 pés) da fonte de água existente e da torneira de esgoto. Se não houver nenhuma infraestrutura de distribuição de água no local, deverá escavar-se um furo. Se não houver infraestrutura de esgoto, deverá instalar-se ou construir-se uma fossa séptica da menor dimensão possível.
- Não será necessária água para proteção contra incêndios; em vez disso, deverá utilizar-se um sistema de extinção de incêndios (seco). Caso a lei exija um sistema de proteção contra incêndios húmido, parte-se do princípio que o consumo de água especificado em baixo cobrirá também a água necessária para a proteção contra incêndios.

- Terá um consumo médio de água de 662 litros (175 galões) por dia e um fluxo médio de águas residuais de 568 litros (150 galões) por dia. Terá um pico de utilização de água de 1.325 litros (350 galões) por dia e o pico do fluxo das águas residuais será de 1.136 litros (300 galões) por dia.
- Terá um nível de consumo de água e um fluxo de águas residuais constante ao longo do ano.
- A ligação à rede de água terá um diâmetro de 1 polegada e a ligação à rede de esgotos terá um diâmetro de 4 polegadas.

### Procedimentos

Um procedimento é qualquer interação entre os funcionários ou gerentes da empresa, ou entre qualquer parte que atue em nome da mesma, e entidades externas, incluindo agências governamentais, notários, o registo predial, o cadastro, empresas de serviços públicos e inspetores públicos, bem como a contratação de inspetores privados externos e de técnicos especializados, sempre que necessário. As interações entre os próprios funcionários da empresa para levar a cabo ações, tais como o desenvolvimento dos planos de armazenamento, assim como as inspeções realizadas pelos funcionários, não são contadas como procedimentos. No entanto, as interações com entidades externas que sejam necessárias para o arquiteto poder elaborar os planos e os desenhos do armazém (tais como a obtenção de levantamentos topográficos ou geológicos), ou para que tais documentos sejam aprovados ou carimbados por terceiros, são contados como procedimentos. Estão incluídos os procedimentos que a empresa deva levar a cabo para ligar o armazém à rede de abastecimento de água e aos esgotos. Todos os procedimentos que sejam legalmente exigidos ou que seja habitual a maioria das empresas realizar, na prática, para construir um armazém estão também incluídos, mesmo que possam ser evitados em casos excepcionais. Isto inclui o cumprimento dos requisitos

técnicos para a obtenção de eletricidade ou a aprovação dos planos elétricos, somente se tal for necessário para a obtenção de um alvará de construção (quadro 8.2).

### Tempo

O tempo é registado em dias de calendário. A medida capta o tempo médio que um determinado procedimento requer, na prática, de acordo com os especialistas locais. Parte-se do princípio que o tempo mínimo necessário para cada procedimento é de um dia, exceto no caso de procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line, para os quais o tempo necessário será registado como sendo de meio dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, não podem ser iniciados no mesmo dia (isto é, os procedimentos simultâneos começarão em dias consecutivos), à exceção, novamente, dos procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line. Se um determinado procedimento puder ser acelerado legalmente por um custo adicional e o procedimento acelerado for usado pela maioria das empresas, escolher-se-á o procedimento mais rápido. Parte-se do princípio que a Const. não perde tempo e que se empenha em realizar os restantes procedimentos sem demora. O tempo despendido pela Const. na recolha de informações não é tido em consideração. Presume-se que a Const. tenha conhecimento de todos os requisitos de construção e da sua sequência desde o início.

### Custo

O custo é registado como percentagem do valor do armazém (assumido como sendo equivalente a 50 vezes o rendimento per capita). Apenas os custos oficiais são registados. Todas as taxas associadas à realização dos procedimentos necessários para construir legalmente um armazém são registadas, incluindo as relacionadas com a obtenção de autorizações para uso da terra e para projetos de pré-construção, as relacionadas com a realização de inspeções antes, durante e após a construção, as relacionadas com

## QUADRO 8.2 O que medem os indicadores da eficiência na obtenção de alvarás de construção?

### Procedimentos para legalmente construir um armazém (número)

Submeter todos os documentos relevantes e obter todas as autorizações, licenças e certificações necessárias

Submeter todas as notificações exigidas e receber todas as inspeções necessárias

Obter ligações de serviços de utilidade pública para águas e saneamento

Registo do armazém após a sua finalização (se necessária a sua utilização como garantia ou para transferência do armazém)

### Tempo necessário para concluir cada procedimento (dias de calendário)

Não inclui o tempo despendido a recolher informação

Cada procedimento tem início em dias diferentes (dois procedimentos não podem começar no mesmo dia) - embora os procedimentos que possam ser na íntegra realizados on-line sejam uma exceção a esta regra

O processo de registo considera-se concluído assim que o documento final seja recebido

Nenhum contacto prévio com funcionários é realizado

### Custo necessário para concluir cada procedimento (% do valor do armazém)

Apenas custos oficiais, subornos excluídos

a obtenção de ligações à rede pública e as relacionadas com o registo predial do armazém. São igualmente registados os impostos não recorrentes necessários para a conclusão do projeto do armazém. Os impostos sobre as vendas (tais como o imposto sobre o valor acrescentado) ou os impostos sobre mais-valias não são registados, nem os depósitos que devam ser pagos antecipadamente e posteriormente reembolsados. São usados como fontes para o cálculo dos custos: o código da construção, informações por parte de especialistas locais, e regulamentações e tabelas de honorários específicas. Se vários parceiros locais fornecerem estimativas diferentes, será utilizado o valor médio comunicado.

## CONTROLO DA QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO

O índice do controlo da qualidade da construção está baseado em seis outros

índices - a qualidade da regulamentação em matéria de construção, o controlo da qualidade antes da construção, o controlo da qualidade durante a construção, o controlo da qualidade após construção, os regimes de responsabilidade e de seguros, e os índices de certificação profissional (quadro 8.3). O indicador baseia-se nos mesmos pressupostos de estudo de caso do que para as medidas de eficiência.

### QUADRO 8.3 O que medem os indicadores do controlo da qualidade da construção?

#### Qualidade dos regulamentos de construção (0-2)

Acessibilidade dos regulamentos de construção

Clareza dos requisitos para obter uma licença de construção

#### Controlo da qualidade antes da construção (0-1)

Se peritos técnicos ou licenciados aprovam os requerimentos para licença de construção

#### Controlo da qualidade durante a construção (0-3)

Tipos de inspeções exigidas por lei durante o processo de construção

Implementação na prática das inspeções durante a construção

#### Controlo da qualidade após a construção (0-3)

Obrigatoriedade da inspeção final por lei

Implementação da inspeção final na prática

#### Regimes de responsabilidade e seguros (0-2)

Partes legalmente responsáveis por defeitos latentes, uma vez que o edifício esteja a ser utilizado

Partes obrigadas por lei a contratar seguro para cobrir possíveis defeitos estruturais uma vez que o edifício esteja a ser utilizado ou seguro tipicamente contratado na prática

#### Índice de certificações profissionais (0-4)

Requisitos de qualificação para o responsável profissional que aprova os planos ou desenhos arquitectónicos

Requisitos de qualificação para o responsável que supervisiona a construção ou realiza as inspeções durante a construção

#### Índice de controlo da qualidade de construção (0-15)

Soma dos índices da qualidade dos regulamentos de construção, controlo da qualidade antes da construção, controlo da qualidade durante a construção, controlo da qualidade após a construção, regimes de responsabilidade e seguros, certificações profissionais

## Índice da qualidade das regulamentações de construção

O índice da qualidade das regulamentações de construção tem duas componentes:

- Facilidade de acesso às regulamentações de construção. É atribuído 1 ponto caso alguma regulamentação de construção (inclusive o código da construção) ou algum regulamento que trate de alvarás de construção esteja disponível em uma página na internet que é atualizada tão pronto mudem as regulamentações; 0,5 pontos se as regulamentações de construção estiverem disponíveis gratuitamente (ou por uma taxa nominal) nos escritórios da autoridade responsável pela emissão de alvarás de construção; 0 pontos se as regulamentações de construção tiverem que ser compradas ou se não estiverem facilmente disponíveis ao público.
- O grau de clareza das especificações dos requisitos para obtenção de um alvará de construção. É atribuído 1 ponto caso as regulamentações de construção (inclusive o código da construção) estiverem disponíveis na internet, em um folheto ou panfleto, especificando claramente a lista de documentos que devem ser apresentados, as taxas a serem pagas e todos os projetos ou plantas que devem ser previamente aprovados pelos órgãos competentes para a obtenção dos alvarás necessários (por exemplo, ligação elétrica, ligações de água e esgoto, licença ambiental); 0 pontos se nenhuma dessas fontes especificar qualquer desses requisitos ou se essas fontes especificarem menos de três destes requisitos.

O índice varia entre 0 e 2, com os valores mais altos a indicar regulamentações de construção mais claras e mais transparentes. Na Nova Zelândia, por exemplo, toda a legislação relevante pode ser encontrada num portal oficial do governo (pontuação de 1). A legislação especifica a lista de documentos necessários a

apresentar, as taxas a pagar e todas as pré-aprovações exigidas relativamente aos desenhos ou planos, por parte dos organismos competentes (pontuação de 1). A adição desses valores dá à Nova Zelândia uma pontuação de 2 relativamente ao índice da qualidade da regulamentação em matéria de construção.

## Índice do controlo da qualidade antes da construção

O índice do controlo da qualidade antes da construção tem uma componente:

- Se, por lei, há um arquiteto ou um engenheiro credenciado que forme parte do comité ou da equipe que revê e aprova os pedidos de alvará de construção, e se tal pessoa tem autoridade para recusar um pedido, caso os planos não estejam em conformidade com os regulamentos de construção. É atribuída a pontuação de 1 se a Ordem nacional dos Arquitetos ou dos Engenheiros (ou o seu equivalente) tiver de rever os planos de construção, se o arquiteto ou engenheiro que tiver preparado os planos tiver de apresentar um atestado à autoridade responsável pela emissão de alvarás, declarando que os planos se encontram em conformidade com os regulamentos de construção, ou se houver um arquiteto ou engenheiro credenciado que faça parte do comité ou da equipe que aprova os planos na autoridade responsável pela emissão de alvarás pertinente; 0 se nenhum arquiteto ou engenheiro credenciado estiver envolvido na revisão dos planos para garantir a sua conformidade com os regulamentos de construção.

O índice varia entre 0 e 1, com os valores mais altos a indicar um melhor controlo da qualidade na revisão dos planos de construção. No Ruanda, por exemplo, a Câmara Municipal de Kigali tem de rever os pedidos de alvará de construção, incluindo os planos e os desenhos, e fazem parte da equipe que revê os planos e os desenhos tanto um arquiteto como um engenheiro credenciados. Assim, o Ruanda, recebe a pontuação de 1 no



índice do controlo da qualidade antes da construção.

### **Índice do controlo da qualidade durante a construção**

O índice do controlo da qualidade durante a construção tem duas componentes:

- Se as inspeções são obrigatórias por lei durante o processo de construção. São atribuídos 2 pontos se: (i) um órgão governamental estiver designado por lei para realizar inspeções técnicas durante diferentes etapas da construção ou se um engenheiro interno (ou seja, um funcionário da empresa de construção), um engenheiro supervisor externo ou uma empresa estiverem designados por lei para realizar inspeções técnicas durante diferentes etapas da construção do edifício e deverem apresentar um relatório de inspeção detalhado após a conclusão da construção; e (ii) se for obrigatória por lei a realização de inspeções baseadas no grau de risco da construção. É atribuído 1 ponto se um órgão governamental estiver designado por lei para apenas realizar inspeções técnicas durante diferentes etapas da construção ou se um engenheiro interno (ou seja, funcionário da empresa de construção), engenheiro supervisor externo, ou uma empresa de inspeção externa estiverem designados por lei para realizar inspeções técnicas durante diferentes etapas da construção e deverem apresentar um relatório de inspeção detalhado após a conclusão da construção. Atribui-se zero pontos se um órgão governamental estiver designado por lei para realizar inspeções aleatórias ou não programadas, ou se nenhuma inspeção for exigida por lei durante a construção.
- Se as exigências de inspeções durante a construção são implementadas na prática. É atribuído 1 ponto se a exigência legal de inspeções durante a construção sempre ocorrer na prática. Atribui-se 0 pontos se as inspeções exigidas por lei não ocorrerem na prática, se as inspeções acontecerem

na maior parte dos casos, mas não sempre, ou se as inspeções não forem exigidas por lei, mesmo se ocorrerem na prática.

O índice varia entre 0 e 3, com os valores mais altos a indicar um melhor controlo da qualidade durante o processo de construção. Em Antígua e Barbuda, por exemplo, a Autoridade para o Controlo do Desenvolvimento tem a obrigação legal de realizar inspeções faseadas, nos termos da Lei do Ordenamento do Território de 2003 (pontuação de 1). No entanto, esta autoridade raramente realiza tais inspeções na prática (pontuação de 0). A adição destes valores dá a Antígua e Barbuda a pontuação de 1 no Índice do controlo da qualidade durante a construção.

### **Índice do controlo da qualidade após a construção**

O Índice do controlo da qualidade após a construção tem duas componentes:

- Se é obrigatória por lei a realização de uma inspeção final, a fim de verificar se o edifício foi construído de acordo com os planos aprovados e com os regulamentos de construção existentes. São atribuídos 2 pontos se um engenheiro supervisor interno (ou seja, funcionário da empresa de construção), um engenheiro supervisor externo ou empresa de inspeção externa for legalmente designado para assumir a responsabilidade de verificar se o prédio foi construído de acordo com as plantas aprovadas e as regulamentações de construção existentes ou se um órgão governamental tem a obrigação legal de realizar uma inspeção final após a conclusão da construção; O caso não haja obrigatoriedade legal de realização de uma inspeção final após a construção e se nenhum terceiro tiver a obrigação de assumir a responsabilidade de verificar se o prédio foi construído em conformidade com as plantas aprovadas e regulamentações de construção existentes.
- Se a inspeção final é implementada na prática. É atribuído 1 ponto se a

inspeção final obrigatória por lei após a construção sempre ocorrer na prática ou se um engenheiro supervisor ou uma empresa de supervisão de construções verificar que o prédio foi construído em conformidade com as plantas aprovadas e com as regulamentações de construção existentes; O se a inspeção final obrigatória por lei não ocorrer na prática, se a inspeção final exigida por lei acontecer na maior parte dos casos, mas não sempre, ou se a inspeção final não for exigida por lei, mesmo se ocorrer na prática.

O índice varia entre 0 e 3, com os valores mais altos a indicar um melhor controlo da qualidade após o processo de construção. No Haiti, por exemplo, o Município de Porto Príncipe tem a obrigação legal de realizar uma inspeção final, nos termos do Código Nacional de Construção de 2012 (pontuação de 2). No entanto, na maioria das vezes a inspeção final não ocorre na prática (pontuação de 0). A adição desses valores dá ao Haiti a pontuação de 2 no índice do controlo da qualidade após a construção.

### **Índice de regimes de responsabilização e de seguro**

O índice dos regimes de responsabilidade e de seguros tem duas componentes.

- Se alguma das partes envolvidas no processo de construção é considerada legalmente responsável por defeitos latentes, tais como falhas estruturais ou problemas no edifício, uma vez este em utilização. É atribuída a pontuação de 1 se, pelo menos, duas das seguintes partes forem legalmente responsáveis por falhas estruturais ou problemas no edifício quando este estiver em utilização: o arquiteto ou engenheiro que tiver projetado os planos do edifício, o profissional ou a agência que tiver levado a cabo as inspeções técnicas, ou a empresa de construção; 0,5 se apenas uma das partes for considerada legalmente responsável por falhas estruturais ou problemas no edifício, uma vez

em utilização; 0 se nenhuma das partes for considerada legalmente responsável por falhas estruturais ou problemas no edifício uma vez em utilização, se o proprietário do projeto ou investidor for a única parte responsável, se a responsabilidade for estabelecida por decisão judicial ou se a responsabilidade for estipulada num contrato.

- Se alguma das partes envolvidas no processo de construção é obrigada por lei a contratar uma apólice de seguro de responsabilidade por defeitos latentes ou decenal (10 anos), para cobrir possíveis falhas estruturais ou problemas no edifício, uma vez em utilização. É atribuída a pontuação de 1 se o arquiteto ou engenheiro que tiver projetado os planos do edifício, o profissional ou a agência que tiver realizado as inspeções técnicas, a construtora, ou o proprietário do projeto ou investidor, forem obrigados por lei a obter, ou um seguro de responsabilidade decenal, ou um seguro de responsabilidade por defeitos latentes, para cobrir possíveis falhas estruturais ou problemas no edifício quando ele estiver em utilização, ou se for habitual que a maioria das partes contrate, na prática, um seguro de responsabilidade decenal ou um seguro de responsabilidade por defeitos latentes, mesmo que tal não seja exigido por lei. Será atribuída a pontuação de 0 se nenhuma das partes for obrigada por lei a obter qualquer seguro de responsabilidade decenal ou seguro de responsabilidade por defeitos latentes e não for habitual que tal seguro costume ser contratado, na prática, por nenhuma das partes, se o requisito da obtenção de uma apólice de seguro estiver estipulado em contrato, se alguma das partes tiver de obter uma apólice de seguro profissional ou um seguro contra todos os riscos para cobrir a segurança dos trabalhadores ou outros defeitos durante a construção, mas não uma apólice de seguro de responsabilidade decenal ou de

responsabilidade por defeitos latentes que cubra defeitos após a construção estar em utilização, ou se alguma das partes tiver de pagar por quaisquer danos causados por si própria, sem ter que obter uma apólice de seguro.

O índice varia entre 0 e 2, com os valores mais altos a indicar regimes de responsabilidade e de seguros por defeitos latentes mais rigorosos. Em Madagáscar, por exemplo, nos termos do art.º 1792º do Código Civil, tanto o arquiteto que tiver projetado os planos como a construtora são considerados legalmente responsáveis por quaisquer defeitos latentes por um período de 10 anos após a conclusão do edifício (pontuação de 1). No entanto, não há qualquer exigência legal de que alguma das partes obtenha uma apólice de seguro de responsabilidade decenal para cobrir defeitos estruturais, nem é habitual que a maioria das partes obtenha tal seguro na prática (pontuação de 0). A soma destes valores dá a Madagáscar a pontuação de 1 no índice dos regimes de responsabilidade e de seguros.

### **Índice de certificações profissionais**

O índice das certificações profissionais tem duas componentes:

- Requisitos de qualificação para o profissional responsável pela verificação de que as plantas ou desenhos estão em conformidade com as regulamentações de construção. São atribuídos 2 pontos se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que esse profissional deverá ter um número mínimo de anos de experiência prática, um diploma universitário (pelo menos de bacharel) em arquitetura ou engenharia, e deverá também estar cadastrado como membro da ordem nacional (ou associação) de arquitetos ou engenheiros ou ser aprovado num exame de qualificação. É atribuído 1 ponto se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que o profissional deverá ter um diploma universitário (pelo menos de bacharel) em arquitetura

ou engenharia, e deverá também ter ou um número mínimo de anos de experiência prática ou ser cadastrado como membro da ordem nacional de arquitetos ou engenheiros ou ainda ser aprovado em um exame de qualificação. São atribuídos zero pontos se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que o profissional precisará apenas observar um destes requisitos, se estas regulamentações estipularem que o profissional deverá observar dois destes requisitos, sendo que nenhum deles é a obtenção de um diploma universitário, ou se não houver nenhuma regulamentação nacional ou estadual que determine os requisitos de qualificação.

- Requisitos de qualificação para o profissional que realiza as inspeções durante a construção. São atribuídos 2 pontos se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que esse profissional deverá ter um número mínimo de anos de experiência prática, deverá ter um diploma universitário (pelo menos de bacharel) em engenharia e deverá também estar cadastrado como membro da ordem nacional de engenheiros ou ser aprovado num exame de qualificação. É atribuído 1 ponto se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que o profissional deverá ter um diploma universitário (pelo menos de bacharel) em engenharia e deverá também ter ou um número mínimo de anos de experiência prática ou ser cadastrado como membro da ordem nacional de engenheiros ou ainda ser aprovado num exame de qualificação. São atribuídos zero pontos se as regulamentações nacionais ou estaduais estipularem que o profissional deverá apenas observar a um destes requisitos, se estas regulamentações estipularem que o profissional deverá observar dois destes requisitos, sendo que nenhum deles é a obtenção de um diploma universitário, ou se não houver nenhuma regulamentação nacional ou estadual que determine os requisitos de qualificação.

O índice varia entre 0 e 4, com os valores mais altos a indicar mais requisitos de certificação profissional.

Na Albânia, por exemplo, o profissional que realiza as inspeções técnicas durante a construção deve ter um número de anos de experiência mínimo, bem como um diploma universitário relevante e também deve ser um arquiteto ou engenheiro registado (pontuação de 2). No entanto, o profissional responsável por verificar se os planos ou desenhos arquitetónicos estão em conformidade com os regulamentos de construção deve ter apenas um número de anos de experiência mínimo e um diploma universitário em arquitetura ou engenharia (pontuação de 1). A adição destes valores dá à Albânia uma pontuação de 3 no índice das certificações profissionais.

### Índice do controlo de qualidade da construção

O índice de controlo de qualidade da construção é obtido pela soma das pontuações nos índices de qualidade das regulamentações de construção; controlo de qualidade antes; durante; e após a construção; regimes de responsabilização e de seguro; e certificações profissionais. O índice varia entre 0 e 15, com os valores mais altos a indicar melhores mecanismos de controlo da qualidade e de segurança no sistema regulatório da construção.

Os detalhes sobre os dados relativos à Obtenção de Alvarás de Construção estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org>

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

O *Doing Business* regista todos os procedimentos necessários para que uma empresa obtenha uma ligação à rede elétrica permanente para o abastecimento de um armazém-padrão (figura 8.5). Tais procedimentos incluem requerimentos e contratos com empresas de eletricidade, todas as inspeções e autorizações

necessárias por parte da companhia de distribuição e outras agências, bem como os trabalhos de ligação externos e finais. O questionário divide o processo de obtenção de ligação à rede elétrica em procedimentos diferentes e solicita dados para calcular o tempo e o custo necessários para levar a cabo cada procedimento.

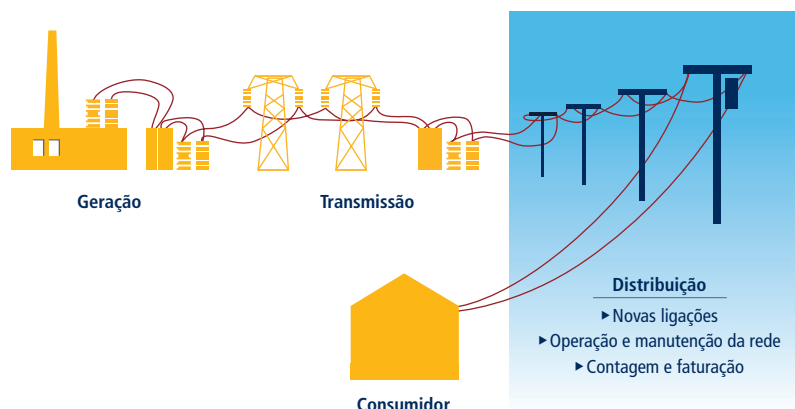
Além disso, o *Doing Business* elabora o índice de fiabilidade do abastecimento e de transparência das tarifas (incluído na medida da distância até à fronteira global e na classificação da facilidade em abrir uma empresa) e mede o preço da eletricidade (omitido das referidas medidas globais). O índice de fiabilidade do abastecimento e de transparência das tarifas abrange dados quantitativos sobre a duração e a frequência dos cortes de abastecimento de energia, bem como informações qualitativas sobre os mecanismos implementados pela companhia para monitorizar as falhas do abastecimento e repor o fornecimento de energia, a relação de comunicação entre a companhia e a entidade reguladora, em caso de falta de energia, a transparência e acessibilidade das tarifas, e se a companhia está sujeita a alguma sanção financeira com efeito dissuasor destinada a limitar as interrupções (tal como a obrigatoriedade de compensar os clientes ou de pagar multas quando as interrupções excederem certo limite).

A classificação de cada localidade relativamente à facilidade em obter eletricidade é determinado pela classificação das pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) na Obtenção de Eletricidade. Estas pontuações correspondem à média simples da distância até a fronteira de cada uma das componentes dos indicadores, à exceção do preço da eletricidade (figura 8.6).

Os dados sobre a fiabilidade do fornecimento são recolhidos a partir das empresas de distribuição ou dos reguladores, dependendo da natureza técnica específica dos dados. O resto dos dados, incluindo os que se referem à transparência das tarifas e aos procedimentos necessários para obter uma ligação à eletricidade, são recolhidos através de todos os agentes do mercado: a empresa de distribuição de eletricidade, as entidades reguladoras do setor elétrico e profissionais independentes, tais como engenheiros eletrotécnicos, eletricistas e construtoras. A empresa de distribuição de energia elétrica consultada é aquela que abastece a zona (ou zonas) onde os armazéns estiverem localizados. Caso se possa escolher entre várias companhias de distribuição, selecionar-se-á aquela que detenha um maior número de clientes.

Para tornar os dados entre os locais comparáveis, parte-se de vários pressupostos

FIGURA 8.5 *Doing Business* mede o processo de ligação à rede ao nível das empresas de distribuição



**FIGURA 8.6** Obtenção de eletricidade: eficiência, fiabilidade e transparência



Nota: O preço da electricidade é medido mas não conta para as classificações.

acerca do armazém, da ligação elétrica e do consumo mensal.

### Pressupostos acerca do armazém

O armazém:

- É propriedade de um empresário local.
- Está localizado na cidade selecionada.
- Está localizado numa zona onde normalmente se encontram armazéns semelhantes. Nessa zona, as novas ligações elétricas não beneficiam de qualquer regime especial de promoção do investimento (que ofereça subvenções especiais ou serviços mais rápidos, por exemplo).
- Está localizado numa zona sem constrangimentos físicos. Por exemplo, a propriedade não está perto de nenhuma ferrovia.
- É uma construção nova e está a ser ligada à eletricidade pela primeira vez.
- Tem dois andares, ambos acima do solo, com uma superfície total de aproximadamente 1.300,6 metros quadrados (14.000 pés quadrados). O terreno em que está construído tem 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados).

- É usado para o armazenamento de mercadorias.

de cálculo apenas são contados 30 dias.

### Pressupostos acerca da ligação elétrica

A ligação elétrica:

- É permanente.
- É uma ligação trifásica em Y a quatro fios, com uma capacidade contratada de 140 quilovolts-ampères (kVA), com um fator de potência de 1, sendo que 1 kVA = 1 quilowatt (kW).
- Tem um comprimento de 150 metros. A ligação está feita à rede de distribuição de baixa ou de média tensão e é aérea ou subterrânea, o que for mais comum na zona onde o armazém estiver localizado.
- Requer obras que implicam atravessar uma estrada de 10 metros de largura (por escavação ou linhas aéreas), mas são todas realizadas em terrenos públicos. Não há cruzamentos da propriedade privada de outros proprietários porque o armazém tem acesso a uma estrada.
- Inclui apenas um troço irrisório na zona privada do cliente.
- Não requer obras de instalação da rede interna do armazém. Tal já terá sido realizado, incluindo a montagem do painel de atendimento ao cliente (ou central telefónica) e a base do contador.

### Pressupostos acerca do consumo mensal de março

- O armazém opera 30 dias por mês, das 9:00 às 17:00 (8 horas por dia), com os equipamentos ligados a 80% da sua capacidade, em média, e não há cortes de eletricidade (pressuposto por uma questão de simplicidade).
- O consumo mensal de energia é de 26.880 quilowatts-hora (kWh); o consumo por hora é de 112 kWh.
- Se existirem vários fornecedores de eletricidade, o armazém será fornecido pelo fornecedor mais barato.
- São utilizadas as tarifas em vigor em março do ano corrente para calcular o preço da eletricidade do armazém. Embora março tenha 31 dias, para fins

### Procedimentos

Define-se um procedimento como qualquer interação entre os funcionários da empresa, ou entre o seu principal electricista ou engenheiro eletrotécnico (ou seja, aquele que possa ter feito a instalação elétrica interna), e quaisquer entidades externas, tais como a empresa de distribuição de eletricidade, as companhias de fornecimento de eletricidade, agências governamentais, electricistas e empresas de eletricidade. As interações entre os funcionários da empresa e ações relacionadas com a instalação elétrica interna, tais como o projeto e execução dos planos internos de instalação elétrica, não são contados como procedimentos. Os procedimentos que tiverem de ser realizados no mesmo serviço mas em departamentos diferentes, são contados como procedimentos separados (quadro 8.4).

Parte-se do princípio que são os próprios funcionários da empresa a realizar todos os procedimentos, a menos que seja obrigatório recorrer a terceiros (por exemplo, se apenas um electricista registado na empresa de eletricidade puder fazer o pedido). Se a empresa puder, mas não for obrigada a solicitar os serviços de profissionais (tais como uma empresa privada, em vez da companhia pública, para a realização das obras exteriores), tais procedimentos, caso sejam habituais, serão registados. No que respeita a todos os procedimentos, somente os casos mais prováveis (por exemplo, mais de 50% das vezes a companhia tem o material) e os que são realizados na prática para ligar um armazém à eletricidade, é que são contados.

### Tempo

O tempo é registado em dias de calendário. A medida capta o tempo médio que a companhia de abastecimento elétrico e os especialistas indicam ser necessário, na prática, e não o exigido por lei, para realizar um procedimento

**QUADRO 8.4 O que medem os indicadores da obtenção de eletricidade?****Procedimentos para obter uma ligação de energia elétrica (número)**

Submeter todos os documentos relevantes e obter todas as autorizações e licenças necessárias

Completar todas as notificações exigidas e receber todas as inspeções necessárias

Obter trabalhos de instalação externos e possivelmente adquirir material relevante para estes trabalhos

Concluir qualquer contrato de fornecimento necessário e obter fornecimento final

**Tempo necessário para completar cada procedimento (dias de calendário)**

Dura pelo menos um dia de calendário

Cada procedimento tem início em dias diferentes

Não inclui o tempo dispendido a recolher informação

Reflete o tempo dispendido na prática, com um acompanhamento mínimo e sem contacto prévio com funcionários

**Custo necessário para completar cada procedimento (% do rendimento per capita)**

Apenas custos oficiais, subornos excluídos

Imposto sobre o valor acrescentado excluído

**Índice da fiabilidade do fornecimento e transparência das tarifas (0–8)**

Duração e frequência das falhas de energia elétrica

Ferramentas para monitorizar falhas de energia elétrica

Ferramentas para restaurar o fornecimento de energia elétrica

Monitorização regulatória do desempenho da empresa de distribuição de electricidade

Dissuasivos financeiros para limitar as falhas

Transparência e acessibilidade das tarifas

**Preço da eletricidade (cêntimos por kilowatt-hora)**

Preço baseado na faturação mensal a um armazém comercial conforme o caso de estudo

*Nota:* O *Doing Business* mede o preço da eletricidade, mas não inclui esses dados ao calcular a medida da distância até à fronteira na obtenção de eletricidade ou a classificação relativa à facilidade em obter eletricidade.

com um acompanhamento mínimo e sem pagamentos extra. Parte-se do princípio que o tempo mínimo requerido para cada procedimento é de um dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, não podem começar no mesmo dia (isto é, os procedimentos simultâneos começam em dias consecutivos).

Pressupõe-se que a empresa não perde tempo e que se compromete a levar a cabo os restantes procedimentos sem demora. O tempo que a empresa emprega na recolha de informações não é tido em consideração. Pressupõe-se que a empresa tem conhecimento de todos os requisitos necessários para a obtenção de eletricidade e a sua sequência desde o início.

**Custo**

O custo é registado como percentagem do rendimento per capita da economia. Os custos excluem o imposto sobre o valor acrescentado. São tidas em conta todos os custos e taxas que digam respeito à realização dos procedimentos necessários para ligar um armazém à eletricidade, incluindo os relacionados com a obtenção de autorizações por parte de agências governamentais, com o pedido de ligação, com as inspeções no local e na rede elétrica interna, com a compra de material, com a realização das obras de instalação propriamente ditas e com o pagamento de uma caução. Utilizam-se também como fontes para o cálculo dos custos as informações dos especialistas locais, bem como regulamentações e tabelas de honorários específicas. Se vários agentes locais fornecerem estimativas diferentes, será aplicado o valor médio comunicado. Em todos os casos, os custos excluem os subornos.

**Caucão**

As empresas de eletricidade podem exigir o pagamento de uma caução como garantia contra a possível falha dos clientes em pagar as faturas. Assim, é frequente calcular a caução requerida a um novo cliente em função do seu consumo estimado.

O *Doing Business* não regista o valor total da caução. Se o valor da caução se basear no consumo real do cliente, esta será a base tida em conta no estudo de caso. Em vez do valor total da caução, o *Doing Business* regista o valor atual das perdas de rendimentos de juros sofridas pelo cliente porque a empresa detém

o valor da caução durante um período prolongado, na maioria dos casos até o final do contrato (que se presume ser após cinco anos). Nos casos em que a caução seja usada para cobrir as primeiras faturas mensais, não é registada. Para calcular o valor atual dos rendimentos de juros perdidos, são utilizadas as taxas de empréstimo das Estatísticas Financeiras Internacionais do Fundo Monetário Internacional do final de 2016. Nos casos em que a caução seja devolvida com juros, utiliza-se para calcular o valor atual a diferença entre a taxa de empréstimo e os juros pagos pela companhia.

Em algumas economias, a caução pode ser prestada sob a forma de títulos: a empresa pode apresentar os ativos que detenha junto de um banco ou de uma seguradora como garantia. Em contraste com os casos em que o cliente paga a caução em dinheiro à companhia, neste caso a empresa não perde a propriedade sobre o valor total e pode continuar a usá-lo. Em troca, a empresa pagará ao banco uma comissão pela obtenção do título. A comissão cobrada pode variar dependendo da notação de crédito da empresa. Assume-se a melhor notação de crédito possível e, portanto, a menor comissão possível. Sempre que se puder prestar uma caução sob a forma de títulos, o valor registado para a caução será a comissão anual vezes os cinco anos assumidos como correspondentes à duração do contrato. Se existirem ambas as opções, será registada a alternativa mais barata.

Na RAE de Hong Kong, na China, um cliente que solicitasse uma ligação elétrica de 140 kVA em março de 2017 teria que pagar uma caução de 63.600 dólares de Hong Kong (cerca de 7.850 USD) em dinheiro ou cheque, e a caução seria devolvida apenas no final do contrato. No entanto, o cliente poderia investir esse dinheiro na taxa de empréstimo em vigor de 5,0%. Ao longo dos cinco anos do contrato, isso implicaria um valor atual de perdas de rendimentos de juros de 13.760 dólares de Hong Kong (1.700

USD). Em contraste, se o cliente optasse por liquidar a caução com uma garantia bancária a uma taxa anual de 1,5%, o montante perdido ao longo dos cinco anos seria de apenas 4.770 dólares de Hong Kong (590 USD).

### Índice de fiabilidade do fornecimento e de transparência das tarifas

O *Doing Business* usa o índice de duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o índice de frequência média das interrupções do sistema (SAIFI) para medir a duração e a frequência das falhas de energia em cada um dos locais selecionados. O SAIDI é a duração total média das interrupções ao longo de um ano por cada cliente servido pelo abastecimento, enquanto o SAIFI é o número médio de interrupções de serviço sofridas por um cliente ao longo de um ano. São recolhidos dados anuais (relativos ao ano civil) das companhias de distribuição e dos reguladores nacionais sobre os índices SAIDI e SAIFI. Tanto as estimativas SAIDI como as SAIFI devem incluir interrupções programadas e não programadas, bem como as perdas de carga.

Um determinado local será elegível para a obtenção de pontuação relativa ao índice de fiabilidade do fornecimento e à transparência das tarifas se a companhia recolher dados sobre as interrupções de energia (medindo a duração média total de interrupções por cliente e o número médio de interrupções por cliente), e se o valor SAIDI for inferior ao limite de 100 horas e o valor SAIFI inferior ao limite de 100 interrupções.

Como o foco incide na medição da fiabilidade do fornecimento de eletricidade, um determinado local não será elegível para obter pontuação se as interrupções forem demasiado frequentes ou longas para que o fornecimento de eletricidade seja considerado fiável - ou seja, se o valor SAIDI ou SAIFI exceder o limiar estabelecido. Um local também não será elegível para obter pontuação se não se recolherem dados sobre as

interrupções de energia desse local ou se apenas forem recolhidos parcialmente (por exemplo, se os dados sobre as interrupções programadas ou as perdas de carga não estiverem incluídos no cálculo do SAIDI e do SAIFI), e se o tempo de interrupção considerado para o cálculo do SAIDI e do SAIFI for superior a cinco minutos.

No que se refere aos locais que cumpram os critérios determinados pelo *Doing Business*, a pontuação respeitante ao índice de fiabilidade do fornecimento e de transparência das tarifas é calculada com base nas seis seguintes componentes:

- Os valores SAIDI e SAIFI. Se o SAIDI e o SAIFI forem de 12 (equivalente a uma interrupção de uma hora por mês) ou menos, será atribuída uma pontuação de 1. Se o SAIDI e o SAIFI forem de 4 (equivalente a uma interrupção de uma hora por trimestre) ou menos, será atribuído 1 ponto adicional. Finalmente, se o SAIDI e o SAIFI forem de 1 (equivalente a uma interrupção de uma hora por ano) ou menos, será atribuído mais 1 ponto.
- Os métodos utilizados pela empresa de distribuição para monitorizar as interrupções de energia. É atribuída a pontuação de 1 se a companhia usar métodos automáticos, tais como o Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA); 0 se depender exclusivamente das chamadas dos clientes e registar e monitorizar as interrupções de forma manual.
- Os métodos utilizados pela empresa de distribuição para restabelecer a energia. É atribuída a pontuação de 1 se a companhia utilizar métodos automáticos, tais como o sistema SCADA; 0 se depender exclusivamente de recursos manuais para o restabelecimento dos serviços, tais como equipas de campo ou pessoal de manutenção.
- Se existe um regulador - isto é, uma entidade independente da companhia - que monitorize o desempenho da empresa em termos de fiabilidade do fornecimento. É atribuída a pontuação

de 1 se o regulador realizar revisões periódicas ou em tempo real; 0 se não monitorizar falhas de energia e não exigir que a empresa reporte a fiabilidade do fornecimento.

- Se existem sanções económicas de efeito dissuasor para limitar as interrupções. É atribuída a pontuação de 1 se a empresa compensar os clientes quando as interrupções excederem um certo limite, se a companhia for multada pelo regulador quando as interrupções excederem determinado limite ou se ambas as condições se verificarem; 0 se não existir qualquer mecanismo de compensação.
- Se as tarifas de eletricidade são transparentes e estão facilmente disponíveis. É atribuída uma pontuação de 1 se as tarifas efetivas estiverem disponíveis on-line e os clientes forem notificados antecipadamente sobre qualquer alteração das tarifas num ciclo de faturação completo (ou seja, um mês); 0 se tal não ocorrer.

O índice varia entre 0 e 8, com os valores mais altos a indicar uma maior fiabilidade do fornecimento de eletricidade e uma maior transparência das tarifas. No Reino Unido, por exemplo, a empresa de distribuição UK Power Networks usa as medidas SAIDI e SAIFI para monitorizar e recolher dados sobre as interrupções de energia. Em 2016, a duração média total das interrupções de energia em Londres foi de 0,326 horas por cliente e o número médio de interrupções sofridas por cliente foi de 0,166. Tanto o SAIDI como o SAIFI se encontram abaixo do limite e indicam que houve menos de uma interrupção ao ano por cliente, com uma duração total de menos de uma hora. Portanto, essa economia cumpre, não só os critérios de elegibilidade para obter pontuação no índice, como também recebe uma pontuação de 3 na primeira componente do índice. A companhia usa o sistema automático GE PowerOn Control System para identificar falhas na rede (pontuação de 1) e para restabelecer o serviço de eletricidade (pontuação de 1). O Office of Gas and Electricity

Markets, uma autoridade reguladora nacional independente, controla ativamente o desempenho da companhia em termos de fiabilidade de fornecimento do serviço de eletricidade (pontuação de 1) e exige que a mesma indemneze os clientes se as interrupções durarem mais do que o período máximo definido pelo regulador (pontuação de 1). Os clientes são notificados sobre qualquer alteração das tarifas antes do ciclo de faturação seguinte e podem verificar facilmente as tarifas efetivas on-line (pontuação de 1). A adição desses números dá ao Reino Unido uma pontuação total de 8 no índice de fiabilidade do fornecimento e de transparência das tarifas.

Por outro lado, muitas economias recebem a pontuação de 0 no índice de fiabilidade do fornecimento e de transparência das tarifas. A razão pode prender-se com o facto das interrupções ocorrerem mais de uma vez por mês ou de nenhum dos mecanismos e ferramentas medidos pelo índice estarem implementados. Um determinado local poderá, também, receber uma pontuação de 0 se os valores SAIDI ou SAIFI (ou ambos) excederem o limite de 100 ou se nem todas as interrupções tiverem sido tidas em conta no cálculo dos índices. No Suriname, por exemplo, a companhia não inclui as perdas de carga no cálculo do SAIDI e do SAIFI. Assim, com base nos critérios estabelecidos, o Suriname não pode receber qualquer pontuação, embora a empresa use sistemas automatizados para monitorizar as interrupções e restabelecer o fornecimento de energia, e de haver transparência em torno das tarifas de eletricidade.

Se uma determinada economia não tiver registado ligações de eletricidade entre junho de 2016 e junho de 2017, ou se não tiver sido fornecida eletricidade durante esse período, a economia receberá a anotação “sem prática” nos indicadores relativos aos procedimentos, tempo e custo. Além disso, a economia “sem prática” receberá a pontuação de 0 no índice de fiabilidade do fornecimento e

de transparência das tarifas, mesmo se, por exemplo, houver uma fiscalização regulatória das interrupções da energia, entre outros.

### Preço da eletricidade

O *Doing Business* mede o preço da eletricidade, mas não inclui esses dados ao calcular a medida da distância até à fronteira na obtenção de eletricidade ou a classificação relativa à facilidade em obter eletricidade. Os dados estão disponíveis no portal do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) e baseiam-se em pressupostos padronizados, para garantir a comparabilidade entre as economias.

O preço da eletricidade é medido em centavos de dólar por quilowatt-hora. Com base nos pressupostos relativos ao consumo mensal, calcula-se o valor da fatura mensal de um armazém comercial em cada um dos locais selecionados para o mês de março. Como referido anteriormente, o armazém usa eletricidade 30 dias por mês, das 9:00 às 17:00, podendo, portanto, aplicar-se diferentes tabelas tarifárias se estiver disponível uma tarifa em função da hora de utilização.

Os detalhes sobre os dados relativos à Obtenção de Eletricidade estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org>. A metodologia inicial foi desenvolvida por Carolin Geginat e Rita Ramalho (“Electricity Connections and Firm Performance in 183 Countries”, *Global Indicators Group, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, 2015*) e é adotada aqui com pequenas alterações.

### REGISTO DE PROPRIEDADES

O *Doing Business* regista a sequência completa de procedimentos necessários para que uma empresa (o comprador) compre a propriedade de outra empresa (o vendedor) e transfira o título de propriedade para o nome do comprador, de modo a que este possa utilizar a propriedade para expandir os seus negócios,

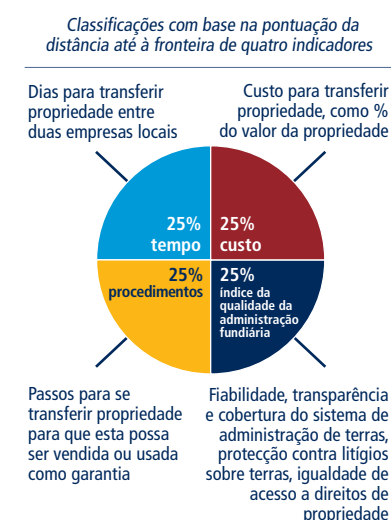
utilizá-la como garantia ao contrair novos empréstimos ou, se necessário, vender a propriedade a outra empresa. Mede, igualmente, o tempo e o custo de realização de cada um desses procedimentos. Além disso, o *Doing Business* mede a qualidade do sistema de administração de terras de cada economia. O índice da qualidade da administração de terras abrange cinco vetores: fiabilidade da infraestrutura, transparência das informações, cobertura geográfica, resolução de litígios sobre terras e igualdade de acesso aos direitos de propriedade.

A classificação de cada localidade quanto à facilidade em fazer o registo de propriedades é determinado pelo cálculo das pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) no Registo de Propriedades. Estas pontuações correspondem à média simples da distância até a fronteira de cada uma das componentes dos indicadores (figura 8.7).

### EFICIÊNCIA NA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADES

Conforme registado pelo *Doing Business*, o processo de transferência de propriedades começa com a obtenção dos documentos necessários, tais como

FIGURA 8.7 Registo de propriedades: eficiência e qualidade do sistema de administração de terras



uma cópia da titularidade do vendedor, se necessário, e a realização de uma diligência prévia, se for solicitada. A transação é considerada concluída quando for possível opô-la a terceiros e quando o comprador puder utilizar a propriedade como garantia para um empréstimo bancário ou revendê-la (figura 8.8). Todos os procedimentos exigidos por lei ou necessários, na prática, estão incluídos, independentemente de tal ser da responsabilidade do vendedor ou do comprador, ou de deverem ser levados a cabo por terceiros em seu nome. Os advogados imobiliários, os notários e os registos prediais locais fornecem informações sobre os procedimentos, bem como sobre o tempo e o custo de realização de cada um deles.

### Pressupostos acerca das partes

As partes (comprador e vendedor):

- São sociedades anónimas (ou o seu equivalente legal).
- Estão localizadas na zona periurbana da cidade selecionada.
- São 100% propriedade nacional e privada.
- Têm 50 funcionários cada uma, todos nacionais.
- Realizam atividades comerciais gerais.

### Pressupostos acerca da propriedade

A propriedade:

- Tem um valor equivalente a 50 vezes o rendimento per capita. O preço de venda é igual ao valor.
- É inteiramente detida pelo vendedor.
- Não tem hipotecas e pertenceu ao mesmo proprietário nos últimos 10 anos.
- Está inscrita no registo predial ou no cadastro, ou em ambos, e está livre de litígios relativos à sua titularidade.
- Está localizada numa zona comercial periurbana e não requer qualquer requalificação.
- Consiste num terreno e num edifício. A área do terreno é de 557,4 metros quadrados (6.000 pés quadrados). Nesse terreno está situado um armazém de dois andares com 929 metros quadrados (10.000 pés quadrados). O armazém tem 10 anos, encontra-se em boas condições e cumpre todas as normas de segurança, códigos de construção e outros requisitos legais. Não possui sistema de aquecimento. A propriedade do terreno e do edifício será transferida na sua totalidade.
- Não sofrerá renovações nem se farão construções adicionais após a compra.
- Não possui árvores, fontes naturais de água, reservas naturais ou monumentos históricos de qualquer tipo.
- Não será utilizada para fins especiais, pelo que não são necessárias autorizações especiais, tais como as requeridas em utilizações para fins residenciais, instalações industriais, armazenamento de resíduos ou certos tipos de atividades agrícolas.
- Não tem ocupantes e nenhuma outra parte detém interesse legal algum na mesma.

### Procedimentos

Define-se um procedimento como qualquer interação entre o comprador ou o vendedor, os seus agentes (caso seja requerido um agente, por lei ou na prática) ou a propriedade, e entidades externas, incluindo agências governamentais, inspetores, notários e advogados. As interações entre os administradores da empresa e os funcionários não são tidas em consideração. Todos os procedimentos que forem requeridos, por lei ou na prática, para registar a propriedade são evitados em casos excecionais (quadro 8.5). Parte-se do princípio que o comprador escolhe a opção legal mais rápida disponível e utilizada pela maioria dos proprietários. Embora o comprador possa recorrer a advogados ou outros profissionais, quando necessário, no processo de registo, presume-se que o comprador não emprega um mediador externo no processo de registo, a menos que tal seja requerido por lei ou na prática.

### Tempo

O tempo é registado em dias de calendário. A medição capta o tempo médio que os advogados imobiliários, os notários ou os funcionários do registo indicam ser necessário para levar a cabo um procedimento. Assume-se que o tempo mínimo necessário para cada procedimento é de um dia, exceto no caso de procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line, para os quais o tempo requerido é registado como sendo de meio dia. Embora os procedimentos possam ocorrer simultaneamente, não podem começar no mesmo dia, à exceção, novamente, de procedimentos que possam ser totalmente preenchidos on-line. Parte-se do princípio que o comprador não perde tempo e que se empenha em realizar os restantes procedimentos sem demora. Se um procedimento puder ser acelerado por um custo adicional, escolher-se-á o procedimento legal mais rápido disponível e que for usado pela maioria dos proprietários. Se os procedimentos puderem ser levados a cabo simultaneamente, presume-se que

FIGURA 8.8 Qual é o tempo, o custo e o número de procedimentos necessários para transferir propriedades entre duas empresas locais?





### QUADRO 8.5 O que medem os indicadores da eficiência na transferência de propriedades?

#### Procedimentos para legalmente transferir a propriedade de um bem imóvel (número)

Procedimentos pré-registo (por exemplo, verificação de encargos, notariação do contrato de compra e venda, pagamento de impostos de transferência de propriedade)

Procedimentos de registo na cidade seleccionada

Procedimentos pós-registo (por exemplo, apresentação do título de transferência junto da municipalidade)

#### Tempo necessário para completar cada procedimento (dias de calendário)

Não inclui o tempo dispendido a recolher informação

Cada procedimento tem início em dias diferentes - embora os procedimentos que possam ser na íntegra realizados on-line sejam uma excepção a esta regra

O processo de registo considera-se concluído assim que o documento final seja recebido

Nenhum contacto prévio com funcionários é realizado

#### Custo necessário para concluir cada procedimento (% do valor da propriedade)

Apenas custos oficiais, subornos excluídos

Impostos sobre o valor acrescentado ou sobre as mais-valias excluídos

o sejam. Parte-se do princípio que as partes envolvidas têm conhecimento de todos os requisitos necessários e da sua sequência desde o início. O tempo despendido na recolha de informações não é tido em consideração. Se as estimativas sobre o tempo diferirem entre as fontes, será aplicado o valor médio comunicado.

### Custo

O custo é registado como percentagem do valor da propriedade, assumido como sendo equivalente a 50 vezes o rendimento per capita. Apenas são registados os custos oficiais exigidos por lei, incluindo taxas, impostos de transferência de propriedade, impostos do selo e qualquer outro pagamento ao registo predial, notários, organismos públicos ou advogados. A medida do custo exclui outros impostos, tais como o imposto de mais-valias ou o imposto sobre o valor acrescentado. Estão incluídos tanto os custos suportados pelo comprador como os suportados pelo vendedor. Se as estimativas dos custos

diferirem entre as fontes, será utilizado o valor médio comunicado.

## QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O índice da qualidade da administração fundiária é composto por cinco outros índices: a fiabilidade da infraestrutura, a transparência das informações, a cobertura geográfica, a resolução de litígios sobre terras e a igualdade de acesso aos direitos de propriedade (quadro 8.6). São recolhidos dados para cada uma das zonas ou locais seleccionados.

### Índice de qualidade da infraestrutura

O índice de qualidade da infraestrutura tem seis componentes:

- Como são conservados os títulos de propriedade no registo do local seleccionado. É atribuída uma pontuação

de 2 se a maioria dos títulos de propriedade for totalmente digital; 1 se a maioria estiver digitalizada; 0 se a maioria se conservar em formato de papel.

- Se existe uma base de dados eletrónica para a verificação da existência ou não de hipotecas. É atribuída a pontuação de 1 se sim; 0 se não.
- Como são conservados os mapas dos terrenos na agência de mapeamento do local seleccionado. É atribuída a pontuação de 2 se a maioria dos mapas for totalmente digital; 1 se a maioria estiver digitalizada; 0 se a maioria se conservar em formato de papel.
- Se existe um sistema de informação geográfica - uma base de dados eletrónica para registar limites, verificar planos e fornecer informações cadastrais. É atribuída a pontuação de 1 se sim; 0 se não.

### QUADRO 8.6 O que medem os indicadores da qualidade da administração fundiária?

#### Índice de confiabilidade da infraestrutura (0-8)

Tipo de sistema para arquivamento de informação sobre titularidade da propriedade

Disponibilidade de base de dados eletrónica para verificar quaisquer ónus ligados ao imóvel

Tipo de sistema para arquivamento de plantas

Disponibilidade de sistema de informação geográfica

Interligação entre conservatória do registo de imóveis e sistema de cadastro

#### Índice de transparência das informações (0-6)

Accesibilidade da informação sobre titularidade da propriedade

Disponibilidade de mapas de parcelas de terrenos

Publicação de tabelas emolumentares, listas de documentos para registo, padrões de serviço

Disponibilidade de um mecanismo exclusivo para queixas

Publicação de estatísticas sobre o número de transacções de propriedade

#### Índice de cobertura geográfica (0-8)

Cobertura do registo predial ao nível da localidade seleccionada e da economia

Cobertura da agência cadastral ao nível da localidade seleccionada e da economia

#### Índice de resolução de disputas fundiárias (0-8)

Quadro legal para o registo de bens imóveis

Mecanismos para prevenir e resolver disputas fundiárias

#### Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2-0)

Direitos de propriedade desiguais entre homens e mulheres solteiras

Direitos de propriedade desiguais entre homens e mulheres casadas

#### Índice de qualidade da administração fundiária (0-30)

Soma dos índices de confiabilidade da infraestrutura, transparência das informações, cobertura geográfica, resolução de disputas fundiárias e igualdade dos direitos de propriedade

- Como estão ligados o registo predial e a agência de mapeamento. É atribuída a pontuação de 1 se as informações sobre a propriedade e os mapas se conservarem numa única base de dados ou em bases de dados ligadas; 0 se não houver qualquer ligação entre as diferentes bases de dados.
- Como são identificadas as propriedades imobiliárias. É atribuída a pontuação de 1 se houver um número único para identificar propriedades na maioria dos terrenos; 0 se houver vários identificadores.

O índice varia entre 0 e 8, com os valores mais altos a indicar uma maior qualidade das infraestruturas que garantem a fiabilidade das informações sobre os títulos e os limites de propriedade. Na Turquia, por exemplo, as conservatórias do registo predial de Istambul conservam os títulos em formato totalmente digital (pontuação 2) e possuem uma base de dados totalmente eletrónica para verificar se existem hipotecas (pontuação de 1). O Registo Cadastral de Istambul possui mapas digitais (pontuação de 2) e a Direção de Informação Geográfica tem um portal público que permite aos utilizadores verificar os planos e as informações cadastrais dos terrenos, bem como as imagens de satélite correspondentes (pontuação de 1). As bases de dados sobre propriedade imobiliária e os mapas estão ligadas através do sistema TAKBIS, um sistema de informações integrado para as conservatórias do registo predial e cadastral (pontuação de 1). Finalmente, existe um número de identificação exclusivo para propriedades (pontuação de 1). A adição destes números dá à Turquia uma pontuação de 8 no índice de fiabilidade da infraestrutura.

### Índice de transparência das informações

O índice de transparência das informações tem 10 componentes:

- Se as informações sobre a propriedade imobiliária estão publicamente disponíveis. É atribuída a pontuação de 1 se tais informações estiverem

acessíveis a qualquer pessoa; 0 se o acesso for restrito.

- Se a lista de documentos necessários para realizar qualquer tipo de transação imobiliária está publicamente disponível. É atribuída a pontuação de 0,5 se a lista de documentos estiver acessível on-line ou de forma pública; 0 se não estiver disponível ao público ou se apenas puder ser obtida pessoalmente.
- Se a tabela de taxas para realizar qualquer tipo de transação imobiliária está publicamente disponível. É atribuída a pontuação de 0,5 se a tabela estiver disponível on-line ou de forma pública, gratuitamente; 0 se não estiver disponível ao público ou se apenas puder ser obtida pessoalmente.
- Se a agência encarregada do registo de bens imóveis se compromete a entregar um documento juridicamente vinculativo que comprove a propriedade, num prazo específico. É atribuída a pontuação de 0,5 se este serviço estiver acessível on-line ou de forma pública; 0 se não estiver disponível ao público ou se apenas puder ser obtido pessoalmente.
- Se existe um mecanismo específico e separado para a apresentação de reclamações relativamente a um problema que tenha ocorrido na agência encarregada do registo de bens imóveis. É atribuída a pontuação de 1 se houver um mecanismo específico e separado para apresentar uma reclamação; 0 se houver apenas um mecanismo geral ou se não houver nenhum mecanismo.
- Se existem estatísticas oficiais publicamente disponíveis que reflitam o número de transações realizadas na agência encarregada do registo de bens imóveis. É atribuída a pontuação de 0,5 se houver estatísticas publicadas sobre transferências de propriedade no local selecionado no ano civil anterior; 0 se este tipo de estatísticas não estiver publicamente disponível.
- Se os mapas dos terrenos estão publicamente disponíveis. É atribuída a pontuação de 0,5 se os mapas

estiverem acessíveis a qualquer pessoa; 0 se o acesso for restrito.

- Se a tabela de preços para ter acesso aos mapas está publicamente disponível. É atribuída a pontuação de 0,5 se a tabela de preços estiver acessível on-line ou de forma pública, gratuitamente; 0 se não estiver disponível ao público ou se apenas puder ser obtida pessoalmente.
- Se a agência de mapeamento se compromete a entregar um mapa atualizado dentro de um prazo específico. É atribuída a pontuação de 0,5 se o serviço estiver disponível on-line ou de forma pública; 0 se não estiver disponível ao público ou se apenas puder ser obtido pessoalmente.
- Se existe um mecanismo específico e separado para a apresentação de reclamações relativamente a um problema que tenha ocorrido na agência de mapeamento. É atribuída a pontuação de 0,5 se houver um mecanismo específico e separado para apresentar uma reclamação; 0 se houver apenas um mecanismo geral ou se não houver nenhum mecanismo.

O índice varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar uma maior transparência no sistema de administração de terras. Nos Países Baixos, por exemplo, qualquer pessoa pode consultar a base de dados das propriedades imobiliárias, através do pagamento de uma taxa (pontuação de 1). As informações podem ser obtidas na agência, por correio ou on-line, através do portal Kadaster (<http://www.kadaster.nl>). Qualquer pessoa pode também obter informações on-line sobre a lista de documentos a serem enviados para o registo de propriedades (pontuação de 0,5), sobre a tabela das taxas de registo (pontuação de 0,5) e os padrões de serviço (pontuação de 0,5). E qualquer pessoa que tenha um problema no registo predial pode apresentar uma reclamação ou comunicar um erro, preenchendo um formulário específico on-line (pontuação de 1). Além disso, o Kadaster disponibiliza estatísticas sobre transações de terrenos ao público, tendo

registrado um total de 214.793 transferências de propriedade em Amsterdão em 2016 (pontuação de 0,5). Por outro lado, qualquer pessoa pode consultar os mapas cadastrais on-line, através do pagamento de uma taxa (pontuação de 0,5). É também possível obter acesso público à tabela de taxas para a consulta de mapas (pontuação de 0,5), aos padrões de serviço para a entrega de um plano atualizado (pontuação de 0,5) e a um mecanismo específico para a apresentação de reclamações sobre um determinado mapa (pontuação de 0,5). A soma destes números dá aos Países Baixos uma pontuação de 6 no índice da transparência das informações.

### Índice de cobertura geográfica

O índice de cobertura geográfica tem quatro componentes:

- Quão completa é a cobertura do registo predial no local selecionado. É atribuída uma pontuação de 2 se todos os terrenos privados do local estiverem formalmente registados no registo predial; 0 se não.
- Quão completa é a cobertura do registo predial a nível da economia. É atribuída a pontuação de 2 se todos os terrenos privados da economia estiverem formalmente registados no registo predial; 0 se não.
- Quão completa é a cobertura da agência de mapeamento no local selecionado. É atribuída uma pontuação de 2 se todos os terrenos privados do local estiverem mapeadas; 0 se não.
- Quão completa é a cobertura da agência de mapeamento a nível da economia. É atribuída uma pontuação de 2 se todos os terrenos privados da economia estiverem mapeados; 0 se não.

O índice varia entre 0 e 8, com os valores mais altos a indicar uma maior cobertura geográfica do registo predial e do mapeamento cadastral. Na República da Coreia, por exemplo, todos os terrenos privados estão formalmente registados no registo predial de Seul (pontuação de 2), bem como na economia em geral (pontuação

de 2). Além disso, em Seul todos os terrenos privados estão mapeados (pontuação de 2), bem como na economia em geral (pontuação de 2). A soma destes números dá à Coreia uma pontuação de 8 no índice de cobertura geográfica.

### Índice da resolução de disputas fundiárias

O índice da resolução de disputas fundiárias avalia a estrutura jurídica do processo de registo de bens imóveis e a acessibilidade dos mecanismos de resolução de conflitos. O índice tem oito componentes:

- Se a lei exige que todas as transações de venda de propriedades sejam registadas no registo predial para as tornar oponíveis a terceiros. É atribuída uma pontuação de 1,5 se sim; 0 se não.
- Se o sistema formal de registo predial está sujeito a alguma garantia. É atribuída a pontuação de 0,5 se for obrigatória por lei uma garantia estatal ou privada sobre o registo predial; 0 se tal garantia não for necessária.
- Se existe algum mecanismo de compensação específico para cobrir as perdas incorridas por partes que se tenham envolvido de boa-fé numa transação de propriedades com base em informações erróneas certificadas pelo registo predial. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se o sistema legal requer a verificação da validade legal dos documentos necessários para uma transação imobiliária. É atribuída uma pontuação de 0,5 se houver uma verificação da validade legal, tanto pelo conservador como por um profissional (tal como um notário ou um advogado); 0 se não houver verificação.
- Se o sistema legal requer a verificação da identidade das partes envolvidas numa transação imobiliária. É atribuída uma pontuação de 0,5 se houver verificação da identidade, tanto pelo conservador como por um profissional (tal como um notário ou um advogado); 0 se não houver verificação.
- Se existe alguma base de dados nacional para verificar a exatidão dos

documentos de identidade. É atribuída uma pontuação de 1 se existir; 0 se não.

- Quanto tempo leva para obter uma decisão de um tribunal de primeira instância (sem apelação) num litígio sobre terras padrão entre duas empresas locais por direitos de posse no valor de 50 vezes o rendimento per capita, que estejam situadas na zona selecionada. É atribuída uma pontuação de 3 se demorar menos de um ano; 2 se demorar entre um e dois anos; 1 se demorar entre dois e três anos; 0 se demorar mais de três anos.
- Se existem estatísticas publicamente disponíveis acerca do número de litígios sobre terras em primeira instância. É atribuída uma pontuação de 0,5 se existirem publicadas estatísticas relativas a litígios sobre terras na economia no ano civil anterior; 0 se este tipo de estatísticas não estiver publicamente disponível.

O índice varia entre 0 e 8, com os valores mais altos a indicar um grau mais alto de proteção contra disputas fundiárias. Na Lituânia, por exemplo, de acordo com o Código Civil e a Lei sobre o Registo de Imóveis, as transações imobiliárias devem ser registadas no registo predial para que sejam oponíveis a terceiros (pontuação de 1,5). O sistema de transferência de propriedades é garantido pelo Estado (pontuação de 0,5) e conta com um mecanismo de compensação para cobrir as perdas incorridas por partes que se tenham envolvido de boa-fé numa transação de propriedades com base num erro do registo (pontuação de 0,5). Um notário verifica a validade legal dos documentos numa transação de propriedades (pontuação de 0,5) e a identidade das partes (pontuação de 0,5), de acordo com a Lei do Notariado (Lei I-2882). A Lituânia tem uma base de dados nacional para verificar a exatidão dos documentos de identidade (pontuação de 1). Num litígio sobre terras entre duas empresas lituanas em torno dos direitos de posse de uma propriedade no valor de 770.000 USD, o Tribunal Distrital de

Vilnius profere uma decisão em menos de um ano (pontuação de 3). E, por fim, são elaboradas e publicadas estatísticas relativas aos litígios sobre terras: houve um total de 549 litígios sobre terras no país em 2016 (pontuação de 0,5). A soma destes números dá à Lituânia uma pontuação de 8 no índice de resolução de litígios sobre terras.

### Índice da igualdade dos direitos de propriedade

O índice da igualdade dos direitos de propriedade tem duas componentes:

- Se os homens solteiros e as mulheres solteiras usufruem de igualdade de acesso aos direitos de propriedade. É atribuída uma pontuação de -1 se se registar desigualdade no acesso aos direitos de propriedade; 0 se houver igualdade.
- Se os homens casados e as mulheres casadas usufruem de igualdade de acesso aos direitos de propriedade. É atribuída uma pontuação de -1 se se registar desigualdade no acesso aos direitos de propriedade; 0 se houver igualdade.

Os direitos de propriedade abrangem a possibilidade de gerir, controlar, administrar, aceder a, hipotecar, receber, alienar e transferir propriedades. Será considerada cada restrição, se houver um tratamento diferenciado entre homens e mulheres na lei relativa ao regime de comunhão de bens padrão. No que se refere aos regimes fundiários consuetudinários, é assumida a igualdade, a menos que haja uma disposição legal geral que indique um tratamento diferenciado.

O índice varia entre -2 e 0, com os valores mais altos a indicar uma maior inclusão em termos de direitos de propriedade. No Mali, por exemplo, os homens solteiros e as mulheres solteiras usufruem de igualdade de direitos de propriedade (pontuação de 0). Os homens casados e as mulheres casadas podem, também, usar as suas propriedades da mesma maneira (pontuação de 0). A adição destes números dá ao Mali uma pontuação

de 0 no índice de igualdade de acesso aos direitos de propriedade - o que indica uma igualdade de direitos de propriedade entre homens e mulheres. Em Tonga, ao contrário, de acordo com a Lei de Terras [Cap 132], secções 7, 45 e 82, os homens solteiros e as mulheres solteiras não têm direitos de propriedade iguais (pontuação de -1), e os homens casados e as mulheres casadas não têm direito a utilizar as suas propriedades da mesma maneira (pontuação de -1). A adição destes números dá a Tonga uma pontuação de -2 no índice de igualdade de acesso aos direitos de propriedade - o que indica direitos de propriedade desiguais entre homens e mulheres.

### Índice da qualidade da administração fundiária

O índice da qualidade da administração fundiária equivale à soma das pontuações relativas à fiabilidade da infraestrutura, à transparência das informações, à cobertura geográfica, à resolução de litígios sobre terras e à igualdade de acesso aos direitos de propriedade. O índice varia entre 0 e 30, com os valores mais altos a indicar uma melhor qualidade do sistema de administração de terras.

Se as entidades do setor privado não tiverem registado transferências de propriedade numa determinada economia entre junho de 2016 e junho de 2017, a economia receberá a anotação “sem prática” nos indicadores relativos aos procedimentos, tempo e custo. Uma economia “sem prática” receberá a pontuação de 0 no índice da qualidade da administração de terras, mesmo que o seu enquadramento legal inclua disposições relacionadas com a administração de terras

Os detalhes sobre os dados relativos ao Registo de Propriedades estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org>.

## EXECUÇÃO DE CONTRATOS

O *Doing Business* mede o tempo e o custo necessários para resolver um litígio comercial através de um tribunal de primeira instância local, e elabora, igualmente, o índice de qualidade dos processos judiciais, avaliando se cada economia adotou um conjunto de boas práticas que promova a qualidade e eficiência do sistema judicial. Os dados são recolhidos através do estudo dos códigos de processo civil e outros regulamentos judiciais, bem como através de questionários preenchidos por advogados de contencioso e juízes locais. A classificação de cada economia quanto à facilidade na execução de contratos é determinada pela classificação das suas pontuações DAF (Distância Até à Fronteira) na Execução de Contratos. Estas pontuações correspondem à média simples das pontuações da distância até à fronteira para cada uma das componentes dos indicadores (figura 8.9).

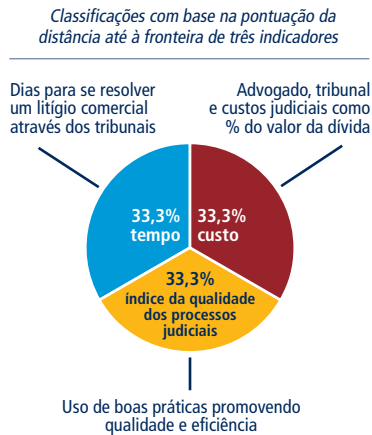
### EFICIÊNCIA NA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS COMERCIAIS

Os dados relativos ao tempo e ao custo são elaborados acompanhando a evolução passo a passo de um litígio comercial (figura 8.10; quadro 8.7). Os dados recolhidos referem-se a um tribunal específico em cada um dos locais abrangidos, com base nos pressupostos abaixo descritos sobre o caso. O tribunal será aquele que tiver jurisdição sobre litígios no valor de 200% do rendimento per capita ou 5.000 USD, o valor que for maior. O nome do tribunal relevante de cada economia é publicado no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/enforcing-contracts>.

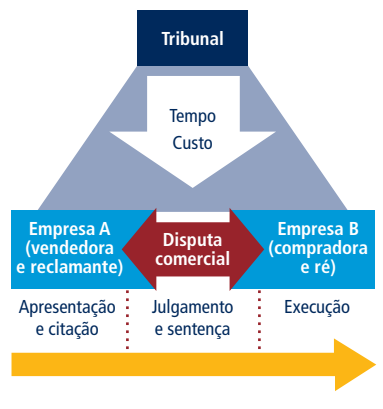
#### Pressupostos sobre o caso

- O valor da ação é igual a 200% do rendimento per capita da economia ou 5.000 USD, o que for maior.
- O litígio diz respeito a uma transação legal entre duas empresas (Vendedor e Comprador), ambas localizadas na

**FIGURA 8.9** Execução de contratos: eficiência e qualidade na resolução de litígios comerciais



**FIGURA 8.10** Qual o tempo e o custo necessários para resolver um litígio comercial através dos tribunais?



**QUADRO 8.7** O que medem os indicadores da eficiência na resolução de litígios comerciais?

**Tempo necessário para resolução do litígio através dos tribunais (dias de calendário)**

Tempo para apresentação e citação do processo

Tempo para julgamento e obtenção da sentença

Tempo para executar a sentença

**Custo necessário para resolução do litígio através dos tribunais (% do valor da dívida)**

Média de honorários de advogado

Custos de tribunal

Custos de execução

cidade selecionada. No seguimento de um contrato realizado entre as empresas, o Vendedor vende alguns móveis feitos à medida ao Comprador, no valor de 200% do rendimento per capita da economia ou 5.000 USD, o que for maior. Depois do Vendedor entregar as mercadorias ao Comprador, o Comprador recusa-se a pagar o preço estabelecido no contrato, alegando que as mercadorias não têm a qualidade adequada. Como foram feitas à medida, o Vendedor não as consegue vender a mais ninguém.

- O Vendedor (o requerente) processa o Comprador (o requerido), de modo a recuperar o valor estabelecido no contrato de venda. O litígio é levado ao tribunal localizado no local selecionado que tenha jurisdição em matéria comercial no valor de 200% do rendimento per capita ou 5.000 USD, o que for maior.
- No início do litígio, o Vendedor decide apreender bens móveis do Comprador (por exemplo, equipamento de escritório e veículos) pois teme que o Comprador possa ocultar os seus ativos ou tornar-se insolvente.
- O mérito da causa é discutido devido à alegação do Comprador de que a qualidade das mercadorias não era a adequada. Como o tribunal não pode decidir sobre o caso com base apenas em provas documentais ou na titularidade legal, é solicitada uma opinião especializada sobre a qualidade dos produtos. Se for prática habitual na economia em causa que cada parte recorra ao seu próprio perito, cada uma das partes designará um perito. Se for prática habitual ser o juiz a nomear um perito independente, o juiz fá-lo-á. Se for este o caso, o juiz não permitirá o testemunho de peritos opostos.
- Após ser ouvida a opinião dos peritos, o juiz decide que as mercadorias entregues pelo Vendedor eram de boa qualidade e que o Comprador deve pagar o preço do contrato. O juiz profere, então, uma sentença final que é 100% a favor do Vendedor.

- O Comprador não recorre da sentença. O Vendedor decide começar a executar a sentença assim que termina o tempo concedido por lei para interposição de recurso. O Vendedor toma todas as medidas necessárias para a pronta execução da sentença. O dinheiro é arrecadado com sucesso através da venda pública dos ativos móveis do Comprador (por exemplo, equipamentos de escritório e veículos). Parte-se do princípio que o Comprador não tem dinheiro na sua conta bancária, impossibilitando que a sentença seja executada por meio da apreensão do saldo da conta bancária do Comprador.

**Tempo**

O tempo é registado em dias de calendário contados a partir do momento em que o Vendedor decide entrar com a ação judicial até ao pagamento. Isto inclui tanto os dias em que as ações ocorrem como os períodos de espera entre eles. É registada a duração média das três etapas seguintes na resolução de litígios: (i) instauração do processo e citação; (ii) julgamento e obtenção da sentença; e (iii) execução. O tempo é registado considerando os pressupostos do caso anteriormente detalhados e apenas na medida em que forem aplicáveis ao tribunal competente. O tempo é registado na prática, independentemente dos prazos estabelecidos por lei, caso tais prazos não sejam respeitados na maioria dos casos.

A fase de instauração do processo e citação inclui o seguinte:

- O tempo necessário para o Vendedor tentar obter o pagamento fora do tribunal através de uma carta de reclamação não contenciosa, incluindo o tempo necessário para redigir a carta e o prazo dado ao Comprador para que cumpra o acordado.
- O tempo necessário para que um advogado local rediga a reclamação inicial e reúna todos os documentos necessários para o processo, incluindo a sua autenticação ou reconhecimento, se necessário.

- O tempo necessário para apresentar a ação em tribunal.
- O tempo necessário para que o Comprador (requerido) seja citado, incluindo o tempo de processo no tribunal e os períodos de espera entre as tentativas infrutíferas para citar o Comprador, se geralmente for necessária mais de uma tentativa.

A fase de julgamento e obtenção da sentença inclui o seguinte:

- O tempo que decorre entre o momento da notificação do processo ao Comprador e o pré-julgamento, caso o pré-julgamento faça parte das técnicas de gestão de casos usadas pelo tribunal competente.
- O tempo que decorre entre o pré-julgamento e a primeira audiência, caso o pré-julgamento faça parte das técnicas de gestão de casos usadas pelo tribunal competente. Caso contrário, o tempo entre a notificação do processo ao Comprador e o momento em que a primeira audiência é realizada.
- O tempo necessário para levar a cabo todas as atividades processuais, incluindo o intercâmbio de expedientes e provas, as várias audiências, os tempos de espera entre as audiências e a obtenção de uma opinião especializada.
- O tempo necessário para o juiz emitir uma sentença final por escrito, uma vez concluído o período de apresentação de provas.
- O prazo de tempo para interposição de recurso.

A fase de execução inclui o seguinte:

- O tempo que demora a obter uma cópia executória da sentença e em contactar a autoridade competente para a aplicação da mesma.
- O tempo que demora a localizar, identificar, apreender e transportar os bens móveis do Comprador (parte vencida) (incluindo o tempo necessário para obter uma ordem do tribunal para apreender e confiscar os ativos, se aplicável).

- O tempo que demora a anunciar, organizar e realizar o leilão. Se, normalmente, for necessário realizar mais de um leilão para recuperar totalmente o valor da ação num caso comparável ao caso-padrão, é registado o tempo decorrido entre as várias tentativas de licitação.
- O tempo que o Vendedor (parte vencedora) demora a recuperar totalmente o valor da ação, quando o leilão é realizado com êxito.

### Custo

O custo é registado como percentagem da ação, considerada equivalente a 200% do rendimento per capita ou 5.000 USD, o que for maior. São registados três tipos de custos: média das despesas com advogados, custas judiciais e custos de execução.

A média das despesas com advogados corresponde aos honorários que o Vendedor (requerente) deve adiantar a um advogado local para o representar no caso-padrão, independentemente do reembolso final. As custas judiciais incluem todas as taxas e emolumentos que o Vendedor (requerente) deve adiantar ao tribunal, independentemente do custo final suportado pelo Vendedor. As custas judiciais incluem as taxas que devem ser pagas para obter a opinião de uma especialista. Os custos de execução são todos os custos que o Vendedor (requerente) deve adiantar para executar a decisão, através da venda pública dos ativos móveis do Comprador, independentemente do custo final suportado pelo Vendedor. Os subornos não são tidos em conta.

### QUALIDADE DOS PROCESSOS JUDICIAIS

O índice da qualidade dos processos judiciais mede se cada local adotou um conjunto de boas práticas no seu sistema judicial em quatro áreas: estrutura e processos judiciais, gestão dos casos, informatização dos tribunais e resolução alternativa de litígios (quadro 8.8).

### Índice da estrutura e procedimentos dos tribunais

O índice da estrutura e procedimentos dos tribunais tem cinco componentes:

- Se existe um tribunal de comércio ou uma secção dedicada exclusivamente ao tratamento de casos comerciais. É atribuída a pontuação de 1,5 se sim; 0 se não.
- Se existe um tribunal de pequenas causas ou um procedimento acelerado para pequenos litígios. É atribuída a pontuação de 1 se existir tal tribunal ou procedimento, se é aplicável a todos os casos civis e se a lei estabelece um limite para o valor dos casos que possam ser tratados através deste tribunal ou procedimento. Se os pequenos litígios forem geridos por um tribunal independente, o ponto só é atribuído se tal tribunal aplicar um procedimento simplificado. É atribuída uma pontuação adicional de 0,5 se as partes puderem autorrepresentar-se perante esse tribunal ou durante esse procedimento. Se não existir tribunal de pequenas causas ou procedimento simplificado, será atribuída uma pontuação de 0.
- Se os requerentes podem obter a apreensão preventiva dos bens móveis do requerido, caso tenham que esses ativos possam ser transferidos para fora da área de jurisdição ou se possam dissipar de qualquer outro modo. É atribuída uma pontuação de 1 se sim; 0 se não.
- Se os casos são atribuídos aos juizes do tribunal competente de forma aleatória e automatizada. É atribuída a pontuação de 1 se a atribuição dos casos for aleatória e automatizada; 0,5 se for aleatória, mas não automatizada; 0 se não for nem aleatória, nem automatizada.
- Se o testemunho de uma mulher tem o mesmo peso probatório no tribunal do que o de um homem. É atribuída uma pontuação de -1 se a lei diferenciar entre o valor probatório do testemunho de uma mulher e o do testemunho de um homem; 0 se isso não acontecer.

**QUADRO 8.8 O que medem os indicadores da qualidade dos processos judiciais?****Índice de estrutura e procedimentos dos tribunais (0–5)**

Disponibilidade de um tribunal, divisão ou secção comercial especializada

Disponibilidade de um tribunal de pequenas causas ou processo acelerado para pequenos litígios

Possibilidade de arresto antes do julgamento

Critério utilizado para a atribuição de processos aos juízes

Valor probatório do testemunho de uma mulher

**Índice de gestão de processos (0–6)**

Regulamentos prevendo prazos para eventos judiciais relevantes

Regulamentos sobre adiamentos

Disponibilidade de mecanismos de medição de desempenho

Disponibilidade de audiência preliminar

Disponibilidade de um sistema eletrónico de gestão de processos para juízes

Disponibilidade de um sistema eletrónico de gestão de processos para advogados

**Índice de automatização dos tribunais (0–4)**

Possibilidade de apresentação da petição inicial através de meios electrónicos

Possibilidade de a petição inicial poder ser citada ao réu através de meios electrónicos

Possibilidade de efectuar o pagamento de custas judiciais através de meios electrónicos

Publicação de sentenças

**Índice de resolução alternativa de litígios (0–3)**

Arbitragem

Mediação voluntária ou conciliação

**Índice da qualidade dos processos judiciais (0–18)**

Soma dos índices de estrutura e procedimentos dos tribunais, gestão de processos, automatização dos tribunais e resolução alternativa de litígios

O índice varia entre 0 e 5, com os valores mais altos a indicar uma estrutura judicial mais sofisticada e simplificada. Na Bósnia-Herzegovina, por exemplo, existe um tribunal de comércio (pontuação de 1,5) e as pequenas causas podem ser resolvidas por meio de um tribunal especializado, no qual a autorrepresentação é permitida (pontuação de 1,5). Os requerentes podem obter a apreensão preventiva dos bens móveis do requerido, se temerem a sua dissipação durante o julgamento (pontuação de 1). Os casos são distribuídos aleatoriamente por meio de um sistema eletrónico de gestão de casos (pontuação de 1). A soma destes números dá à Bósnia-Herzegovina uma pontuação de 5 no índice da estrutura e dos processos judiciais.

**Índice de gestão de processos**

O índice de gestão de processos tem seis componentes:

- Se alguma das leis ou normas de processo civil aplicáveis estabelece prazos de tempo para, pelo menos, três dos seguintes principais eventos judiciais: (i) citação processual; (ii) primeira audiência; (iii) apresentação de contestação; (iv) período de apresentação de provas; (v) apresentação de testemunho do perito; e (vi) apresentação da sentença final. É atribuída uma pontuação de 1 se existirem tais prazos e forem respeitados em mais de 50% dos casos; 0,5 se existirem, mas não forem respeitados em mais de 50% dos casos; 0 se existirem prazos para menos de três desses principais eventos judiciais.
- Se existem leis que regulem o número máximo de interrupções ou adiamentos que possam ser concedidos, se as interrupções estão limitadas por lei a circunstâncias imprevistas e excepcionais, e se essas regras são

respeitadas em mais de 50% dos casos. É atribuída uma pontuação de 1 se as três condições se verificarem; 0,5 se apenas duas das três condições se verificarem; 0 se apenas uma das condições se verificar ou se nenhuma delas ser verificar.

- Se é possível elaborar relatórios de medição do desempenho do tribunal competente, para monitorizar o desempenho do tribunal, para monitorizar o andamento dos processos no tribunal e para garantir o cumprimento dos prazos de tempo estabelecidos. É atribuída uma pontuação de 1 se, pelo menos, dois dos quatro seguintes relatórios estiverem publicamente disponíveis: (i) relatório sobre a duração do julgamento (mede o tempo que o tribunal leva para tratar ou julgar o seu rol de casos); (ii) relatório sobre a taxa de resolução de processos (mede o número de casos resolvidos relativamente ao número de novos processos); (iii) relatório sobre a antiguidade dos casos pendentes (fornece uma visão geral de todos os casos pendentes de acordo com o tipo de caso, a sua antiguidade, a última ação realizada e a próxima ação agendada); e (iv) relatório sobre o ponto em que se encontra um caso individual (fornece uma visão geral do status de um determinado caso). É atribuída uma pontuação de 0 se apenas um destes relatórios estiver disponível ou se nenhum deles estiver disponível.
- Se as técnicas de gestão de casos usadas pelo tribunal competente incluem a realização de um pré-julgamento e, pelo menos, três das seguintes questões são discutidas nesse pré-julgamento: (i) agendamento (incluindo o prazo para apresentar petições e outros documentos ao tribunal); (ii) complexidade do caso e duração prevista do julgamento; (iii) possibilidade de acordo ou de resolução alternativa de litígios; (iv) troca de listas de testemunhas; (v) provas; (vi) jurisdição e outras questões processuais; e (vii) redução das questões litigiosas. É atribuída a pontuação de 1 se for

realizado um pré-julgamento em que, pelo menos, três destes temas sejam discutidos junto do tribunal competente; 0 se não.

- Se existe um sistema eletrónico de gestão de casos que os juízes do tribunal competente possam utilizar para, pelo menos, quatro dos seguintes objetivos: (i) aceder a leis, regulamentos e jurisprudência; (ii) gerar de forma automática uma agenda de audiências para todos os casos pendentes; (iii) enviar notificações (por exemplo, e-mails) a advogados; (iv) acompanhar a situação de um caso pendente; (v) visualizar e gerir os documentos dos casos (expedientes, petições); (vi) auxiliar na redação de sentenças; (vii) gerar ordens judiciais de forma semiautomática; e (viii) visualizar as ordens judiciais e os acórdãos relativos a um determinado caso. É atribuída a pontuação de 1 se existir um sistema eletrónico de gestão de casos disponível que os juízes possam utilizar para, pelo menos, quatro desses objetivos; 0 se não existir.
- Se existe um sistema eletrónico de gestão de casos que os advogados possam utilizar para, pelo menos, quatro dos seguintes objetivos: (i) aceder a leis, regulamentos e jurisprudência; (ii) aceder aos formulários a enviar ao tribunal; (iii) receber notificações (por exemplo, e-mails); (iv) acompanhar a situação de um caso; (v) visualizar e gerir os documentos dos casos (expedientes, petições); (vi) remeter expedientes e documentos ao tribunal; e (vii) visualizar ordens e decisões judiciais relativas a um determinado caso. É atribuída a pontuação de 1 se existir um sistema eletrónico de gestão de casos disponível que os advogados possam utilizar para, pelo menos, quatro desses objetivos; 0 se não existir.

O índice varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar um sistema de gestão de casos de maior qualidade e mais eficiente. Na Austrália, por exemplo, os

prazos relativos a, pelo menos, três dos principais eventos judiciais são estabelecidos nos instrumentos processuais aplicáveis e são respeitados em mais de 50% dos casos (pontuação de 1). A lei estipula que os adiamentos só podem ser concedidos em circunstâncias imprevistas e excepcionais, e essa regra é respeitada em mais de 50% dos casos (pontuação de 0,5). Podem ser gerados relatórios sobre a duração do julgamento, sobre a taxa de resolução de processos e sobre a antiguidade dos casos pendentes no tribunal competente (pontuação de 1). O pré-julgamento está entre as técnicas de gestão de casos utilizadas no Tribunal Distrital de Nova Gales do Sul (pontuação de 1). Existe um sistema eletrónico de gestão de casos, que cumpre os critérios anteriormente descritos, disponível para juízes (pontuação de 1) e advogados (pontuação de 1). A adição destes números dá à Austrália uma pontuação de 5,5 no índice de gestão de casos, a maior pontuação obtida neste índice por qualquer economia.

### Índice de automatização dos tribunais

O índice de automação dos tribunais tem quatro componentes:

- Se a reclamação inicial pode ser apresentada por via eletrónica, através de uma plataforma especial (não por e-mail ou fax) existente no tribunal competente. É atribuída uma pontuação de 1 se tal plataforma existir e não se exigir aos litigantes que acompanhem o processo com uma cópia impressa da reclamação; 0 se não existir. O depósito eletrónico de documentos é reconhecido, independentemente da percentagem de utilizadores, desde que não sejam necessárias interações pessoais adicionais e os especialistas locais o tenham utilizado suficientemente para confirmar que é totalmente funcional.
- Se a reclamação inicial pode ser enviada ao requerido por via eletrónica, através de um sistema especial, ou por e-mail, fax ou SMS (serviço de mensagens curtas). É atribuída uma

pontuação de 1 se a citação eletrónica estiver disponível e não for necessária mais nenhuma notificação adicional do processo; 0 se não estiver. A citação eletrónica é reconhecida, independentemente da percentagem de utilizadores, desde que não sejam necessárias interações pessoais adicionais e os especialistas locais a tenham utilizado suficientemente para confirmar que é totalmente funcional.

- Se as custas judiciais podem ser pagas por via eletrónica, tanto por meio de uma plataforma especial como recorrendo aos serviços bancários on-line. É atribuída uma pontuação de 1 se as despesas puderem ser pagas por via eletrónica e não se exigir aos litigantes que acompanhem o processo com uma cópia impressa do recibo ou que apresentem uma cópia carimbada do recibo; 0 se não for o caso. O pagamento eletrónico é reconhecido independentemente da percentagem de utilizadores, desde que não sejam necessárias interações pessoais adicionais e os especialistas locais o tenham utilizado suficientemente para confirmar que é totalmente funcional.
- Se as decisões proferidas pelos tribunais locais estão disponíveis ao público em geral, através da sua publicação em jornais oficiais, em jornais diários ou na internet. É atribuída uma pontuação de 1 se as decisões proferidas sobre casos comerciais a todos os níveis estiverem disponíveis ao público em geral; 0,5 se apenas o estiverem as decisões proferidas a nível do tribunal de recurso e do Tribunal Supremo; 0 nos restantes casos. Não é atribuído qualquer ponto se as decisões tiverem de ser solicitadas individualmente ao tribunal, ou se for necessário apresentar o número do caso ou os dados das partes para obter uma cópia da sentença.

O índice varia de 0 a 4, sendo que os valores mais elevados indicam um sistema judicial mais automatizado, eficiente e transparente. Na Estónia, por exemplo,



as notificações iniciais podem ser apresentadas on-line (1 ponto), podem ser citadas ao réu eletronicamente (1 ponto) e as custas judiciais também podem ser pagas eletronicamente (1 ponto). Ademais, as sentenças de processos comerciais em todos os níveis estão disponíveis ao público através da internet (1 ponto). A soma desses pontos dá à Estônia uma pontuação de 4 no índice de automatização dos tribunais.

### Índice da resolução alternativa de litígios

O índice da resolução alternativa de litígios tem seis componentes:

- Se a arbitragem comercial doméstica é regida por uma lei consolidada, ou por um capítulo ou secção consolidados do código de processo civil aplicável, que abranja substancialmente todos os seus aspetos. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se podem ser submetidos a arbitragem todo o tipo de litígios comerciais – à exceção dos relacionados com a ordem pública, políticas públicas, insolvência, direitos do consumidor, questões laborais ou propriedade intelectual –. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se os tribunais locais aplicam cláusulas ou acordos de arbitragem válidos em mais de 50% dos casos. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se a mediação ou a conciliação voluntária, ou ambas constituem uma forma reconhecida de resolver litígios comerciais. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se a mediação ou a conciliação voluntária, ou ambas, são regidas por uma lei consolidada ou por um capítulo ou secção consolidados do código de processo civil aplicável, que abranja substancialmente todos os seus aspetos. É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.
- Se existem incentivos financeiros para que as partes procurem resolver os litígios com recurso à mediação ou à conciliação (por exemplo, o

reembolso das taxas de processo, um crédito respeitante ao imposto sobre o rendimento, ou algo semelhante se a mediação ou a conciliação forem bem sucedidas). É atribuída uma pontuação de 0,5 se sim; 0 se não.

O índice varia entre 0 e 3, com os valores mais altos a indicar uma maior disponibilidade de mecanismos de resolução alternativa de litígios. Em Israel, por exemplo, a arbitragem é regulada através de um estatuto especial (pontuação de 0,5), todos os litígios comerciais relevantes podem ser submetidos a arbitragem (pontuação de 0,5) e os tribunais costumam aplicar cláusulas de arbitragem válidas (pontuação de 0,5). A mediação voluntária é uma forma reconhecida de resolver litígios comerciais (pontuação de 0,5), é regulada por meio de um estatuto especial (pontuação de 0,5) e parte das taxas do processo é reembolsada se o processo for bem-sucedido (pontuação 0,5). A adição destes números dá a Israel uma pontuação de 3 no índice da resolução alternativa de litígios.

### Índice da qualidade dos processos judiciais

O índice da qualidade dos processos judiciais é a soma das pontuações dos índices da estrutura e dos processos judiciais, de gestão dos casos, de informatização dos tribunais e da resolução alternativa de litígios. O índice varia entre 0 e 18, sendo que os valores mais elevados indicam processos judiciais mais eficientes e de melhor qualidade..

*Os detalhes sobre os dados relativos à Execução de Contratos para cada economia estão disponíveis em <http://www.doingbusiness.org>. Esta metodologia foi inicialmente desenvolvida por Simeon Djankov, Rafael La Porta, Florencio López-de-Silanes e Andrei Shleifer (“Courts”, Quarterly Journal of Economics 118, nº 2 [2003]: 453-517) e é adotada aqui com várias alterações. O índice da qualidade dos processos judiciais foi introduzido no Doing Business em 2016. As boas práticas avaliadas neste índice foram desenvolvidas com base em*

*boas práticas de promoção da eficiência judicial, reconhecidas internacionalmente.*

# Instantâneos das cidades

## PORTUGAL

### BRAGA

<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>
	(rank no país)	<b>1</b>
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88
Procedimentos (número)		6
Tempo (dias)		6,5
Custo (% do rendimento per capita)		2,1
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0

<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>16</b>
	(rank no país)	<b>7</b>
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		82,27
Procedimentos (número)		6
Tempo (dias)		65
Custo (% do rendimento per capita)		38,8
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		8

<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>3</b>
	(rank no país)	<b>2</b>
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,78
Tempo (dias)		540
Custo (% da dívida)		17,2
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5

<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>7</b>
	(rank no país)	<b>7</b>
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		66,58
Procedimentos (número)		14
Tempo (dias)		259
Custo (% do valor do armazém)		0,8
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11

<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>16</b>
	(rank no país)	<b>4</b>
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,31
Procedimentos (número)		1
Tempo (dias)		2
Custo (% do valor da propriedade)		7,3
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20

COIMBRA			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>4</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		87,49	
Procedimentos (número)		4	
Tempo (dias)		65	
Custo (% do rendimento per capita)		36,1	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		7	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		74,60	
Tempo (dias)		510	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>9</b>	
	(rank no país)	<b>8</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		65,93	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		265	
Custo (% do valor do armazém)		0,9	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>18</b>	
	(rank no país)	<b>6</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,07	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		4	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

ÉVORA			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>11</b>	
	(rank no país)	<b>5</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		84,19	
Procedimentos (número)		5	
Tempo (dias)		57	
Custo (% do rendimento per capita)		36,1	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		7	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>4</b>	
	(rank no país)	<b>3</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,23	
Tempo (dias)		560	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>3</b>	
	(rank no país)	<b>3</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,53	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		169	
Custo (% do valor do armazém)		0,4	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>17</b>	
	(rank no país)	<b>5</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,19	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		3	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

FARO			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>20</b>	
	(rank no país)	<b>8</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		78,83	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		68	
Custo (% do rendimento per capita)		36,1	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		7	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>7</b>	
	(rank no país)	<b>6</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		72,28	
Tempo (dias)		595	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>4</b>	
	(rank no país)	<b>4</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,42	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		170	
Custo (% do valor do armazém)		0,4	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>13</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,43	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		1	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

FUNCHAL			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>9</b>	
	(rank no país)	<b>4</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		84,96	
Procedimentos (número)		5	
Tempo (dias)		50	
Custo (% do rendimento per capita)		34,2	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		7	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>5</b>	
	(rank no país)	<b>4</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		72,82	
Tempo (dias)		575	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>6</b>	
	(rank no país)	<b>6</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		72,83	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		159	
Custo (% do valor do armazém)		1,5	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>13</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,43	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		1	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

LISBOA			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>5</b>	
	(rank no país)	<b>2</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		86,45	
Procedimentos (número)		5	
Tempo (dias)		65	
Custo (% do rendimento per capita)		36,1	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		8	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>13</b>	
	(rank no país)	<b>8</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		67,91	
Tempo (dias)		755	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>5</b>	
	(rank no país)	<b>5</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,10	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		160	
Custo (% do valor do armazém)		1,3	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>20</b>	
	(rank no país)	<b>8</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		78,35	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		10	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

PONTA DELGADA			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>8</b>	
	(rank no país)	<b>3</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		85,12	
Procedimentos (número)		4	
Tempo (dias)		58	
Custo (% do rendimento per capita)		38,6	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		6	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>5</b>	
	(rank no país)	<b>4</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		72,82	
Tempo (dias)		575	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>2</b>	
	(rank no país)	<b>2</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		73,59	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		169	
Custo (% do valor do armazém)		0,4	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>13</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		79,43	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		1	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

PORTO			
<b>Abertura de empresas</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		90,88	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		6,5	
Custo (% do rendimento per capita)		2,1	
Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)		0,0	
<b>Obtenção de eletricidade</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>14</b>	
	(rank no país)	<b>6</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		82,71	
Procedimentos (número)		6	
Tempo (dias)		61	
Custo (% do rendimento per capita)		36,2	
Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)		8	
<b>Execução de contratos</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>8</b>	
	(rank no país)	<b>7</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		71,32	
Tempo (dias)		630	
Custo (% da dívida)		17,2	
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)		13,5	
<b>Obtenção de alvarás de construção</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>1</b>	
	(rank no país)	<b>1</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		74,04	
Procedimentos (número)		14	
Tempo (dias)		159	
Custo (% do valor do armazém)		0,6	
Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)		11	
<b>Registo de propriedades</b>	(rank entre as 25 cidades)	<b>19</b>	
	(rank no país)	<b>7</b>	
Pontuação da distância até a fronteira (0–100)		78,59	
Procedimentos (número)		1	
Tempo (dias)		8	
Custo (% do valor da propriedade)		7,3	
Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)		20	

# Instantâneos dos indicadores

Cidade (País)	ABERTURA DE EMPRESAS						
	Facilidade de abertura de empresas (rank entre as 25 cidades)	Facilidade de abertura de empresas (rank no país)	Pontuação da distância até a fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do rendimento per capita)	Capital mínimo realizado (% do rendimento per capita)
Osijek (Croácia)	13	3	85,50	8	10,5	7,3	12,5
Rijeka (Croácia)	10	2	87,59	7	8	7,4	12,5
Split (Croácia)	9	1	89,55	6	6	7,4	12,5
Varazdin (Croácia)	14	4	85,38	8	11	7,3	12,5
Zagreb (Croácia)	24	5	82,49	8	22,5	7,2	12,5
Brno (República Checa)	18	4	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Liberec (República Checa)	18	4	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Olomouc (República Checa)	11	1	85,56	8	16,5	1,0	0,0
Ostrava (República Checa)	15	3	85,31	8	17,5	1,0	0,0
Plzen (República Checa)	18	4	84,55	8	20,5	1,0	0,0
Praga (República Checa)	23	7	83,55	8	24,5	1,0	0,0
Usti nad Labem (República Checa)	11	1	85,56	8	16,5	1,0	0,0
Braga (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Coimbra (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Évora (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Faro (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Funchal (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Lisboa (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Ponta Delgada (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Porto (Portugal)	1	1	90,88	6	6,5	2,1	0,0
Bratislava (Eslováquia)	25	5	81,97	8	26,5	1,1	17,2
Kosice (Eslováquia)	22	4	83,72	8	19,5	1,1	17,2
Presov (Eslováquia)	16	1	84,73	8	15,5	1,1	17,2
Trnava (Eslováquia)	21	3	83,98	8	18,5	1,1	17,2
Zilina (Eslováquia)	16	1	84,73	8	15,5	1,1	17,2

Cidade (País)	OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO						
	Facilidade de obtenção de alvarás de construção (rank entre as 25 cidades)	Facilidade de obtenção de alvarás de construção (rank no país)	Pontuação da distância até a fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor do armazém)	Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)
Osijek (Croácia)	12	2	61,10	22	143	6,8	12
Rijeka (Croácia)	12	2	61,10	22	136	7,2	12
Split (Croácia)	25	5	43,67	23	227	15,1	12
Varazdin (Croácia)	8	1	66,20	21	112	5,3	12
Zagreb (Croácia)	23	4	54,77	22	146	11,7	12
Brno (República Checa)	16	1	57,90	20	236	0,2	8
Liberec (República Checa)	20	4	56,67	21	239	0,3	8
Olomouc (República Checa)	24	7	54,45	21	270	0,2	8
Ostrava (República Checa)	19	3	56,89	20	250	0,2	8
Plzen (República Checa)	22	6	55,38	21	257	0,2	8
Praga (República Checa)	21	5	56,17	21	246	0,2	8
Usti nad Labem (República Checa)	18	2	57,24	20	245	0,3	8
Braga (Portugal)	7	7	66,58	14	259	0,8	11
Coimbra (Portugal)	9	8	65,93	14	265	0,9	11
Évora (Portugal)	3	3	73,53	14	169	0,4	11
Faro (Portugal)	4	4	73,42	14	170	0,4	11
Funchal (Portugal)	6	6	72,83	14	159	1,5	11
Lisboa (Portugal)	5	5	73,10	14	160	1,3	11
Ponta Delgada (Portugal)	2	2	73,59	14	169	0,4	11
Porto (Portugal)	1	1	74,04	14	159	0,6	11
Bratislava (Eslováquia)	15	4	59,33	14	300	0,2	8
Kosice (Eslováquia)	14	3	60,74	14	280	0,2	8
Presov (Eslováquia)	10	1	62,91	14	250	0,2	8
Trnava (Eslováquia)	11	2	61,39	15	258	0,2	8
Zilina (Eslováquia)	16	5	57,90	14	320	0,2	8



Cidade (País)	OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE						Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)
	Facilidade de obtenção de eletricidade (rank entre as 25 cidades)	Facilidade de obtenção de eletricidade (rank no país)	Pontuação da distância até a fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do rendimento per capita)	
Osijek (Croácia)	17	4	81,70	4	55	237,1	5
Rijeka (Croácia)	13	2	82,87	4	73	237,1	6
Split (Croácia)	15	3	82,66	4	75	237,1	6
Varazdin (Croácia)	10	1	84,29	4	60	237,1	6
Zagreb (Croácia)	18	5	80,43	4	65	298,5	5
Brno (República Checa)	2	2	89,92	3	110	25,9	8
Liberec (República Checa)	25	7	66,32	5	217	193,0	7
Olomouc (República Checa)	24	6	67,09	6	169	282,5	7
Ostrava (República Checa)	21	3	69,89	6	172	283,2	8
Plzen (República Checa)	22	4	69,67	6	174	282,8	8
Praga (República Checa)	1	1	95,35	3	60	25,9	8
Usti nad Labem (República Checa)	23	5	67,70	5	233	193,0	8
Braga (Portugal)	16	7	82,27	6	65	38,8	8
Coimbra (Portugal)	4	1	87,49	4	65	36,1	7
Évora (Portugal)	11	5	84,19	5	57	36,1	7
Faro (Portugal)	20	8	78,83	6	68	36,1	7
Funchal (Portugal)	9	4	84,96	5	50	34,2	7
Lisboa (Portugal)	5	2	86,45	5	65	36,1	8
Ponta Delgada (Portugal)	8	3	85,12	4	58	38,6	6
Porto (Portugal)	14	6	82,71	6	61	36,2	8
Bratislava (Eslováquia)	12	4	83,19	5	89	244,5	8
Kosice (Eslováquia)	7	3	85,29	5	75	57,2	8
Presov (Eslováquia)	6	2	86,27	5	66	57,0	8
Trnava (Eslováquia)	19	5	80,07	5	89	244,5	7
Zilina (Eslováquia)	3	1	88,41	4	56	55,2	7

Cidade (País)	REGISTO DE PROPRIEDADES						
	Facilidade de registar propriedade (rank entre as 25 cidades)	Facilidade de registar propriedade (rank no país)	Pontuação da distância até a fronteira (0–100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor da propriedade)	Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)
Osijek (Croácia)	21	1	75,86	5	32	4,0	23,5
Rijeka (Croácia)	22	2	75,02	5	39	4,0	23,5
Split (Croácia)	25	5	71,08	5	72	4,0	23,5
Varazdin (Croácia)	23	3	74,07	5	47	4,0	23,5
Zagreb (Croácia)	23	3	74,07	5	47	4,0	23,5
Brno (República Checa)	7	2	80,10	4	24,5	4,0	25,0
Liberec (República Checa)	9	4	79,98	4	25,5	4,0	25,0
Olomouc (República Checa)	9	4	79,98	4	25,5	4,0	25,0
Ostrava (República Checa)	6	1	80,22	4	23,5	4,0	25,0
Plzen (República Checa)	11	6	79,74	4	27,5	4,0	25,0
Praga (República Checa)	11	6	79,74	4	27,5	4,0	25,0
Usti nad Labem (República Checa)	7	2	80,10	4	24,5	4,0	25,0
Braga (Portugal)	16	4	79,31	1	2	7,3	20,0
Coimbra (Portugal)	18	6	79,07	1	4	7,3	20,0
Évora (Portugal)	17	5	79,19	1	3	7,3	20,0
Faro (Portugal)	13	1	79,43	1	1	7,3	20,0
Funchal (Portugal)	13	1	79,43	1	1	7,3	20,0
Lisboa (Portugal)	20	8	78,35	1	10	7,3	20,0
Ponta Delgada (Portugal)	13	1	79,43	1	1	7,3	20,0
Porto (Portugal)	19	7	78,59	1	8	7,3	20,0
Bratislava (Eslováquia)	4	4	90,17	3	16,5	0,0	25,5
Kosice (Eslováquia)	2	2	91,24	3	7,5	0,0	25,5
Presov (Eslováquia)	4	4	90,17	3	16,5	0,0	25,5
Trnava (Eslováquia)	1	1	91,48	3	5,5	0,0	25,5
Zilina (Eslováquia)	3	3	91,00	3	9,5	0,0	25,5

Cidade (País)	EXECUÇÃO DE CONTRATOS					
	Facilidade de executar contratos (rank entre as 25 cidades)	Facilidade de executar contratos (rank no país)	Pontuação da distância até a fronteira (0–100)	Tempo (dias)	Custo (% do valor da dívida)	Índice da qualidade dos processos judiciais (0–18)
Osijek (Croácia)	2	1	74,24	510	15,7	13,0
Rijeka (Croácia)	17	4	65,67	825	15,6	13,0
Split (Croácia)	18	5	65,56	837	15,0	13,0
Varazdin (Croácia)	12	3	69,49	685	15,6	13,0
Zagreb (Croácia)	9	2	70,60	650	15,2	13,0
Brno (República Checa)	25	7	51,95	840	33,8	9,5
Liberec (República Checa)	24	6	53,86	770	33,8	9,5
Olomouc (República Checa)	22	4	55,64	705	33,8	9,5
Ostrava (República Checa)	21	3	56,05	690	33,8	9,5
Plzen (República Checa)	20	2	56,32	680	33,8	9,5
Praga (República Checa)	19	1	56,38	678	33,8	9,5
Usti nad Labem (República Checa)	23	5	54,96	730	33,8	9,5
Braga (Portugal)	3	2	73,78	540	17,2	13,5
Coimbra (Portugal)	1	1	74,60	510	17,2	13,5
Évora (Portugal)	4	3	73,23	560	17,2	13,5
Faro (Portugal)	7	6	72,28	595	17,2	13,5
Funchal (Portugal)	5	4	72,82	575	17,2	13,5
Lisboa (Portugal)	13	8	67,91	755	17,2	13,5
Ponta Delgada (Portugal)	5	4	72,82	575	17,2	13,5
Porto (Portugal)	8	7	71,32	630	17,2	13,5
Bratislava (Eslováquia)	16	5	66,12	775	20,5	13,5
Kosice (Eslováquia)	10	1	69,95	635	20,5	13,5
Presov (Eslováquia)	11	2	69,81	640	20,5	13,5
Trnava (Eslováquia)	14	3	67,90	710	20,5	13,5
Zilina (Eslováquia)	15	4	67,08	740	20,5	13,5

# Detalhes dos indicadores

## ABERTURA DE EMPRESAS EM PORTUGAL – PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA ABERTURA DE UMA EMPRESA, POR CIDADE

*Tipo de sociedade padrão: Sociedade por Quotas*  
*Requisito de capital mínimo realizado: nenhum*  
*Dados com a data de 15 de fevereiro, 2018*

	Braga	Coimbra	Évora	Faro	Funchal	Lisboa	Ponta Delgada	Porto	Comentários
1. Registo no Balcão Único	Tempo (dias) 1	1	1	1	1	1	1	1	A Empresa na Hora permite a constituição de uma sociedade em menos de hora através de um balcão único. Os requerentes escolhem um nome da lista de nomes pré-aprovados e uma das escrituras de sociedade pré-aprovadas. Os fundadores da empresa recebem um código de acesso para acederem a certidão permanente, cartão de identificação da empresa, o número de Segurança Social, e os estatutos originais.
2. Abrir uma conta bancária e obter um Número de Identificação Bancária (NIB)	Custo (EUR) 360	360	360	360	360	360	360	360	Os fundadores da empresa devem abrir uma conta bancária e obter um número de identificação bancária (NIB).
3. Submeter a declaração de início de actividade de Autoridade Tributária e registar em IVA	Tempo (dias) 1	1	1	1	1	1	1	1	A declaração de início de actividade tem que ser submetida à Autoridade Tributária juntamente com um comprovativo da constituição da sociedade. Apenas contabilistas certificados podem submeter a declaração às autoridades fiscais. O registo para efeitos de IVA é realizado aquando da submissão da declaração de início de actividade.
4. Registo na Segurança Social	Tempo (dias) 2	2	2	2	2	2	2	2	A empresa necessita de comunicar a contratação de trabalhadores a <a href="http://www.seg-social.pt">www.seg-social.pt</a> . Quando regista trabalhadores pela primeira vez, o empregador deverá requerer credenciais de acesso no website da segurança social. As credenciais são enviadas por correio e o empregador poderá assim realizar online os registos dos trabalhadores.
5. Registo para seguro de acidentes de trabalho numa seguradora privada	Tempo (dias) 1	1	1	1	1	1	1	1	Por forma a garantir uma compensação efectiva por danos resultantes de acidentes de trabalho, o legislador Português exige que o empregador transfira toda a sua responsabilidade para companhias seguradoras, previamente à entrada em vigor dos contratos relevantes.
6. Registo dos trabalhadores junto dos Fundos de indemnização de Mão-de-obra (FCT e FGCT)*	Tempo (dias) 0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	De acordo com a legislação laboral portuguesa, os trabalhadores deverão ser registados em dois Fundos de Compensação Laborais. O registo no FGCT tem lugar automaticamente mediante o registo no FCT. O registo é feito online, através da mesma plataforma e com as mesmas credenciais daquelas utilizadas para o registo na segurança social.

Fonte: base de dados do Doing Business.

\*Tem lugar em simultâneo com o procedimento prévio.

LISTA DE PROCEDIMENTOS  
OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE  
CONSTRUÇÃO

PORTUGAL

Braga

Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

**Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 150 dias  
**Custo:** EUR 114 EUR

**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 30 dias  
**Custo:** EUR 1,626

**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** EUR 20

**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção**

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho**

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**

**Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** EUR 44

**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 30 dias  
**Custo:** EUR 3,715

**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** EUR 7

**Procedimento 12. Obter licença de ocupação**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 30 dias  
**Custo:** EUR 1,165

**Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária**

**Entidade:** Autoridade Tributária  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial**

**Entidade:** Conservatória do Registo Predial  
**Tempo:** 10 dias  
**Custo:** EUR 60

OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

Coimbra

Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

**Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 180 dias  
**Custo:** EUR 105

**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 15 dias  
**Custo:** EUR 105

**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção**

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho**

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município**

**Entidade:** Município  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**

**Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** Sem custo

**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 1 dia  
**Custo:** EUR 65

**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento**

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento  
**Tempo:** 30 dias  
**Custo:** EUR 7,845

\*Realizado em simultâneo com o procedimento prévio

**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 100**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 21 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 10 dias**Custo:** EUR 60

## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

**Évora***Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)**Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018***Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes****Entidade:** Município**Tempo:** 75 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** EUR 1,762**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 5. Receber a inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 6\*. Receber a inspeção do Município****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI Entidade: Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI****Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 30**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 15 dias**Custo:** EUR 850**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 823**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 10 dias**Custo:** EUR 60

## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

**Faro***Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)**Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018***Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes****Entidade:** Município**Tempo:** 90 dias**Custo:** EUR 31**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** EUR 1,671**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo

\*Realizado em simultâneo com o procedimento prévio

**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI****Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 161**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 15 dias**Custo:** EUR 1,250**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 630**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 21 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 13. Registar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 5 dias**Custo:** EUR 60

## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

**Funchal***Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)**Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018***Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes****Entidade:** Município**Tempo:** 90 dias**Custo:** EUR 14**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** EUR 11,368**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção****Entidade:** Delegação Regional da Inspeção do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho****Entidade:** Delegação Regional da Inspeção do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI****Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 15 dias**Custo:** EUR 1,158**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 904**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 10 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 13. Registar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 5 dias**Custo:** EUR 60

## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

**Lisboa***Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)**Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018***Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes****Entidade:** Município**Tempo:** 75 dias**Custo:** EUR 379**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** EUR 2,235

\*Realizado em simultâneo com o procedimento prévio

**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 5. Receber a inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho****Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 6\*. Receber a inspeção do Município****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI****Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 451**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 31 dias**Custo:** EUR 7,571**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 10 dias**Custo:** EUR 387**Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 5 dias**Custo:** EUR 60

## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

**Ponta Delgada***Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)**Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018***Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes****Entidade:** Município**Tempo:** 90 dias**Custo:** EUR 31**Procedimento 2. Obter a autorização de construção e pagar taxa****Entidade:** Município**Tempo:** 30 dias**Custo:** EUR 1,705**Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção****Entidade:** Inspeção Regional do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho****Entidade:** Inspeção Regional do Trabalho**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI****Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento****Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento**Tempo:** 15 dias**Custo:** EUR 950**Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 1 dia**Custo:** EUR 367**Procedimento 12. Obter licença de ocupação****Entidade:** Município**Tempo:** 15 dias**Custo:** Sem custo**Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária****Entidade:** Autoridade Tributária**Tempo:** 1 dia**Custo:** Sem custo**Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial****Entidade:** Conservatória do Registo Predial**Tempo:** 10 dias**Custo:** EUR 60



## OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

## Porto

Valor do armazém: EUR 877,206 (USD 992,500)

Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Obter a aprovação dos desenhos do projeto por parte do município e de outras entidades relevantes

**Entidade:** Município

**Tempo:** 100 dias

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 2\*. Obter a autorização de construção e pagar taxa

**Entidade:** Município

**Tempo:** 45 dias

**Custo:** EUR 3,219

### Procedimento 3. Informar o Município sobre o início da construção

**Entidade:** Município

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 4\*. Informar a Autoridade para as Condições do Trabalho sobre o novo local de construção

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 5. Receber inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho

**Entidade:** Autoridade para as Condições do Trabalho

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 6\*. Receber inspeção do Município

**Entidade:** Município

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 7\*. Receber a inspeção do Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI

**Entidade:** Instituto da Construção e do Imobiliário - INCI

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 8\*. Submeter requerimento para ligação à rede de águas e esgoto junto da Autoridade de Águas e Saneamento

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 9. Receber inspeção da Autoridade de Águas e Saneamento

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** EUR 16

### Procedimento 10. Obter ligação a águas e saneamento

**Entidade:** Autoridade de Águas e Saneamento

**Tempo:** 30 dias

**Custo:** EUR 1,014

### Procedimento 11. Submeter pedido para licença de ocupação

**Entidade:** Município

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 12. Obter licença de ocupação

**Entidade:** Município

**Tempo:** 10 dias

**Custo:** EUR 648

### Procedimento 13. Registrar o edifício junto da Autoridade Tributária

**Entidade:** Autoridade Tributária

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Sem custo

### Procedimento 14. Registrar o edifício junto da Conservatória do Registo Predial

**Entidade:** Conservatória do Registo Predial

**Tempo:** 10 dias

**Custo:** EUR 60

OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO - ÍNDICE DE CONTROLO DA QUALIDADE DE CONSTRUÇÃO		
	PORTUGAL	
	Resposta	Pontuação
<b>Índice de controlo da qualidade de construção (0–15)</b>		<b>11</b>
<b>Índice da qualidade das regulamentações de construção (0–2)</b>		<b>2</b>
Por que forma são as leis e regulamentos relativas à construção disponibilizadas? (0–1)	Disponíveis online; Sem custo.	1
Quais requisitos estão claramente especificados nos regulamentos de construção ou num site, brochura ou panfleto acessível? (0–1)	Lista dos documentos necessários; Taxas a pagar; Pré-aprovações necessárias.	1
<b>Índice de controle de qualidade antes da construção (0–1)</b>		<b>1</b>
Quem deve participar na comissão ou equipe que analisa e aprova os pedidos de alvarás de construção na entidade licenciadora? (0–1)	Arquitecto licenciado; Engenheiro licenciado.	1
<b>Índice de controle de qualidade durante a construção (0–3)</b>		<b>2</b>
Que tipo de inspeções (se aplicável) são necessárias por lei durante a construção? (0–2)	Inspeções por engenheiro interno; inspeções espontâneas.	1
As inspeções exigidas por lei durante a construção são implementadas na prática? (0–1)	Inspeções obrigatórias são sempre realizadas na prática.	1
<b>Índice de controle de qualidade após a construção (0–3)</b>		<b>3</b>
É exigida por lei uma inspeção final com o objetivo de verificar se o prédio foi construído de acordo com as plantas aprovadas e com as regulamentações de construção? (0–2)	Sim, engenheiro interno encarregado submete relatório para inspeção final.	2
A inspeção final é implementada na prática? (0–1)	A inspeção final é sempre realizada na prática.	1
<b>Índice de regimes de responsabilização e de seguro (0–2)</b>		<b>1</b>
Quais as partes (se aplicável) que são legalmente responsáveis por defeitos latentes, como falhas estruturais, ou problemas que surgem no prédio depois de ocupado? (0–1)	Arquitecto ou engenheiro; profissional responsável pela supervisão; empresa de construção.	1
Alguma das partes envolvidas no processo de construção é legalmente obrigada a obter uma apólice de seguro de dez anos de duração ou seguro contra defeitos latentes, para cobrir possíveis falhas estruturais ou problemas no prédio depois de ocupado? (0–1)	Nenhuma parte é obrigada por lei a contratar seguro.	0
<b>Índice de certificações profissionais (0–4)</b>		<b>2</b>
Quais são os requisitos de qualificação para o profissional responsável pela verificação de que as plantas ou desenhos estão em conformidade com as regulamentações de construção? (0–2)	Licenciatura em engenharia ou arquitectura; registo na ordem dos arquitectos ou na ordem dos engenheiros.	1
Quais são os requisitos de qualificação para o profissional que realiza as inspeções durante a construção? (0–2)	Licenciatura em engenharia ou arquitectura; construção ou planeamento de construção, regista na ordem dos arquitectos ou na ordem dos engenheiros.	1

Fonte: base de dados do Doing Business.

## LISTA DE PROCEDIMENTOS OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

### PORTUGAL

#### Braga

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

#### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 18 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

#### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDP para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

#### Procedimento 3. Obter uma autorização de escavação da Câmara Municipal de Braga

**Entidade:** Câmara Municipal de Braga

**Tempo:** 24 dias

**Custo:** EUR 468 [Taxas devidas pela autorização de trabalhos na via pública: EUR 97 para a emissão de licença para trabalhos + EUR 14 para autorização de trabalhos durante o período de um mês numa via pública + EUR 2 por metro devidos pela ocupação de um espaço público durante o período de um mês, nos termos da Tabela de Custos Municipal para 2018]

#### Procedimento 4. O contratante de serviços elétricos do cliente realiza as obras de ligação externa

**Entidade:** Eletricista privado

**Tempo:** 19 dias

**Custo:** Nenhum

#### Procedimento 5\*. Realização de uma inspeção interna e obtenção do certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 15 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

#### Procedimento 6. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 4 dias

**Custo:** Nenhum

### OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

#### Coimbra

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

#### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 15 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

#### Procedimento 2. Realização da ligação externa pela EDP

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 45 dias

**Custo:** Nenhum

#### Procedimento 3\*. Realização de uma inspeção interna e obtenção do certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 18 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

#### Procedimento 4. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 5 dias

**Custo:** Nenhum

### OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

#### Évora

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

#### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 19 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

#### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDP para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

#### Procedimento 3. O contratante de serviços elétricos do cliente realiza as obras de ligação externa

**Entidade:** Eletricista privado

**Tempo:** 33 dias

**Custo:** Nenhum

#### Procedimento 4\*. Receber inspeção interna e certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 18 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

#### Procedimento 5. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 5 dias

**Custo:** Nenhum

\*Realizado em simultâneo com o procedimento prévio

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

## Faro

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 23 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDP para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 3. Obter uma autorização de escavação da Câmara Municipal de Faro

**Entidade:** Câmara Municipal de Faro

**Tempo:** 20 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 4. O contratante de serviços elétricos do cliente realiza as obras de ligação externa

**Entidade:** Eletricista privado

**Tempo:** 19 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 5\*. Receber inspeção interna e certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 15 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

### Procedimento 6. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 6 dias

**Custo:** Nenhum

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

## Funchal

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EEM  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Envio da requisição para a EEM e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM)

**Tempo:** 13 dias

**Custo:** EUR 5,862 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro]

### Procedimento 2. Obter uma autorização de escavação da Câmara Municipal de Funchal

**Entidade:** Câmara Municipal de Funchal

**Tempo:** 15 dias

**Custo:** EUR 132 [Taxas devidas pela autorização de trabalhos na via pública: EUR 13, nos termos do artigo 25-16 da Tabela de Custos Municipal]

### Procedimento 3. O contratante de serviços elétricos do cliente realiza as obras de ligação externa

**Entidade:** Eletricista privado

**Tempo:** 19 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 4\*. Notificação à Direção Regional da Economia e Transportes (DRET) da conclusão dos trabalhos de ligação interna

**Entidade:** Direção Regional da Economia e Transportes (DRET)

**Tempo:** 5 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 5. Finalizar contrato de fornecimento e receber instalação do contador pela EEM

**Entidade:** Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM)

**Tempo:** 3 dias

**Custo:** Nenhum

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

## Lisboa

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 18 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDP para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 3. Realização da ligação externa pela EDP

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 45 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 4\*. Receber inspeção interna e certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 12 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

### Procedimento 5. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 2 dias

**Custo:** Nenhum

\*Realizado em simultâneo com o procedimento prévio

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

**Ponta Delgada**

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDA  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDA e espera pelo orçamento das taxas de ligação Entidade: Electricidade dos Açores (EDA)

**Tempo:** 11 dias

**Custo:** EUR 4,993 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,778.36 para uso exclusivo das redes]

### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDA para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** Electricidade dos Açores (EDA)

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 3. Realização da ligação externa pela EDA

**Entidade:** Electricidade dos Açores (EDA)

**Tempo:** 45 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 4. Finalizar contrato de fornecimento e receber instalação do contador pela EDA

**Entidade:** Electricidade dos Açores (EDA)

**Tempo:** 2 dias

**Custo:** Nenhum

## OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

**Porto**

Nome da empresa de distribuição de eletricidade: EDP  
Dados com data de 15 de Fevereiro, 2018

### Procedimento 1. Envio da requisição para a EDP e espera pelo orçamento das taxas de ligação

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 17 dias

**Custo:** EUR 6,236 [Taxas definidas pelo regulador: EUR 37 a título de taxa para serviços de ligação + EUR 11 por kVA para parcela fixa. Se os trabalhos de ligação forem realizados pela empresa de distribuição de eletricidade, um custo adicional é devido pela ligação externa, sendo de EUR 29 por metro para redes partilhadas mais EUR 1,243 para uso exclusivo das redes]

### Procedimento 2\*. Receber uma inspeção ao local pela EDP para preparação da estimativa de custos

**Entidade:** EDP Distribuição

**Tempo:** 1 dia

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 3. Obter uma autorização de escavação da Câmara Municipal de Porto

**Entidade:** Câmara Municipal de Porto

**Tempo:** 18 dias

**Custo:** EUR 12 [Taxas devidas pela autorização de trabalhos na via pública: EUR 11.60, nos termos do artigo 1-8 da Tabela de Custos Municipal]

### Procedimento 4. O contratante de serviços elétricos do cliente realiza as obras de ligação externa

**Entidade:** Eletricista privado

**Tempo:** 19 dias

**Custo:** Nenhum

### Procedimento 5\*. Receber inspeção interna e certificado da entidade licenciadora

**Entidade:** Entidade inspetora privada

**Tempo:** 14 dias

**Custo:** EUR 99 [Custo mais baixo para uma instalação 140-kVA. Os custos são cobrados pelas entidades inspetoras com base nos preços de mercado]

### Procedimento 6. Assinatura do contrato de fornecimento de energia e instalação do contador pela EDP

**Entidade:** Comercializador de eletricidade

**Tempo:** 7 dias

**Custo:** Nenhum

OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE - ÍNDICE DA QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA E TRANSPARÊNCIA DAS TARIFAS	
	PORTUGAL
<b>Índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas (0–8)</b>	<b>8 (Braga, Lisboa, Porto) 7 (Coimbra, Évora, Faro, Funchal) 6 (Ponta Delgada)</b>
Duração total e frequência de interrupções do sistema por cliente por ano (0–3)	3 (Braga, Lisboa, Porto, Funchal) 2 (Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada)
Índice de duração média das interrupções do sistema (SAIDI)	0,39 (Funchal) 0,50 (Braga) 0,56 (Porto) 0,64 (Lisboa) 0,92 (Évora) 1,50 (Coimbra) 1,52 (Ponta Delgada) 1,62 (Faro)
Índice de frequência média das interrupções do sistema (SAIFI)	0,28 (Funchal) 0,45 (Porto) 0,61 (Braga) 0,78 (Coimbra) 0,82 (Lisboa) 1,20 (Ponta Delgada) 1,83 (Faro) 1,91 (Évora)
<b>Ferramentas para monitorizar as interrupções no fornecimento (0–1)</b>	<b>1</b>
A empresa de distribuição de eletricidade utiliza ferramentas automatizadas para monitorizar as interrupções no fornecimento?	Sim
<b>Ferramentas para restabelecer o fornecimento de energia elétrica (0–1)</b>	<b>1 (6 cidades) 0 (Funchal, Ponta Delgada)</b>
A empresa de distribuição de eletricidade utiliza ferramentas automatizadas para restabelecer o serviço?	Sim (6 cidades) No (Funchal, Ponta Delgada)
<b>Monitorização pelo regulador (0–1)</b>	<b>1</b>
Um regulador – ou seja, uma entidade separada da empresa de distribuição de energia – monitora o desempenho desta empresa quanto à qualidade do fornecimento?	Sim
<b>Sanções financeiras para limitar as interrupções (0–1)</b>	<b>1</b>
A empresa de distribuição de eletricidade indemniza os clientes quando as interrupções excederem um certo limite, ou se a empresa for multada pelo regulador quando as interrupções excederem um certo limite, ou ainda se essas duas condições forem atendidas?	Sim
<b>Comunicação de tarifas e alterações de tarifas (0–1)</b>	<b>1</b>
As tarifas de energia elétrica e suas alterações são transparentes e estão facilmente disponíveis ao público?	Sim
Os clientes são notificados sobre uma alteração na tarifa com ao menos um mês de antecedência (ou seja, antes do próximo ciclo de faturamento)?	Sim

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

## REGISTO DE PROPRIEDADES EM PORTUGAL

*Procedimentos necessários para registar propriedade, por cidade*

*Valor da propriedade: EUR 877.206,50*

*Dados com a data de 15 de Fevereiro, 2018*

		Braga	Coimbra	Évora	Faro	Funchal	Lisboa	Ponta Delgada	Porto	Comentários
1. Registar a propriedade no balcão Casa Pronta	Tempo (dias)	2	4	3	1	1	10	1	8	O comprador necessita tipicamente de agendar o atendimento no balcão Casa Pronta onde ele/ela poderá preparar a escritura, pagar impostos, e transferir a propriedade, no local. Os emolumentos devidos pelo registo de transferência da propriedade no balcão Casa Pronta estão regulados por lei e são aplicados uniformemente em todo o país. Através do procedimento comum estas tem um custo de EUR 375. Adicionalmente, o imposto municipal de transferência de propriedade é pagável a uma taxa fixa de 6,5% do valor da propriedade, e o imposto de selo de 0,8% é devido pelo registo da escritura na conservatória do registo predial.
	Custo (EUR)	64.411	64.411	64.411	64.411	64.411	64.411	64.411	64.411	

*Fonte: base de dados do Doing Business.*

REGISTO DE PROPRIEDADES - ÍNDICE DA QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA		
	PORTUGAL	
	Resposta	Pontuação
<b>Índice da qualidade da administração fundiária (0–30)</b>		<b>20</b>
<b>Confiabilidade da infraestrutura (0–8)</b>		<b>6</b>
A maioria dos registos é mantido em livros (papel) ou em formato electrónico? Quando armazenados em formato digital, os documentos são cópias digitalizadas ou totalmente digitais? (0–2)	Formato electrónico/ Totalmente digital	2
Existe um banco de dados electrónico para verificar quaisquer ónus ligados ao imóvel (obrigações, hipotecas, etc.)? (0–1)	Sim	1
As plantas são mantidas em livros (papel) ou em formato electrónico (computador)? Se estiverem armazenadas em formato digital, os documentos são cópias digitalizadas ou totalmente digitais? (0–2)	Formato electrónico/ Totalmente digital	2
Existe um banco de dados electrónico para registar as confrontações dos terrenos/imóveis, verificar plantas e fornecer informações cadastrais (Sistema de Informação Geográfica)? (0–1)	Sim	1
Os dados do registo de imóveis e cadastro são partilhados numa única base de dados; em bases de dados diferentes, mas interligadas; ou em bancos de dados separados? (0–1)	Bases de dados separadas	0
O registo predial e o cadastro usam o mesmo número de identificação para procurar terrenos/imóveis? (0–1)	Não	0
<b>Transparência das informações (0–6)</b>		<b>4,5</b>
Quem pode obter informações sobre a propriedade junto da entidade encarregue do registo de imóveis? (0–1)	Livremente acessível por qualquer pessoa	1
A lista de documentos necessários para concluir qualquer tipo de transacção imobiliária é divulgada publicamente—e se sim, por que meio? (0–0,5)	Sim, online	0,5
A tabela de preços de qualquer transacção imobiliária é disponibilizada ao público no registo predial —e se sim, por que meio? (0–0,5)	Sim, online	0,5
A agência responsável pelo registo de imóveis entrega um documento legalmente vinculativo que faz prova da titularidade da propriedade num determinado prazo específico—e se sim, como são comunicados estes padrões de serviço? (0–0,5)	Sim, online	0,5
Existe algum mecanismo específico e independente para apresentar alguma queixa através de um número de telefone, correio, e-mail ou qualquer outro meio? (0–1)	Sim	1
Existem estatísticas oficiais de monitorização do número de transacções do registo de imóveis/predial? (0–0,5)	Sim	0,5
Quem pode consultar plantas /mapas / levantamentos? (0–0,5)	Qualquer pessoa que pague o emolumento oficial	0,5
A tabela de preços para se ter acesso aos mapas/plantas e pesquisas é divulgada publicamente? Como está disponível? (0–0,5)	Sim, presencialmente	0
O cadastro possui padrões de serviços para entregar uma planta actualizada (por exemplo, 5 dias úteis para actualizar a planta)? (0–0,5)	Não	0
Existe algum mecanismo específico e independente para apresentar alguma queixa através de um número de telefone, correio, e-mail ou qualquer outro meio? (0–0,5)	Não	0
<b>Cobertura geográfica (0–8)</b>		<b>4</b>
Todos os lotes de terreno na economia foram formalmente registados no registo predial? (0–2)	Não	0
Todos os lotes de terreno privados na maior cidade de negócios foram formalmente registados no registo predial? (0–2)	Sim	2
Existe levantamento de todos os lotes de terreno na economia? (0–2)	Sim	0
Existe, na cidade de negócios em causa, levantamento de todos os lotes de terreno? (0–2)	Sim	2



REGISTO DE PROPRIEDADES - ÍNDICE DA QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA (continuado)		
	PORTUGAL	
	Resposta	Pontuação
<b>Resolução de disputas fundiárias (0–8)</b>		<b>5,5</b>
A lei exige que todas as transacções de imóveis sejam registadas no registo predial para que as mesmas sejam oponíveis a terceiros? (0–1,5)	Sim	1,5
O sistema de registo de imóveis e de transmissão de imóveis está sujeito a alguma garantia? (0–0,5)	Sim	0,5
Existe algum mecanismo de compensação para cobrir perdas incorridas pelas partes numa transacção feita de boa-fé com base em informação incorrecta obtida junto do registo predial? (0–0,5)	Sim	0,5
O sistema jurídico exige um controlo da legalidade dos documentos necessários para uma transacção imobiliária (por exemplo, a verificação dos contratos em conformidade com os requisitos legais)? (0–0,5)	Sim	0,5
O sistema jurídico exige a verificação da identidade das partes numa transacção imobiliária? (0–0,5)	Sim	0,5
Existe uma base de dados nacional para verificar a veracidade dos documentos de identidade? (0–1)	Sim	1
Quanto tempo demora, em média, a obtenção de uma decisão do tribunal de primeira instância no litígio em causa (sem possibilidade de recurso)? (0–3)	Entre 1 e 2 anos	1
Existem estatísticas sobre o número de litígios sobre propriedade, em primeira instância? (0–0,5)	Não	0
<b>Igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)</b>		<b>0</b>
Homens e mulheres solteiros(as) têm os mesmos direitos de propriedade?	Sim	0
Homens e mulheres casados(as) têm os mesmos direitos de propriedade?	Sim	0

Fonte: base de dados do Doing Business.

EXECUÇÃO DE CONTRATOS - TEMPO E CUSTO PARA RESOLVER UM LITÍGIO COMERCIAL, POR CIDADE								
Cidade (País)	Tempo (dias)				Custo (% do valor da dívida)			
	Apresentação e citação	Julgamento e sentença	Execução da sentença	Tempo total	Honorários de advogado	Custas judiciais	Custas com a execução	Custo total
Osijek (Croácia)	40	280	190	510	8,6	4,5	2,6	15,7
Rijeka (Croácia)	45	300	480	825	8,6	4,4	2,6	15,6
Split (Croácia)	75	397	365	837	8,0	4,4	2,6	15,0
Varazdin (Croácia)	130	255	300	685	8,6	4,4	2,6	15,6
Zagreb (Croácia)	50	365	235	650	8,6	4,0	2,6	15,2
Brno (República Checa)	60	600	180	840	13,1	5,7	15,0	33,8
Liberec (República Checa)	90	530	150	770	13,1	5,7	15,0	33,8
Olomouc (República Checa)	75	510	120	705	13,1	5,7	15,0	33,8
Ostrava (República Checa)	90	480	120	690	13,1	5,7	15,0	33,8
Plzen (República Checa)	75	480	125	680	13,1	5,7	15,0	33,8
Praga (República Checa)	88	410	180	678	13,1	5,7	15,0	33,8
Usti nad Labem (República Checa)	70	510	150	730	13,1	5,7	15,0	33,8
Braga (Portugal)	30	330	180	540	10,7	6,0	0,5	17,2
Coimbra (Portugal)	30	300	180	510	10,7	6,0	0,5	17,2
Évora (Portugal)	30	350	180	560	10,7	6,0	0,5	17,2
Faro (Portugal)	30	385	180	595	10,7	6,0	0,5	17,2
Funchal (Portugal)	30	365	180	575	10,7	6,0	0,5	17,2
Lisboa (Portugal)	30	545	180	755	10,7	6,0	0,5	17,2
Ponta Delgada (Portugal)	30	365	180	575	10,7	6,0	0,5	17,2
Porto (Portugal)	30	420	180	630	10,7	6,0	0,5	17,2
Bratislava (Eslováquia)	70	525	180	775	14,0	6,4	0,1	20,5
Kosice (Eslováquia)	55	455	125	635	14,0	6,4	0,1	20,5
Presov (Eslováquia)	60	455	125	640	14,0	6,4	0,1	20,5
Trnava (Eslováquia)	70	490	150	710	14,0	6,4	0,1	20,5
Zilina (Eslováquia)	70	490	180	740	14,0	6,4	0,1	20,5

Fonte: base de dados do Doing Business.

EXECUÇÃO DE CONTRATOS - ÍNDICE DA QUALIDADE DOS PROCESSOS JUDICIAIS		
	PORTUGAL	
	Resposta	Pontuação
<b>Índice da qualidade dos processos judiciais (0–18)</b>		<b>13,5</b>
<b>Estrutura do Tribunal e Processos (0–5)</b>		<b>3,5</b>
1. Existe um tribunal, divisão ou secção de um tribunal exclusivamente dedicado a decidir processos comerciais (0–1,5)	Não	0,0
2. Tribunal de Pequena Instância (0–1,5)		1,5
2.a. Existe um tribunal/divisão ou secção de pequena causa ou montante ou um processo acelerado para pequenos litígios?	Sim	
2.b. Se sim, é permitida a auto-representação?	Sim	
3. Está disponível a penhora durante a fase de instrução? (0–1)	Sim	1,0
4. Os novos casos são distribuídos aleatoriamente pelos juízes? (0–1)	Sim, automaticamente	1,0
5. O testemunho de uma mulher tem o mesmo peso de prova que o testemunho de um homem em todos os tipos de processos judiciais? (-1–0)	Sim	0,0
<b>Gestão do Processo (0–6)</b>		<b>5,0</b>
1. Padrões de tempo (0–1)		1,0
1.a. Existem leis ou outros regulamentos que estabeleçam padrões de tempo geral para actos judiciais chave em matéria de processo civil?	Sim	
1.b. Se sim, estes padrões de tempo são definidos para pelo menos tres actos no processo?	Sim	
1.c. Estes prazos temporais são respeitados em mais de 50% dos casos?	Sim	
2. Adiamentos (0–1)		0,0
2.a. A lei regula o número máximo de adiamentos ou continuações que podem ser concedidos?	Não	
2.b. Os adiamentos estão limitados por circunstâncias imprevisíveis e excepcionais?	Não	
2.c. Se existem regras relativas a adiamentos, são as mesmas respeitadas em mais do que 50% dos casos?	N/A	
3. Podem ser gerados dois dos seguintes quatro relatórios sobre o tribunal competente: (i) Relatório sobre o tempo de formação; (ii) Relatório sobre a taxa de resolução de processos; (iii) Relatório sobre o período de pendência dos processos; e (iv) Relatório sobre o andamento de processo individual? (0–1)	Sim	1,0
4. A audiência durante a fase de instrução perante o Tribunal Competente constitui parte das técnicas de gestão do processo? (0–1)	Sim	1,0
5. Existe um sistema electrónico de gestão de processos no Tribunal Competente para utilização por juízes? (0–1)	Sim	1,0
6. Existe um sistema electrónico de gestão de processos no Tribunal Competente para utilização por advogados? (0–1)	Sim	1,0
<b>Automatização do Tribunal (0–4)</b>		<b>2,5</b>
1. Pode a petição inicial ser apresentada por via electrónica através de uma plataforma dedicada no Tribunal Competente? (0–1)	Sim	1,0
2. Pode ser feita a citação da petição inicial apresentada junto do Tribunal Competente ao réu por via electrónica? (0–1)	Não	0,0
3. Podem as custas judiciais ser pagas por via electrónica junto do Tribunal Competente? (0–1)	Sim	1,0
4. Publicação de sentenças (0–1)		0,5
4.a. As sentenças proferidas a todos os níveis em processos comerciais são disponibilizadas ao público em geral através da sua publicação em Diário da República, jornais ou no sítio web do tribunal?	Não	
4.b. As sentenças proferidas em processos comerciais ao nível de recurso e do Supremo Tribunal são disponibilizadas ao público em geral através da sua publicação em Diário da República, jornais ou no sítio web do tribunal?	Sim	
<b>Resolução Alternativa de Litígios (0–3)</b>		<b>2,5</b>
1. Arbitragem (0–1,5)		1,5
1.a. A arbitragem comercial a nível nacional é regulamentada por uma lei consolidada ou por um capítulo/secção consolidado(a) do código de processo civil aplicável abrangendo, substancialmente, todos os seus aspectos?	Sim	
1.b. Existem alguns litígios comerciais – para além dos que tratam de questões da ordem pública ou da política pública – que não estejam sujeitos a arbitragem?	Não	
1.c. As cláusulas ou acordos de arbitragem são habitualmente exequíveis pelos tribunais?	Sim	

## EXECUÇÃO DE CONTRATOS - ÍNDICE DA QUALIDADE DOS PROCESSOS JUDICIAIS (continuado)

	PORTUGAL	
	Resposta	Pontuação
2. Mediação Voluntária / Conciliação (0–1,5)		1,0
2.a. Está disponível a mediação/conciliação voluntária?	Sim	
2.b. A mediação/conciliação está regulamentada por uma lei consolidada ou por um capítulo/secção consolidado(a) do código de processo civil aplicável abrangendo, substancialmente, todos os seus aspectos?	Sim	
2.c. Existem incentivos financeiros para as partes tentarem a mediação/conciliação (i.e. reembolso das custas judiciais, créditos de imposto sobre o rendimento, etc.)?	Não	

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

# Agradecimentos

O *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia* foi elaborado por uma equipe liderada por Madalina Papahagi, Tommaso Rooms, Pilar Salgado Otónel e Julien Vilquin. Formaram a equipe Buxan Raposo, Laura Sagnori Diniz, Marko Grujicic, Anushavan Hambarzumyan, Nikola Ilic, Matej Jankovic, Branislav Kralik, Matus Muron, Dasa Musulin, Denisa Pacholska, Diogo Pereira e Erick Tjong. O relatório foi realizado sob a direção de Miertha Capaul.

A equipe deseja expressar os seus agradecimentos a todos os seus colegas/pares do Grupo Banco Mundial pelas suas valiosas observações. Alejandro Espinosa Wang, Todor Milchevski e Tea Trumbic encarregaram-se da revisão de todo o texto. Foram consultados especialistas nas cinco áreas medidas para a elaboração de cada um dos capítulos: Jean Arlet, Yuriy Avramov, Karim Belayachi, Camille Bourguignon-Roger, Diane Davoine, Klaus Decker, Marie Lily Delion, Andreja Marusic, Frederic Meunier, Aris Molfetas-Lygiaris, Albert Nogués i Comas, Nadia Novik, Maria Antonia Quesada e Alessio Zanelli.

Arup Banerji, Elisabetta Capannelli, Marcus Bernhard Heinz, Marta Mueller Guicciardini, Rita Ramalho, Tony Thompson e Isfandyar Zaman Khan assumiram as funções de orientação e liderança. Antonio Borges, Katherine Angela Haynes, Ruzica Jugovic, Anna Karpets, Ana Krnic, Bogdanka Krtinic, Trimor Mici, Joanna Nasr, Monique Pelloux, Ivanka Perkovic, Patrizia Poggi, Sylvia Stoynova e Marilina Vieira prestaram um valioso

apoio em diferentes fases do projeto. A campanha de comunicação foi concebida e liderada por Indira Chand em colaboração com Oliver Joy, em Bruxelas, e Vanja Frajtic, em Zagreb. O portal on-line (<http://www.doingbusiness.org/EU2>) foi desenvolvido por Varun Doiphode, Fengsheng Huang, Kamalesh Sengonkar e Bishal Raj Thakuri. O relatório foi editado por Alison Strong e o layout realizado por Luis Liceaga.

O estudo foi financiado pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia. Foi realizado sob os auspícios do Ministério da Economia, Empreendedorismo e Ofícios da Croácia (uma equipe da Agência para o Investimento e Competitividade composta por Vinka Jelavic e Filip Kocis, e liderada por Andrea August); do Ministério do Comércio e Indústria da República Checa (equipe liderada por Hana Šimková e Ladislav Prudký); do Ministério da Presidência e Modernização Administrativa de Portugal (equipe liderada por Mariana Maia Rafeiro e Tiago Joanaz de Melo); e pelos Ministérios da Economia (equipe liderada por Tatiana Hlušková e Patrik Turošík, sob a supervisão geral de Iveta Šimončíková) e das Finanças da Eslováquia (equipe liderada por Štefan Domonkos).

A equipe do projeto deseja endereçar um agradecimento especial, por todas as informações e apoio prestados ao longo de todo o projeto, às seguintes entidades: (i) Agência para o Investimento e Competitividade, Agência Financeira (FINA), HEP ODS, HITRO.HR, Ministério da Construção e do Planeamento Físico,

Ministério da Justiça e Conservatórias do Registo Predial, Administração Geodésica Estatal e Administração Fiscal da Croácia; (ii) Ministério do Interior, Entidade Reguladora da Energia, Administração Financeira, Ministério da Justiça, e Administração Estatal do Levantamento do Território e Cadastro da República Checa; (iii) Direção-Geral de Energia e Geologia, Direção-Geral da Política de Justiça, Instituto dos Registos e do Notariado, e Autoridade Tributária de Portugal; e (iv) Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Administração Financeira, Ministério dos Transportes e da Construção, Entidade Reguladora das Indústrias de Redes, e Autoridade de Geodesia, Cartografia e Cadastro da Eslováquia.

A recolha de dados foi realizada em colaboração com (i) a *Nada projekt d.o.o.* (equipe liderada por Tatjana Halapija e Michael Glazer) e a *Hanžeković & Partners* (equipe liderada por Irina Jelčić e constituída por Petra Gjurašić, Petra Penić e Ana Jurić) na Croácia; (ii) a *Asociace Energetických Manazeru* (equipe liderada por Lucie Janouskova), a *Ordem dos Arquitetos da República Checa* (equipe liderada por Tereza Michalová) e a *PRK Partners* (equipe liderada por Jakub Lichnovský e Petra Stupková) na República Checa; (iii) a *PLMJ Advogados, SP, RL* (equipe liderada por Luís Miguel Pais Antunes e Nuno Pimentel Gomes) em Portugal; e (iv) a *alianciaadvokátov ak, s.r.o.* (equipe liderada por Gerta Sámelová Flassiková, com a participação de Jana Bačková), a *Ordem dos Arquitetos da Eslováquia* (equipe liderada por Olga Miháliková e constituída por Kornel Kobák, Eva

Martanovicova e Maria Sefcova) e a *Electrik s.r.o.* (equipe liderada por Martina Maláková, com a participação de Zuzana Miháliková) na Eslováquia. Um valioso contributo, em termos de feedback e fornecimento de dados, foi também prestado pela sociedade de advogados croata *Marohnić, Tomek & Gjoić* e pela Agência para a Modernização Administrativa, a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em Portugal, bem como pela Ordem dos Notários da República Checa, a Câmara dos Oficiais de Justiça da República Checa e a Ordem dos Notários da Eslováquia.

Mais de 700 advogados, notários, engenheiros, eletricitistas, arquitetos, especialistas em construção, prestadores de serviços públicos, funcionários públicos, magistrados e oficiais de justiça contribuíram para o *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*. A equipe gostaria, igualmente, de endereçar um agradecimento especial aos funcionários públicos nacionais e locais, bem como aos magistrados que participaram no projeto e que fizeram valiosos comentários durante o período de consulta e revisão dos dados. Os nomes daqueles que desejam ser reconhecidos estão listados nas páginas que se seguem.

**CONTRIBUIDORES DO SECTOR PRIVADO**

**PORTUGAL**

**BRAGA**

**Armando Oliveira**  
ARMANDO A OLIVEIRA & MARLENE SÁ CARNEIRO, RL

**João Folhadela Lemos**  
ADVOGADO

**Mário Sequeira**  
AZO - SEQUEIRA ARQUITECTOS ASSOCIADOS

**Pedro Soares**  
AZO - SEQUEIRA ARQUITECTOS ASSOCIADOS

**J. Cerqueira Alves**  
CERQUEIRA ALVES & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Paula Martins Cunha**  
CLEMENTINO CUNHA & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Miguel Afonso Moreira**  
DST REAL STATE

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Helena Almeida**  
ESPRESSINSTAL - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LDA.

N4A1 ARQUITETURA, LDA.

**COIMBRA**

**Elsa Pisarrou**  
ADVOGADA

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Nelson Costa**  
ELECTRO VN, LDA.

**Cristina Ferreira**  
FRADE, FERREIRA, FONSECA & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE AGENTES DE EXECUÇÃO E SOLICITADORES, SP, RL

**Isabel Anjinho**  
JORGE ANJINHO, AEGP, LDA.

**José Luis Carvalho**  
JORGE ANJINHO, AEGP, LDA.

**João Fernandes**  
R3FORM, LDA.

**Manuel Rodrigues**  
RODRIGUES - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LDA.

**António Mendes Dias**  
RSA - RAPOSO SUBTIL E ASSOCIADOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SOTÉCNICA - SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.

**ÉVORA**

**Luis Assis**  
ADVOGADO

**Bernardino Sousa Dias**  
BERNARDINO SOUSA DIAS, LDA.

CONSULTÓRIO D'OBRA CONSULTORIA, DESENHO E MEDIAÇÃO DE OBRAS

**José Filipe Ramalho**  
EA JFCR & ASSOCIADOS, LDA.

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Celestina Barneto**  
AGENTE DE EXECUÇÃO

**Luis Fernandes**  
EVORLAMP, LDA.

**José Chora**  
MEDIÉVORA, LDA.

**Mário Quenino**  
MGTEENSÃO - PROJECTOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E COMUNICAÇÕES, LDA.

**Miguel Pedroso de Lima**  
MIGUEL PEDROSO LIMA, ARQUITECTO, UNIPESSOAL, LDA.

RODIGÁ - REDES ELÉTRICAS UNIPESSOAL, LDA.

**Rui Silva Russo**  
RUI SILVA RUSSO - ATELIER DE ARQUITECTURA, LDA.

VESTÍGIOS & LUGARES CONSTRUÇÕES, LDA.

**FARO**

**Francisco Bivar Weinhou**  
ADVOGADO

**Tatiana Simão**  
ADVOGADA

**Artur da Costa Bruno**  
COSTA BRUNO LAWYERS

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Maria José Palma Santos**  
AGENTE DE EXECUÇÃO

HXI ENGENHARIA, UNIPESSOAL LDA.

**Carlos Alves**  
LINEA - ATELIER DE ARQUITECTURA, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.

**Luis Miguel Amaral**  
LUI MIGUEL AMARAL - ADVOGADOS

**Carmen Rosa**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**António Morgado André**  
PROTECNA

SOL E LUZ - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.

SOTÉCNICA - SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.

**Nelson Silva**  
TECNONEXE - ARQUITECTURA E ENGENHARIA CIVIL

**Rui Mascarenhas**  
VILAMOURA XXI

**FUNCHAL**

**Ana Flor**  
ABREU ADVOGADOS

**Marcelo Nóbrega**  
AMPER ILHA, LDA.

**Duarte Trindade Fernandes**  
ADVOGADO

**Élvio Pereira**  
ADVOGADO

**José Jorge Saldanha Cardoso**  
ADVOGADO

**Agostinho Figueira**  
EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA (EEM)

**Rui Jorge Velosa**  
EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA (EEM)

MASSA CINZENTA, LDA.

**Manuel Pita**  
MLGTS

**Sara Teixeira**  
MLGTS

**Pedro Alves**  
PRE\_SET SYSTEMS - UNIPESSOAL, LDA.

**Célio Silva**  
RC AUTOMAÇÃO, LDA.

**Miguel Malaguerra**  
MSB ARQUITECTOS

**Tânia Nunes**  
ZEROVINTEOITO - ARQUITECTURA | DESIGN

**LISBOA**

**Alexandra Nascimento Correia**  
ABREU ADVOGADOS

**Gonçalo Vaz Osório**  
ALVIM CORTES, ESPERANÇA, VAZ OSÓRIO, J. P. MENEZES FALCÃO - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Salvador Sobral Cumbre**  
ALVIM CORTES, ESPERANÇA, VAZ OSÓRIO, J. P. MENEZES FALCÃO - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Isabel Catalão**  
ADVOGADA

**Miguel Almeida**  
AXONOMETRICA

**Carlos de Matos**

**Paulo Miguel Fernandes**  
CÓNICA

ECBUILD - ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E PROJECTO, LDA.

**Armando Palavras**  
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Vítor Coropos**  
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Rui Simão**  
AGENTE DE EXECUÇÃO

**João Freitas Fernandes**  
FREITAS FERNANDES - CONSULTORES DE GESTÃO E PROJECTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

**Sofia Martins**  
MIRANDA & ASSOCIADOS

**Joana Galvão Teles**  
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS

**João Ventura**  
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS

**Luís Roquette Geraldés**  
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS

**Patrícia Melo Gomes**  
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS

**Sónia Vasques**  
PARES ADVOGADOS

**Fernando Costal Carinhas**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**Mafalda Falcão**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**Cristina Bogado Menezes**  
RSA - RAPOSO SUBTIL E ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SOTÉCNICA - SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.

**Paulo Cardoso**  
TERMOGOD - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS, LDA.

**Adriano Squillacce**  
URÍA MENÉNDEZ - PROENÇA DE CARVALHO

**Francisco Sousa Coutinho**  
VIEIRA DE ALMEIDA & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

**PONTA DELGADA**

**Álvaro Ribeiro**  
ADVOGADO DE PRÁTICA INDIVIDUAL

**Francisco Monteiro da Silva**  
ADVOGADO

**Noé Rodrigues**  
ADVOGADO

**Paulo Pinheiro Leite**  
ADVOGADO

**Leonardo Ponte**  
BPLD - BORGES DA PONTE, LINHARES DIAS & ASSOCIADOS, RL

**Paulo Linhares Dias**  
BPLD - BORGES DA PONTE, LINHARES DIAS & ASSOCIADOS, RL

**Victor Borges da Ponte**  
BPLD - BORGES DA PONTE, LINHARES DIAS & ASSOCIADOS, RL

**Carlos Martins**  
ELECTRICIDADE DOS AÇORES (EDA)

**Paulo Bermonte**  
ELECTRICIDADE DOS AÇORES (EDA)

**Beatriz Tavares do Canto**  
AGENTE DE EXECUÇÃO

**Fernando Abreu**  
GABINETE 118-GESTÃO DE OBRAS E PROJECTOS LDA (SÃO PEDRO)

**Manuel Pereira Leite**  
LCCA ADVOGADOS

**Paulo Macedo**  
MACEDO ARQUITECTOS

**Rosa Ponte**  
PONTE, MEDEIROS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Carlos Mosca Rodrigues**  
MOSCA E ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

**Gonçalo Cordeiro**  
SAL WORKS

SOTÉCNICA - SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.

**PORTO**

**Alexandra Ferreira**

**Elsa Sá Carneiro**  
ABREU ADVOGADOS

**Isabel Pinheiro Torres**  
ABREU ADVOGADOS

**Rui Peixoto Duarte**  
ABREU ADVOGADOS

**Cristina Cardoso**  
AICCOPN - ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

**Sonia Oliveira**  
AICCOPN - ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

**José de Freitas**  
CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

**Vasco Moura Ramos**  
CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

**Fernando Manuel de Silva Rodrigues**  
AGENTE DE EXECUÇÃO

**Avelino Soares**  
FAIXA VERTICAL, UNIPESSOAL, LDA.

**José Valente**  
J.F. VALENTE, LDA.

**Jorge Pinto**  
MAIN ENERGY - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LDA.

**Marco Santos**

**Tiago Ilharco**  
NCREP - CONSULTORIA EM REABILITAÇÃO DO EDIFICADO E PATRIMÓNIO, LDA.

**Paulo Teixeira**  
PAULO TEIXEIRA - SOLICITADOR

**Catarina Borges da Ponte**  
PLATAFORMA LEGAL, ACE

**Maria Santa Martha**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**Tomas Pessanha**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**Joana Brandão**  
PLMJ ADVOGADOS, SP, RL

**David Pinto**  
PROMOTOP - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

**Manuel Marques**  
SISTELMAR - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A.

SOTÉCNICA - SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.

**Rui Sousa Marques**  
SOUSA MARQUES ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA.

**Gian Volpi**  
VOLARE - GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.

## CONTRIBUIDORES DO SECTOR PÚBLICO

### PORTUGAL

#### BRAGA

Ana Maria Bárbara  
AGERE - EMPRESA DE ÁGUAS,  
EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, EM

Laura Sofia Vieira  
AGERE - EMPRESA DE ÁGUAS,  
EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, EM

Avelino Quelhas Costa  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

#### COIMBRA

AC, ÁGUAS DE COIMBRA,  
E.M. - SERVIÇO COMERCIAL

Paula Cristina Jacinto da Serra  
Leitão  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Maria Nazaré Correia Batista  
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL

Elisabete Alves  
JUÍZO CENTRAL CÍVEL DE COIMBRA

Carmencita Quadrado  
JUÍZO DE COMÉRCIO DE COIMBRA

#### ÉVORA

Hilário Estevão C. Modas  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Maria do Amparo Plancha  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Elsa Carvalho  
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Joaquim Costa  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
ÉVORA - DEPARTAMENTO DE  
SERVIÇOS OPERACIONAIS

Nuno Feijão  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
ÉVORA - DEPARTAMENTO DE  
SERVIÇOS OPERACIONAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ÉVORA - GABINETE DE APOIO  
À PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO

#### FARO

Ana Maria Martins Silvestre  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARO

CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL  
FAGAR : FARO, GESTÃO DE ÁGUAS  
E RESÍDUOS - SERVIÇO COMERCIAL

#### FUNCHAL

Fernando Silva  
DIREÇÃO REGIONAL DA  
ECONOMIA E TRANSPORTES  
CÂMARA MUNICIPAL DE FUNCHAL

Rita Gouveia Caldeira Brito  
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL

Luisa Clode  
IRN, I.P.

#### LISBOA

Ana Quintela  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Manuel Bandeira  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Maria Gabriela Pinto  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Sara Melão  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ana Viriato Sommer Ribeiro  
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL

Isabel Maria Brochado Morais  
CONSERVATÓRIA DO REGISTO  
PREDIAL DE PESSOAS COLLECTIVAS

DIREÇÃO-GERAL DE  
ENERGIA E GEOLOGIA

Pedro Costa  
ENTIDADE REGULADORA DOS  
SERVIÇOS ENERGÉTICOS (ERSE)

Carla Opinião  
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Paulo Nunes  
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Carlos Manuel Colaço Ferreira  
JUÍZO LOCAL CÍVEL DE LISBOA

Maria Julieta Lázaro Mendes  
Moyano Marques  
SIMAS Oeiras - DIRETORA  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO  
E EXPLORAÇÃO DE REDES

#### PONTA DELGADA

João Oliveira Carreiro  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Margarida Brito  
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA  
DELGADA - DEPARTAMENTO DE OBRAS  
MUNICIPAIS E EQUIPAMENTOS

Maria da Graça Estrela Roque  
Costa Matos  
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA  
DELGADA - DEPARTAMENTO DE  
PLANEAMENTO E URBANISMO

Francisco Tomé de Andrade  
DIREÇÃO REGIONAL DA ENERGIA

ESPAÇO REGISTOS PONTA DELGADA

Marta Amaral Tavares  
INSPEÇÃO REGIONAL DO TRABALHO

Graça Cabral  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE  
ÁGUAS E SANEAMENTO (SMAS)

Jorge Ferreira da Silva Nemésio  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE  
ÁGUAS E SANEAMENTO (SMAS)

Cátia Raposo  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS  
E SANEAMENTO (SMAS) - SECÇÃO  
DE CONTROLO E QUALIDADE

#### PORTO

Ana Paula Fontoura  
ÁGUAS DO PORTO, E.M.

Diogo Pinto Mota  
ÁGUAS DO PORTO, E.M.

Ana Raquel Vitorino Portela  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Luís Mário Medeiros Silva  
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Manuela Bernardes  
CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO -  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE GESTÃO URBANÍSTICA

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL









[www.doingbusiness.org/EU2](http://www.doingbusiness.org/EU2)

